

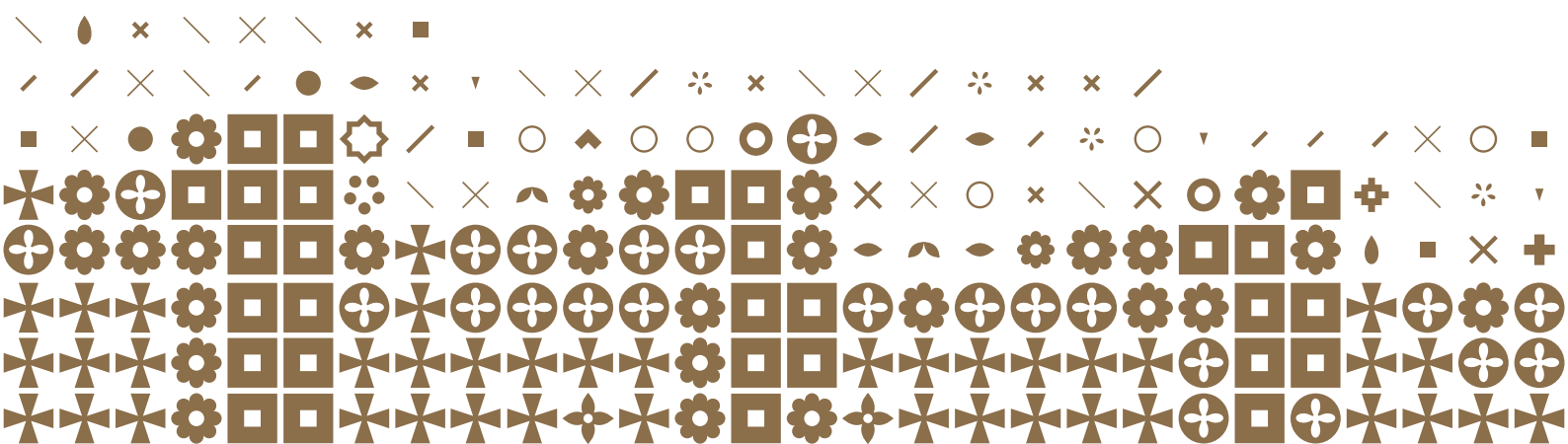
edp renováveis

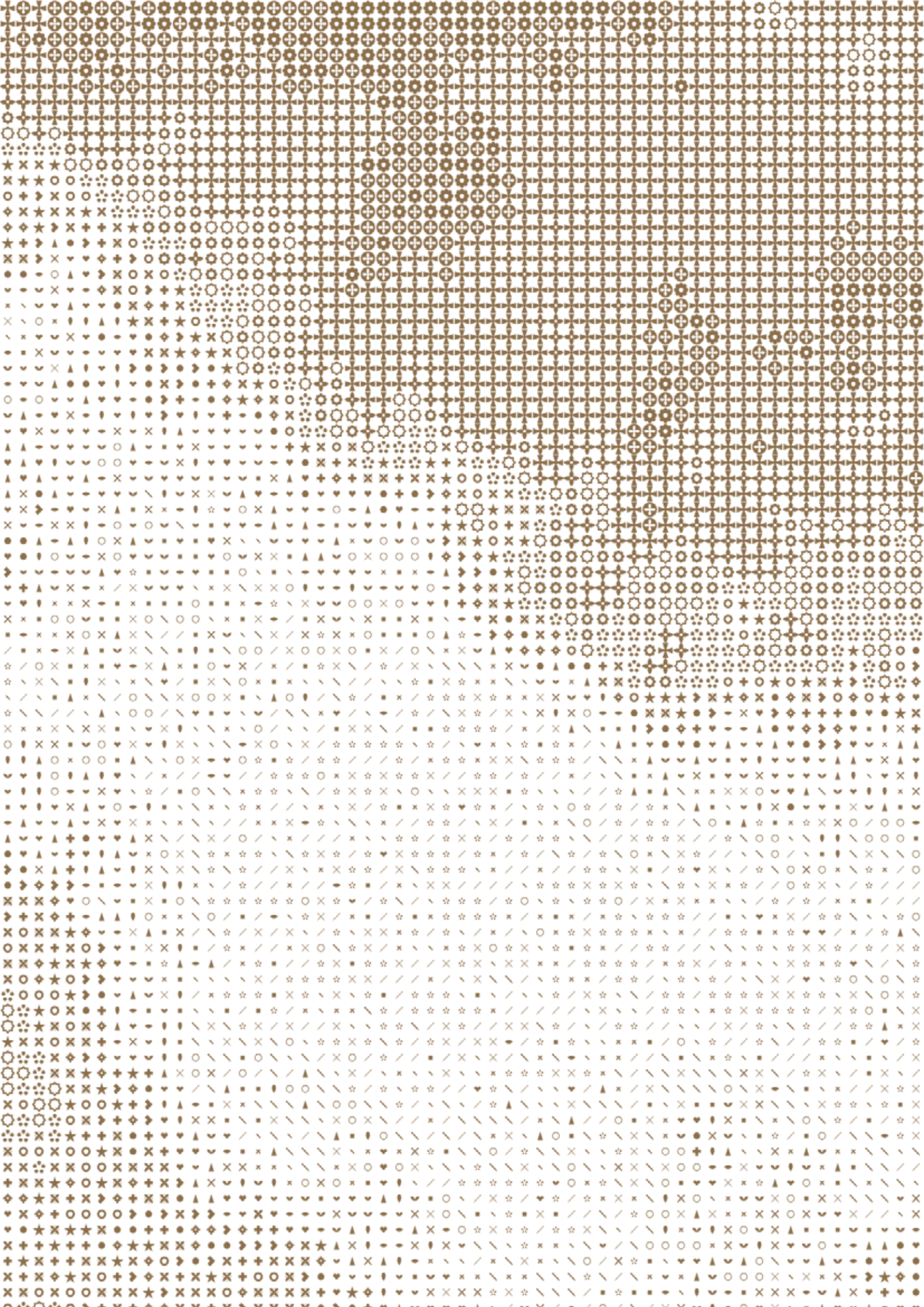
ENERGY

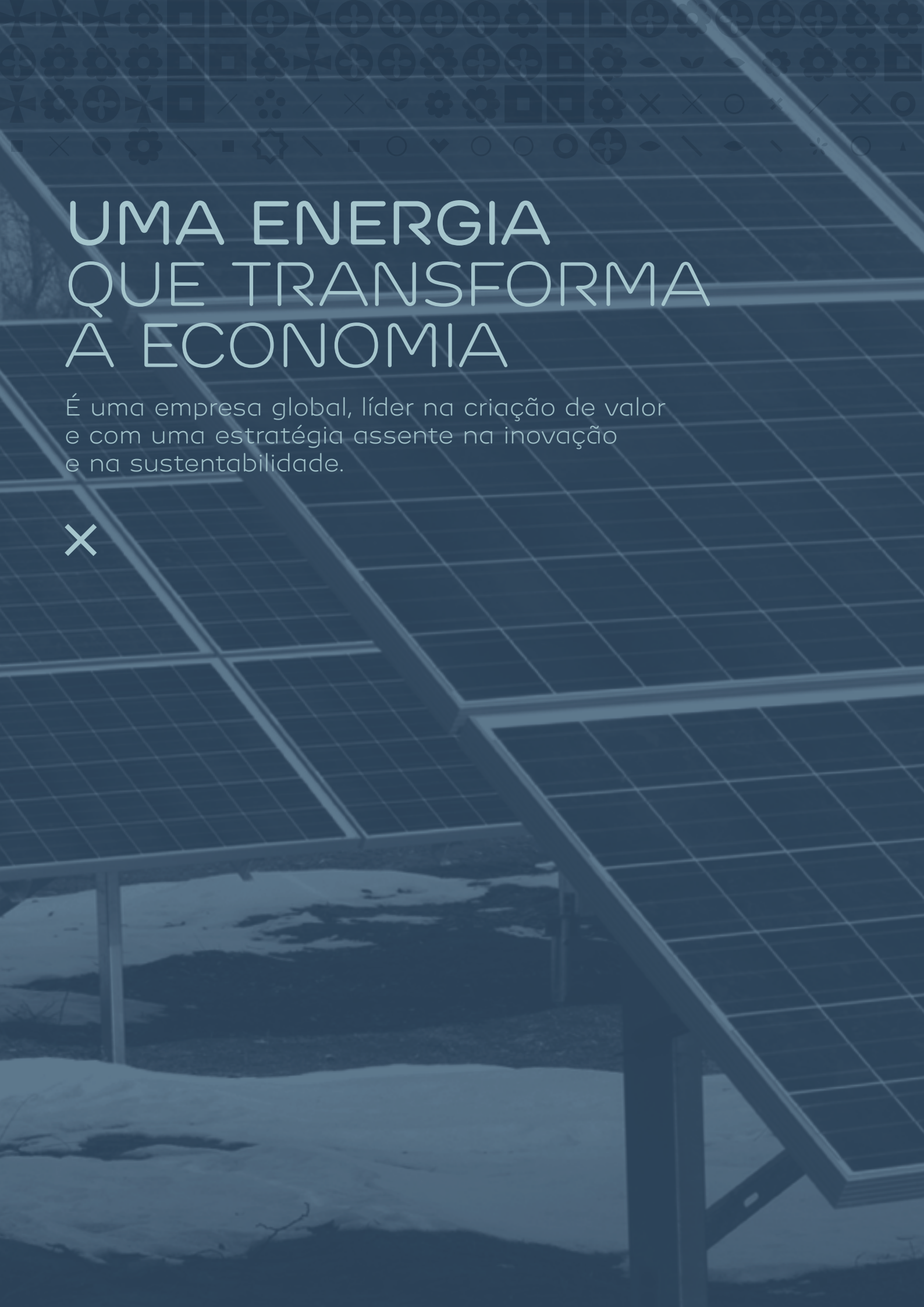
THAT MAKES A DIFFERENCE

TRANSFORMAR, MELHORAR, FAZER O MUNDO AVANÇAR...
É AÍ QUE COLOCAMOS TODA A NOSSA ENERGIA.
UMA ENERGIA CONSTRUÍDA EM 12 PAÍSES,
FEITA DE PROXIMIDADE, DE COMPROMISSO,
DE ENVOLVIMENTO E DE RESPONSABILIDADE.

**MAS, ACIMA DE TUDO,
UMA ENERGIA CAPAZ DE FAZER A DIFERENÇA.**







UMA ENERGIA QUE TRANSFORMA A ECONOMIA

É uma empresa global, líder na criação de valor e com uma estratégia assente na inovação e na sustentabilidade.

X



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Estimados Stakeholders,

Em 2014, a EDP Renováveis voltou a ter um desempenho acima do mercado e deu vários passos em direção à concretização da sua visão de se tornar líder mundial do setor de energias renováveis em termos de criação de valor, inovação e sustentabilidade. Seis anos após a oferta pública inicial, a EDPR atingiu uma capacidade de 9,0 GW de energia renovável e produziu 19,8 TWh no ano. A empresa está atualmente presente em 12 países na Europa e no continente americano.

A energia verde produzida em 2014 pela EDPR corresponde a cerca de 50% do consumo total de eletricidade em Portugal, o que equivale a quase o triplo da venda de energia em 2008 e evidencia a capacidade da EDPR para crescer à escala global. O mapa estratégico do crescimento focado nas energias renováveis seguido pela EDPR e pelos seus acionistas coloca-nos um passo à frente do setor e continua a provar ser válido.

Estou convencido que a nossa empresa se situa no lado certo do setor da energia, apesar das recentes alterações regulatórias que colocaram alguns contratemplos inesperados e culminaram em cortes significativos nas receitas reguladas, bem como em aumentos tributários. A energia eólica em terra é a fonte de energia mais competitiva, apenas com exceção da energia hídrica em determinados projetos de grande dimensão.

▶
ANTÓNIO MEXIA
PRESIDENTE
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

Trata-se claramente de uma tecnologia atualmente preferível para projetos novos do que a produção térmica convencional. Mesmo com os atuais preços dos combustíveis num nível reduzido, mas historicamente muito voláteis, os parques eólicos com sólidos fatores de carga continuam a ser competitivos. Adicionalmente, os custos a nível de turbinas e de financiamento estão a melhorar a favor da energia eólica.

Em 2014, os líderes europeus acordaram objetivos até 2030 para reduzir a emissão de gases com efeito de estufa no mínimo em 40% face a 1990, bem como para aumentar a percentagem de energias renováveis para um mínimo de 27%. A energia eólica desempenhará um papel crucial na concretização destes objetivos ambiciosos e a nossa empresa será, uma vez mais, pioneira no mercado europeu. Simultaneamente, os EUA terão um papel importante no desenvolvimento da EDPR. As perspetivas de crescimento são sólidas e ampliadas por uma legislação ambiental abrangente que limita os diferentes tipos de poluição, gerando procura pelo aumento de novas soluções competitivas e sustentáveis, panorama no qual a energia eólica será uma das principais alternativas. No final de 2015, irá realizar-se, em Paris, a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, na qual se prevê que venham a ser firmados acordos relevantes relativamente ao clima por parte de todas as nações do mundo.

Durante o ano passado procedemos à atualização do plano estratégico definido em 2012, estabelecendo novos objetivos para 2017. Como se saberá, o nosso plano de negócios continua a assentar em três linhas de orientação estratégica: 1) crescimento seletivo; 2) aumento da rentabilidade; e 3) modelo de autofinanciamento. O reequilíbrio do nosso negócio em direção ao mercado dos EUA é fundamental para a nossa nova abordagem estratégica, que passa por tirar proveito do nosso excelente posicionamento de mercado e que tem permitido à nossa empresa aproveitar as janelas de oportunidade de crescimento com uma rentabilidade atrativa e risco controlado, apoiados por mais de 1,2 GW de acordos de compra de eletricidade a longo prazo firmados desde o início de 2013. Esta situação foi possível devido à decisão governamental norte-americana de extensão dos créditos fiscais para apoiar as energias renováveis, mas sobretudo devido à elevada qualidade da nossa carteira de ativos, que, bem acompanhados pelas nossas equipas de desenvolvimento e bem comercializados pelas nossas equipas de origemação, tornaram a EDPR pioneira na celebração de acordos de compra de eletricidade no mercado americano nos últimos dois anos.

Importa destacar dois acontecimentos marcantes em 2014: a entrada no mercado mexicano de energia eólica através da assinatura de um acordo de compra de energia para 180 MW a serem construídos em 2016 e a concessão de 1 GW de energia eólica offshore em França a um consórcio com a participação da EDPR para construção no final da década.

Um outro pilar estratégico fundamental que a EDPR e a EDP partilham é o de assegurar um ambiente de risco controlado e manter o acesso a financiamento competitivo. A empresa está empenhada num modelo de autofinanciamento para o seu plano de investimento de 2.500 milhões de euros para 2014-17, dos quais 700 milhões serão cobertos pelas receitas de rotação de ativos. Mais de 60% deste objetivo foi já atingido e firmado a preços competitivos, o que evidencia o sucesso deste programa. Adicionalmente, estamos a avançar na execução da parceria estratégica progressiva entre a EDP e a CTG, com a venda de uma participação minoritária que envolve as ações da EDPR em Portugal e no Brasil, incluindo dois memorandos de entendimento relativos à sua conclusão prevista em 2015.

A EDPR é uma empresa sólida com uma abordagem estratégica adequada num setor com um futuro auspicioso apesar dos muitos desafios. A empresa está bem posicionada para alcançar objetivos de crescimento relevantes até 2017, que passam por taxas de crescimento anual de 9% na produção de energia verde, 9% em EBITDA e 11% a nível de resultado líquido, com um aumento de capacidade superior a 2,0 GW a partir de 2013.

Em 2014, o EBITDA foi de 903 milhões de euros e a receita líquida foi de 126 milhões de euros, respetivamente -2% e -7% abaixo do ano anterior. Os resultados sofreram o impacto das recentes alterações regulatórias em Espanha e foram amplificados pelos excepcionalmente baixos preços de mercado pool durante os primeiros meses do ano. Apesar destes desafios, os resultados da EDPR demonstram grande resiliência devido à estratégia de crescimento reequilibrada da empresa e a conseguimentos de nível superior em termos operacionais.

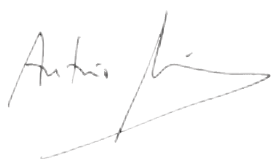
A empresa tem um rácio de distribuição de dividendos entre 25 e 35% da receita líquida anual, que contribui para alavancar o retorno para os acionistas. Daí, a proposta a ser apresentada na Assembleia Geral de Acionistas de 0,04 euros por ação, no âmbito da política definida.

O aumento de 40% no valor das ações da EDPR em 2014, com um desempenho significativamente superior ao do PSI20 (perda de 27%) e do DJ SX6E (ganhos de 12%), constitui prova evidente desta alavancagem do retorno para os nossos acionistas.

A nossa missão de produção de eletricidade limpa livre de carbono é evidentemente de grande significado para o nosso papel de liderança a nível de sustentabilidade, assim como os nossos valores de apoio à sociedade e respeito pela biodiversidade. Reforçámos o nosso compromisso com a iniciativa Global Compact das Nações Unidas para o alinhamento do nosso negócio com os seus princípios nas áreas de direitos humanos, padrões de trabalho, ambiente e combate à corrupção. Uma vez mais, este ano a EDPR ajudou o seu acionista principal (EDP) a alcançar uma posição de liderança no setor de Utilities do Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

Sentimo-nos orgulhosos de tudo o que já conseguimos enquanto empresa que conta atualmente com uma estrutura de recursos com mais de 900 pessoas em todo o mundo. O nível de expectativa é elevado. No entanto, o nosso entusiasmo para continuar a progredir e alcançar sucessos ainda maiores e resultados sempre melhores é igualmente elevado. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer aos meus colegas no Conselho de Administração pelo seu apoio e, sobretudo, para expressar a minha gratidão pela forte dedicação e excelente trabalho dos nossos colaboradores, que considero as verdadeiras estrelas da nossa história de sucesso na EDPR. O futuro continuará a reservar grandes desafios ao nosso setor. No entanto, sendo a grande empresa que somos, estou confiante que seremos bem-sucedidos, identificando e aproveitando as oportunidades de melhoria e crescimento.

Sinceros cumprimentos,





JOÃO MANSO NETO
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO E CEO

ENTREVISTA COM O CEO

P1 Em retrospectiva, quais foram as principais concretizações da EDPR em 2014?

R1: A EDPR atingiu alguns objetivos muito significativos em 2014, com impacto imediato, e, na minha opinião, conseguimos também alcançar marcos importantes que terão um impacto positivo durante os próximos anos.

Alcançámos, novamente, níveis record elevados em termos de eficiência, não só quanto a disponibilidade técnica, que foi acima da nossa meta de 97,5%, mas também quanto ao fator de carga, este ano novamente em 30%, e no controlo de custos, com custos operacionais/MW, que diminuíram 8% face ao ano anterior. Em termos de crescimento, adicionámos quase 0,5 GW de nova capacidade, sendo os EUA o principal mercado, responsável por 329 MW.

Talvez ainda mais importante, criámos visibilidade para o nosso crescimento futuro através da assinatura de PPA

e da adjudicação de concursos públicos. Desde 2013, a EDPR assinou PPA e ganhou concursos para futuros parques eólicos em terra até 2017, incluindo 1.255 MW nos EUA, 290 MW na Europa, 236 MW no Brasil e 180 MW num novo mercado em que a EDPR acabou de entrar em 2014, o México. Adicionalmente, tomámos a dianteira no mercado nos EUA, firmando PPA durante os últimos dois anos num total de 1,5 GW, que incluem não só projetos futuros como também projetos já em operação.

Outro destaque importante do ano é a nossa entrada no mercado de energia no México, o que representa uma

O AUMENTO EM 2014 DA COTAÇÃO DAS AÇÕES EM 40%, APÓS A CLARIFICAÇÃO REGULATÓRIA EM ESPANHA, É UM INDICADOR CLARO DA CONSISTÊNCIA DA NOSSA ESTRATÉGIA E DA NOSSA CAPACIDADE PARA CUMPRIR O PLANO DE NEGÓCIOS.

entrada significativa num mercado emergente atrativo e de baixo risco, que se enquadra perfeitamente na estratégia da nossa Empresa. Outro acontecimento importante foi a concessão de 1 GW de energia eólica offshore, através de concurso público, a um consórcio que inclui a EDPR em França. Este projeto permite alargar e diversificar as opções de crescimento rentável a longo prazo através de tecnologia inovadora alinhada com a energia eólica em terra, na qual possuímos capacidades distintas.

P2 Como foi o desempenho financeiro da EDPR durante este ano?

R2: Em termos de rentabilidade, os resultados obtidos pela nossa Empresa durante o exercício demonstram grande resiliência num ambiente hostil, particularmente em alguns dos nossos mercados na Europa. O EBITDA, de 903 milhões de euros, diminuiu em termos homólogos em apenas 2% (17 milhões de euros), apesar do desempenho negativo de -25% (75 milhões de euros) em Espanha. Este facto pode ser explicado essencialmente pelas mudanças regulatórias neste mercado, que são do conhecimento público, mas os resultados foram também extraordinariamente agravados por menores preços pool do que seria de esperar em condições normais. Durante os primeiros meses do ano, quando a produção de energia eólica estava no seu máximo e a produção de energia hidráulica era também muito elevada, os preços do mercado grossista caíram de forma significativa. Isto verificou-se antes do anúncio da nova regulamentação, o que não permitiu a implementação de uma estratégia de cobertura adequada. Neste momento, encontra-se em vigor uma estratégia de cobertura forward hedging, já desde o segundo trimestre de 2014, e em 2015 a nossa exposição aos preços do mercado grossista é limitada.

Seguindo o nosso modelo de autofinanciamento, gerámos dinheiro suficiente para cobrir as nossas necessidades, alcançando um fluxo de caixa operacional sólido de 707 milhões de euros, um aumento em termos homólogos de 4%. O total de aplicações de tesouraria líquida durante o ano ascendeu a 538 milhões de euros, que foram praticamente cobertos por receitas de tax equity ou outras operações de project finance, bem como pelo nosso programa de rotação de ativos. Em 2014 firmámos mais de 400 milhões de euros em operações de rotação de ativos. Apenas com estas transações, mais de 60% do objetivo de rotação de ativos para o período 2014-17 está já assinado a preços competitivos.

O resultado líquido de 126 milhões de euros foi inferior ao do ano anterior apenas em 9 milhões de euros, tendo o desempenho do EBITDA e dos resultados sido mitigados por alguns acontecimentos positivos pontuais, em especial pela diminuição dos impostos diferidos na sequência da redução da taxa de imposto sobre rendimentos anunciada em Espanha.

Não obstante os resultados contabilísticos, a evolução do valor de mercado da Empresa refletido no aumento do preço das ações da EDPR em 40% em 2014 supera de forma significativa os índices Dow Jones Eurostoxx Utilities SX6E (+12%) e PSI20 Euronext Lisboa (-27%). Na realidade, a EDPR foi nomeada a empresa

cujas ações tiveram o melhor desempenho na bolsa portuguesa, entre as empresas com uma capitalização bolsista de mais de mil milhões de euros. Considero que este excelente desempenho, após a clarificação da regulamentação espanhola, constitui um indicador muito claro das perspetivas de mercado para a solidez da nossa estratégia e da nossa capacidade em concretizar o plano de negócios apresentado em maio passado.

P3 A sustentabilidade está atualmente no topo da agenda estratégica para a maioria das empresas. Qual é a posição da EDPR?

R3: A sustentabilidade está na base da existência da EDPR. A nossa empresa tem, há muito, a visão de ser uma empresa global de energias renováveis líder na criação de valor, inovação e sustentabilidade. Na verdade, adotámos esta abordagem antes de muitas outras empresas do setor e começámos a responder às macro-tendências globais que nos têm conduzido em direção a energias abundantes, limpas e acessíveis. Essas tendências têm tornado as energias renováveis numa história de sucesso em todo o mundo, responsável por uma parte crescente da produção total, o que está relacionado naturalmente com os claros benefícios para o meio ambiente e para a sociedade, mas também com a competitividade económica comprovada das energias renováveis, e em particular da energia eólica em terra.

Na EDPR, enquanto uma das empresas pioneiras no setor de energia eólica, construímos desde cedo capacidade significativa e, desde então, temos mantido uma posição de topo no ranking mundial de produtores de energia eólica. Esta posição de liderança no "lado certo do setor da energia" e o conhecimento e reputação que fomos acumulando ao longo do tempo têm sido a principal força competitiva da EDPR na expansão do nosso crescimento e da nossa rentabilidade.

P4 Que passos tem a EDPR dado para se tornar líder em sustentabilidade?

R4: Para nós, não é apenas uma questão daquilo que fazemos como negócio, é também de como o fazemos. E isso reflete-se, por exemplo, na nossa abordagem financeira de risco controlado, no nosso respeito pela biodiversidade, na minimização dos potenciais impactos e na nossa atenção para com as comunidades locais. Gostaria de fazer uma referência especial ao trabalho da Fundación EDP, que também representa outras subsidiárias do Grupo EDP em Espanha. Com a sua missão de responsabilidade social, tem desenvolvido várias iniciativas de apoio às comunidades em diferentes áreas, nomeadamente cultura, educação e pesquisa ambiental.

NÃO SE TRATA APENAS DAQUILO QUE FAZEMOS COMO NEGÓCIO, MAS TAMBÉM DE COMO O FAZEMOS: A ATENÇÃO PARA COM AS COMUNIDADES LOCAIS, O RESPEITO PELA BIODIVERSIDADE, UMA ABORDAGEM DE RISCO CONTROLADO.

Na EDPR, estamos comprometidos publicamente com os 10 princípios do Pacto Global da ONU nas áreas de direitos humanos, normas laborais, ambiente e combate

à corrupção. Posso destacar algumas das nossas iniciativas durante o ano passado que evidenciam o nosso compromisso face a esses princípios. Em primeiro lugar, completámos a certificação OHSAS 18001 para quase todas as nossas instalações, assegurando condições e práticas de trabalho adequadas, a fim de cumprir o nosso objetivo de zero acidentes. Foi um passo importante que demonstra o nosso compromisso com a saúde e segurança dos nossos colaboradores e empreiteiros. Na área ambiental, alcançámos outro marco importante ao completar a implementação do nosso sistema de gestão ambiental nos EUA e dispoño quase todos os nossos parques da certificação ISO 14001, mantendo práticas ambientais rigorosas que cumpram as metas internas, e não apenas os requisitos legais. Em termos de governo corporativo, formalizámos a nossa política anticorrupção quanto à adoção das melhores práticas empresariais e princípios éticos, enfatizando a transparência e a responsabilização do nosso modelo de governo.

Estamos muito satisfeitos por termos sido reconhecidos pela nossa excelência na área da sustentabilidade com a nossa presença no índice FTSE4Good e, mais significativamente, pelo aumento do interesse dos fundos de investimento sustentável e responsável na nossa empresa.

No ano passado, definimos 10 metas de sustentabilidade até 2017, em linha com o nosso plano de negócios, seguindo a nossa cultura de melhoria contínua e reforçando a sustentabilidade como componente central do futuro da EDPR.

P5 Como vê o negócio da eletricidade e o ambiente regulatório?

R5: Claramente, as macrotendências globais a favor das energias renováveis permanecerão globalmente fortes. Haverá uma forte necessidade de energia abundante, limpa e acessível. Em especial, a energia eólica não é apenas amiga do meio ambiente, é também competitiva com todas as outras tecnologias, mesmo aos atuais preços dos combustíveis.

A ENERGIA EÓLICA NÃO É APENAS AMIGA DO AMBIENTE, É TAMBÉM COMPETITIVA COM TODAS AS OUTRAS TECNOLOGIAS, MESMO AOS ATUAIS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS.

Na Europa, o enfoque está, certamente, a mover-se da descarbonização, evidente no objetivo 20-20-20 e nas metas para 2030, para a questão da competitividade do custo. No entanto, as perspetivas a curto prazo na Europa enfrentam alguns desafios devido à perceção errada sobre o verdadeiro custo/benefício das energias renováveis, criado no contexto de uma recessão mundial que dirigiu a atenção para estes sistemas de remuneração. A intenção era a de mostrar que estes sistemas tinham custos excessivos, mas basearam-se em análises incorretas, pondo em causa a regulamentação existente para suportar o crescimento futuro. A verdade é que numa base de custo nivelado de energia, à exceção de grandes centrais hidroelétricas em alguns casos,

nenhuma outra tecnologia é tão competitiva como a energia eólica em terra. A segurança do fornecimento irá colocar maior ênfase numa maior dependência de fontes endógenas de energia, após a crise entre a Ucrânia e Rússia. Consequentemente, o crescimento na Europa ainda será dinâmico ao longo dos próximos anos, ocupando espaço à medida que o excesso de oferta existente é absorvido pelo aumento da procura.

Neste momento, as perspetivas no continente americano são mais favoráveis devido a um recurso eólico bastante mais forte, o que torna a energia eólica ainda mais competitiva face a outras tecnologias. Esta perspetiva é válida considerando a disponibilidade de gás de xisto e aos atuais baixos preços.

O crescimento nos EUA também é motivado pela necessidade de cumprir as metas do portfólio de energia renovável (RPS). Vários estados, especialmente nas costas ocidentais e orientais, têm cada vez mais objetivos vinculativos até 2020 e daí em diante. A administração norte-americana revelou recentemente um plano para reduzir as emissões de carbono das centrais de produção de energia. Isto implica uma maior dependência de fontes de energia renovável, esperando que estas contribuam com 1/4 da redução prevista até 2030.

A sul dos EUA, o Brasil e o México estão a reforçar o seu apoio regulatório, principalmente através da organização de concursos/leilões e condições favoráveis de financiamento. Estes são os centros eólicos mais promissores na América Latina, com recursos eólicos muito fortes, elevado crescimento no consumo de eletricidade e uma preocupação crescente com a diversificação de fontes de energia que reduzam a excessiva dependência da energia hídrica e assim uma potencial escassez de energia e picos de preço devido a seca.

P6 Como vê a evolução do mercado daqui em diante?

R6: O setor irá assistir a uma importância crescente das estruturas com base em leilões (concursos, PPA). Este sistema está já bem desenvolvido no continente americano, e neste momento estamos a assistir a uma mudança na Europa, o que, em minha opinião, é uma evolução muito bem-vinda, uma vez que os leilões proporcionam visibilidade a longo prazo com um risco baixo para os investidores e menores preços para os consumidores de eletricidade. O setor de energia eólica não precisa de subsídios mas de estabilidade, por exemplo assegurada por mecanismos de concorrência ex-ante.

Os EUA têm um suporte regulatório eficiente, embora a visibilidade sobre a extensão de longo prazo dos incentivos em vigor, sobretudo PTC, seja limitada. Seria importante contar pelo menos com uma visão a médio prazo sobre estes negócios, mesmo que incluíssem uma eliminação progressiva, pelo facto de permitirem melhor planeamento e constituírem uma mais-valia para os consumidores. A situação tal como está causa um crescimento volátil do mercado devido ao facto de os compradores geralmente aproveitarem os anos em que os PTC estão disponíveis para assinarem novos acordos.

O SETOR DE ENERGIA EÓLICA NÃO PRECISA DE SUBSÍDIOS MAS DE ESTABILIDADE, POR EXEMPLO ASSEGURADA POR MECANISMOS DE CONCORRÊNCIA EX-ANTE.

A importância dos PTC para a criação de valor é hoje menor do que há alguns anos devido à melhoria da competitividade da energia eólica. Atualmente, um novo parque eólico na região central dos EUA com o melhor fator de carga para alcançar a rentabilidade por nós exigida pode oferecer a uma empresa de distribuição de energia elétrica um preço PPA que é competitivo a 20 anos com o que se poderia esperar de qualquer outra nova central.

P7 Quais são as implicações deste contexto nas perspectivas de crescimento?

R7: O nosso plano de negócios tem como objetivo manter o crescimento da capacidade a um ritmo de 500 MW por ano até 2017, com enfoque em projetos de elevada qualidade, principalmente através de contratos de venda de energia de longo prazo já concedidos, reduzindo a nossa exposição aos preços do mercado grossista e regimes regulatórios. Beneficiando da nossa diversificada presença mundial e da nossa extensa carteira de projetos que nos permitem escolher os mercados mais interessantes em cada momento, projetámos que o crescimento futuro seja localizado 60% nos EUA, 20% na Europa e os restantes 20% em mercados de energia eólica emergentes.

Nos EUA, desde a extensão por um ano de PTC no início de 2013, assinámos PPA para 1.255 MW de capacidade, o que coloca ao nosso alcance a concretização da nossa meta de crescimento neste mercado, tendo 300 MW sido já instalados em 2014. Possuímos diversos projetos para instalar capacidade nos EUA em 2015, 2016 e 2017.

O PLANO DE NEGÓCIOS É CRESCER ACIMA DE 500 MW POR ANO EM PROJETOS DE ALTA QUALIDADE COM VENDA DE ENERGIA A LONGO PRAZO: 60% NOS E.U.A., 20% NA EUROPA E 20% EM MERCADOS EMERGENTES.

Na Europa, definimos uma meta de 20% de aumento global da capacidade até 2017. Este crescimento centrar-se-á sobretudo em França, Itália e Polónia. No entanto, a longo prazo a procura de energia irá certamente recuperar e as metas de energias renováveis da UE para 2030 indicam já que a energia renovável estará novamente em ascensão. Por isso, apesar de poder parecer que estamos inativos, na verdade estamos ativos, mantendo a otimização constante da nossa carteira até à fase em que os projetos estão prontos a ser construídos e dão origem a novos projetos, sempre que encontramos oportunidades em regimes regulatórios favoráveis ao nosso crescimento rentável e sustentável. Muito provavelmente, iremos participar em concursos públicos futuros esperados, em vários países onde já estamos presentes.

Por último, mas não menos importante, no Brasil, um mercado com sólidos fundamentos económicos, o plano de ação é preparar novos projetos para participar

do próximo leilão de energia com PPA; e, por certo, estamos quase a completar os 237 MW adjudicados através PPA em 2011 e 2013. O México é outro mercado promissor, com um potencial muito forte adequado ao nosso plano de crescimento global diversificado com uma abordagem de baixo risco. Iniciaremos a construção do nosso primeiro projeto em 2016 com 180-200 MW com um contrato a 25 anos. Continuaremos ativamente a prospeção de oportunidades adicionais nesses países ou em outros mercados emergentes, com os mesmos fundamentos sólidos.

Mas, como referi, a nossa presença mundial diversificada e a nossa extensa carteira de projetos de elevada qualidade irão permitir-nos selecionar a combinação ideal de investimentos em cada momento.

P8 E quanto a novas tecnologias?

R8: Em relação a outras tecnologias para além da energia eólica em terra, iniciámos um processo de diversificação para energia solar fotovoltaica, mas este tipo de investimentos têm de ser avaliados caso-a-caso em função da oportunidade, tal como o caso dos 30 MW instalados este ano nos EUA (Califórnia). No entanto, com a redução esperada do custo nivelado de energia desta tecnologia, estamos a rever as opções para reforçar esta área.

A nível da energia eólica offshore estamos a fazer investimentos em projetos sólidos, com parceiros muito fortes como a Repsol no Reino Unido e, mais recentemente, GDF Suez e Neoen na França. A tecnologia ainda não está madura, há bastante espaço para redução de custos e acreditamos que podemos alavancar nas nossas competências fundamentais em energia eólica em terra. A energia eólica offshore é claramente uma fonte de energia muito promissora e fará parte do crescimento das energias renováveis na Europa, particularmente em mercados onde o desenvolvimento da energia eólica em terra é limitado.

P9 A empresa vai manter o seu perfil de baixo risco?

R9: Sim, certamente. O perfil de baixo risco está no nosso material genético e é, naturalmente, um dos pilares fundamentais da nossa estratégia, uma vez que o consideramos essencial para manter um custo de capital competitivo. Esta cultura de risco controlado é observada nas nossas práticas rigorosas de gestão de risco, refletida de forma mais evidente nas nossas estratégias de cobertura, face a qualquer exposição aos preços do mercado grossista, através da regulamentação ou de PPA bilaterais. Apenas cerca de 10% da nossa produção está exposta a preços do mercado à vista, um nível considerado adequado para um perfil de baixo risco.

Esta cultura reflete-se ainda na nossa gestão da dívida financeira, 86% a taxa fixa e maturidade a três anos ou mais, e na nossa cobertura de risco cambial, apenas para destacar alguns dos nossos princípios de gestão de risco.

Continuaremos a seguir uma política financeira rigorosa, apenas assumindo compromissos financeiros

É SEMPRE NOSSA PREOCUPAÇÃO FUNDAMENTAL CUMPRIR O CRESCIMENTO PLANEADO, EM TEMPO E ORÇAMENTO, O QUE TEMOS CONSEGUIDO FAZER E TENCIONAMOS MANTER.

quando tivermos assegurados os meios para o fazer. Esta questão é particularmente relevante no nosso negócio, que é especialmente exigente a nível de capital, e também quando observamos o nosso plano de investimentos atual no valor de 2,5 mil milhões de euros para o quadriénio iniciado em 2014.

P10 Como tenciona financiar um plano de investimentos tão significativo?

R10: Como saberá, estamos comprometidos com o que denominamos modelo de autofinanciamento, através do qual limitamos o financiamento do nosso plano de investimentos exclusivamente ao nosso fluxo de caixa libertado internamente pelos ativos operacionais, bem como pela venda de participações minoritárias nos nossos projetos. A antecipação do fluxo de caixa dos nossos ativos permite-nos aumentar o nosso valor e o crescimento através do seu reinvestimento, preservando a disciplina orçamental que mantém a empresa num nível de risco baixo, num ambiente de financiamento competitivo em termos de custos. O nosso plano de negócios tem como objetivo angariar 700 milhões de euros a partir das receitas da rotação de ativos que complementam o montante de 1,8 mil milhões de euros de fluxo de caixa operacional para financiar o nosso plano de investimentos num total de 2,5 mil milhões de euros. Só com as operações de 2014, mais de 60% deste objetivo foi já alcançado, através de três acordos envolvendo ativos localizados em diferentes países com diferentes fundos de pensões e fundos de infraestruturas como contraparte. Importa ainda mencionar outro acordo, firmado no âmbito da parceria estratégica da EDP com a China Three Gorges no final de 2014, para a venda de 49% da nossa capacidade operacional e da capacidade em desenvolvimento no Brasil. Esta operação vem na sequência da primeira operação em Portugal, que incluiu os ativos em que a EDPR era acionista maioritário, bem como um memorando de entendimento para a venda de uma participação minoritária a ser executada após a divisão dos ativos no consórcio ENEOP, que terá lugar em 2015.

Para nós, também é claro que a nossa empresa irá continuar a identificar fontes de financiamento externas, como as parcerias institucionais, comuns nos EUA, ou o project finance, que é mais comum no Brasil e na Europa, nomeadamente na Polónia. Temos tido sucesso na obtenção de fundos ao longo dos últimos anos, e em 2014 angariámos um total de 366 milhões de euros.

E, o que é mais importante, a principal fonte de fundos continuará a ser o fluxo de caixa operacional gerado pelos ativos existentes, e que deverá ascender a 3,5 mil milhões de euros no período 2014-17, montante que deverá permanecer em grande medida disponível para financiar novos investimentos.

P11 Que mais poderá ainda ser feito para aumentar a rentabilidade?

R11: Estabelecemos como objetivo aumentar o EBITDA em 9% e o resultado líquido em 11% ao ano, em média, a partir de 2013, durante os próximos quatro anos. Para tal, iremos investir em projetos com maior fator de carga, o que irá gerar produção mais sólida do que a dos nossos ativos em operação, elevando a eficiência operacional. Estes objetivos permitirão o aumento da produção de energia elétrica em 9% e a redução do opex/MW em 2% em média por ano, de 2014 a 2017.

É sempre nossa preocupação fundamental cumprir o crescimento planeado, a nível de tempo e de orçamento, o que temos conseguido fazer e tencionamos manter.

Quanto à vertente de operações, continuaremos a melhorar os níveis de disponibilidade, bem como a efetuar pequenas mas importantes melhorias no fator de carga mediante a introdução de melhorias tecnológicas na produtividade, que se encontram já em implementação nas turbinas em operação. Iremos também reduzir custos através da divulgação de melhores práticas e abordagens menos pesadas e com menores custos (lean), bem como através da realização interna de atividades de manutenção de valor acrescentado.

P12 Por fim, como CEO da EDPR, o que pensa da empresa?

R12: Tem sido um enorme privilégio ser CEO durante os últimos três anos, liderando uma equipa que, sinceramente, considero ser um grupo extraordinário de pessoas – mais de 900 atualmente – que contribuem com o seu excelente trabalho para a nossa missão enquanto organização, e fazendo-o com uma dedicação acima das expectativas e grande entusiasmo. E isto facilita o meu trabalho por estar em tão boa companhia de profissionais competentes e indivíduos com capacidade de adaptação. Uma empresa é, na sua essência, as suas pessoas. E para nós constitui uma enorme vantagem competitiva podermos contar com uma grande equipa de profissionais especializados e muito experientes, que são, no fundo, os pioneiros do setor de energia eólica, que trabalham em conjunto com profissionais mais jovens, muito qualificados, que se têm juntado a nós e percorrido este caminho connosco. O nosso negócio tem sido abalado por numerosos desafios, e eu estou pessoalmente grato pela capacidade de adaptação, tanto funcional como geográfica, demonstrada por muitos dos nossos colaboradores.

Agradeço também o apoio dos nossos acionistas, que constituem um suporte sólido para a nossa estratégia e que nos estimulam, a mim e aos meus colegas da equipa executiva, a cumprir a nossa missão na empresa cada vez melhor.

UMA EMPRESA É AS SUAS PESSOAS. O NOSSO NEGÓCIO TEM SIDO ABALADO POR NUMEROSOS DESAFIOS, E EU ESTOU PESSOALMENTE GRATO PELA CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO DOS NOSSOS COLABORADORES.

1.1. A EMPRESA EM RESUMO

1.1.1. VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS

VISÃO

Uma empresa global no setor das energias renováveis, líder em criação de valor, inovação e sustentabilidade.

✦ MISSÃO

Ser uma empresa líder de longo prazo no setor das energias renováveis, procurando obter credibilidade através da estabilidade, da criação de valor, da responsabilidade social, da inovação, e do respeito pelo ambiente.

VALORES

INICIATIVA

através do comportamento e atitudes dos nossos colaboradores

Conciliamos conduta e rigor profissional com entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa

Ouvimos os nossos stakeholders e respondemos de forma simples e clara

Surpreendemos os nossos stakeholders, antecipando as suas necessidades

CONFIANÇA

dos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e demais stakeholders

Asseguramos uma governação dos negócios participativa, competente e íntegra

Acreditamos que o equilíbrio entre a vida privada e profissional é fundamental para o sucesso

EXCELÊNCIA

na forma como atuamos

Cumprimos os compromissos que assumimos perante os nossos acionistas

Colocamo-nos no lugar dos nossos stakeholders sempre que uma decisão é efetuada

Promovemos o desenvolvimento de competências e mérito

INOVAÇÃO

com o objetivo de criar valor nas diversas áreas em que atuamos

Somos líderes devido à nossa capacidade de antecipar e concretizar

Evitamos emissões de gases de efeito de estufa com a energia que produzimos

Exigimos excelência em tudo o que fazemos

SUSTENTABILIDADE

visando melhorar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras

Assumimos as responsabilidades sociais e ambientais que resultam do nosso desempenho, contribuindo, de desta forma, para o desenvolvimento das regiões em que atuamos

COMPROMISSOS

1.1.2. PRESENÇA A NÍVEL MUNDIAL

A EDPR é líder mundial do setor das energias renováveis e está presente em 12 países, na Europa e no continente americano, com uma carteira global de 9,0 GW de capacidade instalada, 443 MW em construção e muito mais em desenvolvimento, empregando mais de 900 colaboradores.

edp renováveis NO MUNDO

EDPR AMÉRICA DO NORTE

316 COLABORADORES



EUA

3.984 MW EM OPERAÇÃO
+299 MW EM CONSTRUÇÃO
+956 MW IN PIPELINE WITH PPA



CANADÁ

30 MW EM OPERAÇÃO



MÉXICO

180 MW EM PIPELINE COM PPA



EDPR BRASIL

26 COLABORADORES

BRASIL

84 MW EM OPERAÇÃO
+120 MW EM CONSTRUÇÃO
+117 MW EM PIPELINE COM PPA

A EDPR produziu 19,8 TWh de energia limpa em 2014, dos quais 47% na Europa, 52% na América do Norte e 1% no Brasil.



EDPR EUROPA

577 COLABORADORES (INCLUINDO 143 COLABORADORES DA EDPR HOLDING)



ESPAÑA

2.368 MW EM OPERAÇÃO
+2 MW EM CONSTRUÇÃO



FRANÇA

340 MW EM OPERAÇÃO
+430 MW DE ENERGIA EÓLICA
OFFSHORE
EM PIPELINE COM PPA



POLÓNIA

392 MW EM OPERAÇÃO
+6 MW EM CONSTRUÇÃO



ITÁLIA

90 MW EM OPERAÇÃO
+10 MW EM CONSTRUÇÃO



PORTUGAL

1.157 MW EM OPERAÇÃO
+6 MW EM CONSTRUÇÃO



BÉLGICA

71 MW EM OPERAÇÃO



ROMÉNIA

521 MW EM OPERAÇÃO

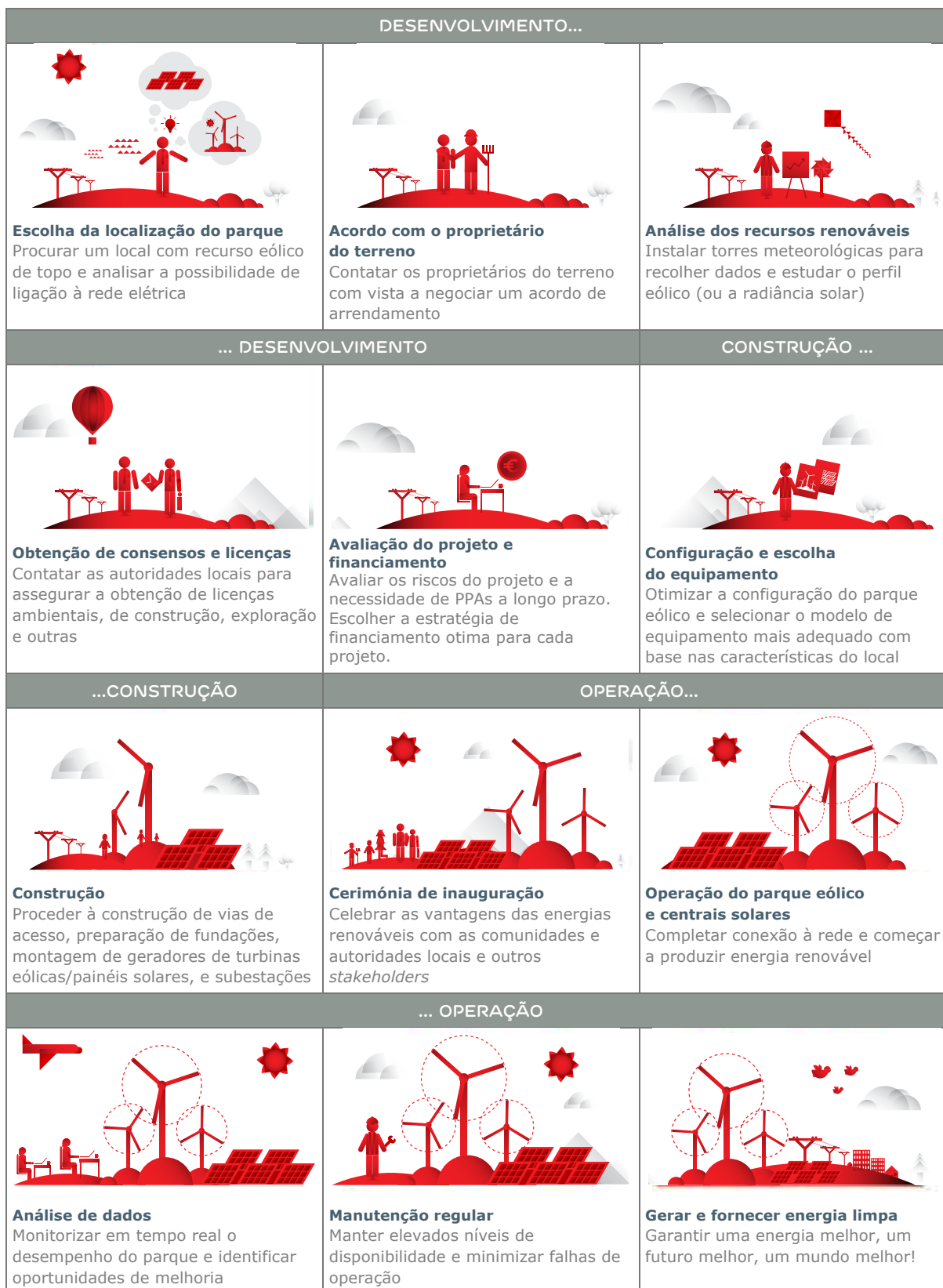


**REINO
UNIDO**

1,4 GW (MAX) DE ENERGIA EÓLICA
OFFSHORE EM DESENVOLVIMENTO

1.1.3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

A nossa atividade no setor de energias renováveis inclui, em termos gerais, o desenvolvimento, a construção e a operação totalmente controlada de parques eólicos e centrais solares para gerar e fornecer energia elétrica limpa.



1.1.4. STAKEHOLDERS (G4-24, G4-25, G4-26)

Envolver os stakeholders no nosso negócio é uma prioridade estratégica e, para criar valor, procuramos manter um diálogo aberto e transparente, criar e intensificar a confiança, partilhar informação e conhecimento, antecipar desafios e identificar oportunidades de cooperação.

Fazemo-lo através dos nossos quatro grandes compromissos orientadores: Compreender, Comunicar, Colaborar e Confiar. Estes compromissos estão subjacentes à nossa política de irmos mais longe do que a mera execução dos requisitos formais legais, contribuindo, desta forma, para um compromisso efetivo e genuíno dos diferentes stakeholders.

COMPREENDER

Incluir, Identificar, Priorizar: Identificámos, de forma dinâmica e sistemática, os *stakeholders* que influenciam e são influenciadas pela Empresa, e procedemos à sua análise para tentar compreender as suas expectativas e interesses face às decisões com impacto direto sobre si.

COLABORAR

Integrar, Partilhar, Cooperar, Documentar: Procuramos colaborar com os *stakeholders* para construir parcerias estratégicas que permitam reunir e partilhar conhecimento, capacidades e ferramentas, assim promovendo a criação de valor partilhado de forma diferenciadora.

COMUNICAR

Informar, Ouvir, Responder: Estamos empenhados em promover o diálogo bilateral com os *stakeholders* através de iniciativas de informação e consulta. Ouvimos, informamos e respondemos aos *stakeholders* de forma consistente, clara, rigorosa e transparente, com o objetivo de criar relações sólidas, duradouras e próximas.

CONFIAR

Transparência, Integridade, Respeito, Ética: Consideramos que a promoção de um clima de confiança com os *stakeholders* é crucial para estabelecer relações estáveis a longo prazo. A nossa relação com os *stakeholders* assenta em valores como a transparência, integridade e respeito mútuo.

Quem são os stakeholders da EDPR? Todas as pessoas ou entidades que influenciam ou são influenciadas pelas nossas atividades. Encontram-se organizadas em quatro segmentos: Democracia, Cadeia de Valor, Mercado, e Contexto Social e Territorial.

Em 2014, em Espanha, a Empresa iniciou o seu plano de gestão dos stakeholders, que consiste em 5 fases principais: 1) segmentação, 2) definição dos gestores de stakeholders para acompanhar a implementação das iniciativas de melhoria, 3) análise quantitativa através de vários estudos internos e externos, 4) preparação de um relatório com as conclusões após a consolidação dos dados dos estudos, e 5) plano de ação a ser implementado por cada gestor de stakeholders e coordenado por um comité de acompanhamento.

Este plano será aplicado em outros países no futuro com o objetivo de obter uma visão global do relacionamento da Empresa com os stakeholders em diferentes localizações geográficas.

A tabela seguinte apresenta uma listagem dos diferentes stakeholders, agregados pelos quatro segmentos de stakeholders descritos e que mantêm uma interação com o nosso negócio em Espanha:

Segmento	Stakeholder
Democracia	Comissão de Energia do Congresso dos Deputados Espanhol
	Eurodeputados espanhóis
	Partidos políticos
Cadeia de valor	Colaboradores
	Fornecedores
	Proprietários das terras
Ambiente social e territorial	Associações
	Comunidades locais
	Universidades
	Conselhos municipais
	Conselho de Energia ou Comissários para a Energia
	Comunicação social e líderes de opinião





A EDPR organizou um dia comemorativo para celebrar o Dia Mundial do Vento no parque eólico de Rabosera na província de Aragão (em Espanha) e no de Le Roy, no Minnesota (EUA)

INICIATIVAS COMO A DA COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DO VENTO SÃO UM INDICADOR DO COMPROMISSO COM AS COMUNIDADES LOCAIS NOS MUNICÍPIOS ONDE A EDPR ESTÁ PRESENTE.

A EDPR celebra o Dia Mundial do Vento, um evento mundial que ocorre anualmente a 15 de junho, com um dia de atividades comemorativas no parque eólico de Rabosera, situado entre as localidades de Luna (Saragoça) e Gurrea de Gállego (Huesca) em Espanha. Para comemorar este dia, o parque eólico de Rabosera abriu as suas portas ao público para visitas guiadas educativas, acompanhadas por pessoal técnico, e visitas ao túnel eólico. O dia incluiu ainda workshops para crianças e concursos de desenhos.

Esteve presente neste evento a responsável do Departamento de Energia e Minas do Governo Regional de Aragão, Marina Sevilla. Foi acompanhada por Ramón Tejedor, conselheiro do mesmo departamento, e pela diretora do Serviço de Indústria Local e Inovação de Huesca, Marta Patricia Rodríguez. Também estiveram presentes vários representantes locais e responsáveis de localidades vizinhas. Segundo Rocio Sicre, Diretora Regional da EDPR em Espanha, "iniciativas como esta fazem parte da filosofia sustentável da Empresa e são um indicador claro do nosso compromisso com as comunidades locais nos municípios em que temos operações".

Nos EUA, a equipa da EDPR em Le Roy, no Minnesota, foi responsável pela organização de eventos no Dia Mundial do Vento, nos parques eólicos Pioneer Prairie e Prairie Star. Em parceria com a Escola Le Roy, a EDPR proporcionou uma tarde de aprendizagem sobre ciência e engenharia, com particular enfoque na energia eólica. A EDPR falou aos estudantes do impacto ambiental das energias renováveis.

Depois de terminada a sessão para os estudantes, foi a vez de receber conselheiros do Congresso, jornalistas e consultores fiscais do Iowa e do Minnesota, que ficaram a conhecer as Operações e Manutenção dos parques eólicos. A visita terminou com uma recepção no local, que proporcionou uma oportunidade a todos para estabelecerem contactos.



1.2. 2014 EM REVISTA

1.2.1. SUMÁRIO DE MÉTRICAS-CHAVE

<p>CAPACIDADE INSTALADA</p> <p>9,0 GW</p> <p>EBITDA + Net equity</p>	<p>DISPONIBILIDADE TÉCNICA</p> <p>97,6%</p> <p>-0,1p.p. vs 2013</p>	<p>PRODUÇÃO</p> <p>19,8 TWh</p> <p>+3% vs 2013</p>
<p>NOVAS ADIÇÕES</p> <p>+0,5 GW</p> <p>EBITDA + Net equity</p>	<p>FATOR DE CARGA</p> <p>30%</p> <p>-0.2p.p. vs 2013</p>	<p>EMISSÕES EVITADAS</p> <p>17,0mt CO₂</p> <p>+4% vs 2013</p>
<p>INVESTIMENTOS LÍQUIDOS CAIXA</p> <p>€538m</p> <p>+€105m capex YoY</p>	<p>DÍVIDA LÍQUIDA</p> <p>€3,3m milhões</p> <p>+0% vs 2013</p>	<p>12</p> <p>PAÍSES</p> <p>1 novo: México</p>
<p>EBITDA</p> <p>€903m</p> <p>-2% vs 2013</p>	<p>OPEX/MW</p> <p>€55k/MW</p> <p>-8% vs 2013</p>	<p>919</p> <p>COLABORADORES</p> <p>+3% vs 2013</p>
<p>CASH-FLOW OPERACIONAL</p> <p>€707m</p> <p>+4%vs 201</p>	<p>RES. LÍQUIDO</p> <p>€126m</p> <p>-€9m vs 2013</p>	<p>FORMAÇÃO</p> <p>83%</p> <p>43hrs / colaborador</p>

+471 MW DE ENERGIA LIMPA COMISSIONADA

Em 2014, a EDPR completou dez projetos em cinco países, incluindo o seu primeiro projeto de energia solar nos EUA, localizado na Califórnia, e mais dois projetos de energia eólica - Rising Tree North e 200 MW Headwaters.

Nome do projeto	País	MW	Tecnologia
Estarreja	Portugal	2	Solar
Headwaters	EUA	200	Eólica
Ilza	Polónia	4	Eólica
Lone Valley	EUA	30	Solar
Overpowering	Portugal	2	Eólica
Preuseville	França	6	Eólica
Radziejow	Polónia	18	Eólica
Rising Tree North	EUA	99	Eólica
San Giovanni	Itália	20	Eólica
Truc de L'Homme	França	12	Eólica
EBITDA		393	
ENEOP	Portugal	78	Eólica
2014		471	



Energia eólica anterior e nova em Headwaters

LOCALIZAÇÃO DO PARQUE DE HEADWATERS, PRODUÇÃO ENERGÉTICA E BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

Localizado em Randolph County, no estado de Indiana (EUA), o parque eólico de Headwaters fornece eletricidade livre de emissões à Central de Indiana Michigan (subsidiária da American Electric Power), através de um acordo de compra de energia de longo prazo. Utiliza a mais recente tecnologia de turbinas para gerar 200 MW de eletricidade renovável para particulares, o suficiente para abastecer 51.000 lares médios em Indiana com energia limpa durante um ano, evitando a emissão anual de toneladas de dióxido de carbono, que contribuem para alterações climáticas, óxido de azoto que causa smog, e dióxido de enxofre que provoca chuva ácida. Os benefícios ambientais anuais das 332.000 toneladas de CO₂ equivalem a tirar aproximadamente 183.000 carros das estradas.

DESENVOLVIMENTO

Mais de 200 proprietários foram chamados a participar em acordos de arrendamento e direito de servidão de longo prazo, que cobrem turbinas, acessos rodoviários e corredores de transmissão. A EDPR também realizou medições eólicas no local durante vários anos, para poder desenhar a melhor configuração do parque.

CONSTRUÇÃO

Os trabalhos de construção iniciaram-se e terminaram em 2014. O parque eólico possui um total de 100 turbinas, com uma altura de 94,5 metros. Está ligado à rede com uma linha de transmissão de 345 quilovolts através de uma nova subestação, uma linha de transmissão de 10 milhas e estação de interligação. O projeto inclui a manutenção de 80 milhas de estradas públicas e mais de 35 milhas de estradas de acesso privado às turbinas. Foram criados mais de 250 postos de emprego diretos e indiretos na fase mais intensa de construção.

OPERAÇÃO

A EDPR criou 14 empregos permanentes a tempo inteiro na área para assegurar a operação do parque com os mais elevados níveis de eficiência. O parque eólico de Headwaters ajuda a proporcionar segurança energética aos EUA, através da diversificação da carteira de geração de energia elétrica, protegendo dos picos de volatilidade do gás natural, através da utilização de energia nacional renovável.

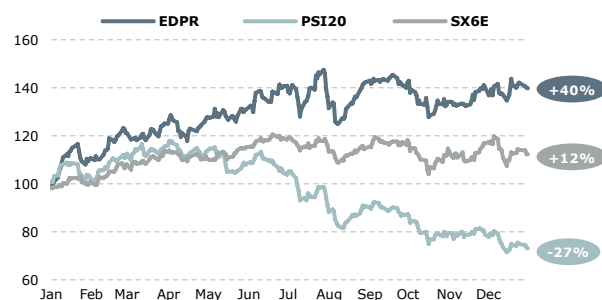


O parque eólico de Headwaters não impede a utilização do solo pelos agricultores de Indiana

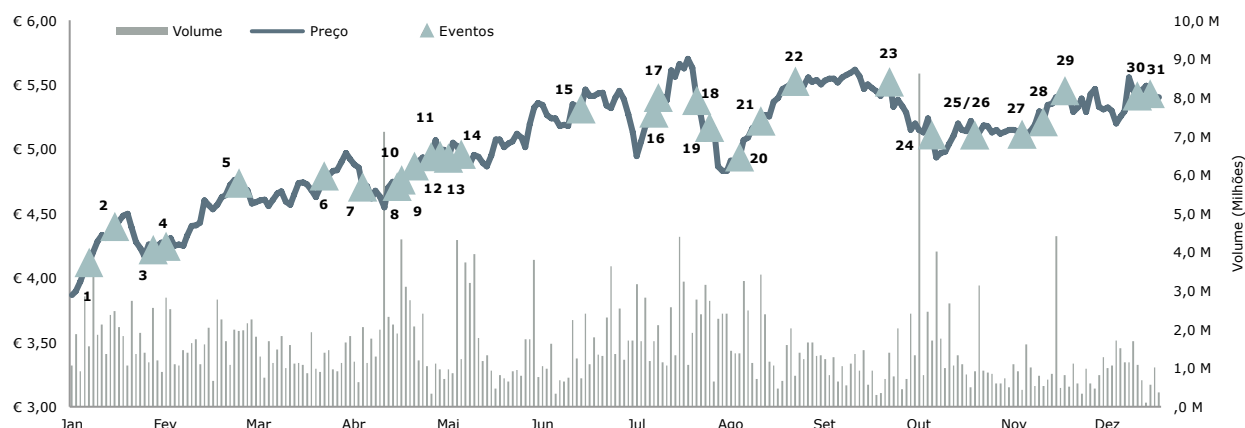
1.2.2. DESEMPENHO DA AÇÃO

O preço das ações subiu 40% em 2014, com uma performance acima do PSI20 no índice Euronext na Bolsa de Lisboa e do Dow Jones Eurostoxx Utilities SX6E

A EDPR possui 872,3 milhões de ações cotadas e admitidas à negociação na Bolsa de Lisboa. A 31 de dezembro de 2014, a EDPR tinha uma capitalização de mercado de 4,7 mil milhões de euros, 40% acima dos 3,4 mil milhões de euros no final do ano precedente, equivalente a 5,40 euros por ação. Em 2014, a rentabilidade total para os acionistas foi de 41%, considerando o pagamento a 8 maio de 0,04 euros por ação.



Ações da EDPR na Bolsa de Lisboa	2014	2013	2012	2011	2010
Preço de abertura (€)	3,86	3,99	4,73	4,34	6,63
Preço mínimo (€)	3,87	3,58	2,31	5,25	3,72
Preço máximo (€)	5,70	4,36	4,86	3,89	7,01
Preço de fecho (€)	5,40	3,86	3,99	4,73	4,34
Capitalização do mercado (€ milhões)	4.714	3.368	3.484	4.124	3.783
Número de ações negociadas: Listed & OTC (milhões)	396,84	448,15	446,02	463,56	544,52
...das quais na NYSE Euronext Lisbon (milhões)	149,48	200,29	207,49	232,29	311,46
Volume médio diário (€ milhões)	1,56	1,76	1,74	1,80	2,11
Turnover (€ milhões)	1.976,41	1.759,20	1.525,56	2.098,58	2.695,41
Média diária de ações negociadas (milhões)	7,75	6,90	5,96	8,17	10,45
Rotação de capital (% do total de ações)	46%	51%	51%	54%	63%
Rotação de capital (% de ações em circulação)	205%	229%	228%	239%	279%
Variação no preço das ações	+40%	-3%	-16%	+9%	-35%
Rentabilidade total para os acionistas	+41%	-2%	-16%	+9%	-35%
PSI 20	-27%	+16%	+3%	-28%	-10%
Down Jones Eurostoxx Utilities	+12%	+9%	-9%	-25%	-15%



- | | | |
|--|--|--|
| 1 A EDPR garante PPA para novo parque eólico de 200 MW nos EUA, 8-jan. | 11 EDPR data ex- dividendo (€0.04 por ação), 5-mai | 21 A EDPR executa nova transação de rotação de ativos nos EUA, 20-ago. |
| 2 A EDPR executa uma operação de <i>project finance</i> para o 1º projeto no Canadá, 16-jan. | 12 O consórcio da EDPR recebe a concessão de 1 GW de capacidade de energia eólica offshore em França, 7-mai. | 22 A EDPR estabelece uma estrutura de parceria institucional para sistema solar fotovoltaico nos EUA, 1-set. |
| 3 A EDPR divulga os dados operacionais de 2013, 29-jan. | 13 A EDPR divulga os resultados financeiros do 1º trimestre de 2014, 9-mai. | 23 A EDPR executa uma nova transação de rotação de ativos em França, 1-out. |
| 4 Espanha publica para consulta os standards da nova remuneração às renováveis, 3 fev. | 14 A EDPR faz apresentação no Dia do Investidor do Grupo EDP, 14-mai. | 24 A EDPR divulga os dados operacionais relativos aos 9 meses de 2014, 15-out. |
| 5 A EDPR divulga os resultados financeiros do ano de 2013, 26-fev. | 15 Espanha aprova a nova remuneração de ativos de energia eólica, 23-jun. | 25 EDPR estabelece nova parceria institucional nos EUA para 99 MW e divulga os resultados financeiros dos 1ºs 9 meses de 2014, 29-out. |
| 6 A EDPR executa uma operação de <i>project finance</i> para 50 MW na Roménia, 26-mar. | 16 A EDPR divulga os dados operacionais relativos ao 1º semestre de 2014, 16-jul. | 27 A EDPR obtém acordos de venda de longo prazo para 155 MW nos EUA, 13-nov. |
| 7 A EDPR realiza a sua Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, 8-abr. | 17 A EDPR estabelece nova estrutura para parceria institucional nos EUA, 17-jul. | 28 A EDPR executa uma nova transação de rotação de ativos no Canadá, 20-nov. |
| 8 A EDPR divulga os dados operacionais relativos ao 1º trimestre de 2014, 22-abr. | 18 A EDPR divulga os resultados financeiros do 1º semestre de 2014, 30-jul. | 29 A EDPR estabelece um acordo de entendimento com a EDP Brasil para a aquisição de uma participação de 45% na EDPR Brasil, 27-nov. |
| 9 A EDPR garante PPA para novo parque eólico de 150 MW nos EUA, 23-abr. | 19 A EDPR executa uma operação de <i>project finance</i> para 70 MW na Polónia, 4-ago. | 30 Extensão dos incentivos fiscais relacionados com energia aplicáveis à EDPR nos EUA, 22-dez. |
| 10 A EDPR entra no mercado mexicano de energia eólica, 28-abr. | 20 A EDPR garante novo PPA para capacidade já em operação nos EUA, 13-ago. | 31 A EDPR anuncia a venda de participações minoritárias à CTG em parques no Brasil, 29-dez. |

1.3. ORGANIZAÇÃO

1.3.1. ACIONISTAS

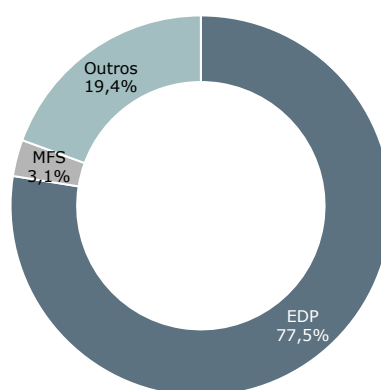
Os acionistas da EDPR estão dispersos por 23 países. A EDP (“Energias de Portugal”) é o maior acionista, com 77,5% do capital desde o lançamento da oferta pública inicial da Empresa em junho de 2008.

O capital social da EDPR é, desde a sua oferta pública inicial em junho de 2008, composto por 872.308.162 ações emitidas com um valor nominal de cinco euros cada, integralmente realizadas. Todas estas ações integram uma única classe e série e encontram-se admitidas à cotação na Bolsa de Lisboa.

GRUPO EDP COMO PRINCIPAL ACIONISTA

O Grupo EDP detém a maioria do capital social, possuindo 77,5% do capital social e do direito de voto, desde o lançamento da sua oferta pública inicial em junho de 2008.

O Grupo EDP (“Energias de Portugal”) é uma empresa do setor energético verticalmente integrada, sendo o maior gerador, distribuidor e fornecedor de eletricidade em Portugal, com operações significativas nos setores de gás e eletricidade em Espanha e é o quarto maior grupo privado de produção elétrica no Brasil através da sua participação nas Energias do Brasil. Na Península Ibérica, a EDP é o terceiro maior gerador de eletricidade e um dos maiores distribuidores de gás. A EDP tem uma presença relevante no panorama energético, estando presente em 14 países, com mais de 9,8 milhões de clientes de eletricidade e 1,3 milhões de pontos de abastecimento de gás e quase 12.000 colaboradores em todo o mundo. Em 2014, a EDP dispunha de uma capacidade instalada de 22,5 GW, gerando 60,3 TWh, dos quais 33% são de energia eólica. A EDP foi reconhecida como líder mundial do Índice Dow Jones de Sustentabilidade no Setor das Utilities no ano de 2013, e novamente no ano de 2014, um reflexo do desempenho do grupo nas vertentes económica, social e ambiental. A holding, a EDP SA, é uma empresa cotada em bolsa cujas ações ordinárias são transacionadas NYSE Euronext Lisboa desde a sua privatização em 1997.



OUTROS ACIONISTAS QUALIFICADOS

Para além do Grupo EDP como acionista qualificado, a MFS Investment Management – uma empresa americana gestora de investimentos globais anteriormente designada Massachusetts Financial Services – comunicou à CNMV, em setembro de 2013, uma posição qualificada indireta, como instituição coletiva de investimento, de 3,1% no capital social da EDPR e correspondente direito de voto.

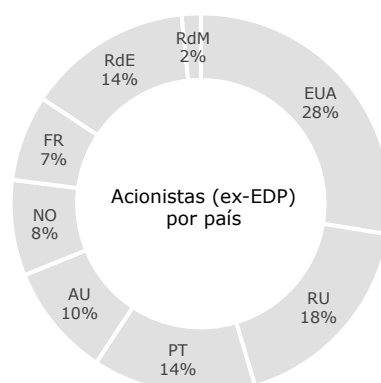
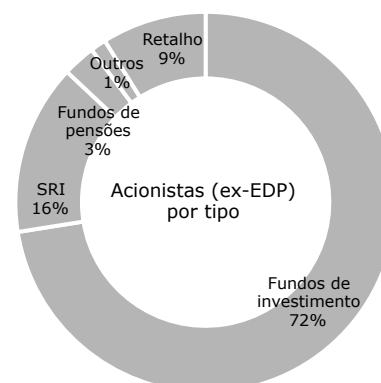
VASTA BASE DE INVESTIDORES

A EDPR conta com uma vasta base de investidores internacionais. Excluindo o Grupo EDP, os acionistas da EDPR incluem cerca de 81.000 investidores institucionais e privados em todo o mundo. Os investidores institucionais representam 90% da base de investidores da EDPR (ex-Grupo EDP), enquanto os remanescentes 10% são investidores privados, na sua maioria residentes em Portugal.

Entre os investidores institucionais, os fundos de investimento são o maior tipo de investidores, seguidos pelos fundos sustentáveis e responsáveis (SRI). A EDPR faz parte de vários índices financeiros que agregam as empresas com melhor desempenho a nível de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa.

ACIONISTAS A NÍVEL MUNDIAL

Os acionistas da EDPR estão dispersos por 23 países, sendo os EUA o país mais representativo, correspondendo a 28% da base de acionistas da EDPR (ex-Grupo EDP), seguido do Reino Unido, Portugal, Austrália, Noruega e França. No Resto da Europa os países mais representativos são os Países Baixos, a Suíça e Andorra.



1.3.2. MODELO DE GOVERNO

O governo corporativo assenta na promoção da equidade corporativa, transparência e responsabilidade. A estrutura de governo corporativo da EDPR especifica os direitos e deveres dos acionistas, conselho de administração, diretores e outras partes interessadas e explicita as regras e procedimentos para tomada de decisões sobre assuntos corporativos. Também inclui a resposta estratégica da organização relativamente à gestão de riscos.

O modelo de governo corporativo da EDPR, como sociedade anónima, foi concebido por forma a garantir transparência e responsabilidade através da clara separação entre funções de gestão e supervisão das atividades da empresa.

A estrutura de governo corporativo adotado é aquele que vigora em Espanha. É composto por uma Assembleia Geral de Acionistas e um Conselho de Administração que representa e administra a empresa. Como estipulado por lei e estabelecido nos estatutos da Empresa, o Conselho de Administração criou quatro comissões especializadas. As comissões são: Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Controlo, Comissão de Nomeações e Remunerações e Comissão de Transações entre Partes Relacionadas. Esta estrutura de governo e a sua composição foi adotada com o objetivo de se adaptar também à legislação portuguesa e visa, sendo compatível com a legislação espanhola, corresponder ao designado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de gestão é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma entidade independente, uma Comissão de Supervisão. O modelo da EDPR procura, assim, tornar compatíveis dois sistemas legislativos diferentes, através de uma Comissão de Auditoria e Controlo composta por membros independentes, apesar de não exclusivamente separada do Conselho de Administração.

A experiência de funcionamento institucional indica que o modelo de governo adotado é apropriado ao desenvolvimento organizativo das atividades da Empresa, porque mantém a transparência e responsabilidade entre as funções de gestão da Comissão Executiva, as funções de supervisão da Comissão de Auditoria e Controlo e a supervisão especializada por parte de diferentes comissões especiais do Conselho de Administração.

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS:

- é o órgão em que os acionistas participam;
- tem o poder de deliberar e tomar decisões, por maioria, sobre matérias reservadas por lei ou pelos estatutos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA):

- deve ser constituído por um mínimo de 5 e um máximo de 17 Administradores, incluindo um Presidente; o seu mandato será de três anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes por períodos iguais;
- o seu Presidente é nomeado pelos membros do CA, exceto quando for eleito pela Assembleia Geral de Acionistas; o Vice-Presidente, que é nomeado pelo Conselho de Administração sob proposta do Presidente, substitui o Presidente quando este estiver impedido de participar nas reuniões;
- está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da empresa, sem qualquer limitação, exceto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral nos termos dos estatutos ou da legislação aplicável.
- pode nomear, de entre os Administradores, um ou mais Chief Executive Officer (CEO), com o voto favorável de 2/3 dos Administradores, sob proposta do Presidente ou de 2/3 dos Administradores; as competências de cada CEO são aquelas que forem consideradas adequadas em cada caso, pelo CA, com a única exigência de serem delegáveis nos termos da lei e dos estatutos;
- pode também delegar poderes executivos no seu Vice-Presidente.

- deve reunir no mínimo 4 vezes por ano, de preferência uma vez por trimestre; no entanto, o Presidente, por sua iniciativa ou de 3 Administradores, convocará o conselho sempre que julgar conveniente para os interesses da Empresa;
- as suas decisões são tomadas por maioria absoluta entre os Administradores presentes na reunião, em que cada Administrador possui um voto, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate;

O Presidente do CA representa plenamente a empresa, utilizando o seu nome, implementando decisões da Assembleia Geral de Acionistas, do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Sem prejuízo dos poderes legais e dos que estão estabelecidos pelos estatutos, o Presidente detém também o poder de convocar e presidir às reuniões do CA, estabelecendo a sua agenda e dirigindo as discussões e decisões; na qualidade de mais alto representante da Empresa, relaciona-se com entidades públicas, setoriais ou associações patronais;


O CA criou quatro comissões especializadas. As comissões são: Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Controlo, Comissão de Nomeações e Remunerações e Comissão de Transações entre Partes Relacionadas. Os membros dessas comissões mantêm as suas posições nas respetivas comissões enquanto exercerem o cargo de Administrador; no entanto, o CA pode destituir os membros a qualquer momento e os membros podem demitir-se das suas funções, mantendo o cargo de Administrador.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PRESIDENTE

António Mexia

 Membro independente



VICE-PRESIDENTE E CEO

João Manso Neto

COMISSÃO EXECUTIVA



CFD

Rui Teixeira



COO EUROPA E BRASIL

João Paulo Costeira



COO AMÉRICA DO NORTE E MÉXICO

Gabriel Alonso



Nuno Alves

COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO



José Araújo e Silva



PRESIDENTE

Jorge Santos



PRESIDENTE

João de Mello Franco



João Lopes Raimundo

COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS



Manuel Menéndez



PRESIDENTE

José Ferreira Machado



PRESIDENTE

António Nogueira Leite



Gilles August

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES



SECRETÁRIO-GERAL

Emilio García-Conde



João Marques da Cruz



PRESIDENTE

Rafael Caldeira Valverde



Acácio Piloto

COMISSÃO EXECUTIVA (CE):

- deve ser constituída por um mínimo de 6 e um máximo de 9 Administradores, incluindo um Chief Executive Officer (CEO);

O CEO coordena a implementação das decisões do CA e as funções de gestão corporativa geral, parcialmente atribuindo-as a outros executivos, nomeadamente ao Diretor Financeiro (CFO), ao Diretor de Operações da Europa e do Brasil (COO EU & BR) e ao Diretor de Operações da América do Norte (COO NA).

O Diretor Financeiro propõe e assegura a implementação da política de gestão financeira, incluindo negociação financeira, gestão e controlo, otimização da gestão de tesouraria e proposta de política de gestão de risco financeiro; também coordena e prepara o plano de atividades e o orçamento, gere a preparação das demonstrações financeiras, analisa o desempenho operacional e financeiro, gere as relações com os acionistas, potenciais investidores e analistas de mercado para promover o valor da Empresa nos mercados de capitais, e coordena a função de aquisições e as relações com os principais fornecedores, assegurando a implementação da estratégia e da política de aquisições.

O Diretor de Operações da Europa e do Brasil e o Diretor de Operações da América do Norte coordenam as suas plataformas através do desenvolvimento, elaboração e implementação do plano estratégico para o negócio das energias renováveis nas suas respetivas plataformas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CA; são ainda responsáveis pelo planeamento, organização e gestão dos recursos, controlo, avaliação e melhoria da gestão dos projetos e das empresas subsidiárias para alcançar os resultados esperados para que a EDPR seja líder no setor das energias renováveis nas suas respetivas plataformas.

COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO:

- deve ser composta por um mínimo de 3 e um máximo de 5 Administradores, incluindo um Presidente;
- a maioria dos membros deve ser independente;
- é um órgão permanente e executa tarefas de supervisão com independência do CA;
- os seus membros são nomeados pelo CA;
- a duração do mandato do seu Presidente é de 3 anos, após o qual só pode ser reeleito para um novo mandato de 3 anos; no entanto, após o termo do seu mandato pode continuar como membro do CA;
- as suas competências são delegadas pelo CA e incluem: propor a nomeação dos auditores da Empresa ao CA para subseqüente aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, supervisionar a informação financeira e o funcionamento dos sistemas internos de gestão e controlo de riscos, supervisionar as auditorias internas e sua conformidade, estabelecer um contacto

direto com os auditores externos, preparar um relatório anual das suas atividades de supervisão e emitir parecer sobre o relatório da administração, as contas e as propostas apresentadas pelo CA; sendo essas responsabilidades apresentadas em maior detalhe, entre outras, na secção Governo Corporativo, no final do presente relatório;

- deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário.

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES:

- será composta por um mínimo de 3 e um máximo de 6 Administradores, incluindo um Presidente, que deve ser independente;
- pelo menos, um dos seus membros deve ser independente; é constituído por membros independentes do CA;
- os seus membros não deverão ser membros do CE;
- é um órgão permanente com carácter consultivo, cujas recomendações e relatórios não são vinculativos;
- não tem funções executivas;
- as suas principais funções são as de apoiar e relatar ao CA informação relativa a nomeações, reeleições, demissões e remunerações dos membros do CA e suas posições, bem como sobre nomeações, demissões e remunerações dos quadros superiores; sendo essas responsabilidades apresentadas em maior detalhe, entre outras, na secção Governo Corporativo, no final do presente relatório;
- deve também informar o CA sobre a política geral de remunerações e incentivos aos diretores e quadros superiores;
- deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário.

COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

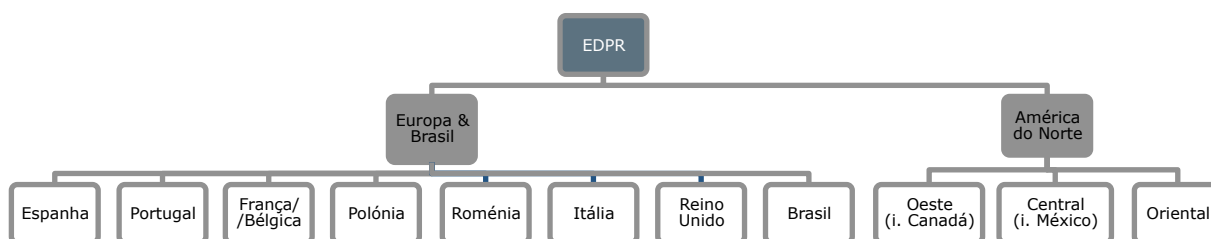
- será composto por um mínimo de 3 membros, incluindo um Presidente;
- a maioria dos seus membros deve ser independente;
- é um organismo pertencente ao CA;
- exerce as funções de ratificação de transações, acima de determinados patamares definidos, entre a EDPR e a EDP ou partes relacionadas, acionistas qualificados, diretores, colaboradores-chave ou seus familiares; sendo essas responsabilidades apresentadas em maior detalhe, entre outras, na secção Governo Corporativo, no final do presente relatório;
- deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário;
- caso esta comissão não ratifique qualquer transação no âmbito das suas funções, tal transação exige a aprovação por 2/3 dos membros do CA.

Informação mais detalhada sobre as responsabilidades e funções dos diferentes órgãos sociais, bem como sobre a atividade de 2014, disponível na secção Governo Corporativo, no final do presente relatório. Estatutos e regulamentos atualizados disponíveis em www.edpr.com.

1.3.3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A estrutura organizativa definida tem por objetivo assegurar, simultaneamente, a gestão estratégica da empresa e o funcionamento transversal de todas as unidades de negócio, garantindo o seu alinhamento com a estratégia definida, otimizando os processos de apoio e a criação de sinergias.

A estrutura organizativa da EDPR encontra-se dividida em três elementos fundamentais: um centro corporativo na Holding e duas plataformas - Europa & Brasil e América do Norte. Na plataforma da EDPR Europa & Brasil há 8 unidades de negócio, uma para cada um dos países onde a empresa opera, nomeadamente Espanha, Portugal, França/Bélgica, Polónia, Roménia, Itália, Reino Unido e Brasil. Igualmente, na plataforma da EDPR América do Norte, há 3 unidades de negócio, que representam as regiões operacionais locais: Oeste (inclui Canadá), Central (inclui México) e Oriental.



PRINCÍPIOS DO MODELO ORGANIZATIVO

O modelo definido assenta em vários princípios para assegurar a máxima eficiência e criação de valor.

Alinhamento de responsabilidades	Os principais indicadores de desempenho e o âmbito do controlo estão alinhados a todos os níveis, do projeto, do país, da plataforma e da Holding, para garantir o acompanhamento de responsabilidades e aproveitar as complementaridades derivadas de uma visão integral do processo.
Apoio ao Cliente	As áreas corporativas atuam como centros de apoio de competência e prestam serviços internos a todas as unidades de negócio para todas as necessidades não específicas de cada área geográfica. As prioridades e as necessidades de negócio são definidas pelos negócios locais e as melhores práticas são definidas e distribuídas pelas unidades corporativas.
Organização <i>lean</i>	A execução de atividades a nível da Holding apenas se realiza quando o valor derivado é significativo, de forma coerente com o papel definido para a EDPR enquanto holding.
Estilo de decisão colegial	Assegura um adequado contrapeso dinâmico para garantir diferentes perspetivas em todas as funções.
Claro e transparente	Os modelos das plataformas organizativas são propositadamente semelhantes para permitir: - Fácil coordenação, tanto a nível vertical (plataformas da Holding) como horizontal (entre plataformas); - Escalabilidade e replicabilidade para assegurar a integração eficiente do crescimento futuro.

PAPEL DA HOLDING EDPR

A Holding EDPR visa a criação de valor, através da divulgação de boas práticas na organização e da uniformização dos processos corporativos nas plataformas e nas unidades de negócio para melhorar a eficiência. O seu modelo de coordenação interna e de interface com o Grupo EDP tem impacto tanto nos processos da Empresa – atividades realizadas, etapas dos processos, contribuições e resultados e mecanismos de tomada de decisões – como na sua estrutura, com o alinhamento de funções e responsabilidades com a configuração de processos.

A estrutura da Holding EDPR foi definida para assegurar duas funções fundamentais: **Gestão Estratégica** e **Operação Transversal**.

A Gestão Estratégica inclui: a) adotar um modelo de coordenação dentro do Grupo, que apoie a Comissão Executiva na definição e controlo das políticas e objetivos estratégicos; b) definir iniciativas estratégicas específicas; c) avaliar o cumprimento do plano de negócios da empresa; d) definir políticas, regras e procedimentos transversais; e) controlar os principais indicadores de desempenho.

A Operação Transversal visa i) assegurar o alinhamento de todas as plataformas com a estratégia definida; ii) capturar sinergias e otimizar os processos de apoio; e iii) concentrar, de forma sistemática e progressiva, as atividades de apoio em unidades de negócio de serviços partilhados no âmbito do Grupo.



02. ESTRATÉGIA

2.1. AMBIENTE DE NEGÓCIO 29

2.1.1. VANTAGENS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS 29

2.1.2. COMPETITIVIDADE DA ENERGIA EÓLICA 32

2.1.3. CONTEXTO DOS MERCADOS 35

2.2. PLANO DE NEGÓCIOS 42

2.2.1. CRESCIMENTO SELETIVO 43

2.2.2. MAIOR RENTABILIDADE 45

2.2.3. MODELO DE AUTO-FINANCIAMENTO 47

2.2.4. OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE 49

2.3. GESTÃO DO RISCO 50

UMA ENERGIA QUE TRANSFORMA A CULTURA

Promove iniciativas culturais e ajuda a preservar o património histórico e artístico para reconhecer e difundir os valores humanos mais fundamentais. Em 2014, levou Portugal a Madrid, com um espetáculo de fado.



2.1. AMBIENTE DE NEGÓCIO

2.1.1. VANTAGENS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

As energias renováveis estão a ajudar a melhorar a segurança energética, a reduzir as emissões de gases de efeito de estufa e a forçar a redução dos preços da eletricidade. Simultaneamente, estão a gerar uma elevada rentabilidade para as economias nacionais, gerando valor acrescentado local e criação de emprego.

A evolução das energias renováveis ao longo da última década superou todas as expectativas. A capacidade instalada global de todas as tecnologias renováveis aumentou significativamente, enquanto os custos da maioria das tecnologias diminuí consideravelmente.

Em 2013, mais de 56% do aumento líquido da capacidade global de eletricidade deveu-se às energias renováveis, que representaram quotas de capacidade adicional mais elevadas em diversos países. As energias renováveis forneceram cerca de 19% do consumo mundial de energia final em 2013, tendo continuado a crescer em 2014.

Tanto os mercados como a produção e o investimento cresceram nos países em desenvolvimento, e tornou-se cada vez mais evidente que as energias renováveis já não estão dependentes de um pequeno grupo de países. No início de 2014, pelo menos 144 países tinham definido objetivos em matéria de energias renováveis e 138 países dispunham já de políticas de apoio às energias renováveis.

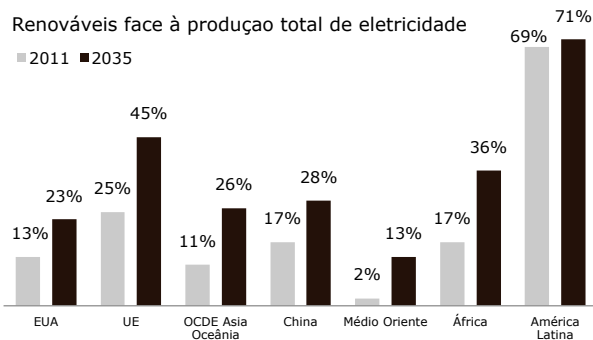
Segundo a Agência Internacional para as Energias Renováveis, a quota global de energias renováveis pode alcançar e mesmo exceder 30% até 2030, estando já disponíveis as tecnologias para atingir este objetivo, prevendo-se também que cerca de 40% do potencial total das energias renováveis em 2030 esteja na produção de eletricidade. O relatório da Agência Internacional de Energia para 2014 (Energy Outlook) prevê um aumento da quota de energias renováveis no total da produção de energia de 21% em 2012 para 33% em 2040, e o fornecimento de cerca de metade do crescimento da produção mundial de eletricidade. Prevê-se que a produção de eletricidade a partir de energias renováveis, incluindo energia hidroelétrica, venha quase a triplicar no período 2012-2040, ultrapassando o gás como a segunda maior fonte de produção de eletricidade nos próximos dois anos e também o carvão como principal fonte após 2035.

A energia eólica em terra lidera claramente as energias renováveis. O desenvolvimento recente mais marcante é que, num crescente número de mercados, a energia eólica é a opção de menor custo para o aumento de capacidade de produção para a rede, e os preços continuam a diminuir. A energia eólica é atualmente uma das formas mais económicas, rápidas e de maior magnitude para reduzir as emissões de dióxido de carbono e outros poluentes atmosféricos, e, simultaneamente, não utiliza água. No final de 2014, havia instalações comerciais de energia eólica em mais de 90 países, com uma capacidade instalada total de quase 370 GW, fornecendo cerca de 3% da oferta global de eletricidade em 2013.

Os analistas da Bloomberg New Energy Finance (BNEF) preveem que a energia eólica venha a representar a maior fatia dos 30% de novas energias renováveis que serão adicionados à rede elétrica até 2030.

O cenário moderado do Global Wind Energy Council considera que a energia eólica representará entre 7,2% e 7,8% da procura mundial de eletricidade em 2020, e entre 12,9% e 14,5% em 2030.

O crescimento dos parques eólicos conduzirá a uma redução substancial das emissões de CO², criará emprego para centenas de milhares de pessoas e contribuirá para o crescimento do PIB. A energia eólica também oferece grandes vantagens, por razões geopolíticas: o vento está amplamente disponível em todo o mundo e pode ajudar a reduzir a dependência das importações de energia e combustível e melhorar a segurança do abastecimento, ao estabilizar e reduzir o custo de produção de energia a longo prazo.



Cenário Novas Políticas da Agência Internacional de Energia (cenário central, considera os compromissos políticos existentes e anunciados são efetivamente implementados).

EFEITOS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA

REDUÇÃO DOS PREÇOS DO MERCADO GROSSISTA

A geração de energias renováveis vende a sua produção nos mercados grossistas a custo zero, uma vez que a energia eólica não tem custo marginal. Como os preços de energia são determinados pela interseção entre o fornecimento e a procura de energia, a venda a zero provoca uma deslocação das tecnologias mais caras mudando, conseqüentemente, a curva de oferta. Para um mesmo nível de procura, quando a produção eólica está disponível, o preço de mercado desce (o MELHORAR A SEGURANÇA ENERGÉTICA: Ao investirem em energias renováveis, os países estão a reduzir a sua dependência energética, aumentando a sua segurança de abastecimento de energia e minimizando a sua exposição a potenciais aumentos dos preços dos combustíveis. Isso

chamado "efeito da ordem de mérito"). A oferta crescente de energia de fontes renováveis na Europa está a baixar os preços do mercado grossista de eletricidade na maioria dos mercados.

De acordo com o relatório sobre os preços da energia eólica "Wind energy and electricity prices", elaborado pela Pöyry para a Associação Europeia de Energia Eólica, este efeito da ordem de mérito da energia eólica tem como resultado reduções nos preços de eletricidade de 3 a 23 euros por MWh.

acontece porque as tecnologias eólica, solar e hídrica usam recursos endógenos. De forma oposta, os recursos de combustíveis são escassos e concentrados em algumas regiões, o que explica o seu preço elevado e volátil.

Em 2011, a Europa gastou 406 mil milhões de euros na importação de combustíveis fósseis, valor que aumentou para 545 mil milhões de euros em 2012. A UE está altamente dependente da importação de combustíveis fósseis da Rússia, nomeadamente gás natural. O atual conflito político entre a Ucrânia e a Rússia poderá colocar em risco o fornecimento e de origem novamente a discussões sobre a independência energética da Europa.

De acordo com a Comissão Europeia, em 2010 as energias renováveis evitaram custos de 30 mil milhões de euros em combustível importado. A Agência Internacional de Energia estima que, durante o mesmo ano, o custo do apoio às energias renováveis na UE foi de 26 mil milhões de euros, destacando que o custo do apoio às energias renováveis é compensado pelos custos evitados a nível da importação de combustíveis fósseis. A Associação Europeia de Energia Eólica afirma, no seu relatório "Avoiding fossil fuel costs with wind energy", que em 2012, a energia eólica evitou um custo de

9,6 mil milhões de euros em combustíveis fósseis. Dependendo do cenário de descarbonização da energia que for assumido para o futuro, a Associação estima que a energia eólica evitará entre 22 e 27 mil milhões de euros em custos com combustíveis por ano em 2020. A energia eólica também proporciona uma cobertura valiosa contra a volatilidade do preço dos combustíveis, protegendo tanto os fornecedores de eletricidade como os consumidores. Com energia eólica, os fornecedores de eletricidade conseguem assegurar contratos fixos de longo prazo, protegendo os consumidores dos picos de preços, e proporcionando uma cobertura a longo prazo contra a volatilidade futura dos preços dos combustíveis. Especialmente nos EUA, os financiadores estão conscientes da volatilidade dos preços dos combustíveis e a probabilidade de aumentarem. Esta consciência está a influenciar os seus investimentos e as novas modalidades de financiamento de empresas tipo "yield co" para energia solar e eólica estão a tornar essas tecnologias mais económicas e atrativas.

EFEITO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO AMBIENTE E NA ECONOMIA

COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:

O setor da energia é responsável por mais de 40% das emissões de CO₂ e cerca de 25% das emissões de gases com efeito de estufa. É necessário que as emissões atinjam um pico e comecem a diminuir durante esta década para atingir os objetivos em matéria de alterações climáticas.

Apesar dos esforços para a descarbonização do setor da energia e as várias medidas anunciadas pelos governos, o principal cenário da Agência Internacional de Energia prevê um aumento das emissões em cerca de 20% em 2040. Este aumento das emissões é consistente com um aumento da temperatura global de 3,6°C a longo prazo, o que está para além do limite de 2°C (temperatura internacionalmente aceite para evitar consequências mais graves das alterações climáticas).

Promover a mudança de combustíveis fósseis convencionais para energias renováveis é uma das maneiras mais eficazes e viáveis de, a curto prazo, atenuar a mudança climática. A escalabilidade das energias eólica e solar, a velocidade de implementação e a redução dos custos irá torná-las a melhor escolha para alcançar a redução das emissões. Estas fontes de energia não são apenas livres de carbono como também não emitem poluentes nocivos, como óxidos de enxofre, óxidos de azoto ou mercúrio, protegendo valiosos recursos aéreos e hídricos.

A redução das emissões também é benéfica para a economia. Segundo a Agência Internacional para as Energias Renováveis a média dos benefícios para a saúde devido à redução da poluição do ar causada pela utilização de combustíveis fósseis é da ordem de 2-5 dólares por GJ, enquanto os benefícios da redução de dióxido de carbono são da ordem de 3-12 dólares por GJ. O total de custos e benefícios resulta numa poupança líquida no mínimo de 123 mil

milhões de dólares e no máximo de 738 mil milhões de dólares em 2030.

Criação de emprego: As energias renováveis desempenham um papel importante na criação de emprego e crescimento do número de postos de trabalho na economia global. Um novo estudo realizado pela Agência Internacional para as Energias Renováveis revela que em 2013 o setor das energias renováveis empregava já aproximadamente 6,5 milhões de pessoas em todo o mundo, face a 5,7 milhões em 2012.

Segundo o Global Wind Energy Council, por cada MW de nova capacidade instalada, num país, num dado ano, são criados 14 postos de trabalho equivalentes por ano, em áreas como o fabrico, fornecimento de componentes, desenvolvimento de parques eólicos, construção, transporte, etc.

CONTRIBUIÇÃO PARA O

CRESCIMENTO DO PIB: A grande implementação de energias renováveis em todo o mundo tem sido possível graças ao desenvolvimento da indústria das energias renováveis, o que, consequentemente, representa uma parte crescente da economia global.

O desenvolvimento da indústria eólica é, hoje, um dos principais contribuintes para o PIB de muitas economias em todo o mundo. Segundo o estudo realizado pela Associação Europeia de Energia Eólica, "O impacto da energia eólica no emprego e na economia", publicado em abril de 2012, a contribuição direta do setor de energia eólica para o PIB da UE foi de 17.600 milhões de euros em 2010, o que corresponde a 0,26% do PIB europeu. No mesmo ano, as exportações líquidas do setor valiam 5.700 milhões de euros e é importante notar que apenas 9,9% do consumo de energia eólica era importado, o que ilustra a competitividade do setor de energia eólica na Europa. Adicionalmente, o

crescimento da contribuição do setor de energia eólica para o PIB da UE é maior, durante o período 2007-2010, que o crescimento global do PIB da UE durante este mesmo período, o que demonstra, portanto, que o setor de energia eólica permanece sólido mesmo em períodos de recessão.

O relatório da Ernst & Young "Análise do potencial de criação de valor das políticas de energia eólica", encomendado pela EDPR e pela Acciona em 2012, revela que a energia eólica desencadeia resultados económicos mais elevados para as economias europeias do que a produção de eletricidade em CCGT. O estudo mostra que as elevadas despesas iniciais de capital associadas à energia eólica são mais do que compensadas pelos benefícios económicos gerados pela energia eólica em termos de criação de emprego, receitas fiscais, segurança energética e redução das emissões de CO₂.

Em particular, o relatório da Ernst & Young conclui que (i) a energia eólica proporciona um elevado contributo para o PIB na maioria dos países europeus, (ii) a energia eólica tem um potencial de criação de emprego significativo. Em Espanha e França, por exemplo, a energia eólica cria duas vezes mais empregos do que a produção em CCGT por milhão de euros investidos, (iii) a energia eólica gera mais receitas fiscais do que CCGT. Cada euro investido em energia eólica gera entre 27 e 52 centimos de euro em receitas fiscais na Europa, dependendo das políticas fiscais locais.

Nos EUA, de acordo com os dados da AWEA, a energia eólica reforça a economia dos Estados Unidos através de uma cadeia de fornecimento de cerca de 500 parques eólicos e mais de 2,500 empresas que investem em todas as fases da energia eólica norte-americana.

ENERGIA EÓLICA OFFSHORE EM FRANÇA

Foi atribuído à EDPR, em consórcio, 1 GW de energia eólica offshore em França, aumentando e diversificando as suas opções de crescimento rentável a longo prazo para uma economia superior e uma tecnologia inovadora que pode representar cerca de 1/4 do capex da Empresa até 2020.

OS PROJETOS

A parceria estabelecida entre a EDPR e as empresas GDF Suez, Neoen Maritime e AREVA, na qual a EDPR detém uma participação minoritária de 43%, foi escolhida pelo governo francês, na sequência de um processo de concurso público nacional que terminou em maio passado, para desenvolver, construir e operar dois parques eólicos offshore nas áreas de Tréport, Haute-Normandie (0,5 GW) e Ilhas de Yeu e Noirmoutier, Pays de la Loire (0,5 GW).

Os projetos têm como objetivo construir um ecossistema industrial local para enquadrar o surgimento de um setor de energia eólica offshore sólido que irá gerar atividade económica e emprego e lançar as bases para uma maior expansão da energia eólica offshore. Na sua fase final, estima-se que venham a fornecer energia renovável suficiente para abastecer 1,6 milhões de pessoas, quando entrarem em operação até 2021, contribuindo para lutar contra as alterações climáticas.



TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E MEIO AMBIENTE

A escolha da nova turbina eólica AREVA 8MW irá maximizar a produção local, reduzindo até 40% o número de turbinas necessárias para os parques eólicos e, conseqüentemente, reduzir o tempo de construção e otimizar a manutenção. Será instalada uma solução técnica otimizada de fundação do tipo *jacket* nos dois locais, permitindo a livre passagem entre si de ondas oceânicas e peixes, assim proporcionando uma central de operações amigável ao ambiente.



A PARCERIA

A experiência complementar dos parceiros foi fundamental para a competitividade da proposta que se destacou pela sua preocupação excepcional com a sustentabilidade e os *stakeholders* locais.

A GDF Suez (47%) e a EDPR (43%) possuem uma sólida experiência em energias renováveis, projetos industriais de grande escala e projetos offshore, com ativos operacionais combinados de 36 GW e cerca de 7 GW em construção em todo o mundo, estando envolvidos no desenvolvimento de 19 projetos eólicos offshore que representam 5 GW.

A Neoen Marine (10%) aporta ao consórcio a sua reconhecida experiência no desenvolvimento local na região de Yeu-Noirmoutier, com grande experiência técnica e ambiental; desde a sua fundação, em 2008, já investiu mais de 6 milhões de euros em projetos de desenvolvimento ao longo da costa francesa.

A AREVA é o parceiro industrial no consórcio graças à sua trajetória única no desenho e construção de turbinas eólicas offshore, devido à sua operação do parque eólico offshore Alpha Ventus, no Mar do Norte, desde 2009, bem como ao desenvolvimento contínuo de projetos marítimos de 600 MW.

PRÓXIMAS ETAPAS

- 2014-15: Informação permanente e diálogo com os *stakeholders*, públicos e locais, estudos de viabilidade técnica e financeira, e estudos ambientais detalhados
- 2014: Início das atividades de Investigação & Desenvolvimento no novo centro de I&D da AREVA em Rouen
- 2015-17: Seleção de fornecedores, principalmente de fundações, subestações e serviços de instalação e manutenção
- 2018: Construção de turbinas eólicas AREVA de 8 MW com início em Le Havre
- 2019-21: Construção dos parques eólicos nas duas áreas
- 2021: Comissionamento e início da operação e manutenção

2.1.2. COMPETITIVIDADE DA ENERGIA EÓLICA

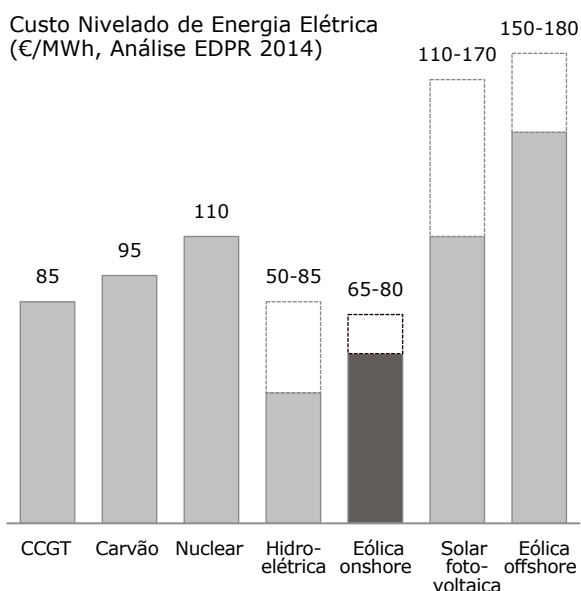
É cada vez mais claro que a energia eólica é boa, não só por ser ecológica... mas por ser competitiva; na realidade, é mais económica

A energia eólica está rapidamente a aproximar-se da paridade com a rede em todos os principais mercados globais, à medida que o custo-competitividade continua a melhorar, impulsionado pelas novas e crescentes melhorias tecnológicas a nível da dimensão das turbinas e da evolução da tecnologia da lâmina e da torre. A empresa de consultoria financeira Lazard estimou recentemente que a energia eólica é mais acessível do que a nova geração de gás natural ou carvão, mesmo sem subsídios. Os resultados da Lazard demonstram que o "custo nivelado da energia" (LCoE) para a energia eólica diminuiu 58% desde 2009 e 15% só no último ano.

COMPARAÇÃO RELEVANTE ATRAVÉS DO CUSTO NIVELADO DA ENERGIA

O custo nivelado da energia é o fator de comparação relevante para as diferentes fontes de energia.

O custo nivelado da energia quantifica o custo médio da produção de uma unidade de eletricidade ao longo do tempo de vida da sua fonte de geração. Este indicador considera, por um lado, a quantidade total de eletricidade produzida pela fonte e, por outro lado, os custos que entram na definição da fonte ao longo da sua vida, incluindo o investimento original e gastos operativos constantes, abrangendo custos de manutenção, custos de combustíveis e quaisquer custos de emissões de carbono. Também considera os custos de financiamento do projeto, deduzindo o custo da dívida, para um nível adequado de financiamento da dívida, e considerando uma taxa interna de retorno razoável.



Para avaliar o custo nivelado da energia de um projeto de energia eólica, os fatores-chave incluem os custos de turbinas eólicas e os custos de financiamento. Os custos de operação são mínimos. Existem apenas limitações geográficas para encontrar locais disponíveis com condições favoráveis em termos de recursos eólicos. Os custos com turbinas eólicas têm diminuído ao longo dos anos, sendo o preço médio por MW muito inferior em turbinas de maior dimensão do que em menores. Os custos diminuem à medida que a tendência para turbinas de maior dimensão continua. Os custos de financiamento também registaram melhorias, na medida em que a classe de ativos para a energia eólica continua a crescer e amadurecer, e os veículos de financiamento dependem de contratos de geração de fluxo de caixa estáveis, enquanto as taxas de juros se situam em mínimos históricos, contribuindo para também reduzir o custo de capital. As perspetivas para o setor de energia eólica estão, portanto, dependentes dos níveis de vento das áreas onde serão construídos os projetos e dos custos de alternativas de carga de base. De acordo com uma análise interna da EDPR, a energia eólica em terra com

fatores de utilização de 21-26% produz um custo nivelado da energia de 65-80 euros por MWh, sendo competitiva face às restantes alternativas, com a única exceção da energia hídrica em alguns casos.

Com o aumento esperado do preço do gás a longo prazo, dado o forte aumento esperado da procura de gás, o limiar a ser ultrapassado pelas energias renováveis é cada vez menor, e o custo nivelado da energia eólica torna-se competitivo com a tecnologia CCGT. Adicionalmente, a volatilidade dos preços do gás natural reduz a fiabilidade e a capacidade de prever os preços futuros de eletricidade e diminui ainda mais a sua atratividade para novas instalações de gás.

O quadro regulamentar coloca um desafio ao carvão, relativamente ao cumprimento das exigências ambientais quanto a emissões e utilização de água, sendo o custo nivelado de energia mais elevado do que com geradores de carga de base com tecnologia CCGT, apesar do aumento dos preços do gás.

Com despesas de investimento inicial e operacionais elevadas, o custo nivelado de energia nuclear é hoje pouco atrativo. Por exemplo, o contrato a longo prazo ("contract for difference") da EDF para uma nova central elétrica no Reino Unido com entrada em funcionamento esperada para 2023 incluiu um preço por MWh de 92,5 libras esterlinas em 2012 e 279 libras em 2058, como referido num relatório da Comissão Europeia. Adicionalmente, as centrais nucleares estão envelhecidas e enfrentam decisões de encerramento devido a preocupações com a sua segurança, na sequência do recente desastre de Fukushima.

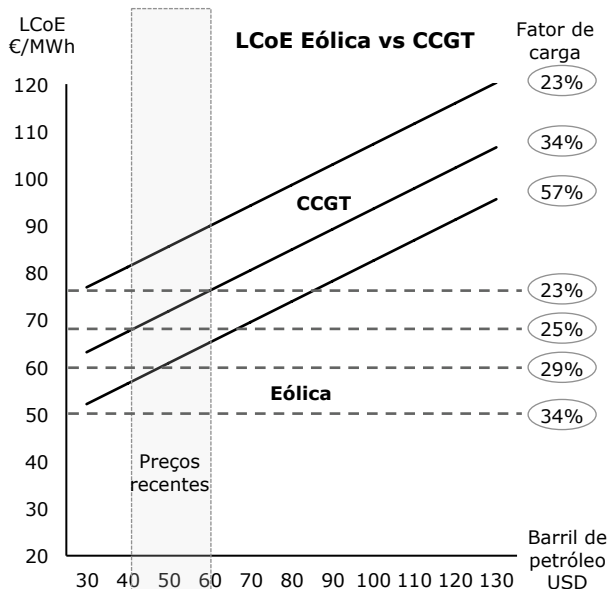
A geração hidrelétrica é uma fonte de combustível viável e atualmente competitiva, a economia de retorno é sensível aos custos de construção e ao fator de capacidade, mas a expansão da energia hidrelétrica está dependente da identificação de locais adequados.

A insolação é uma métrica importante para o custo nivelado de energia solar e os novos painéis mais eficientes podem capturar mais intensidade solar por unidade de tempo, e espera-se que os custos dos módulos venham a diminuir devido a menores custos dos materiais e da produção.

A energia eólica offshore está no início da sua curva de aprendizagem e atualmente não é competitiva em termos de custo nivelado de energia, mas segundo a MAKE Consulting, a energia eólica offshore evidencia potencial para reduzir o custo nivelado de energia em mais de 40% em 2025, através de inovação e do desenvolvimento de economias de escala. A carteira de projetos existente na Europa irá ajudar o setor a atingir essa escala, tornando a energia eólica offshore cada vez mais competitiva.

A ENERGIA EÓLICA É COMPETITIVA

A energia eólica compete com a tecnologia CCGT em diferentes preços do petróleo e taxas de ocupação, mesmo num momento como o atual de preços do petróleo baixos, a 40-60 dólares por barril.



De acordo com uma análise interna da EDPR, a energia eólica em terra, com um investimento de 1,3 milhões de euros por MW, é competitiva a nível do custo nivelado de energia, por exemplo, com um fator de utilização de energia eólica de 23%, um fator de utilização CCGT de 34% e um preço do petróleo de 60 dólares por barril, ou com um fator de utilização de energia eólica de 25%, já é competitiva com um fator de utilização CCGT de 34% e um preço do petróleo de 40 dólares por barril. Esta situação reforça a importância da disponibilidade dos recursos eólicos; apenas um aumento inferior a 10% no fator de utilização de energia eólica compensa uma redução do preço do petróleo em 1/3 para o CCGT.

Adicionalmente, pode-se apresentar um argumento consistente a favor dos parques eólicos com uma taxa de ocupação sólida, por exemplo de 34%, que compete com centrais elétricas CCGT convencionais a um nível médio de utilização, como seja de 57% e para qualquer nível de preço do combustível.

E um parque eólico a funcionar com uma taxa de ocupação média de 29% é competitivo com uma

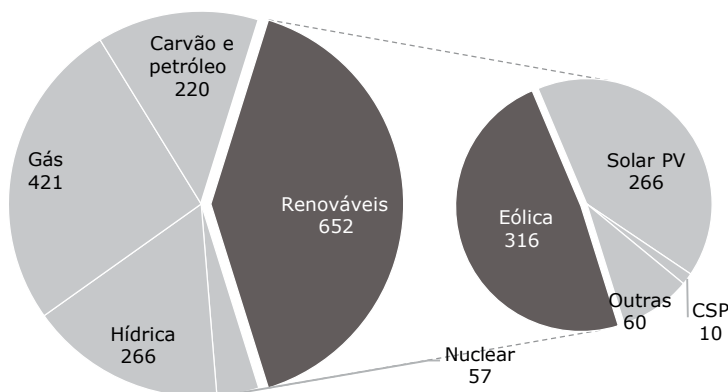
central CCGT a funcionar com uma taxa de ocupação standard de 57% a partir de um preço do petróleo acima dos 50 dólares por barril.

Adicionalmente, o custo da energia eólica não está relacionado com os preços do petróleo e do gás, pelo que permite a previsibilidade dos custos a longo prazo.

ENERGIAS RENOVÁVEIS E ENERGIA EÓLICA EM TERRA COMO ALAVANCAS DO AUMENTO DE CAPACIDADE A NÍVEL MUNDIAL PARA 2012-2020

Segundo dados da IEA World Energy Outlook 2014, as energias renováveis serão responsáveis por quase 40% do aumento da capacidade de 1.618 GW a nível mundial no período de 2012-2020, e dos quais, a energia eólica em terra representará cerca de 50%, ascendendo a 316 GW.

Aumento da capacidade a nível mundial para 2014-2020 (GW)



Este aumento da capacidade em todo o mundo, excluindo a China, está previsto para $\frac{3}{4}$ das áreas onde a EDPR já está presente, ou seja, Europa (36%), América do Norte (22%) e América Latina (16%).

ENTRADA NO MERCADO MEXICANO DE ENERGIA

Em 2014, a EDPR entrou no mercado de energia do México através da assinatura de um contrato de fornecimento de eletricidade a longo prazo para a energia de um parque eólico de 180 MW a ser instalado em 2016, o que representa uma entrada considerável, de forma atrativa e com baixo custo.

O PROJETO:

O projeto centra-se num parque eólico a ser localizado numa região com sólidos recursos eólicos, no estado de Coahuila, no norte do México. A construção do parque eólico deve ter início este ano, em 2015, para poder estar em funcionamento em 2016, encontrando-se, neste momento, em fase de desenvolvimento em termos de licenciamento e de definição clara quanto à interligação à rede. A taxa de ocupação prevista para a sua capacidade, atualmente projetada para 180 MW, está acima de 40%.



A PARCERIA:

O projeto será operacionalizado em parceria com as Industrias Peñoles, um grupo bem conhecido no setor da mineração com sede no México – conhecido pela sua elevada solvabilidade e conhecimento do mercado local - com quem a EDPR assinou um contrato de fornecimento de eletricidade a partir deste projeto, a ser fornecida em regime de autoabastecimento. O contrato tem uma duração de 25 anos e o preço é fixado em dólares americanos.

O acordo foi formalizado em junho passado na presença dos presidentes da República de Portugal e do México, Aníbal Cavaco Silva e Enrique Peña Nieto. Na ocasião, o CEO da Industrias Peñoles também visitou o parque eólico Serra d'el Rei da EDPR em Portugal para ver in loco como a Empresa colhe o vento.

ADEQUAÇÃO ESTRATÉGICA:

O mercado mexicano de energia corresponde aos critérios estratégicos da EDPR, em termos de crescimento seletivo, autofinanciamento e aumento da rentabilidade. O país conta com uma intensidade de vento que o situa entre os mais fortes do mundo, tanto que a tecnologia da energia eólica é competitiva face às centrais elétricas térmicas de ciclo combinado de gás de xisto, para além de evitar a exposição à volatilidade dos preços do gás, que, além disso, tem de ser importado. Trata-se de uma economia emergente, com um rápido crescimento da procura de eletricidade, incluindo por parte de indústrias intensivas em energia que procuram custos energéticos competitivos e estáveis a longo prazo, o que gera um mercado ativo para PPA a partir de negociações bilaterais ou ofertas competitivas. Em condições adequadas, existe um setor financeiro local capaz de proporcionar o financiamento de projetos "non-recourse" a custos competitivos.

Um dos objetivos da EDPR é o de ter 20% do seu novo crescimento em mercados emergentes, pelo que este acordo é um feito particularmente relevante. O México situa-se próximo de Houston, nos EUA, onde a EDPR tem uma base forte e partilha a mesma língua com Espanha, onde a EDPR está sediada.

O sucesso da EDPR em assegurar novos contratos de fornecimento de energia de longo prazo reforça o baixo perfil de risco da Empresa, proporcionando sólida visibilidade às suas perspetivas de crescimento.



OUTLOOK:

A EDPR está segura de que esta entrada constituirá uma plataforma para um maior crescimento no mercado mexicano.

2.1.3. CONTEXTO DOS MERCADOS

As derivadas económicas da energia eólica, as políticas energéticas e os esquemas regulatórios/incentivos orientam a energia eólica a nível mundial. Na Europa o crescimento será menor mas ainda dinâmico enquanto o continente americano deverá tornar-se o maior motor de crescimento.

NORMALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO NA EUROPA

CRESCIMENTO ORIENTADO POR INCENTIVOS

A Europa foi pioneira e, como tal, foi a primeira região a assistir à verdadeira descolagem do aumento de capacidade da energia eólica bem como da percentagem de produção de energia eólica no total de energia.

Em 2014, os parques de energias renováveis representaram 21 GW (ou 79%) da nova capacidade instalada de 27 GW, segundo a Associação Europeia de Energia Eólica. Com quase 12 GW de nova capacidade, a energia eólica foi responsável por 44% da nova produção, totalizando uma capacidade instalada acumulada de 120 GW. Cerca de 7% da energia produzida na Europa é atualmente derivada da energia eólica, o que tem sido possível principalmente através de esquemas de remuneração adequados.

A principal razão para implementar estes incentivos foi inicialmente o impulso político motivado pelas preocupações ambientais e por assegurar o abastecimento, o que se traduziu nos ambiciosos objetivos europeus 20-20-20 a serem alcançados até ao final de 2020:

- uma redução de 20% nas emissões de gases de efeito de estufa face aos níveis de 1990;
- uma quota de 20% de energias renováveis no total de energia;
- uma melhoria de 20% na eficiência energética.

Energias renováveis em % do consumo de energia primária - alcançado e objetivo para 2020:

País	2004	2006	2008	2010	2011	2012	2013	2020E
Alemanha	6%	8%	9%	11%	12%	12%	13%	18%
Espanha	8%	9%	11%	14%	13%	14%	15%	20%
Itália	6%	6%	7%	11%	12%	14%	15%	17%
R.U.	1%	2%	2%	3%	4%	4%	5%	15%
França	9%	10%	11%	13%	11%	13%	14%	23%
UE (28)	8%	9%	11%	13%	13%	14%	15%	20%

Segundo o Conselho Europeu de Energias Renováveis, a UE está na trajetória certa para cumprir os seus objetivos para 2020, mas a situação varia em cada país. Prevê-se que Itália atinja o seu objetivo enquanto a França, a Polónia e Espanha ficarão, segundo se prevê, aquém dos objetivos.

O progresso em direção aos objetivos de 2020 irá continuar com um novo conjunto de objetivos para 2030, tendo como principais motores a reforma do Sistema de Comércio de Emissões da UE e o aumento da competitividade.

A 24 de outubro, o Conselho Europeu chegou a um acordo sobre o quadro político para o clima e a energia para o período de 2020 a 2030. Foi fixado um objetivo vinculativo para as energias renováveis de pelo menos 27% a nível europeu, um objetivo vinculativo da UE para reduzir as emissões nacionais de gases com efeito de estufa em 40% relativamente aos níveis de 1990 e um objetivo não vinculativo de melhoria da eficiência energética de 27% (a ser revisitado em 2020). Este quadro não menciona objetivos individuais de implementação pelos estados-membros, pelo que não é possível dispor de uma visão clara do modo como serão realizados os esforços a nível nacional. As instituições europeias têm agora de trabalhar no sistema de governo para implementar o quadro para atingir estes objetivos até 2030.

	Energias renováveis	Redução das emissões de CO ₂	Eficiência energética
Objetivos para 2020	20%	20%	20%
Objetivos para 2030	>= 27%	>= 40%	>= 27%

No passado, os incentivos assumiram essencialmente duas formas:

- 1) Tarifa fixa *feed-in* (mais comum) ou incentivo sobre o preço de energia alcançado (p.e. preço de mercado + prémio)
- 2) Certificado verde sobre o preço da energia

A ideia subjacente era a de que os preços de mercado não seriam suficientes para gerar resultados financeiros razoáveis para os produtores de energias renováveis ao longo da vida dos ativos. A concessão de incentivos para aumentar ou mesmo assegurar o retorno obtido ao longo do tempo de vida do projeto é uma forma de promover o crescimento da capacidade das energias renováveis.

O impulso dado pela regulamentação tem sido um sucesso do ponto de vista do desenvolvimento e penetração da energia eólica. No entanto, no contexto de uma recessão mundial, que provocou um crescente enfoque na eficiência a nível de custos e na competitividade, temos assistido à redução de alguns esquemas de remuneração nos últimos anos.

Esta reorientação e racionalização do apoio às energias renováveis poderá abrandar o desenvolvimento da energia eólica na Europa, exatamente no momento em que a penetração atingiu cerca de 12% da capacidade da região. Está a verificar-se uma adaptação dos esquemas remuneratórios em vários mercados europeus, que anteriormente dependiam de tarifas *feed-in* fixadas administrativamente ou mesmo de preços de mercado "pool" + incentivos e que mudaram sobretudo para leilões de preço fixo.

Em **Espanha**, na sequência do novo quadro remuneratório introduzido em 2013, as remunerações base foram estabelecidas segundo a definição dos parâmetros tipificados, publicados em fevereiro de 2014, que classificou os parques eólicos em função do seu ano de entrada em operações. Para calcular a remuneração base, a regulamentação considera as receitas que foram geradas no passado e estima o prémio que é necessário para atingir uma média de 7,4% de resultados antes de impostos, ao longo do tempo de vida regulamentar dos parques eólicos. Os parâmetros que definem essa remuneração podem ser modificados a cada três e seis anos.

No **Reino Unido** entrou em vigor em 2014 a Reforma do Mercado de Eletricidade, introduzindo o mecanismo de contrato pela diferença (CfD), que estabelece um sistema de leilão para as energias renováveis. A atribuição da primeira fase do contrato pela diferença foi anunciado e a fórmula de atribuição foi divulgada. A primeira fase de atribuição estava prevista para outubro, mas foi adiada para fevereiro de 2015, devido a apelos de terceiros. O orçamento para esta fase é de 155 milhões de libras esterlinas em 2016/17 e 235 milhões de libras até 2020/21 para as tecnologias com menor implementação (entre as quais a energia eólica offshore). O Departamento de Energia e Mudanças Climáticas (DECC) também indicou que tenciona realizar a segunda fase de atribuição em outubro de 2015. A dimensão deste orçamento tem levantado dúvidas sobre se os projetos offshore conseguem assegurar financiamento.

Em **França**, o governo começou a preparar uma nova lei abrangente em 2014 que visa reformular totalmente o setor de energia. O governo está a considerar mudar do atual regime de tarifas fixas *feed-in* para um esquema mais orientado pelo mercado. O projeto estabelece um sistema pelo qual os produtores de energia poderão receber o pagamento de um prémio sobre o preço de mercado da eletricidade (esquema tipo contrato pela diferença, como no Reino Unido). No entanto, a implementação deste novo sistema de apoio exigirá consultas por parte do ministério, pelo que não deverá produzir resultados tão cedo.

Na **Polónia**, em abril de 2014 o governo aprovou uma proposta para alterar o esquema de certificados verdes para um regime de preço fixo concedido através de leilão, que se encontra atualmente em processo de aprovação parlamentar e que deverá estar terminado no primeiro trimestre de 2015. O novo regime de concursos será aplicado aos ativos que entrem em operação a partir de 1 de janeiro de 2016. Adicionalmente, este novo regulamento prevê um processo de transição para parques eólicos em funcionamento, segundo o qual, os parques eólicos em funcionamento teriam o direito de mudar para um regime de preço fixo através de um concurso (ou série de concursos) específico para projetos em funcionamento.

Em **Itália** foi estabelecido um sistema de leilões com base em quotas de capacidade, no qual os projetos vencedores recebem uma tarifa *feed-in* a 20 anos. Um terceiro concurso para energia eólica em terra recebeu propostas para 1,3 GW, tendo sido adjudicados apenas 365 MW, atendendo à capacidade disponível, mas deixando o potencial de energia eólica em estado indeterminado. Verifica-se alguma incerteza quanto ao desenvolvimento futuro uma vez que a atual regulamentação não prevê propostas adicionais e a cobertura máxima definida por lei em 2012 para fontes de energia renovável para além da energia solar fotovoltaica está prestes a ser atingida.

CRESCIMENTO A RITMO MAIS LENTO

Em geral, a Europa deve continuar a crescer de forma consistente, mesmo que a um ritmo mais lento. A melhoria dos fundamentos económicos da energia eólica e o estímulo aos objetivos para a energia verde compensam parcialmente a redução do apoio regulamentar e uma base instalada já considerável. Adicionalmente, as preocupações com a segurança do fornecimento irão colocar ênfase adicional numa maior dependência de fontes endógenas de energia, após os recentes acontecimentos entre a Ucrânia e a Rússia.

O enfoque mudou para o crescimento a um custo razoável do ponto de vista da competitividade dos custos do sistema, mas também para a segurança do abastecimento, com o objetivo de aliar:

- a competitividade e a acessibilidade dos preços;
- a fiabilidade e a segurança do abastecimento;
- a eficiência energética e objetivos verdes ambiciosos.

A energia eólica continuará a ser uma tecnologia-chave para alcançar esses objetivos. O crescimento da capacidade instalada pode ainda atingir os 95 GW necessários até 2020, o que representa um aumento de quase 50% da capacidade total mundial excluindo a região da Ásia-Pacífico e justifica que a Europa continue a ser o principal mercado de energia eólica.

EUA NA LIDERANÇA

O crescimento esperado nos EUA de cerca de 6,5 GW por ano até 2017 será incentivado pela necessidade de cumprir as normas de portfólio de energias renováveis (RPS) e aumento da competitividade da energia eólica. Os incentivos, como os créditos fiscais à produção e os mais comuns acordos de compra de energia (PPA), também desempenham um papel fundamental.

Historicamente, o quadro típico de desenvolvimento de energia eólica nos EUA tem sido descentralizado, sem tarifa *feed-in* nacional. Combina dois fatores-chave das receitas:

- **PPA (Power Purchase Agreements):** Acordos bilaterais de compra de energia a longo prazo pelos quais o produtor de energia eólica pode vender a sua produção a um preço fixo geralmente ajustado em função da inflação ou de um aumento gradual negociado. A procura de acordos de compra de energia tem sido muito forte, principalmente impulsionada pela necessidade de cumprir os objetivos estabelecidos pelas normas de portfólio de energias renováveis (RPS), mas também de aumentar a competitividade relativa da energia eólica.
- **PTC (Production Tax Credits):** os créditos fiscais à produção são a principal forma de remuneração da energia eólica nos EUA e representam uma fonte extra de receitas por unidade de eletricidade (23 dólares/MWh em 2014) ao longo dos primeiros 10 anos de vida do ativo. Há ainda outros mecanismos como Investment Tax Credits (ITC), créditos fiscais ao investimento equivalentes a 30% do investimento inicial utilizável em substituição dos créditos fiscais à produção.



A combinação de acordos de compra de energia e créditos fiscais à produção permite que as empresas de energia eólica assegurem o retorno ao longo do tempo de vida dos ativos. Os objetivos finais visados pela aplicação destas normas envolvem a competitividade a nível de custos e a acessibilidade, a segurança no fornecimento e as preocupações ambientais.

PROCURA DE RPS

As normas de portfólio de energias renováveis (RPS) destinam-se a impor aos fornecedores de eletricidade o fornecimento de uma percentagem mínima de eletricidade a partir de fontes renováveis, variável em cada estado. Nas últimas décadas, essas normas têm aumentado e em 2015 são 31 os estados com objetivos RPS vinculativos (dos quais 26 com objetivos superiores a 8% da eletricidade a partir de fontes renováveis), como indicado na tabela subsequente, que exclui os 7 estados com objetivos não vinculativos. Embora as normas sejam implementadas por todos os EUA, há no entanto um núcleo forte na zona oeste/costa do Pacífico e nordeste. Estas normas normalmente implicam que 10 a 25% seja alcançado até 2020-25 na maioria dos estados, e muitas vezes preveem um aumento gradual da percentagem obrigatória.

Este quadro faz com que muitas empresas de eletricidade instalem sistemas de leilão para firmar acordos de compra de energia de longo prazo com produtores de energias renováveis. Devido à competitividade da energia eólica, esta tecnologia tem recebido a maior percentagem de acordos de compra de energia celebrados.

Objetivo de RPS	2015	2020+	Objetivo de RPS	2015	2020+
Arizona	4.5%	15%	Montana	15%	15%
California	23%	33%	Nevada	20%	22%
Colorado	17.3%	28.8%	New Hampshire	13.8%	23.8%
Connecticut	16%	27%	New Jersey	12.2%	20.5%
Delaware	13%	25%	New Mexico	15%	20%
District of Columbia	9.5%	20%	New York	9.3%	9.3%
Hawaii	15%	25%	North Carolina	8%	12.5%
Illinois	10%	20.5%	Ohio	3.5%	8.5%
Iowa	0.7%	0.7%	Oregon	15%	20%
Kansas	15%	20%	Pennsylvania	14%	18.5%
Maine	8%	13%	Rhode Island	9.2%	16%
Maryland	13%	20%	Texas	5%	8.6%
Massachusetts	8%	15%	Vermont	8%	10.5%
Michigan	10%	10%	Washington	3%	15%
Minnesota	20%	30%	Wisconsin	10%	10%
Missouri	8%	15%			

Adicionalmente, a administração norte-americana demonstrou recentemente (junho de 2014) maior disposição para estabelecer políticas relativas a mudanças climáticas, tais como o plano de energia limpa "Clean Power

Plan” da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (Environmental Protection Agency), um plano para ajudar a reduzir a poluição provocada pelo carbono no setor da energia em 30% até 2030 (face aos níveis de 2005). As centrais elétricas são responsáveis por cerca de um terço de todas as emissões de gases de efeito de estufa nos EUA. Este plano implica uma maior dependência do gás (a tecnologia CCGT é responsável por cerca de 40% da redução prevista das emissões) mas também de fontes alternativas de energia (cerca de 25% da redução prevista das emissões), especialmente energia eólica.

COMPETITIVIDADE DA ENERGIA EÓLICA

A melhoria dos parâmetros económicos da energia eólica inclui a redução do investimento e das despesas de capital por MW, e sobretudo por MWh, devido ao aumento dos fatores de carga através de melhorias tecnológicas nas turbinas eólicas e também de excelentes recursos eólicos globais nos EUA, especialmente nas regiões com melhores recursos. Nos estados da costa oeste e leste, os fatores de carga são habitualmente de 25-30% enquanto nos estados centrais são habitualmente de 30-45%. Esta situação faz com que a energia eólica seja naturalmente mais competitiva de um ponto de vista fundamental, mesmo sem incentivos.

INCENTIVOS PARA CONTINUAR

Também nos EUA, há preocupações quanto ao custo dos incentivos às energias renováveis para os contribuintes e os consumidores finais de energia, principalmente créditos fiscais à produção. Desde que foram instituídos, a elegibilidade para estes incentivos tem sido possível durante períodos renováveis limitados de 2 anos, sem qualquer visibilidade sobre quaisquer outras extensões. Até agora, tem sempre havido extensões, mas esta abordagem “para-arranca” limita a visibilidade do horizonte do investimento para as empresas eólicas.

O congresso dos EUA aprovou recentemente, em meados de dezembro de 2014, a extensão por um ano dos créditos fiscais à produção de energia eólica até final de 2014. Como resultado, os projetos de energia

eólica cuja construção tenha início até 1 de janeiro de 2015 qualificam-se créditos fiscais à produção a 10 anos no valor de 23 dólares/MWh para a produção de eletricidade. Antes desta extensão, os créditos fiscais à produção estavam disponíveis para projetos de energia eólica cuja construção tivesse início até 1 de janeiro de 2014. Os projetos de energia eólica também têm a opção de escolher, em lugar dos créditos fiscais à produção, 30% do custo do projeto como créditos fiscais por investimentos.

Este apoio a nível da regulamentação é eficiente embora a visibilidade sobre a extensão a longo prazo dos incentivos em vigor, sobretudo créditos fiscais à produção, seja limitada. Seria importante contar pelo menos com uma visão a médio prazo sobre estes negócios, mesmo que incluíssem uma eliminação progressiva, pelo facto de permitirem melhor planeamento e constituírem uma mais-valia para os consumidores. A situação tal como está causa um crescimento volátil do mercado devido ao facto de os compradores geralmente aproveitarem os anos em que os PTC estão disponíveis para assinarem novos acordos.

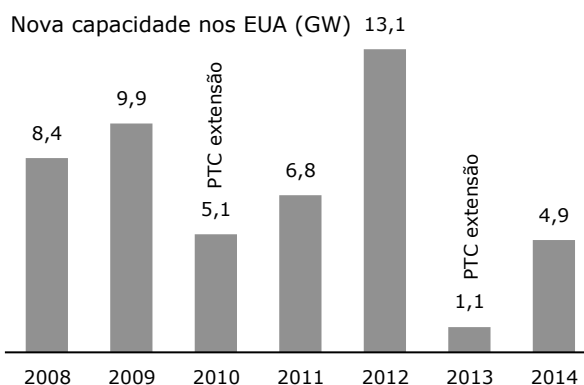
Atualmente os créditos fiscais à produção são cruciais mas é provável que a sua importância relativa venha a diminuir ao longo do tempo. Os fundamentos económicos da energia eólica nos EUA estão a melhorar rapidamente, necessitando de preços em acordos de compra de energia cada vez mais baixos até ao ponto em que a energia eólica se torne competitiva por si só em algumas áreas face a outras tecnologias tradicionais, considerando os parques recém-construídos. As várias normas de portfólio de energias renováveis (RPS) e outros objetivos ambientais continuarão a representar um incentivo substancial, não obstante os créditos fiscais à produção.

PERSPETIVAS DE CRESCIMENTO

Mesmo sem a extensão dos créditos fiscais à produção, o crescimento da procura no mercado americano pode ainda ser motivado por outras forças existentes, principalmente a descontinuação das centrais elétricas movidas a carvão, a competitividade da energia eólica, bem como o cumprimento das normas RPS em vários estados. Foi anunciada a descontinuação de aproximadamente 42 GW de capacidade termoelétrica a carvão até 2020 e espera-se que a energia eólica venha a substituir uma parte significativa de tal capacidade. Além disso, a produção de energias renováveis torna-se mais competitiva como resultado direto da descontinuação das centrais elétricas movidas a carvão. Uma maior penetração da energia produzida a partir do gás natural pode conduzir a grelhas mais flexíveis, beneficiando recursos intermitentes como as energias renováveis.

Quanto aos objetivos RPS em vigor para incentivar a procura de energias renováveis, estimamos que seja necessário adicionar 22 GW de energia eólica até 2020 para cumprimento dos objetivos já estabelecidos. Apenas com a competitividade da energia eólica, acreditamos que poderão ser adicionados 7 GW adicionais.

Há uma carteira de 19 GW em ativos em construção elegíveis ao abrigo do termo dos anteriores créditos fiscais à produção em dezembro de 2013 que poderão ser instalados no período de 2014-16 e estima-se que cerca de 14 GW adicionais poderão ser adicionados até 2020 no âmbito da extensão dos créditos fiscais à produção, dos quais 6 GW a partir do termo dos últimos créditos fiscais à produção, em dezembro de 2014, segundo a MAKE Consulting.



BOM POTENCIAL DA AMÉRICA LATINA

A América Latina não tem tido um papel importante no crescimento da energia eólica no passado recente, com apenas cerca de 8,5 GW de capacidade instalada a partir do final de 2014. No entanto, é de esperar que a sua base instalada venha a crescer quase 600% até 2020.

O crescimento previsto será impulsionado pelos seguintes fatores-chave:

- Elevada necessidade a nível de capacidade de produção de energia devido ao rápido crescimento do consumo de eletricidade e à preocupação crescente com potenciais défices hidroelétricas crónicos (por exemplo, secas) uma vez que a energia hídrica representa cerca de 60% da produção da região;
- Excelente recurso eólico, traduzido em excelentes fatores de carga, ainda mais elevados do que a média da América do Norte, pelo que o custo da energia eólica é relativamente baixo;
- Baixa penetração atual, com apenas 0,5% do total de eletricidade derivada de energia eólica;
- Acesso limitado a gás a um preço económico, com importações dispendiosas, o que favorece a competitividade relativa da energia eólica vs. CCGT;
- Crescente apoio da regulamentação, principalmente através de concursos públicos e financiamento preferencial.

Esta região é também uma extensão natural do crescente desenvolvimento já verificado nos EUA ao longo dos últimos anos, uma vez que já é um mercado chave para grandes empresas integradas de energia elétrica na Europa (principalmente produção e distribuição convencional).

O Brasil e o México são os principais centros de energia eólica emergentes na área. A regulamentação e a remuneração da energia eólica variam em função dos sistemas nacionais:

- No **Brasil**, a regulamentação centrou-se inicialmente no PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), criado em 2002, que estabeleceu um objetivo em termos de aumento da capacidade, e mediante o qual os projetos selecionados receberam acordos de compra de energia a 20 anos, sendo a Eletrobras seu comprador a um preço definido pelo governo. A política brasileira evoluiu para leilões competitivos mas regulamentados, com acordos de compra de energia a longo prazo reservados apenas para a energia eólica. As agências de desenvolvimento brasileiras asseguram algum financiamento preferencial e foram estabelecidos incentivos tarifários para alguns utilizadores finais contratarem diretamente energia eólica. Desde 2009 existem novas leis, incluindo incentivos à criação de cadeias de abastecimento locais, que permitiram que a energia eólica competisse gradualmente com outras tecnologias, incluindo a térmica, através de leilões regulamentados. Os projetos vencedores garantiram acordos de compra de energia a longo prazo com empresas de distribuição. Esta nova legislação é muitas vezes apontada como responsável pelo recente arranque da energia eólica brasileira.
- No **México** não há incentivos de grande escala ou tarifas *feed-in*, mas há alguns incentivos fiscais que permitem que os ativos sejam totalmente amortizados no seu primeiro ano de operação. O sistema atual é semelhante ao dos EUA e assenta em acordos de compra de energia bilaterais entre produtores independentes de energia e consumidores, normalmente durante 15-20 anos. No final de 2013, as autoridades locais deram início a um processo de reforma para acabar com o monopólio histórico no setor da eletricidade, em direção a um mercado liberalizado de energia. Esta constitui uma oportunidade para definir um novo quadro regulatório para a remuneração da energia eólica, bem como outras reformas necessárias (como a separação do operador da rede de transporte e a criação de uma entidade reguladora independente). Atualmente, o governo tem como objetivo 10 GW a serem instalados até 2022 e um aumento de 2 GW por ano.

TENDÊNCIA PARA REGIME COM BASE EM LEILÕES DE MERCADO

Uma característica-chave da energia eólica é a sua capacidade para garantir alguma visibilidade a nível de receitas a partir de fatores de carga previsíveis e estáveis a longo prazo. No entanto, dado que a energia eólica é uma tecnologia que exige muito capital, é fundamental garantir um fluxo de receitas para atingir um equilíbrio entre risco e retorno e permitir a criação de valor.

Há diferenças entre as remunerações que têm por base incentivos fixados administrativamente (tarifas *feed-in*, certificados verdes, créditos fiscais à produção) e as remunerações com base no mercado e que envolvem um certo grau de concorrência *ex-ante* (acordos de compra de energia, leilões). A tabela seguinte resume o tipo de estruturas de remuneração da energia eólica e solar em mercados-chave da EDPR:

País	Tipo de remuneração	Comentários
EUA	Acordos de compra de energia + créditos fiscais à produção + certificados de energia renovável (REC)	Possibilidade de utilização de créditos fiscais ao investimento em substituição dos créditos fiscais à produção
Espanha	Preço de mercado pool + incentivos	Mudou recentemente das tarifas centralizadas em regime <i>feed-in</i>
Portugal	Tarifa em regime <i>feed-in</i>	
França	Tarifa em regime <i>feed-in</i>	Realizou recentemente leilões para várias concessões offshore
Bélgica	Pool + Certificados Verdes	
Polónia	Pool + Certificados Verdes	Está prevista a introdução de um novo quadro assente em leilões em 2016
Roménia	Pool + Certificados Verdes	
Itália	Leilões	Mudou recentemente dos certificados verdes para concursos públicos
R.U.	Preço de mercado pool + incentivos	Está prevista a mudança para leilões em 2017
Alemanha	Tarifa em regime <i>feed-in</i>	Está prevista a mudança para leilões em 2013
Brasil	Leilões	
México	Acordos de compra de energia	

Dada a crescente preocupação com a acessibilidade das energias renováveis para os consumidores, e os cortes recentes na remuneração, regista-se uma mudança para sistemas baseados em leilões de mercado.

Este quadro regulamentar alterado ainda pode atingir o aumento necessário de capacidade das energias renováveis, que é a melhor solução para o sistema de energia como um todo e também para o consumidor, que acaba por beneficiar de contas de eletricidade mais baixas, em parte devido ao menor risco que este sistema representa para as empresas de energia, o que permite a oferta de preços mais baixos. Esta mudança é já evidente no número de países que adotaram os concursos públicos ou leilões e que passaram de 9 em 2009 para 55 a partir do início de 2014.

O mecanismo encontra-se já muito desenvolvido no continente americano, mas não tanto na Europa, onde vários esquemas remuneratórios estão em vigor em diferentes países, muitas vezes baseados em sistemas de tarifa *feed-in* (p. ex., Espanha, Portugal e França), que foram muito eficazes na rentabilização dos investimentos iniciais durante a fase inaugural desta tecnologia, e contribuíram para uma maior penetração das energias renováveis.

Um sistema baseado em leilões de mercado, como os acordos bilaterais de compra de energia ou os concursos públicos:

- Garante visibilidade (normalmente entre 15 a 25 anos) às empresas de energia, tornando os fluxos de caixa e os resultados mais seguros, e atraindo o investimento necessário para assegurar os muito elevados custos iniciais;
 - Limita os riscos regulatórios por não ser necessário um sistema centralizado (de tarifa nacional *feed-in*, por exemplo) e por poder ser flexivelmente combinado com vários incentivos (como créditos fiscais à produção);
 - Permite a concorrência *ex-ante*, favorecendo as tecnologias mais eficientes e os projetos mais valiosos, e envia sinais para o setor relativamente aos preços, evitando a sub-remuneração ou a sobre-remuneração dos ativos.
- Um argumento forte a favor dos sistemas baseados em leilões de mercado é que são uma estrutura altamente adaptável, em que todas as variáveis são incluídas nos preços de compra e aos lances mais competitivos são concedidos contratos ou capacidade. Os preços determinados desta forma competitiva refletem a qualidade do recurso eólico local.

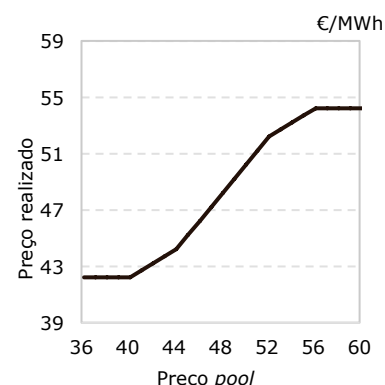
NOVA REMUNERAÇÃO EM ESPANHA

Estima-se que a nova regulamentação promulgada venha a cortar cerca de 30 milhões de euros do EBITDA da Empresa num ano médio, ao mesmo tempo que abre uma nova exposição aos preços pool que será estabilizada através de coberturas *forward* dentro de uma abordagem abrangente de gestão do risco.

NOVA REGULAMENTAÇÃO EM ESPANHA:

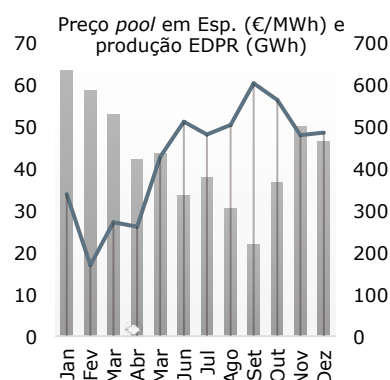
A remuneração para os ativos de energia renovável está atualmente estruturada de forma que, ao longo da vida regulamentar, que é de 20 anos para os ativos de energia eólica, o ativo médio recebe um retorno antes de impostos definido como o rendimento dos títulos públicos espanhóis a 10 anos mais 300 pontos base. Em termos gerais, no âmbito do novo regime remuneratório, os ativos de energia eólica adjudicados até 2003 vendem a sua produção a preço de mercado "pool" e recebem um complemento de capacidade anual. O montante deste complemento por MW está definido para atingir o objetivo de retorno previsto ao longo dos 20 anos de vida regulamentar para os ativos médios de energia eólica, ou seja, ativos com parâmetros operacionais médios (por exemplo, fator de carga, capex, opex, etc.). O quadro regulatório também considera um mecanismo de limites máximos e mínimos, para ajustar desvios ao preço de referência do mercado "pool". Para 2014, a regulamentação define o preço de referência do mercado "pool" em 48,2 euros por MWh, o que cria um limite em redor da gama de preços possíveis entre 42,2 e 54,2 euros por MWh, como ilustrado no gráfico. Os ativos de energia eólica adjudicados até 2003 não têm direito ao complemento de capacidade, por se esperar que esses parques eólicos atinjam o objetivo de retorno projetado através da venda da sua produção a preços de mercado "pool".

O novo quadro regulatório foi anunciado em 2013, através do Decreto-lei Real 9, em Julho, e incluído na Lei 24, em Dezembro. Esta alteração na regulamentação produz efeitos a partir de 12 de julho de 2013. Em junho de 2014, o governo espanhol publicou, no seu despacho IET/1045, os parâmetros para ativos de energia renovável no âmbito do novo quadro de remuneração, aprovado no ano anterior.



IMPACTO ESPERADO NO EBITDA NUM ANO MÉDIO PARA A EDPR:

Calcula-se que esta alteração na regulamentação venha a ter um impacto negativo no EBITDA da EDPR de cerca de 30 milhões de euros, num ano médio de produção de eletricidade a partir de energia eólica, quando comparado com o quadro anterior (RDL 2/2013), que proporcionava um regime de tarifa *feed-in*.



O ANO DE 2014: O preço médio de mercado "pool" em 2014 foi de 41,8 euros por MWh, situando-se no limite inferior do intervalo acima mencionado permitido pelo novo regulamento. Além disso, os preços "pool" foram mais baixos entre janeiro e abril, numa altura em que a produção de energia renovável foi a mais elevada do ano. Em 2014, a EDPR beneficiou de uma produção mais elevada, quando comparada com a produção média de um ano padrão. No entanto, este efeito de volume foi mais do que compensado pelo efeito de preços baixos sobre a estratégia de cobertura em vigor. Os novos parâmetros da regulamentação só foram conhecidos durante a segunda metade do ano, o que inviabilizou a implementação de uma estratégia de cobertura para esse período.

Pelas razões expostas, esta nova alteração na regulamentação acabou por ter um impacto negativo no EBITDA da EDPR acima dos esperados 30 milhões de euros num ano médio. Esta exceção lamentável, no primeiro ano da nova regulamentação, será naturalmente normalizada com a gestão de risco em curso através da abordagem de cobertura descrita subsequentemente.

GESTÃO DO RISCO: Do total de 2,2 GW EBITDA consolidado pela EDPR em Espanha, apenas 9% não tem direito ao pagamento de capacidade, correspondente à capacidade encomendada até 2003. Do total de 5,1 TWh de eletricidade produzida por EDPR num ano médio, cerca de 20% está exclusivamente exposto ao preço da pool de mercado, incluindo não só a produção de eletricidade a partir da capacidade sem complemento de capacidade, mas também a produção prémio que a EDPR consistentemente atinge em Espanha.

Por forma a gerir o risco aos preços "pool" da produção exposta, a EDPR utiliza uma política de cobertura para assegurar os preços sempre que estes são considerados razoáveis. Com esta estratégia de cobertura, a EDPR remove a volatilidade das receitas futuras, que podem variar negativamente a partir de um possível aumento na produção global de energia renovável, enquanto o cenário oposto não é expectável de se verificar de forma tão efetiva.

2.2. PLANO DE NEGÓCIOS 14-17

O plano estratégico da EDPR para criação de valor até 2017 permanece em linha com a anterior arquitetura, sustentada por três pilares com metas definidas: **Crescimento Seletivo, Maior Rentabilidade e Modelo de Autofinanciamento.**

Em maio de 2014, a EDPR apresentou à comunidade financeira o seu Plano de Negócios para 2014-17 durante o Dia do Investidor do Grupo EDP, realizado em Londres. Neste evento estiveram presentes cerca de 200 participantes dos mercados financeiros, incluindo imprensa, participantes online, investidores, analistas e agências de rating, o que demonstra um grande interesse por parte da comunidade financeira na evolução financeira e na estratégia do Grupo.

Desde o início, a EDPR tem desenvolvido uma estratégia centrada no crescimento seletivo e execução rigorosa, apoiada em competências centrais que geram rentabilidade superior, mantendo um perfil de baixo risco, no âmbito de uma atividade distintiva e de reconhecida sustentabilidade. Como resultado da concretização de tal estratégia, simultaneamente flexível para se adaptar às mudanças no ambiente comercial e económico, a EDPR continua a ser líder mundial no setor de energias renováveis.

Crescimento Seletivo		Maior Rentabilidade		Modelo de Autofinanciamento	
Sólida criação de valor, investindo em projetos de qualidade com preços previsíveis		Crescimento rentável apoiado em competências centrais distintas e know-how único		Crescimento reforçado por um programa de rotação de ativos para alavancar a criação de valor	
Investir em projetos de qualidade	>500 MW por ano	Manutenção de elevados níveis de disponibilidade	>97.5%	Geração de Fluxo de Caixa Operativo Forte	3.5 mil milhões de euros
Crescimento em projetos com contratos já estabelecidos	>85% visível	Crescimento com avaliação energética distintiva	31.5% Fator de carga	Rotação de ativos para alavancar a criação de valor	700m de euros (ex-CTG)
Desenvolver o offshore: concessão em França e projetos em UK	Crescimento post-2017	Aumento da eficiência, redução OPEX/MW	-2% CAGR	Investimento líquido apoiado no programa de rotação de ativos	1.8 mil milhões de euros

Ao cumprir a sua estratégia, a EDPR espera atingir metas de crescimento sólidas...

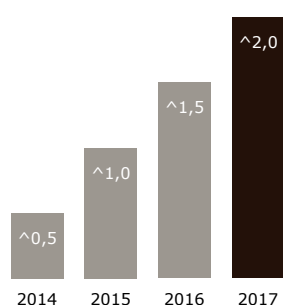
Produção de eletricidade	EBITDA	Resultado líquido	Distribuição de dividendos
9% CAGR 13-17	9% CAGR 13-17	11% CAGR 13-17	25-35%

...e continuar a liderar num setor verde competitivo com maior relevo a nível mundial.

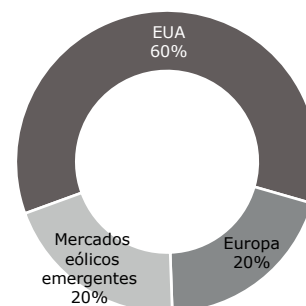
2.2.1. CRESCIMENTO SELETIVO

A empresa tem uma ampla gama de futuros novos projetos. É crucial dispor de várias opções de investimento para garantir que os projetos a serem construídos têm uma boa adequação estratégica e representam para a EDPR um perfil de baixo risco com uma rentabilidade superior. Este é o caso da estratégia de crescimento seletivo definida no seu atual Plano de Negócios. O objetivo de crescimento estabelecido para 2014-17 é de 2 GW (> 500 MW / ano), em projetos que partilhem essas duas diretrizes fundamentais:

- 1) Perfil de baixo risco através de alta visibilidade sobre fluxos de caixa futuros, com a maior parte da nova capacidade a ser construída ao abrigo de acordos PPA de longo prazo já concedidos ou de tarifas *feed-in* regulamentadas disponíveis. Esta diretriz permite assegurar a rentabilidade do projeto.
- 2) Desempenho operacional elevado, com projetos identificados para construção com métricas operacionais acima da média do portfólio, nomeadamente em termos de taxas de ocupação. Esta diretriz contribui para reduzir o peso sobre a remuneração.



A EDPR irá fornecer >500MW/ano em projetos de elevada qualidade: 60% nos Estados Unidos, 20% na Europa e 20% em mercados emergentes



CRESCIMENTO DE 60% NOS EUA, IMPULSIONADO PELOS PPAS JÁ FIRMADOS

Após um período de fraco crescimento nos EUA, este mercado foi novamente selecionado como o principal motor de crescimento para a empresa ao longo dos próximos quatro anos. O portfólio de projetos da EDPR neste mercado, a manutenção dos benefícios fiscais PTC e a forte procura de PPA de longo prazo para projetos de energia eólica proporcionam esta oportunidade de crescimento. Além disso, existe disponibilidade de autofinanciamento, através de parcerias de *tax equity* com a possibilidade de operações de rotação de ativos, dado o forte interesse dos fundos de infraestruturas e pensões para participações.

A avaliação económica dos novos investimentos nos EUA é sólida, com taxas médias de produção de cerca de 43%, a preços médios PPA no primeiro ano de 48 dólares/MWh, conducentes a percentagens de TIR de dois dígitos.

CRESCIMENTO DE 20% NA EUROPA, FOCADO EM QUADROS DE BAIXO RISCO

Alguns mercados europeus continuam a proporcionar boas oportunidades de crescimento apoiadas por marcos regulatórios que proporcionam um ambiente de baixo risco.

Em França, a EDPR mantém 60-70 MW em projetos em desenvolvimento que estarão disponíveis para construção e beneficiam do regime de tarifas *feed-in* existente. Em Itália, a EDPR irá construir 30 MW, adjudicados em 2013, e participar em futuros leilões de energia para gerar novas adições para 2015-17. Na Polónia, o crescimento está condicionado à aprovação de uma nova lei para o setor da energia, que deverá basear-se em leilões de energia, nos quais a EDPR mantém projetos competitivos. Finalmente, em Portugal, a capacidade total concedida em 2006 ao consórcio ENEOP será concluída, com a consequente separação de ativos esperada em 2015, altura em que a EDPR irá adquirir o controlo e a consolidação integral dos MW correspondentes à sua participação de 40%.

CRESCIMENTO DE 20% DE MERCADOS EÓLICOS EMERGENTES

No Brasil, a EDPR irá instalar em 2015-17 os projetos com PPA concedidos em 2011 e 2013 para um total de 236 MW, o que representa um aumento significativo da capacidade do portfólio atual de 84 MW.

Em 2014, a EDPR entrou no mercado de energia no México, com a assinatura de um contrato de fornecimento de eletricidade a longo prazo, para a energia de um parque eólico de 180 MW a ser instalado em 2016, o que representa uma entrada considerável de baixo risco e abertura atrativa. O México é um país com grande potencial para a energia eólica e esta entrada pode fornecer uma plataforma sólida para o crescimento deste mercado.

Além disso, a EDPR continuará ativamente a analisar as oportunidades em novos mercados com fortes perspetivas, ou seja, com alto crescimento da procura de eletricidade, recursos renováveis sólidos e disponibilidade de contratos de fornecimento de energia de longo prazo concedidos através de esquemas competitivos.

+1,255 MW PPAS PARA CRESCIMENTO NOS EUA

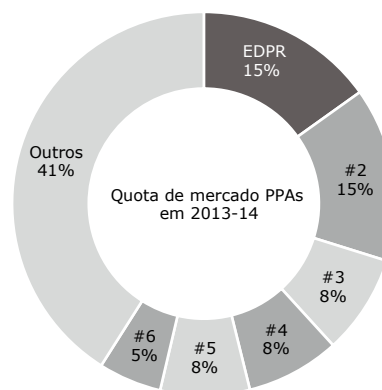
Desde 2013, a EDPR firmou 1.530 MW em acordos de venda de longo prazo, tornando-se líder de mercado e criando visibilidade para a sua meta de crescimento de 1,2 GW nos EUA para 2014-17 e para a rentabilidade da frota existente com 275 MW de novos PPA para projetos operacionais.

Assinatura	Nome do projeto	Localização	Ano	MW	Comprador	Duração (anos)
Nov. 14	2 projetos	Nova Iorque	2017	155	NYSERDA	20
Abr. 14	Hidalgo	Texas	2016	150	(undisclosed)	15-20
Jan. 14	Waverly	Kansas	2016	200	Kansas City Power & Light Co	20
Set. 13	Number Nine	Maine	2016	250	Connecticut L&P and United Illuminating	15
Jul. 13	Arbuckle Mountain	Oklahoma	2015	100	Lincoln Electric System	20
Out. 13	Rising Tree South	Califórnia	2015	100	Southern California Edison	20
Out. 13	Rising Tree North	Califórnia	2014	20	Pacific Gas and Electric	20
Ago. 13	Rising Tree North	Califórnia	2014	80	Southern California Edison	20
Jun. 13	Headwaters	Indiana	2014	200	Indiana Michigan Power Co	20
Novos projetos:				1,255		
Ago. 14	Rail Splitter	Illinois		25	Hoosier Energy	15 (d. 01.12.14)
Abr. 13	Blue Canyon II	Oklahoma		151	Georgia Power	20 (d. 01.01.16)
Abr. 13	Blue Canyon VI	Oklahoma		99	Georgia Power	20 (d. 01.01.16)
Em operação:				275		

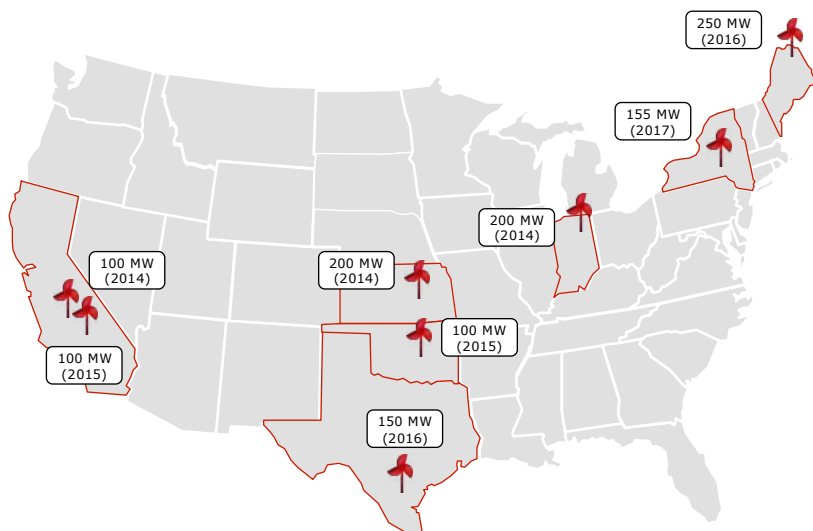
Desde a prorrogação por um ano das PTC no início de 2013, a EDPR avançou rapidamente, garantindo novos PPA para futuros projetos nos EUA, mas também para os projetos já em operação.

Estes contratos de venda de longo prazo demonstram não só a capacidade da EDPR em firmar estes acordos comerciais, mas, sobretudo, a forte capacidade da empresa para bem posicionar uma série de projetos de qualidade, em locais e fases de desenvolvimento adequados, como fator-chave de sucesso para capturar atempadamente as oportunidades de crescimento.

Durante a fase de incerteza sobre a prorrogação das PTC em 2014, foram assinados dois contratos de venda a 20 anos para Créditos de Energia Renovável (REC) com a Autoridade para a Investigação e Desenvolvimento Energético do Estado de Nova Iorque (NYSERDA), sujeitos a nova extensão dos PTC, que acabaram por se concretizar um mês mais tarde, num claro movimento de antecipação por parte da EDPR.



CRESCIMENTO DE BAIXO RISCO:



A eficácia destes acordos aumenta a visibilidade sobre as perspetivas de crescimento e reforça o baixo perfil de risco da empresa. Em maio de 2014, a EDPR apresentou o seu Plano de Negócios para 2014-17, que inclui uma estratégia de crescimento de 2 GW, dos quais 60% nos EUA, com base em projetos com contratos de venda de longo prazo. Os PPA já firmados para 1.255 MW garantem total visibilidade a este objetivo.

A EDPR assegurou contratos de venda de longo prazo para novo crescimento em sete estados dos EUA

2.2.2. MAIOR RENTABILIDADE

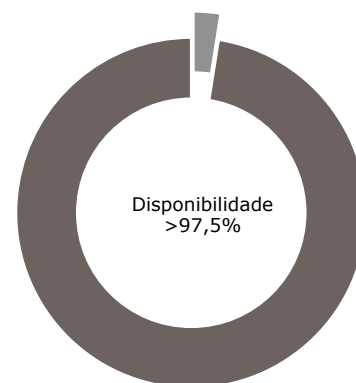
O pilar estratégico número um, e que tem sido sempre a base sólida da EDPR, que a destaca neste setor, é a sua capacidade para maximizar o desempenho operacional dos seus parques eólicos e centrais solares. Nesta área, as equipas da EDPR, nomeadamente nas vertentes de operações e manutenção, detêm um sólido registo histórico que permite apoiar as metas desafiantes do Plano de Negócios para 2014-17. Para este período, a EDPR estabeleceu objetivos em três métricas-chave: Disponibilidade (disponibilidade técnica por hora), Taxa de Utilização e Custos operativos/MW. Estas três métricas permitem uma visão global dos progressos alcançados a nível de operações e manutenção, avaliação de vento e esforços de controlo de custos. Também constituem bons indicadores da eficiência operativa geral da Empresa.

Como parte integrante do objetivo de aumento do EBITDA para 2013-2017 em 9%, a EDPR está a implementar soluções inovadoras de O&M, novas tecnologias para melhorar os nossos ativos e abordagens que permitam uma estrutura *lean*.

MANUTENÇÃO DE ELEVADOS NÍVEIS DE DISPONIBILIDADE >97,5%

A disponibilidade mede a percentagem de tempo em que a frota está totalmente operacional. Se um equipamento tem uma métrica de disponibilidade de 97,5%, isso significa que, num dado período, estava disponível para gerar energia durante 97,5% do tempo, o que disponibiliza apenas 2,5% para manutenção preventiva ou reparações. A disponibilidade é um claro indicador do desempenho das operações e práticas de manutenção da empresa, uma vez que se centra na redução ao mínimo de qualquer anomalia e realiza as atividades de manutenção no menor período de tempo possível.

A Empresa tem mantido sempre elevados níveis de disponibilidade, tendo registado 97,5% em 2014, pelo que estabeleceu o objetivo de superar essa marca já elevada no período de 2014-17. A EDPR continuará a perspetivar o aumento da disponibilidade através de novas medidas de otimização da manutenção preventiva compatíveis com o centro de controlo e expedição 24/7, a redução dos danos mais comuns em condições meteorológicas extremas e a melhoria da calendarização de paragens programadas. Será também fundamental definir uma nova estratégia de armazenamento de peças de reposição para assegurar a redução do tempo de inatividade durante reparações inesperadas.

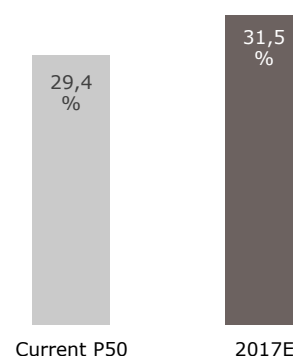


ALAVANCAR O CRESCIMENTO NA AVALIAÇÃO ENERGÉTICA PARA UM FATOR DE CARGA DE 31,5%

A taxa de utilização (ou fator de capacidade líquido) mede a velocidade e a qualidade do recurso renovável nas turbinas eólicas ou painéis solares. Uma taxa de ocupação de 31,5% significa a percentagem teórica de produção máxima de energia com equipamentos a funcionar em plena capacidade, num determinado período. Por exemplo, para 1 MW ao longo de um ano, equivale à produção de 2.759,4 MWh (31,5% x 1 MW x 24 horas x 365 dias).

Garantir que os ativos geram a quantidade máxima possível de energia constitui um fator chave de sucesso. Relativamente ao portfólio operacional, a otimização da taxa de utilização está fortemente ligada à melhoria da disponibilidade, como descrito e, se possível, introduzindo melhorias da produtividade que aumentem a produção ao equiparem modelos de equipamento mais antigos com as mais recentes melhorias tecnológicas para aumentar a eficiência na utilização de recursos renováveis disponíveis. Relativamente aos parques eólicos e centrais solares em desenvolvimento, a maximização da taxa de utilização é sobretudo fruto do trabalho especializado das equipas de avaliação energética e engenharia, que projetam a melhor configuração do parque, ajustando o posicionamento e escolhendo entre diferentes modelos de equipamento adequados às características do local, especialmente do terreno, a partir das medições de recursos efetuadas e da sua previsão de produção energética.

A Empresa tem mantido, de forma consistente, taxas de utilização na faixa dos 29-30%, tendo registado 29,8% em 2014, o que se situa um pouco acima dos 29,4% da avaliação do P50 (probabilidade média) para a frota atual, e estabeleceu o objetivo de 31,5 % até ao final do período 2014-17.



AUMENTAR A EFICIÊNCIA, REDUZINDO O OPEX/MW EM -2%

Paralelamente às iniciativas de primeira linha, a empresa centra os seus esforços no controlo estrito de custos para melhorar a eficiência e obter rentabilidade adicional. Alavancando na experiência acumulada ao longo do tempo e no seu desempenho passado (Custos operativos/MW -5% CAGR 2010-2013), a EDPR estabeleceu a ambiciosa meta de reduzir ainda mais os Custos operativos/MW em -2% CAGR no período de 2013-2017, apesar do envelhecimento natural da sua base de ativos. Para atingir este objetivo, a EDPR desenvolveu um plano de combate aos principais custos previsíveis da sua estrutura de custos. Quanto a O&M, que representa cerca de 30% do total de custos operativos, a EDPR espera continuar a obter ganhos com o seu sistema M3 quando os parques eólicos deixarem de estar sujeitos aos contratos iniciais de garantia. Relativamente às despesas de venda, administrativas e outros encargos gerais e às despesas com pessoal, que representam cerca de 50% do total de custos operativos, o objetivo é o de manter o controlo rigoroso dos parques para beneficiar plenamente das economias de escala de uma empresa em crescimento. Os direitos, que representam cerca de 20% dos custos operativos totais, não são geríveis e têm aumentado nos últimos anos, tendo sido sobretudo penalizados pela introdução de novos impostos em alguns países.

PROGRAMA M3 E AUTO-DESEMPENHO

À medida que a frota da EDPR se torna mais madura, os contratos iniciais de Operações e Manutenção (O&M) com os fornecedores de turbinas expiram. Quando tal acontece, a empresa necessita decidir entre renovar o serviço de manutenção ou correr o risco de operar o parque eólico por conta própria, mantendo elevados níveis de disponibilidade.

O programa M3 (Modelo de Manutenção Modular) responde a essa pergunta. Com base na experiência da EDPR, as nossas equipas de O&M decidem o equilíbrio ideal entre manutenção contratada externa e internamente. Normalmente, a EDPR mantém o controlo das atividades de alto valor acrescentado, tais como planeamento de manutenção, logística e operações remotas, e subcontrata, sob supervisão direta, tarefas intensivas a nível de recursos humanos.

Esta metodologia resultou em poupanças estimadas de cerca de 20% nos parques eólicos onde o sistema M3 foi implementado, que respondem a 40% da frota na Europa.

Por seu turno, nos EUA o parque eólico Blue Canyon V iniciou o seu próprio programa piloto de O&M, que atualmente é totalmente operado pela EDPR, sem qualquer ajuda externa, o que se traduziu em poupanças imediatas nos custos operativos. Na sequência deste sucesso, outros parques americanos irão seguir esse modelo.



Um exemplo extraordinário da nova eficiência alcançada pelo programa M3 é o tempo necessário para substituir componentes principais, que foi reduzido de 5 meses para 3 dias.

Um novo armazém com 2.000 metros quadrados, localizado em Castejón, Espanha, serve todos os países europeus.

AUMENTO DA PRODUÇÃO DAS TURBINAS

A EDPR está também a criar valor através da melhoria dos seus ativos com a implementação de novas tecnologias nas turbinas para aumentar a produção de energia sem introduzir grandes alterações nas componentes. As equipas de análise do desempenho da EDPR estão a colaborar com os fabricantes para determinar as melhores práticas para aplicar esta nova tecnologia.

Ao monitorizar as condições em tempo real, a velocidade de rotação do gerador pode ser aumentada mantendo-se dentro do envelope de carga existente, assim aumentando a produção energética. O aumento de produção melhora as receitas do parque eólico, sem necessidade de grandes investimentos. Esta tecnologia tem sido aplicada com sucesso em muitas turbinas e continuará a ser desenvolvida nos próximos anos.

PROGRAMA LEAN

Lançado em 2011, o programa *Lean* da EDPR centra-se no processo de otimização ao longo de todo o negócio da Empresa, usando a metodologia *lean / six sigma*. O objetivo é o de aproveitar as ideias e know-how dos colaboradores de primeira linha para melhorar as receitas e os custos da Empresa, melhorar a segurança e reduzir o impacto ambiental.

Dentro desta estratégia, a EDPR implementou dois programas: *Daily Lean* e *Lean improvement*. O primeiro, *Daily Lean*, aplica-se à melhoria contínua das atividades diárias dos nossos parques eólicos, com o objetivo de reduzir tarefas repetitivas e sem valor. O último, *Lean Improvement*, desenvolvido pelos nossos engenheiros de desempenho e pelos nossos colaboradores em campo, identifica e resolve problemas que são comuns a uma frota de turbinas ou parte de uma frota. Este programa implementou mudanças que ajudam a reduzir o impacto dos danos causados por relâmpagos e a reduzir o sobreaquecimento da caixa de velocidades, entre outros.

2.2.3. MODELO DE AUTOFINANCIAMENTO

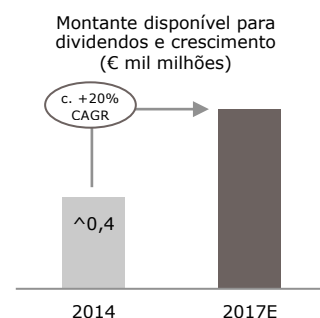
Inicialmente apresentado no Dia do Investidor, em maio de 2012, o modelo de autofinanciamento da EDPR tem sido um dos três pilares em que assenta a estratégia da empresa desde então. Este modelo de autofinanciamento exclui qualquer aumento da dívida corporativa, e portanto assenta na combinação do fluxo de caixa resultante dos ativos operacionais, fundos externos a partir de *tax equity* e outros projetos financeiros estruturados bem como as receitas derivadas das transações de rotação de ativos para financiar o crescimento rentável do negócio.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

A principal fonte de fundos da Empresa é o fluxo de caixa operativo gerado pelos ativos existentes, inicialmente utilizado para liquidar o serviço de dívida e a distribuição de capital aos sócios, enquanto o excedente fica disponível para financiar o pagamento de dividendos aos acionistas da EDPR ou para financiar novos investimentos.

Espera-se uma sólida geração de fluxo de caixa operacional de cerca de 3,5 mil milhões de euros para o período 2014-17. Prevê-se que o fluxo de caixa disponível para dividendos e novos investimentos, de cerca de 400 milhões de euros em 2014, venha a aumentar, em média, em cerca de 20% ao ano até ao final do atual plano de negócios, em 2017.

A EDPR estabeleceu uma política de distribuição de dividendos no escalão de 25-35% dos seus resultados líquidos anuais, assim permitindo que a maioria do fluxo de caixa disponível financie o crescimento. Os dividendos pagos em 2014 ascenderam a cerca de 35 milhões de euros, correspondentes ao nível inferior do escalão face aos resultados líquidos do ano anterior, o que representou apenas uma pequena percentagem do fluxo de caixa disponível gerado no período.



TAX EQUITY NOS EUA E OUTRAS ESTRUTURAS DE PROJECT FINANCE

A EDPR procura sempre identificar financiamento externo para os seus projetos, nomeadamente através de estruturas de *tax equity*, habituais nos EUA, e através de outras estruturas de financiamento de projetos, disponíveis em outras áreas geográficas. A utilização de tais estruturas enquadra-se no modelo de autofinanciamento por substituírem a necessidade de dívida corporativa.

Adicionalmente, o recurso a *tax equity* nos EUA também permite a utilização eficiente dos benefícios fiscais proporcionados pelo projeto, o que melhora a sua situação económica. Numa perspetiva simples, no âmbito das parcerias de *tax equity*, os investidores em *tax equity* contribuem com uma parte considerável do investimento inicial no projeto, recebendo em retorno a maioria dos créditos fiscais à produção atribuídos ao projeto durante os seus primeiros dez anos de operação.

No caso de *project finance*, trata-se também de uma forma de contratar dívida de longo prazo em moeda local a um custo competitivo para mitigar o risco de refinanciamento e reduzir o risco cambial através de uma cobertura natural entre as receitas e as despesas.

Em 2014, a EDPR assinou três transações de *tax equity* relacionadas com um total de 329 MW de aumento de capacidade nos EUA neste ano, correspondentes ao rendimento do financiamento através de *equity financing* de 332 milhões de dólares (~ 250 milhões de euros). Estas transações elevam o rendimento total do financiamento através de *tax equity* captado pela EDPR para cerca de 2,9 mil milhões de dólares.

Assinatura	Nome do projeto	Localização	MW	Milhões	Data	Contraparte
Out. 14	Rising Tree North	Califórnia	99	USD 109	4T14	MUFG Union Bank
Set. 14	Lone Valley	Califórnia	30	USD 33	4T14	(undisclosed)
Jul. 14	Headwaters	Indiana	200	USD 190	4T14	BofA Merrill Lynch
	<i>Tax equity (EUA):</i>		329	EUR 250		
Aug. 14	Korsze	Polónia	70	PLN 220	3T14	Bank of China
Mar. 14	Centrais solares	Roménia	50	EUR 30	3T14	EBRD + BSTDB
Jan. 2014	South Branch	Canadá	30	CAD 49	1T14	(undisclosed)
	<i>Project finance:</i>		150	EUR 116		

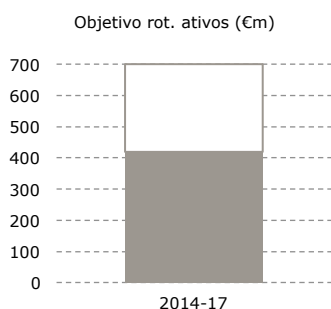
Por outro lado, em 2014 a EDPR assinou ainda três acordos de *project finance*, no Canadá, na Roménia e na Polónia, com um rendimento de cerca de 116 milhões de euros. Só na Europa de Leste, a EDPR assinou um total de oito acordos de *project finance*, num total de cerca de 558 milhões de euros, o que constitui uma prova sólida da competência da Empresa para desenvolver projetos de elevada qualidade que permitem estabelecer estruturas financeiras sólidas que cumprem os requisitos dos parceiros com critérios de investimento muito rigorosos.

ROTAÇÃO DE ATIVOS

O rendimento das transações de rotação de ativos também é uma fonte importante de fundos do modelo de autofinanciamento da EDPR para financiar o crescimento rentável do seu negócio. Este modelo permite à Empresa adiantar o valor a realizar com os futuros fluxos de caixa dos seus projetos ao longo do seu tempo de vida restante, e reinvestir o rendimento correspondente no desenvolvimento de projetos que permitirão aumentar o seu valor, com uma rentabilidade superior aos custos do próprio rendimento da rotação de ativos. Estas transações envolvem a venda de participações minoritárias a nível dos projetos (tipicamente de 49%), mantendo o controlo total a nível da gestão destes projetos. Adicionalmente, o âmbito dos projetos para estas transações tende a ser projetos maduros, geralmente já em operação e, consequentemente, sem risco, com uma elevada qualidade a nível dos seus fluxos de caixa futuros, que podem ser atrativos para os investidores institucionais com perfil de baixo risco, a partir dos quais a EDPR pode contar com um custo competitivo de financiamento.

O primeiro acordo de rotação de ativos foi assinado pela EDPR no final de 2012, e desde então firmou já um total de oito transações, num valor total de 1,2 mil milhões de euros.

Em 2014, foram concluídas três transações, relacionadas com os ativos localizados em três países: EUA, França e Canadá, sendo as contrapartes diferentes fundos de infraestruturas. No final do ano, e no âmbito da atual parceria estratégica entre a EDP e a China Three Gorges, foi firmada uma nova transação, desta vez envolvendo parques e projetos eólicos no Brasil.



Apenas com as transações de 2014, mais de 60% do objetivo de rotação de ativos para o período 2014-17 no valor total de 700 milhões de euros está já assinado a preços competitivos.

Acerca da parceria estratégica mencionada, entre o principal acionista da EDPR, a EDP, e a CTG, para além da transição firmada no final de 2014 envolvendo 49% dos 84 MW em operação e dos 237 MW em desenvolvimento na EDPR Brasil, para um total de 365 milhões de reais com concretização financeira prevista para meados do ano seguinte, importa destacar que a EDPR recebeu, em meados de 2013, o montante de 368 milhões de euros da venda de 49% dos 615 MW em operação e dos 29 MW prontos a construir na EDPR Portugal. Assinou, também, no final do mesmo ano, um acordo de entendimento relativo à futura venda de 49% do âmbito a ser detido pela EDPR na ENEOP após o processo de separação de ativos deste consórcio em Portugal, previsto ocorrer em 2015. Importa recordar que a referida parceria estratégica foi estabelecida no final de 2011 e entrou em vigor em maio de 2012, prevendo um investimento total de 2 mil milhões de euros pela CTG, até 2015 (incluindo o cofinanciamento de capex) em projetos de geração de energias renováveis, tanto em operação, como prontos a construir, que podem incluir ativos de energia eólica da EDPR e, como acordado, centrais hídricas selecionadas em outras unidades de negócio da EDP.

Assinatura	Localização	MW	Particip.	Milhões	EV m € / MW	Data	Sócio
Rotação de ativos:							
Nov. 2014	Canadá	30	49%	-	CAD 3,3 (3,3)		Northleaf Capital Partners
Out. 14	França	270	49%	-	EUR 1,3 (1,9)		EFG Hermes
Aug. 14	EUA	801+300	25-49%	-	USD 1,5 (2,3)		Fiera Axium Infrastructure
Out. 13	França	100	49%	-	EUR 1,3 (1,7)	1Q14	Axpo
Set. 13	EUA	97	49%	-	USD 1,0 (2,0)		Fiera Axium Infrastructure
Nov. 12	EUA	599	49%	-	USD 1,3 (2,4)	4Q12	Borealis Infrastructure
				^EUR 719			
Parceria estratégica:							
Dez. 14	Brasil	84+237	49%	BRL 365	-	2Q15	China Three Gorges
Dez. 13	Portugal, ENEOP	^543	49%	(Acordo)	-	2Q15	""
Dez. 12	Portugal	615+29	49%	EUR 368	EUR 1,6 (2,4)	2Q13	""
				EUR 483			

2.2.4. OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE

A EDPR, como empresa de energia renovável, cria grandes expectativas para com os seus *stakeholders* a respeito da sustentabilidade. Em resposta a estas expectativas a Empresa permanece comprometida em obter excelência nos três pilares de sustentabilidade – nomeadamente o económico, o ambiental e o social – definindo uma estratégia de boas práticas.

No seguimento da cultura de melhoria continua a EDPR definiu 10 objetivos de Sustentabilidade no contexto do Plano de Negócios 2014-17. Este guia inclui os três pilares de sustentabilidade, divididos em 10 áreas diferentes: Crescimento operacional, Controlo de risco, Valor económico criado, Ambiente, Ciclo de valor, Pessoas, *Governance*, *Stakeholder engagement*, Inovação e Sociedade. Os objetivos definidos permitem medir a performance ajudando a guiar a empresa como líder na criação de valor, inovação e sustentabilidade.

1	Manter a liderança na PRODUÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade instalada: Instalar > 2.000 MW • CO₂ evitado: +7% (CAGR vs. 2013) • CO₂ emitido / evitado menor que 1%
2	CRIAR VALOR mantendo um BAIXO PERFIL DE RISCO	<ul style="list-style-type: none"> • EBITDA: +9% (CAGR vs. 2013) • Resultado Líquido: +11% (CAGR vs. 2013) • OPEX/MW: -2% (CAGR vs. 2013)
3	Otimizar a GESTÃO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • 100% MW certificados (ISO 14001)
4	Manter o conceito de ECONOMIA CIRCULAR na gestão interna de operações	<ul style="list-style-type: none"> • Manter rácios de resíduos nocivos e água utilizada por GWh em linha com anos anteriores • > 90% resíduos nocivos recuperados
5	Assegurar elevadas CONDIÇÕES DE SEGURANÇA no trabalho para colaboradores e prestadores de serviço	<ul style="list-style-type: none"> • 100% MW certificados (OHSAS 18001) • Manter mentalidade acidentes zero
6	Garantir elevados padrões de ÉTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Tolerância zero para comportamentos não éticos
7	Alargar e harmonizar os mecanismos de auscultação periódica dos STAKEHOLDERS	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver planos de <i>Stakeholders</i> em 3 geografias
8	Investir na formação de COMPETÊNCIAS nos colaboradores e assegurar um compromisso com a sociedade através do VOLUNTARIADO	<ul style="list-style-type: none"> • >80% dos colaboradores em at. de formação • >30% dos colaboradores em at. de voluntariado
9	Promover a INOVAÇÃO na fase de operação aumentando a eficiência dos ativos	<ul style="list-style-type: none"> • c. 10 milhões de euros de investimento
10	Apoiar INICIATIVAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS através da Fundación EDP	<ul style="list-style-type: none"> • c. 500 mil euros investidos por ano

2.3. GESTÃO DO RISCO

Consistente com o seu perfil de risco controlado, a EDPR define mecanismos para avaliar e gerir os riscos e oportunidade que impactam o negócio, aumentando assim a probabilidade de atingir os seus objetivos financeiros, enquanto minimiza a volatilidade dos resultados financeiros sem comprometer o retorno.

PROCESSOS DE GESTÃO DE RISCO

Os processos de gestão de risco da EDPR são suportados por um modelo de gestão integrada e transversal que garante a implementação das melhores práticas de Governo Corporativo e transparência na comunicação com o mercado e com os seus acionistas. Este processo é acompanhado de perto e supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, um órgão independente de supervisão constituído por Administradores Não Executivos.

O objetivo do processo de gestão de risco é o de assegurar o alinhamento entre a exposição de risco com o perfil de risco pretendido. Este processo consiste na identificação e priorização de riscos, desenvolvimento de políticas de gestão de risco adequadas, e sua implementação. As políticas de gestão de risco destinam-se a mitigá-los, sem ignorar potenciais oportunidades e, desta forma, otimizar a rentabilidade versus risco.

A gestão de risco é aprovada pela Comissão Executiva, apoiada pelo Comité de Risco e implementada nas decisões do dia-a-dia por todos os gestores da empresa. É apoiada por três funções organizacionais distintas, cada uma com uma função diferente: Estratégia ("Profiler" de Risco), Gestão (Gestor do Risco) e Controlo (Controlador do Risco):

- "PROFILER" DE RISCOS: Responsável pela identificação e análise de riscos, definindo políticas e limites para a gestão de risco dentro da Empresa;
- GESTOR DE RISCO: Responsável pelas decisões operacionais quotidianas e a implementação das políticas de risco aprovadas;
- CONTROLADOR DE RISCO: Responsável pelo acompanhamento dos resultados das decisões de assunção e mitigação de riscos, bem como de verificar o alinhamento das operações com as políticas gerais aprovadas pela Comissão Executiva.

As três funções de risco trabalham em coordenação e reúnem no Comité de Risco, fórum de discussão das novas políticas globais de risco e de controlo da exposição de risco da Empresa.

Com o intuito de separar as decisões de negócio das análises estratégicas e da definição de novas políticas, a EDPR criou duas reuniões distintas do Comité de Risco reúnem com diferentes periodicidades:

- COMITÉ DE RISCO RESTRITO: Realizada mensalmente, abrange o risco de novas operações, tais como novos contratos de compra de energia, novos investimentos, preço da energia e coberturas cambiais, bem como o estado da carteira de projetos e o EBITDA em risco. Ajuda a controlar a implementação das políticas definidas e a exposição aos fatores de risco mais importantes.
- COMITÉ DE RISCO: Realizado trimestralmente, é o fórum onde são discutidas as novas análises estratégicas e onde são propostas as políticas a fim de serem apresentadas à Comissão Executiva para aprovação. Adicionalmente, é também revista a posição de risco global da EDPR.

ÁREAS DE RISCO E PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

A gestão de risco na EDPR cobre todos os riscos de mercado, crédito e operações da Empresa. Por forma a obter uma visão holística dos riscos, estes foram agrupados em Áreas de Risco, que correspondem a toda a cadeia de valor no negócio da EDPR. A listagem subsequente resume as Áreas de Risco definidas no âmbito da EDPR:

- PAÍSES E REGULAÇÃO: As mudanças de regulamentação num dado país podem ter impacto nos negócios da EDPR;
- RECEITAS: O nível de receitas dos vários projetos da EDPR pode divergir do valor previsto;
- FINANCIAMENTO: A EDPR pode não angariar financiamento suficiente para cobrir a sua previsão de despesas de capital ou para cumprir as suas obrigações financeiras devido a alterações nas taxas cambiais ou falência de contrapartes;
- CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE TURBINAS EÓLICAS: A alteração dos preços de aquisição de turbinas pode ter impacto na rentabilidade dos projetos; poderá não haver suficiente oferta de turbinas para construir os parques planeados;
- DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EM PIPELINE – A EDPR pode alcançar uma capacidade instalada de produção diferente das previsões iniciais ou sofrer atrasos e/ou antecipações na sua instalação;
- OPERAÇÕES – Os projetos podem dar origem a um volume de produção diferente do antecipado; os resultados financeiros podem ser impactados por erros humanos.

Em cada Área de Risco, os riscos são classificados em Grupos de Risco e, posteriormente, em Fatores de Risco. Os fatores de risco são a fonte do risco e o objetivo da Gestão do Risco na EDPR é o de medir, controlar e atenuar todos os fatores de risco que afetam a Empresa.

A tabela seguinte resume as Áreas de Risco, Grupos de Risco e principais Fatores de Risco do negócio da EDPR e as estratégias de mitigação, gerais e específicas para o ano de 2014. A descrição completa dos riscos e de como são geridos encontra-se no capítulo de Governo Corporativo.

ÁREA DE RISCO

- GRUPOS E FATORES DE RISCO
 - Estratégias de mitigação de riscos da EDPR

PAÍSES & REGULAÇÃO

- RISCO PAIS (Macroeconómico, Político, Desastres naturais)
- RISCO REGULATÓRIO (Sistema regulatório de incentivo, Nível do incentivo, Fiscal, Operações)
 - Seleção cuidada dos mercados com base no risco do país e nos fundamentais do mercado de energia
 - Diversificação de mercados e enquadramentos regulatórios
 - Participação ativa em todas as grandes associações da indústria eólica nos mercados da EDPR

RECEITAS

- RISCO DE PREÇO DA ELETRICIDADE (Eletricidade, Certificados verdes, REC, volatilidade da produção)
- RISCO DE PRODUÇÃO DE ENERGIA (Incerteza no fator de carga, volatilidade do vento, perfil de geração, restrição técnica à produção)
 - Enquadramentos regulatórios na maioria dos mercados onde a EDPR opera
 - Cobertura da exposição ao risco de mercado através de contratos de longo prazo de venda de energia ou instrumentos de cobertura de curto prazo

FINANCIAMENTO

- RISCO DE EXPOSIÇÃO A MERCADOS FINANCEIROS (Taxa de cambio, Taxa de juro)
- RISCO DE CONTRAPARTE (Crédito, Operacional)
- RISCO DE LIQUIDEZ
 - Cobertura natural, mantendo a dívida e as receitas na mesma divisa
 - Execução de *forwards* cambiais para eliminar o risco de transações que envolvam taxas de cambio
 - Taxas de juro fixas
 - Análise de crédito de contraparte e cumprimentos da política de crédito
 - Fontes alternativas de financiamento tais como estruturas de *tax equity* e *project finance*

CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE TURBINAS EÓLICAS

- RISCO DE PREÇO DE TURBINAS (Procura/oferta, macroeconomia e preços das matérias primas)
- FORNECIMENTO DE TURBINAS
 - Assinatura de acordos a médio prazo com os fabricantes de turbinas assegurando visibilidade de preço
 - Recurso a uma base alargada de fornecedores para garantir opções

DESENVOLVIMENTO DE PIPELINE

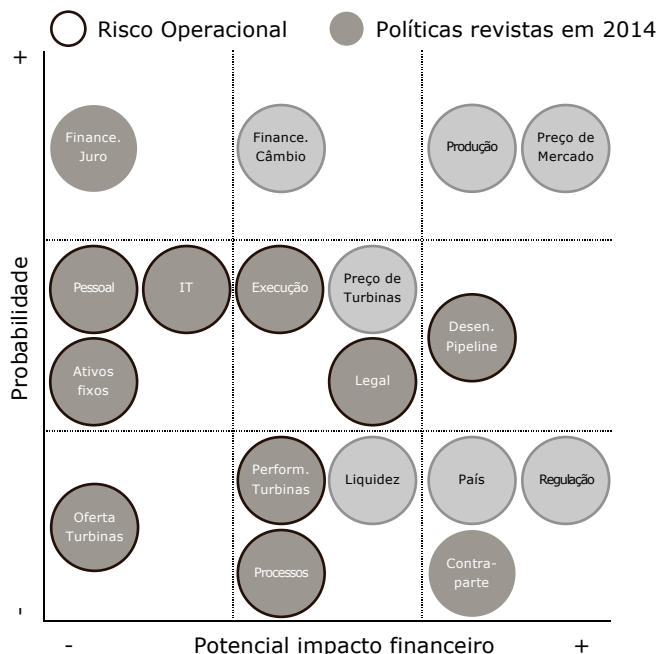
- RISCO DE EXECUÇÃO (Construção, Instalação, Cadeia de abastecimento)
- RISCO DE DESENVOLVIMENTO DE PIPELINE (contratos PPA, construção + ambiental + autorizações de interconexão)
 - Análise técnica e de crédito das contrapartes
 - Supervisão por parte das equipas de engenharia da EDPR
 - PPA com datas de comissionamento flexíveis, evitando penalizações
 - Utilização de uma reserva de opcionalidade para assegurar que os objetivos são atingidos
 - Parcerias com equipas locais experientes
 - Acompanhamento continuado dos riscos operacionais durante as fases de construção e desenvolvimento

OPERAÇÕES

- DESEMPENHO DAS TURBINAS EÓLICAS (Tecnologia, Disponibilidade)
 - Assinatura de acordos de garantia técnica e de manutenção integral a médio prazo com os fornecedores
 - Manutenção preventiva adequada
- ATIVOS FIXOS
 - Seguros contra danos e interrupção de produção
- COLABORADORES (Rotação, Saúde e Segurança)
 - Remuneração atrativa e formação
- LEGAL (*Compliance*, Fraude)
 - Revisão de todos os enquadramentos regulatórios que afetam a atividade da EDPR (ambiental, fiscal...)
- PROCESSOS
 - Controlo de processos internos
- TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (Rede técnica, Rede corporativa)
 - Redundância de servidores e centros de controlo remoto dos parques eólicos

Em 2013, a EDPR procedeu à definição ou revisão de quatro novas Políticas Globais de Risco: Política de risco de contraparte, Política de risco de taxa de juro e Política de riscos operacionais. Estas políticas encontram-se já implementadas ou serão implementadas ao longo de 2015. Estas políticas incidem sobre os grupos de risco com maior impacto nos resultados financeiros da EDPR.

MATRIZ DE RISCO DA EDPR POR GRUPO DE RISCO



RISCO OPERACIONAL NA EDPR

O QUE É O RISCO OPERACIONAL?

Risco operacional é definido como o risco resultante de processos internos incorretos ou inadequados, relacionados com pessoas, sistemas ou eventos internos. Esta definição inclui risco legal mas exclui risco estratégico e de reputação.

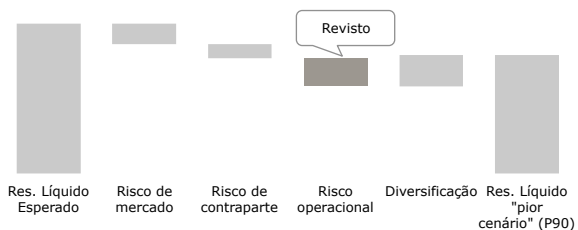
ÁREAS DENTRO DO RISCO OPERACIONAL?

Numa perspetiva operacional a EDPR classifica os riscos em sete categorias distintas: Desenvolvimento, Construção, Operação, Tecnologias de informação, Legal, Recursos Humanos e Processo.

LIMITES PARA O RESULTADO LÍQUIDO EM RISCO

A EDPR monitoriza o Resultado Líquido em Risco, que consiste no Resultado Líquido "pior cenário" (medido como o P90 numa distribuição de Resultado Líquido) considerando as variações no mercado, contrapartes (crédito) e operacional.

Esta nova análise foi aplicada durante 2014 ao risco operacional da EDPR, permitindo um calculo mais preciso o Resultado Líquido em risco dentro da EDPR.





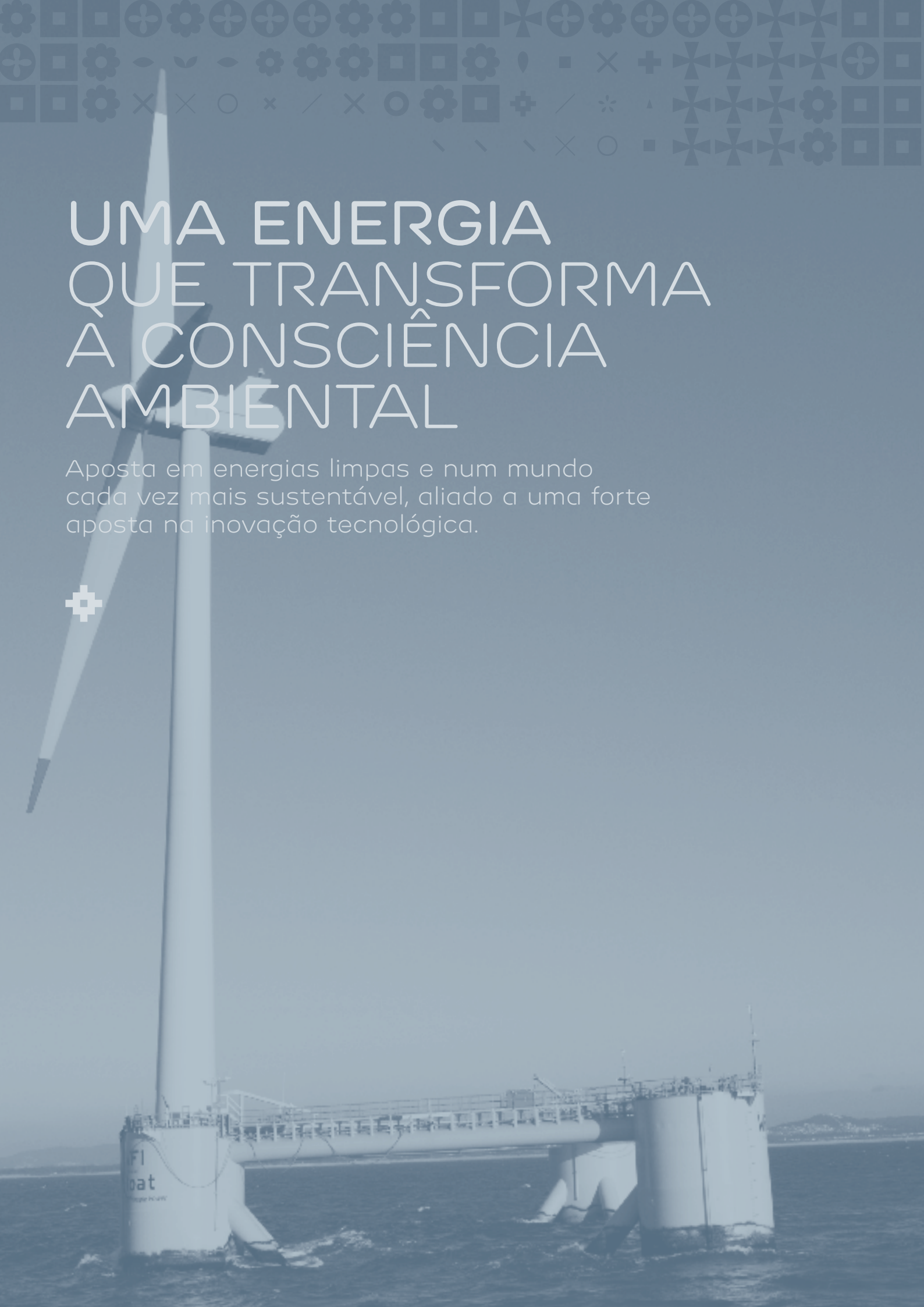
03. DESEMPENHO

3.1. DESEMPENHO ECONÓMICO	55
3.1.1. DESEMPENHO OPERACIONAL	55
3.1.2. DESEMPENHO FINANCEIRO	58
3.2. AMBIENTE	66
3.2.1. PEGADA ECOLÓGICA	66
3.2.2. BIODIVERSIDADE	67
3.2.3. GESTÃO AMBIENTAL	68
3.3. STAKEHOLDERS	69
3.3.1. COLABORADORES	69
3.3.2. COMUNIDADES LOCAIS	72
3.3.3. FORNECEDORES	74
3.4. INOVAÇÃO	75
3.5. INTEGRIDADE E ÉTICA	77
3.6. REMUNERAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA	79
OUTROS TÓPICOS DE REPORTE	80



UMA ENERGIA QUE TRANSFORMA A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Aposta em energias limpas e num mundo cada vez mais sustentável, aliado a uma forte aposta na inovação tecnológica.



3.1. DESEMPENHO ECONÓMICO

3.1.1. DESEMPENHO OPERACIONAL

2014 foi um ano de estreias: a EDPR construiu o seu primeiro projeto na Califórnia, o seu primeiro projeto de energia solar nos EUA e em Portugal, e concluiu a sua participação no consórcio ENEOP.

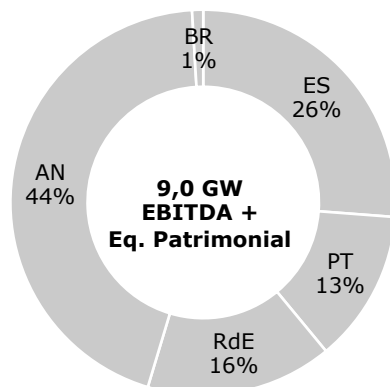
	MW			Fator de utilização			GWh		
	Dez-14	Dez-13	Var.	2014	2013	Var.	2014	2013	Var.
Espanha	2.194	2.194	-	28%	29%	-1pp	5.176	5.463	-5%
Portugal	624	619	+4	30%	29%	+1pp	1.652	1.593	+4%
Resto da Europa	1.413	1.353	+60	24%	25%	-1pp	2.495	2.132	+17%
Europa	4.231	4.167	+64	27%	28%	-1pp	9.323	9.187	+1%
EUA	3.805	3.476	+329	33%	32%	+1pp	10.145	9.769	+4%
Canadá	30	30	-	27%	-	-	59	-	-
América do Norte	3.835	3.506	+329	33%	32%	+1pp	10.204	9.769	+4%
Brasil	84	84	-	32%	31%	+1pp	236	230	+3%
EDPR: EBITDA	8.149	7.756	+393	30%	30%	-	19.763	19.187	+3%
ENEOP	533	455	+78						
Outras eq. patrimonial	353	353	-						
Espanha	174	174	-						
EUA	179	179	-						
EDPR: EBITDA + Eq. Patrimonial	9.036	8.565	+471						

A EDPR MANTÉM UM CRESCIMENTO SELETIVO SÓLIDO

Com um portfólio de elevada qualidade, presente em dez países, a EDPR conta com um forte histórico e capacidade comprovada para executar projetos de nível superior e cumprir as metas. A base de ativos instalada de 9,0 GW não é só jovem em idade (em média, cinco anos), é também altamente certificada em termos de padrões ambientais e de saúde e segurança.

Desde 2008, a EDPR duplicou a sua capacidade instalada com um aumento de 4,6 GW, resultando numa capacidade total instalada de 9.036 MW (EBITDA + equivalência patrimonial). No final do exercício de 2014, a EDPR tinha 4.938 MW instalados na Europa, 4.014 MW na América do Norte e 84 MW no Brasil.

Durante o ano de 2014, a EDPR adicionou 471 MW à sua capacidade instalada, dos quais 329 MW nos EUA e 142 MW na Europa.

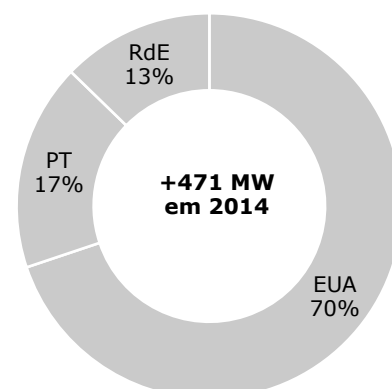


INSTALAÇÕES EM 2014 CONCENTRADAS NOS EUA

Projeto	País	MW	Tec
ENEOP	Portugal	78	Eólica
Estarreja	Portugal	2	Solar
Headwaters	EUA	200	Eólica
Iza	Polónia	4	Eólica
Lone Valley	EUA	30	Solar
Overpowering	Portugal	2	Eólica
Preuseville	França	6	Eólica
Radziejow	Polónia	18	Eólica
Rising Tree North	EUA	99	Eólica
San Giovanni	Itália	20	Eólica
Truc de L'Homme	França	12	Eólica
EDPR		471	

estabilidade a longo prazo e visibilidade sobre as receitas. EBITDA + equivalência patrimonial ultrapassou 4,0 GW nos EUA.

O maior crescimento em termos de MW deveu-se à conclusão de 329 MW nos EUA, incluindo 30 MW no seu primeiro projeto de energia solar e 99 MW na Califórnia, o que representa a entrada da EDPR num novo estado norte-americano. Toda esta capacidade contava já com contratos de compra de energia a longo prazo assegurados, proporcionando, assim,



Na Europa, metade do aumento da capacidade foi originado pela conclusão do projeto ENEOP, resultando em 78 MW adicionais que levaram ao total de 533 MW, o que corresponde à participação da EDPR de 40% no consórcio Eólicas de Portugal. Para além do primeiro projeto de energia solar instalado nos Estados Unidos em 2014, a EDPR também instalou o seu primeiro projeto de energia solar de 2 MW em Portugal. Em suma, em Portugal foram instalados 82 MW (78 MW na ENEOP + 2 MW de energia solar + 2 MW de sobreequipamento de energia eólica).

Na Polónia a EDPR continua a registar um crescimento positivo com a instalação de 22 MW, 18 MW do parque eólico Radziejow localizado na região central e 4 MW do parque de Ilza, o que aumenta a capacidade total desse projeto para 54 MW.

A EDPR adicionou 18 MW à sua capacidade instalada em França, com a conclusão do parque eólico Truc de l'Homme, de 12 MW, e 6 MW a partir do projeto Preuseville. Truc de l'Homme apresentou vários desafios ao seu desenvolvimento mas que foram ultrapassados com sucesso. Preuseville é uma extensão de um parque eólico existente no noroeste de França.

Após o sucesso em 2014 nos leilões em Itália, a EDPR assegurou o fornecimento de 20 MW através do projeto San Giovanni. Localizado na região de Basilicata, o projeto também representa a instalação das primeiras turbinas eólicas Vestas V110 de 2MW com cubo rotor a 95 metros de altura na frota da EDPR, numa orografia muito complexa, com encostas acentuadas e terraplanagem.

CERCA DE 90% DO AUMENTO DA CAPACIDADE ENCONTRA-SE JÁ EM CONSTRUÇÃO

Até ao final de 2014, a EDPR tinha mais de 443 MW em construção, todos relacionados com projetos para 2015.

Nos EUA, a EDPR tinha 299 MW em construção relacionados com dois parques eólicos com PPA já assegurado: Waverly (200 MW no Kansas) e Rising Tree South (99 MW na Califórnia). Além da capacidade já em construção, em 2015, a EDPR irá iniciar a construção no parque eólico Arbuckle (100 MW em Oklahoma, nos EUA), que tem um PPA assegurado.

Embora não tenha havido aumento da capacidade durante o ano no Brasil, a EDPR possui 120 MW em construção, relacionados com os projetos Baixa do Feijão garantidos no leilão A5 com um PPA de 20 anos com início em 2016.

Na Europa, estavam em construção 24 MW: 10 MW em Itália, 6 MW em Portugal, 6 MW na Polónia e 2 MW em Espanha relacionados com um protótipo de turbina.

88% DA CAPACIDADE INSTALADA DA EDPR ESTÁ COBERTA PELA CERTIFICAÇÃO ISO 14001

O Sistema de Gestão Ambiental é desenvolvido de acordo com a norma internacional ISO 14001 e certificado por uma organização independente de certificação. Estes standards consensuais são considerados uma marca de referência para o Sistema de Gestão Ambiental e uma garantia de que os parques da EDPR, independentemente do ambiente regulatório, estão alinhados e com o mesmo nível de cumprimento.

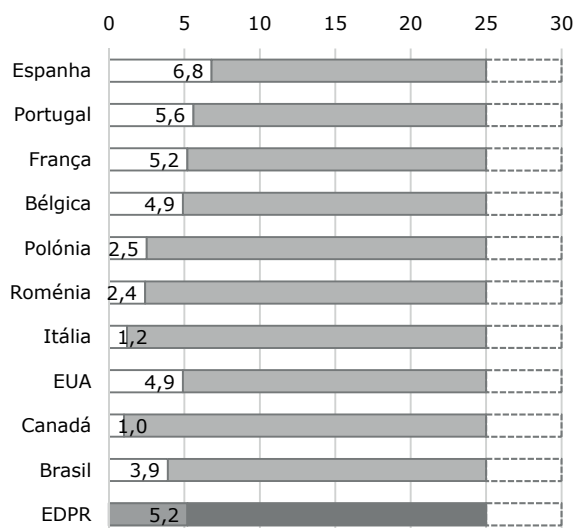
Para além de operar ativos seguros de alta qualidade, a EDPR tem um portfólio jovem. Com uma média de 5 anos em operação, e com uma estimativa de vida útil remanescente de pelo menos 20 anos.

Na Europa, o portfólio tinha uma idade média de 5 anos, na América do Norte também de 5 e no Brasil de 4.

Durante todo o processo, desde o desenvolvimento até ao início das operações, a EDPR mantém os mais elevados padrões de qualidade de construção, integridade e sustentabilidade.

Foram realizados esforços consideráveis para devolver a terra e a biodiversidade ao seu estado original ou a um estado melhorado, por exemplo, retirando resíduos perigosos descobertos durante a construção na Califórnia ou subterrando as linhas de alta tensão para diminuir o impacto visual. Durante a construção das centrais de energia solar nos EUA, foram concebidos cerca de 35 hectares de terras para preservação do habitat das espécies do deserto. No Indiana, mais de 120 quilómetros de estradas municipais foram mantidos e quase metade foram reforçados.

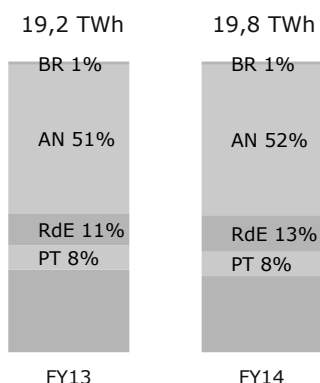
Idade média dos ativos e vida útil



No entanto, a sustentabilidade ambiental não é a única preocupação. Em Itália, a equipa de acompanhamento arqueológico encontrou uma área arqueológica que originou uma campanha intensa para descobrir e catalogar todos os achados arqueológicos e protegê-los das obras de terraplanagem a serem executadas. Da mesma forma, na Califórnia, os paleontólogos analisaram mais de 100 metros cúbicos de solo numa área de potencial importância e todos os achados serão mantidos num museu.

Em suma, o valor global criado pela instalação de cerca de 0,5 GW é muito positivo.

AUMENTO DA GERAÇÃO EM 3% EM TERMOS HOMÓLOGOS



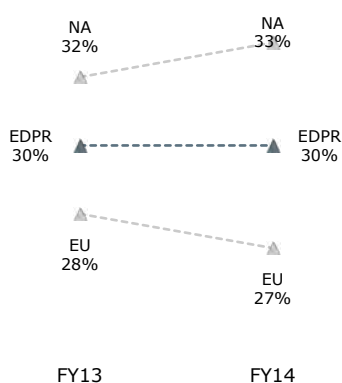
A EDPR gerou 19,8 TWh em 2014. Se adicionados os mais de 1 TWh produzidos a partir dos nossos projetos, foi produzida energia limpa suficiente para servir cerca de 50% da procura de eletricidade de Portugal.

O aumento da produção de eletricidade de 3% face ao período homólogo beneficiou do aumento de capacidade nos últimos 12 meses e do elevado recurso eólico na América do Norte ao longo de 2014.

A EDPR alcançou uma fator de utilização de 30% em 2014, o que está em linha com o ano anterior, mantendo a sua posição de liderança no setor eólico e refletindo a qualidade intrínseca dos parques eólicos.

A EDPR também alcançou uma disponibilidade excepcional de 98%. A EDPR continua a alavancar nas suas competências essenciais para maximizar a produção eólica e confia no seu portefólio diversificado para mitigar o risco de volatilidade da energia eólica.

O DESEMPENHO PREMIUM E UMA CARTEIRA DIVERSIFICADA PROPORCIONAM UMA PRODUÇÃO EQUILIBRADA



As operações da EDPR na América do Norte foram o principal motor para o crescimento da produção de eletricidade em 2014, um aumento de +4% em termos homólogos para 10,2 TWh, que representou 52% da produção total (51% em 2013). Este desempenho foi estimulado pela capacidade única da EDPR para capturar o forte recurso eólico disponível. A EDPR alcançou um fator de utilização de 33% na América do Norte, mais 1pp face a 2013, refletindo os ativos de alta qualidade.

O crescimento da produção na Europa deveu-se principalmente à capacidade adicionada durante 2013, o que compensou o menor fator de utilização do período. Todos os países apresentam um crescimento positivo, exceto Espanha, onde 2013 foi considerado um ano acima da média.

A Península Ibérica apresentou uma fator de utilização de 28% (vs. 29% em 2013). Apesar da redução em termos homólogos, a eficiência alcançada foi superior às expectativas e 2013 foi um ano excepcional em Espanha. Adicionalmente, a EDPR atingiu, mais uma vez, uma vantagem sólida sobre a fator de utilização média do mercado espanhol (+2 pp).

As restantes operações na Europa atingiram um fator de utilização de 24% (25% em 2013) e geração anual cada vez maior. A Polónia aumentou a sua produção em 253 GWh, tendo a nova capacidade e os seus recursos sólidos contribuído para um forte desempenho. O aumento da produção em Itália ficou a dever-se principalmente ao facto de a capacidade instalada em 2013 ter operado durante um ano completo. Os restantes países apresentaram um crescimento estável de 28 GWh.

Em 2014, a produção da EDPR no Brasil diminuiu 3%, em termos homólogos, para 236 GWh, como resultado de um menor recurso eólico durante o ano, o que levou a uma maior fator de utilização de 32%. O parque eólico de Tramandaí continua a apresentar um fator de utilização acima da média.

EMISSIONES LIVRES DE CARBONO

Os 19,8 TWh de eletricidade produzida têm zero emissões de carbono, contribuindo para a luta mundial contra as alterações climáticas. Com base em fatores de emissões térmicas de cada um dos países, estima-se terem sido evitadas cerca de 17 milhões de toneladas de emissões equivalentes de CO₂ que, caso contrário, teriam sido emitidas pela queima de combustíveis fósseis para gerar a mesma quantidade de energia elétrica em áreas geográficas onde a EDPR está presente.



3.1.2. DESEMPENHO FINANCEIRO

AS RECEITAS TOTALIZARAM 1,3 MIL MILHÕES DE EUROS E O EBITDA FOI DE 903 MILHÕES DE EUROS

Em 2014, as receitas da EDPR totalizaram 1.277 milhões de euros, um decréscimo de 40 milhões de euros face a 2013 sobretudo devido à redução do preço de venda, mas parcialmente compensado pelo aumento da produção em 3%. O preço médio de venda da EDPR diminuiu 6% como resultado da diminuição do preço médio de venda na Europa e parcialmente compensado pelo aumento do preço médio de venda na América do Norte e no Brasil. Na Europa, a evolução das receitas sofreu principalmente o impacto da atividade da EDPR em Espanha, após a alteração do enquadramento regulatório dos ativos, com a aprovação do RDL 413/2014, em junho de 2014, juntamente com os desfavoráveis preços grossistas, e foi minimizado pela carteira de ativos mais jovens da EDPR e pelo fator de utilização.

O EBITDA diminuiu 17 milhões de euros em termos homólogos para 903 milhões de euros, como resultado da evolução das receitas e parcialmente compensado por menores custos operacionais líquidos. A margem EBITDA aumentou de 70% para 71%, demonstrando o controlo da EDPR sobre os custos e sólidos níveis de eficiência.

Destques Financeiros (€M)	2014	2013	▲% / €
Demonstração de resultados			
Receitas	1.277	1.316	(3%)
EBITDA	903	921	(2%)
Resultado líquido (atribuível aos acionistas da EDPR)	126	135	(7%)
Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa operacional	707	677	+4%
Investimento líquido	515	548	(6%)
Balanço			
Ativos	14.316	13.058	+1.258
Capital	6.331	6.089	+241
Passivo	7.986	6.969	+1.017
Passivo			
Dívida líquida	3.283	3.268	+14
Parcerias institucionais	1.067	836	+230

OS RESULTADOS LÍQUIDOS ATINGIRAM 126 MILHÕES DE EUROS

Devido à evolução das receitas, os resultados líquidos diminuiram 7%, em termos homólogos, para 126 milhões de euros, enquanto os resultados líquidos ajustados reduziram-se em 25%, para 105 milhões de euros, ajustados pelos eventos não recorrentes, taxas de câmbio e mais-valias.

FLUXO DE CAIXA SÓLIDO

O fluxo de caixa operacional aumentou 4%, para 707 milhões de euros, acima dos investimentos líquidos do período. Em 2014, a EDPR recebeu 215 milhões de euros relativos às operações de rotação de ativos firmadas em outubro de 2013, com o Grupo Axpo, e, em outubro e novembro de 2014, com EFG Hermes e Northleaf, respetivamente. Em agosto de 2014, a EDPR estruturou nova operação de rotação de ativos com a Fiera Axium para uma carteira de parques eólicos nos EUA, cujo encaixe financeiro se espera para o primeiro trimestre de 2015. Adicionalmente, em 2014 foi recebida uma subvenção (*cash grant*) de 22 milhões de euros na Polónia.

O investimento operacional (*capex*) totalizou 732 milhões de euros, refletindo o aumento de capacidade do ano e a capacidade em construção. Como resultado da conversão cambial (impacto de 170 milhões de euros), dos investimentos efetuados no período, da sólida geração de fluxos de caixa, da execução da estratégia de rotação de ativos e da monitorização permanente dos custos operativos, verificou-se um aumento da dívida líquida em 14 milhões de euros.

Nota: Os resultados de 2013 são novamente apresentados para efeitos de comparação com IFRS 11 (obrigatório desde 1 de janeiro de 2014)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESEMPENHO SÓLIDO DAS RECEITAS APESAR DAS ALTERAÇÕES REGULATÓRIAS

As receitas da EDPR totalizaram 1.277 milhões de euros, uma redução de 3% devido ao menor preço de venda médio e à desvalorização cambial, parcialmente compensados pelo impacto positivo de volumes superiores. O impacto no preço médio de venda resulta principalmente das alterações na remuneração de ativos renováveis no mercado espanhol e ampliado negativamente pela queda de preços de mercado no período.

Os outros proveitos operacionais (EBIT) diminuíram em 4 milhões de euros, enquanto os custos operacionais (opex) subtraídos de outros proveitos operacionais tiveram uma redução de 18 milhões de euros, impulsionando a diminuição de 8% do opex por MW médio. Excluindo impostos e abates, os custos operacionais por MW médio diminuíram 6% e os custos operacionais por MWh em 5%, demonstrando um controlo rigoroso sobre os custos e sólidos níveis de eficiência.

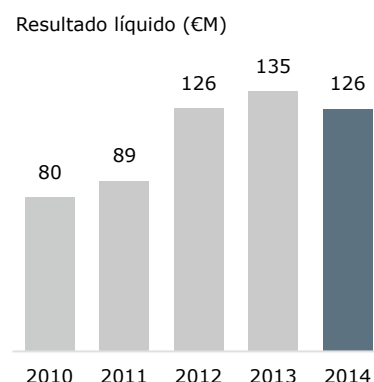
Influenciado pelas receitas, o EBITDA diminuiu 2% para 903 milhões de euros enquanto a margem EBITDA melhorou para 71% versus 70% em 2013.

Os proveitos operacionais (EBIT) foram de 422 milhões de euros, refletindo os custos de amortizações e imparidades. Em 2014, as imparidades tiveram um impacto de 27 milhões de euros no EBIT, principalmente como consequência de um novo cenário de longo prazo com pressupostos mais conservadores para as operações da EDPR na Roménia.

Ao nível de financiamento, o resultado financeiro líquido decresceu 5%. Os juros financeiros líquidos aumentaram 3% devido ao maior endividamento médio líquido (mais 123 milhões de euros face ao ano anterior), em conjunto com um custo da dívida estável em 5,2%. Os custos com parcerias com investidores institucionais em 2014 foram 7% menores enquanto os encargos financeiros capitalizados aumentaram em 11 milhões de euros. As diferenças cambiais e derivados tiveram um impacto negativo de 5 milhões de euros, devido ao facto de o impacto positivo do seu romeno ter sido contrabalançado pela valorização do dólar americano e pela desvalorização do zloti polaco.

Os ganhos em empresas associadas aumentaram em 7 milhões de euros para 22 milhões de euros, refletindo a participação na ENEOP, o desempenho positivo das empresas associadas nos EUA, e o PPA subsequente à aquisição de uma empresa no México, compensando o desempenho negativo das empresas associadas espanholas.

O resultado antes de imposto totalizou 194 milhões de euros e o imposto sobre o rendimento diminuiu para 16 milhões de euros, sobretudo devido à reforma tributária em Espanha (redução da taxa de imposto para 28% em 2015 e 25% em e após 2016) com impacto nos impostos diferidos ativos e passivos. As participações minoritárias no período totalizaram 52 milhões de euros, um aumento de 18 milhões de euros, devido às participações minoritárias vendidas à CTG no contexto da parceria estratégica com a EDP, à Fiera Axiom, Axpo Group, EFG Hermes e Northleaf como parte da execução da estratégia de rotação de ativos. Em suma, os resultados líquidos diminuíram para 126 milhões de euros.



Demonstração de resultados consolidados (€M)	2014	2013	▲%
Receitas	1.277	1.316	(3%)
Outros proveitos operacionais	46	41	+10%
Fornecimentos e serviços externos	(257)	(255)	+1%
Custos com pessoal	(66)	(66)	(1%)
Outros custos operacionais	(96)	(116)	(17%)
Custos operacionais (líquidos)	(374)	(396)	(6%)
EBITDA	903	921	(2%)
<i>EBITDA/Receitas líquidas</i>	<i>71%</i>	<i>70%</i>	<i>+1pp</i>
Provisões	(0)	(1)	(98%)
Amortizações	(500)	(465)	+8%
Amortização de subsídios ao investimento	19	18	+3%
Resultado operacional (EBIT)	422	473	(11%)
Resultados financeiros	(250)	(262)	(5%)
Ganhos/(perdas) em associadas	22	15	+48%
Resultados antes de impostos	194	226	(14%)
Impostos sobre o rendimento	(16)	(57)	(71%)
Resultado líquido do exercício	178	169	+5%
Resultado líquido (Acionistas da EDPR)	126	135	(7%)
Interesses não controláveis	52	34	+53%

BALANÇO

OS CAPITALS PRÓPRIOS AUMENTARAM EM 242 MILHÕES DE EUROS

Os capitais próprios de 6,3 mil milhões de euros aumentaram em 242 milhões de euros durante o ano, dos quais 131 milhões de euros são atribuíveis a interesses não controláveis. O aumento dos capitais próprios atribuíveis aos acionistas da EDPR em 111 milhões de euros são principalmente resultado dos 126 milhões de euros de resultado líquido, reduzido em 35 milhões de euros em pagamentos de dividendos.

O passivo total aumentou 15% em +1.017 milhões de euros, principalmente em credores e outros passivos (+549 milhões de euros), dívida financeira (+236 milhões de euros) e passivo com investidores institucionais (+231 milhões de euros).

Com um passivo total de 8,0 mil milhões de euros, o rácio passivo-capitais próprios da EDPR situou-se em 126% no final de 2014, o que representa um aumento face aos 114% em 2013. O passivo foi principalmente composto por dívida financeira (49%), passivo com investidores institucionais nos EUA (13%) e credores e outros passivos (24%).

O passivo com investidores institucionais nos EUA situou-se em 1.067 milhões de euros, incluindo 217 milhões de euros de novos montantes recebidos em 2014. Os proveitos diferidos de parcerias institucionais representam essencialmente o passivo não económico relacionado com os créditos fiscais de que os investidores institucionais já beneficiaram, fundamentalmente decorrentes da depreciação fiscal acelerada, e que apenas são reconhecidos em resultados ao longo da vida útil restante dos parques eólicos.

O passivo por impostos diferidos é um reflexo dos efeitos fiscais provocados pelas diferenças temporárias entre ativos e passivos numa base contabilística e numa base fiscal. Os valores de credores e outros passivos incluem fornecedores comerciais, fornecedores de ativos fixos tangíveis (propriedades, instalações e equipamento), subvenções recebidas e instrumentos financeiros derivados.

Tendo os ativos totais somado 14,3 mil milhões de euros em 2014, o rácio de capitais próprios da EDPR alcançou 44% vs. 47% em 2013. Em 2014, 77% dos ativos era composto por ativos fixos tangíveis (propriedades, instalações e equipamento), o que reflete o capital líquido acumulado investido em ativos de geração de eletricidade a partir de fontes renováveis.

O total de ativos fixos tangíveis (propriedades, instalações e equipamento), no montante de 11,0 mil milhões de euros, reflete 749 milhões de euros de novos ativos adicionados durante o exercício e 630 milhões de euros resultantes da conversão cambial (principalmente como resultado da valorização do dólar norte-americano) e registou uma redução em 487 milhões de euros para perdas por depreciações, imparidades e abates.

Os ativos intangíveis líquidos incluem 1,4 mil milhões de euros de goodwill registado principalmente nas contas da EDPR nos EUA e em Espanha, enquanto as contas a receber de devedores estão relacionadas fundamentalmente com empréstimos a partes relacionadas, garantias, depósitos caucionados e créditos fiscais.

Demonstração da posição financeira (€M)	2014	2013	▲%
Ativos			
Ativos fixos tangíveis (líq.)	11.013	10.095	918
Ativos intangíveis e goodwill (líq.)	1.405	1.301	104
Investimentos financeiros (líq.)	376	346	30
Ativos por impostos diferidos	46	109	(63)
Inventários	21	15	6
Devedores – clientes (líq.)	146	202	(56)
Devedores – outros (líq.)	859	655	204
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	0	0
Depósitos como colateral	81	78	3
Caixa e equivalentes de caixa	369	255	114
Total de ativos	14.316	13.058	1.258
Capital Próprio			
Capital + prémios de emissão	4.914	4.914	-
Resultados acumulados e outras reservas	742	623	119
Resultado líquido atribuível aos acionistas da EDPR	126	135	(9)
Interesses não controláveis	549	418	131
Total dos capitais próprios	6.331	6.089	242
Passivo			
Dívida financeira	3.902	3.666	236
Passivo com investidores institucionais	1.067	836	231
Provisões para riscos e encargos	99	65	34
Passivos por impostos diferidos	270	367	(97)
Proveitos diferidos de investidores institucionais	735	672	63
Credores e outros passivos (líq.)	1.912	1.363	549
Total do passivo	7.986	6.969	1.017
Total dos capitais próprios e passivo	14.316	13.058	1.258

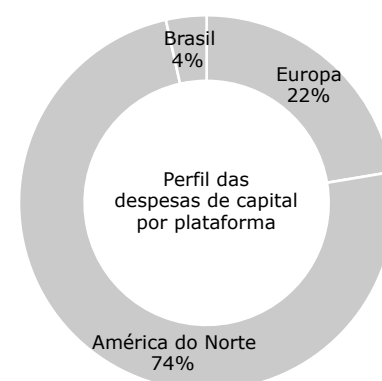
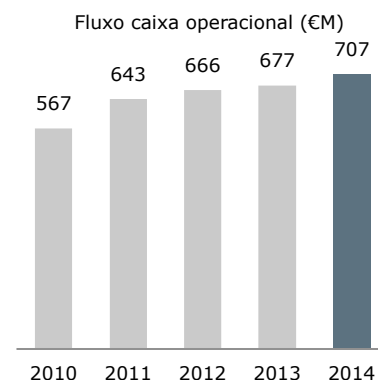
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL SÓLIDO

Em 2014, a EDPR gerou um fluxo de caixa operacional de 707 milhões de euros (+4% vs. 2013), com o desempenho negativo do EBITDA (-17 milhões de euros) compensado pelo menor imposto corrente (-39 milhões de euros).

Os principais movimentos de fluxo de caixa de 2014 foram os seguintes:

- Os Fundos Gerados pelas Operações (FFO), calculado como EBITDA após juros da dívida, ganhos em associadas e impostos, aumentaram para 668 milhões de euros (+3% vs. 2013);
- O Fluxo de Caixa Operacional, sendo o EBITDA líquido de imposto corrente e ajustado por componentes não caixa (nomeadamente receitas de parcerias institucionais nos EUA e abates) e líquido de variações de fundo de maneo totalizou 707 milhões de euros (+4% vs. 2013);
- Investimento operacional com projetos em fase de construção e desenvolvimento totalizou 732 milhões de euros (+17% vs. 2013). Outras atividades de investimento atingiram um total de +198 milhões de euros, refletindo principalmente variações de fundo de maneo relativas a pagamentos a fornecedores de ativos fixos, e subsídios ao investimento recebidos na Polónia;
- Como parte da execução da estratégia de rotação de ativos, em 2014 a EDPR estabeleceu acordos com a Fiera Axium, EFG Hermes, Northleaf e CTG (no contexto do acordo estratégico com a EDP). Em 2014 a EDPR recebeu 215 milhões de euros originados pelas transações com EFG Hermes, Northleaf e Axpo Group (firmada em Outubro de 2013). A conclusão da transação com a Fiera Axium (343 milhões de dólares americanos) deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2015;
- Os recebimentos líquidos com parcerias com investidores institucionais totalizaram 148 milhões de euros em 2014. No período, a EDPR estabeleceu três acordos de *tax equity* nos EUA que totalizaram 332 milhões de dólares americanos. Em 2014 a liquidação financeira das transações totalizou 289 milhões de dólares americanos (ou 217 milhões de euros);
- Em 2014, os pagamentos líquidos de recebimentos de dividendos e outras distribuições de capital, incluindo os dividendos pagos a acionistas da EDPR (35 milhões de euros), totalizaram 79 milhões de euros. No período, as diferenças cambiais e outros aumentaram a Dívida Líquida em 291 milhões de euros, explicado pelo impacto da apreciação do Dólar americano e outros impactos cambiais (170 milhões de euros em 2014) e por 80 milhões de euros de empréstimos acionistas concedidos a associadas.



Em suma, a Dívida líquida aumentou 14 milhões de euros, para 3,283 milhões de euros no fim do exercício. Em linha com o modelo de negócio de autofinanciamento e o enfoque na excelência operacional, a EDPR continua a beneficiar de sólidas capacidades de geração de fluxos de caixa a partir dos seus ativos de qualidade.

Fluxo de caixa (€M)	2014	2013	▲ %
EBITDA	903	921	(2%)
Imposto corrente	(50)	(89)	(44%)
Juros financeiros líquidos	(207)	(199)	+4%
Ganhos/(perdas) em associadas	22	15	+48%
FFO (Fundos provenientes das operações)	668	648	+3%
Juros financeiros líquidos	207	199	+4%
Ganhos/(perdas) em associadas	(22)	(15)	+48%
Outros ajustamentos e variações não financeiras	(130)	(125)	+4%
Variações ao fundo de maneo	(16)	(30)	(44%)
Fluxo de caixa operacional	707	677	+4%
Investimentos operacionais	(732)	(627)	+17%
(Investimentos)/desinvestimentos financeiros	(19)	(47)	(58%)
Variações no fundo de maneo de fornecedores ativos fixos	192	(180)	-
Subsídios ao investimento	22	91	(76%)
Fluxo de caixa operacional líquido	173	(86)	-
Venda de int. não controláveis e empréstimos de acionistas	215	402	(47%)
Recebimentos/(pagamentos) parcerias com invest. instit.	148	(36)	-
Encargos financeiros líquidos (após capitalizações)	(180)	(183)	(2%)
Dividendos líquidos e outras distribuições de capital	(79)	(58)	+37%
Diferenças cambiais e outros	(291)	(21)	-
Redução / (Aumento) da Dívida líquida	(14)	19	-

DÍVIDA FINANCEIRA

PERFIL DE DÍVIDA DE LONGO PRAZO

A dívida financeira total da EDPR aumentou 234 milhões de euros para 3,8 mil milhões de euros, o que reflete a valorização do dólar norte-americano, os investimentos efetuados neste período e a execução de operações de rotação de ativos. Os empréstimos do Grupo EDP, o acionista maioritário da EDPR, foram responsáveis por 76% da dívida, enquanto a dívida contraída junto de instituições financeiras representava 24%.

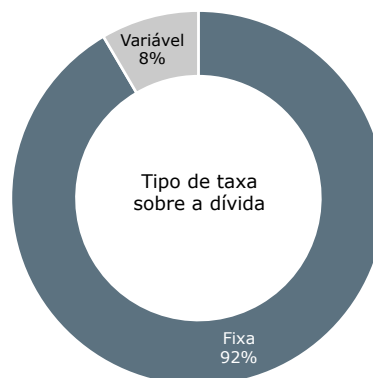
Para continuar a diversificar as suas fontes de financiamento, a EDPR continua a executar projetos de elevada qualidade, o que permite à Empresa assegurar *project finance* a custos competitivos. Em 2014, a EDPR firmou três operações de *project finance*: i) 49 milhões de dólares canadenses para 30 MW no primeiro parque eólico da EDPR no Canadá; ii) 30 milhões de euros para 50 MW em parques solares em operação na Roménia; e iii) 200 milhões de zlotis polacos para 70 MW num parque eólico na Polónia.

Em dezembro de 2014, 52% da dívida financeira da EDPR estava denominada em euros, enquanto 39% estava denominada em dólares em função dos investimentos nos EUA, estando os remanescentes 9% sobretudo relacionados com financiamento em zlotis polacos e reais brasileiros.

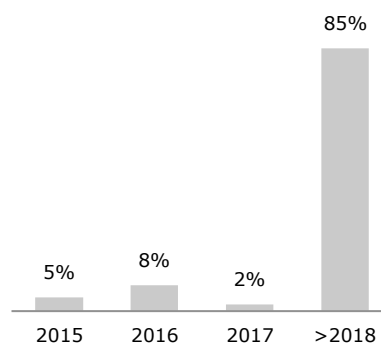
A dívida da EDPR tem um perfil de longo prazo, com 85% da dívida com maturidade em 2018 ou posterior. A EDPR continua a seguir uma estratégia de financiamento a uma taxa fixa de longo prazo, combinando o perfil de Fluxo de caixa operacional com os seus custos financeiros, diminuindo, desta forma, o risco de taxa de juro. Assim, 92% da dívida financeira da EDPR tem uma taxa de juro fixa e, em dezembro de 2014, a taxa média era de 5,2%, estável em termos homólogos.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

O passivo denominado em parcerias institucionais aumentou 68 milhões de euros para 1.067 milhões de euros, devido à valorização do dólar em dezembro de 2014 vs. dezembro de 2013, aos benefícios fiscais capturados pelos parceiros e ao estabelecimento de novas estruturas de financiamento durante o período.

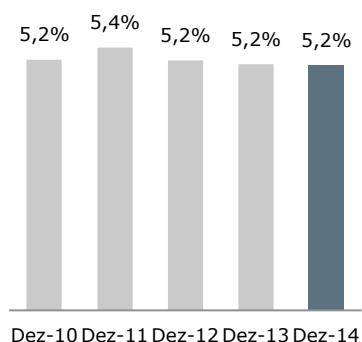


Perfil da maturidade da dívida



Dívida financeira (€M)	2014	2013	▲€
Dívida financeira nominal + Juros corridos	3.902	3.666	+236
Depósitos colaterais associados com dívida	81	78	+2
Dívida financeira total	3.821	3.588	+234
Caixa e Equivalentes	369	255	+113
Empréstimos a empresas do grupo EDP e <i>cash pooling</i>	170	64	+106
Ativos financeiros detidos para negociação	-	0	(0)
Caixa e equivalentes	538	319	+219
Dívida líquida	3.283	3.268	+14

Custo da dívida

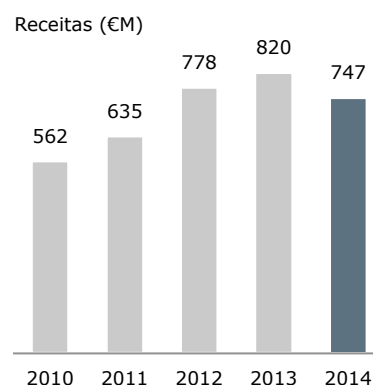


EUROPA

RECEITAS

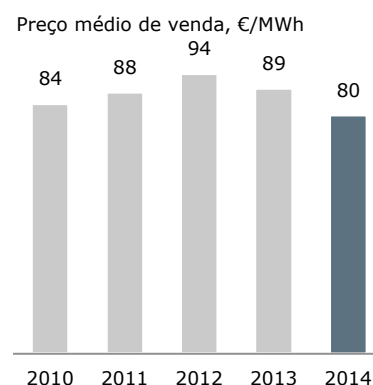
Na Europa, a EDPR obteve receitas de 747 milhões de euros, uma redução de 73 milhões de euros face a 2013, refletindo o impacto de um menor preço de venda médio no valor de 93 milhões de euros, que contrabalançou o efeito positivo do aumento da produção, de 21 milhões de euros.

Especificamente, a redução das receitas foi resultado da diminuição das receitas em Espanha (-93 milhões de euros), compensada pelo aumento das receitas em Portugal (+5 milhões de euros) e Resto da Europa (+16 milhões de euros). Por conseguinte, a contribuição de Espanha diminuiu de 53% para 46%, enquanto a contribuição de Portugal e Resto da Europa aumentou de 20% para 22% e 27% e 31%, respetivamente.



PREÇO DE VENDA MÉDIO

O preço de venda médio na Europa diminuiu 10% para 80 euros por MWh, impulsionado principalmente pelas alterações no enquadramento regulatório dos ativos renováveis no mercado espanhol, e no Resto da Europa pelo menor preço alcançado na Roménia, com os certificados verdes a serem vendidos no nível inferior do intervalo regulamentado.



CUSTOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS

Os custos operacionais líquidos diminuíram 12% em termos homólogos, para 202 milhões de euros, em resultado da redução dos Custos operacionais e do aumento de 15 milhões de euros em Outros proveitos operacionais, principalmente devido ao ajustamento do preço de venda à CTG após redução do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas em Portugal. O controlo rigoroso dos custos por parte da EDPR, e os seus elevados níveis de eficiência são visíveis na redução de 11% dos custos operacionais por MW médio em operação, alcançando 57,3 mil euros.

Em suma, o EBITDA na Europa totalizou 544 milhões de euros, o que originou uma margem EBITDA de 73%, enquanto os outros proveitos operacionais atingiram 275 milhões de euros.

Demonstração de resultados na Europa (€M)	2014	2013	▲€
Receitas	747	820	(9%)
Outros proveitos operacionais	27	12	+128%
Fornecimentos e serviços externos	(141)	(138)	+2%
Custos com pessoal	(22)	(26)	(12%)
Outros custos operacionais	(65)	(78)	(16%)
Custos operacionais (líquidos)	(202)	(230)	(12%)
EBITDA	544	590	(8%)
<i>EBITDA/Receitas líquidas</i>	<i>73%</i>	<i>72%</i>	<i>+1pp</i>
Provisões	(0)	(0)	(79%)
Amortizações	(271)	(236)	+15%
Amortização de subsídios ao investimento	2	1	+46%
Resultado operacional (EBIT)	275	355	(23%)

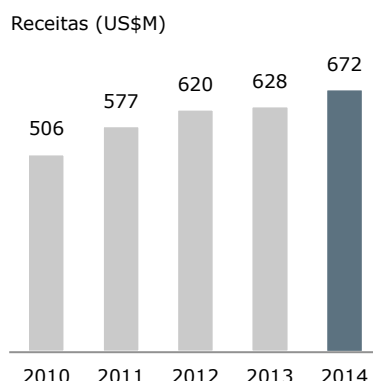
AMÉRICA DO NORTE

RECEITAS

Em 2014, as receitas aumentaram 7% para 672 milhões de dólares, sustentadas pelo aumento do preço de venda médio em 5% e pelo aumento da produção em 4%.

PREÇO DE VENDA MÉDIO

O preço de venda médio aumentou em 5% face a 2013, para 51 dólares por MWh, estimulado pelo aumento de produção nos parques eólicos com PPA/cobertura. Os preços de venda para a produção exposta a preços da eletricidade no mercado grossista também subiu, de 32 dólares americanos por MWh em 2013 para 41 dólares americanos por MWh, beneficiando dos preços mais elevados do gás, devido aos baixos inventários de gás e ao inverno excepcionalmente frio, e ainda ao aumento dos preços dos certificados verdes.



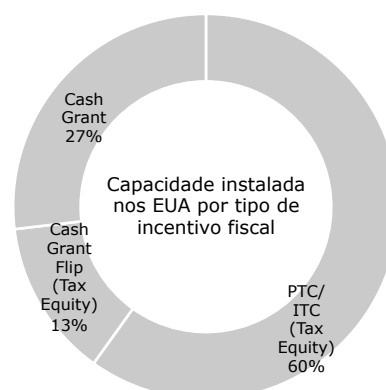
CUSTOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS

Os custos operacionais líquidos aumentaram 2% para 194 milhões de dólares americanos, principalmente devido ao menor peso de Outros proveitos operacionais, o que anulou a redução dos outros custos operacionais. A redução de Outros proveitos operacionais reflete os 18 milhões de dólares da reestruturação do *off-taking* de um PPA para 200 MW em 2013. Um rigoroso controlo de custos e elevados níveis de eficiência resultaram na diminuição em 7% dos custos operacionais por MW, para 61 mil dólares americanos.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS E SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS

Os proveitos com parcerias com investidores institucionais totalizaram 164 milhões de dólares. Os projetos que optaram pela subvenção beneficiaram de menores encargos com amortizações, contabilizada no resultado como amortização dos subsídios governamentais, num total de 23 milhões de dólares.

Em 2014, a EDPR estabeleceu três estruturas de financiamento de *tax equity* para um montante total de 332 milhões de dólares, em contrapartida por uma participação no parque eólico Headwaters, de 200 MW, no parque de energia solar fotovoltaica Lone Valley, de 30 MW, e no parque Rising Tree North, de 99 MW.



Em resumo, o EBITDA aumentou 9%, para 477 milhões de dólares, originando um aumento da margem EBITDA para 71%.

Demonstração de resultados na América do Norte (USD M)	2014	2013	▲%
Venda de eletricidade e outros	508	462	+10%
Proveitos com parcerias com investidores institucionais	164	166	(1%)
Receitas	672	628	+7%
Outros proveitos operacionais	23	40	(43%)
Fornecimentos e serviços externos	(145)	(143)	+1%
Custos com pessoal	(37)	(38)	(3%)
Outros custos operacionais	(36)	(49)	(27%)
Custos operacionais (líquidos)	(194)	(190)	+2%
EBITDA	477	438	+9%
<i>EBITDA/Receitas líquidas</i>	<i>71%</i>	<i>70%</i>	<i>+2pp</i>
Provisões	-	(2)	-
Amortizações	(292)	(288)	+1%
Amortização de subsídios ao investimento	23	23	+0%
Resultado operacional (EBIT)	208	171	+22%

BRAZIL

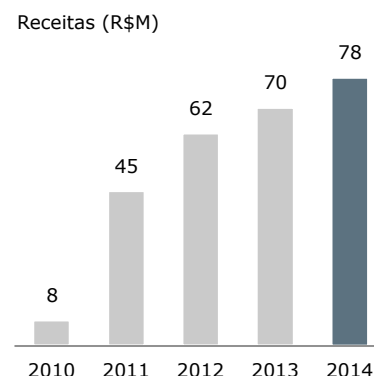
RECEITAS

No Brasil, a EDPR alcançou receitas no valor de 78 milhões de reais, o que representa um aumento de 13% em termos homólogos, principalmente devido ao aumento do preço de venda médio.

PREÇO DE VENDA MÉDIO

O preço de venda médio no Brasil aumentou 12%, para 346 reais por MWh, refletindo essencialmente o preço de atualização PPA segundo o ajustamento em função da inflação.

A capacidade da EDPR instalada no Brasil, 84 MW, está totalmente coberta por programas de incentivo ao desenvolvimento de energias renováveis. Estes programas oferecem visibilidade a longo prazo, estabelecendo contratos de longo prazo para vender a eletricidade produzida por 20 anos, o que se traduz na criação de fluxos de caixa estáveis e visíveis ao longo do tempo de vida dos projetos.



CUSTOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS

Durante o ano, os Custos operacionais líquidos aumentaram em 3 milhões de reais, principalmente devido ao aumento de Outros custos operacionais e, em menor grau, ao aumento dos custos com pessoal, contrabalançados por menores custos com fornecimentos e serviços externos. Devido ao excelente desempenho em 2014 ao nível de receitas, o EBITDA atingiu 48 milhões de reais, um aumento de 15% em termos homólogos, tendo a margem EBITDA aumentado para 61%.

Demonstração de resultados no Brasil (BRL M)	2014	2013	▲%
Receitas	78	70	+13%
Outros proveitos operacionais	0	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(19)	(22)	(15%)
Custos com pessoal	(4)	(3)	+27%
Outros custos operacionais	(8)	(2)	+202%
Custos operacionais (líquidos)	(31)	(28)	+9%
EBITDA	48	41	+15%
<i>EBITDA/Receitas líquidas</i>	<i>61%</i>	<i>59%</i>	<i>+2pp</i>
Provisões	-	(0)	-
Amortizações	(19)	(18)	+1%
Amortização de subsídios ao investimento	0	-	-
Resultado operacional (EBIT)	29	23	+27%

3.2. AMBIENTE

3.2.1. PEGADA ECOLÓGICA

A EDPR é uma empresa líder no setor da energia renovável. Produzimos energia limpa e verde, energia sem emissões. A nossa estratégia relativamente ao ambiente assenta em quatro pilares: a geração de energia isenta de CO₂ e sem recurso de água, uma estratégia para minimizar os impactos durante o ciclo de vida dos nossos parques eólicos, uma cultura de respeito pela biodiversidade e uma cultura de responsabilidade e reciclagem.

Apesar de atuarmos na área de energia limpa, excedemos o nosso compromisso com o ambiente ao incentivarmos uma cultura corporativa na qual as iniciativas e atividades são consistentes com a responsabilidade ambiental. Por conseguinte, estamos empenhados em minimizar o impacto ambiental das nossas operações e em medir a pegada ecológica das nossas atividades administrativas e do consumo das centrais elétricas, representando 0,2% das emissões evitadas. Apesar de tão baixo impacto, continuamos a incentivar a redução destas emissões através da melhoria das nossas práticas. A reduzida pegada ecológica da EDPR relativamente a emissões de CO₂ e água deve-se a atividades administrativas e consumo das centrais elétricas.



ZERO EMISSÕES

- Zero emissões de carbono
- Foi evitada a emissão de 17,0 milhões de toneladas de CO₂



SEM RECURSO A ÁGUA

- A água praticamente não é utilizada para geração de eletricidade
- 0,56 litros de água consumida por MWh



BAIXA GERAÇÃO DE RESÍDUOS

- 26 kg de resíduos perigosos por GWh
- 96% de resíduos perigosos recuperados



IMPACTO POSITIVO GERAL NA BIODIVERSIDADE

EDPR...

- Coexiste pacífica e abundantemente com a maioria dos animais selvagens
- Mitiga as alterações climáticas; ser uma empresa com zero emissões é a melhor forma de proteger a biodiversidade
- Respeita a biodiversidade em todas as fases do ciclo de vida dos parques
- Visa um equilíbrio positivo a nível da biodiversidade, definindo iniciativas para evitar, corrigir e compensar riscos identificados

3.2.2. BIODIVERSIDADE

A longo prazo, a EDPR ambiciona contribuir para um balanço geral positivo do objetivo mundial de redução da perda de biodiversidade devido à atividade humana, um dos maiores desafios atuais.

Num esforço para procurar um equilíbrio positivo na biodiversidade, foram realizadas diversas iniciativas em 2014:

LOBO-IBÉRICO

O lobo-ibérico é uma espécie sujeita a especial atenção, como mencionado na legislação específica para a proteção e preservação do seu habitat. Estima-se que existam cerca de 300 exemplares de lobo-ibérico em Portugal, cujo habitat se estende do distrito de Viseu ao norte do país.

A EDPR tem vários parques eólicos nesta área, que foram desenvolvidos com a contribuição de especialistas em lobos-ibéricos. Foram implementados programas de monitorização nas áreas mais sensíveis e estabelecidas medidas de minimização e compensação para esta espécie e para o seu habitat.

Muitas destas medidas destinam-se a reduzir o conflito entre a população local e o lobo-ibérico, tentando direcionar o lobo para presas selvagens existentes no seu habitat.

SISTEMAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Em 2014, a EDPR implementou um conjunto de sistemas de captação de águas pluviais em diversas subestações em Espanha, no âmbito de um dos objetivos ambientais do seu sistema de gestão ambiental.

O principal objetivo é reduzir o consumo de água de outras fontes menos sustentáveis de tal forma que, aproveitando as águas pluviais, seja possível desenvolver boas práticas ambientais e iniciar uma tendência para um modelo de autossuficiência. Antes do estabelecimento deste objetivo já existiam 14 instalações a utilizar este sistema e, desde a sua implementação até hoje, os sistemas de águas pluviais foram instalados em mais 17 subestações. Como resultado desta medida, 53% da água atualmente consumida em Espanha é de origem pluvial.

Prevê-se a instalação deste sistema em mais 5 subestações em 2015, pelo que quase 80% das instalações espanholas iria beneficiar deste fornecimento.

Adicionalmente, este tipo de sistemas foi implementado em outros países europeus. 65% da água utilizada em Portugal e 100% da água utilizada na Bélgica provém da captação de águas pluviais.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A EDPR lançou um programa de recuperação ambiental em várias instalações em Espanha. O objetivo desta medida é evitar problemas decorrentes da erosão, bem

como melhorar a integração na paisagem.

Desde 2013 até finais de 2014, as ações realizadas foram plantações e hidrosemeadura, reestruturação de encostas e melhoria das infraestruturas de drenagem. Adicionalmente, foram realizadas intervenções a nível dos taludes rochosos para melhor integração. Após a conclusão de cada intervenção, a evolução é acompanhada por técnicos ambientais e pelas empresas responsáveis pela monitorização ambiental.

Até agora 16,2 hectares foram abrangidos por hidrosemeadura, 24.215 unidades por plantação e 2,83 hectares foram integrados na paisagem. Os resultados até ao momento são satisfatórios e prevê-se o desenvolvimento de medidas adicionais em 2015.

ESTUDO DA ÁGUIA-REAL

O estado da população de águia-real tem uma grande influência na forma como a EDPR desenvolve e opera os seus projetos de energia eólica em conformidade com a sua adesão à lei norte-americana de proteção da águia americana e da águia-real ("Bald and Golden Eagle Protection Action").

A EDPR tem financiado esforços específicos para compreender a situação das populações de águias em determinados estados norte-americanos através da 'Oregon Eagle Foundation' e do 'Washington Department of Fish and Wildlife'. Até ao momento, a 'Oregon Eagle Foundation' realizou estudos durante quatro anos e o 'Washington Department of Fish and Wildlife' durante dois anos. Os resultados destes estudos estão para breve, mas os resultados iniciais não indicam que as populações de águia em Washington e no Oregon estejam em declínio acentuado.

QUIRÓPTEROS

A mortalidade direta nas turbinas eólicas é atualmente a maior preocupação relativamente aos quirópteros nos parques eólicos.

A EDPR instituiu um programa de conservação que inclui colocar as pás das turbinas eólicas em bandeira* abaixo da velocidade de arranque do fabricante entre 30 minutos antes do pôr-do-sol e 30 minutos após o nascer do sol durante a época de migração outonal (1 de agosto a 15 de outubro).

A partir de 2014, sete instalações eólicas da EDPR colocaram as pás da totalidade das turbinas eólicas em bandeira abaixo da velocidade de arranque do fabricante durante a época de migração outonal. A EDPR continuará a implementar este plano de conservação durante os próximos anos e irá melhorar esta funcionalidade em diversas instalações em 2015.

3.2.3. GESTÃO AMBIENTAL

A EDPR está fortemente empenhada em contribuir para a proteção do ambiente e da biodiversidade através de uma gestão ambiental proactiva dos seus parques eólicos em operação, como se afirma nas nossas políticas ambientais e de biodiversidade (informação detalhada disponível em www.edpr.com).

A fase de operação dos parques eólicos, com uma vida útil de 25 anos, é a fase central do nosso negócio. Assim, estamos conscientes da importância da gestão adequada das questões ambientais nas nossas centrais em operação, que é assegurada através do Sistema de Gestão Ambiental (EMS).

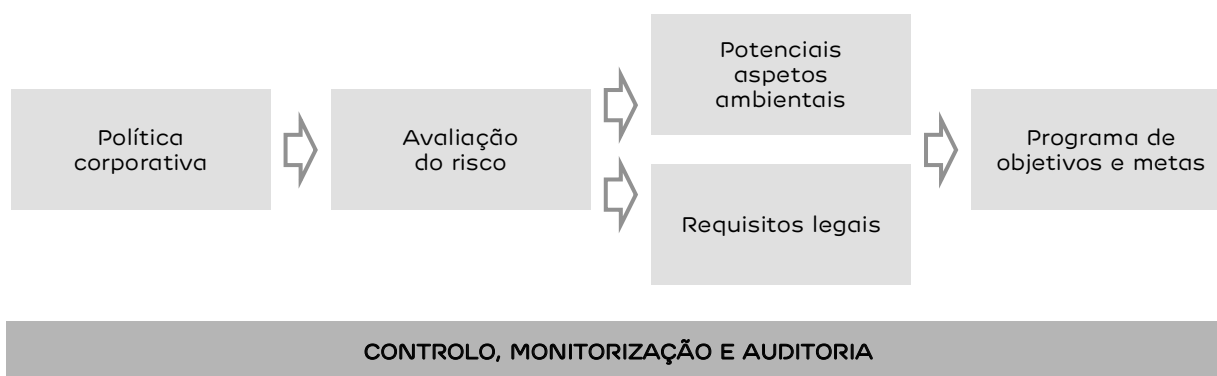
O QUE É O EMS?

O Sistema de Gestão Ambiental (EMS) da EDPR é uma ferramenta que ajuda a Empresa a atingir os seus objetivos ambientais através do controlo consistente das suas operações, aplicável às fases de operação e manutenção dos parques eólicos e de energia solar fotovoltaica, com o objetivo de melhorar o seu desempenho em termos ambientais.

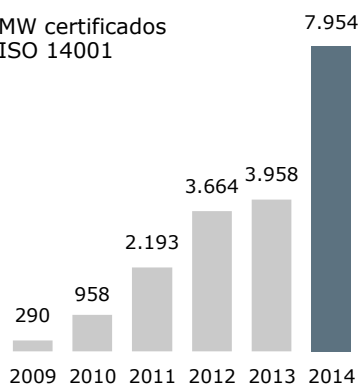
O sistema centra-se em aspetos ambientais relevantes e garante a conformidade com os requisitos legais, estabelecendo objetivos e metas para melhorar o nosso desempenho ambiental tanto a nível de plataforma como de país.

COMO FUNCIONA O PROCESSO EMS?

A EDPR iniciou em 2008 a implementação do Sistema de Gestão Ambiental (EMS). Esta iniciativa é apoiada pela melhoria continuada da mentalidade em relação ao desempenho ambiental e por uma equipa especializada, alinhada com a estratégia ambiental da Empresa. Tanto os nossos especialistas em meio ambiente como a rede de parceiros externos que trabalham connosco se destacam pela sua vasta experiência profissional e conhecimentos da área ambiental.



MW certificados ISO 14001



COMO SE PROCESSA A CERTIFICAÇÃO DO EMS?

O Sistema de Gestão Ambiental é desenvolvido de acordo com a norma internacional ISO 14001 e certificado por uma organização independente de certificação. Estes standards consensuais são considerados uma marca de referência para o Sistema de Gestão Ambiental e uma garantia de que os parques da EDPR, independentemente do ambiente regulatório, estão alinhados e com o mesmo nível de cumprimento.

Em 2014, a EDPR atingiu o seu objetivo de obter a certificação ISO 14001 para o seu EMS em todos os seus parques eólicos operativos à data nos EUA, adicionando 3.655 MW certificados à sua carteira de 100% dos seus parques eólicos em operação na Europa certificados. **88% da capacidade instalada de 9,0 GW da EDPR está coberta pela certificação ISO 14001**, incluindo 7.649 EBITDA MW e 305 MW consolidado por equivalência patrimonial.

3.3. STAKEHOLDERS

3.3.1. COLABORADORES

Atrair, desenvolver e reter talentos é um dos principais objetivos da estratégia de Recursos Humanos da EDPR. Na EDPR, as pessoas são um ativo muito importante e a EDPR, como empregador responsável, deseja mantê-lo, oferecendo empregos de qualidade que podem ser equilibrados com a vida pessoal.

Apesar do ambiente macroeconómico difícil, a nossa base de colaboradores aumentou três por cento em relação ao ano passado, alcançando 919 colaboradores. Os novos colaboradores têm a oportunidade de fazer parte de uma empresa com uma forte cultura de trabalho, que valoriza o trabalho em equipa num ambiente diversificado, representado por 24 nacionalidades.

Procuramos oferecer aos nossos colaboradores oportunidades de desenvolvimento profissional e para assumirem novas funções, contribuindo para a Empresa alcançar os seus objetivos. Os nossos colaboradores estão distribuídos geograficamente da seguinte forma: 21% trabalham na EDPR Holding, 46% na Plataforma Europeia, 30% na Plataforma norte-americana e de 3% no Brasil. Todos são encorajados a aproveitar as oportunidades de mobilidade funcional e geográfica para que possam assumir mais responsabilidades.

CONTRATAÇÃO

De acordo com a estratégia de recrutamento, a EDPR está empenhada em contratar as melhores pessoas e identifica potenciais colaboradores entre os alunos das melhores universidades e escolas de negócios. Temos realizado várias iniciativas para divulgar a nossa imagem como empregadores, através da participação em diferentes fóruns de emprego e fazendo apresentações em universidades de topo. A EDPR oferece um programa de estágios que visa dar experiência de trabalho a jovens profissionais e identificar colaboradores com potencial de crescimento que possam contribuir para o desenvolvimento futuro do negócio.

A EDPR contrata pessoas com talento, entusiastas pelo setor e que partilham a nossa visão e propósito. Ao contratar novos colaboradores, a empresa considera, não só as capacidades específicas para uma determinada posição, mas também as competências comportamentais, que são a base da cultura organizacional. Sendo uma empresa dedicada à sustentabilidade, a EDPR pretende combinar objetivos de carreira com os valores da empresa.

- Ambiente orientado para o trabalho em equipa: A EDPR promove um ambiente baseado no desenvolvimento de equipas.
- Desenvolvimento da carreira: A EDPR reconhece a importância do desenvolvimento da carreira e ajuda os colaboradores a adquirirem conhecimentos e a dominarem o negócio das energias renováveis. A Empresa reconhece e recompensa os colaboradores pela sua inovação, trabalho e desempenho.
- Diversidade: A EDPR tem uma equipa diversificada, com colaboradores de uma grande variedade de origens e culturas.
- Sustentabilidade: A EDPR tem como objetivo incentivar a responsabilidade ambiental, económica e social dos seus colaboradores.

Na EDPR, contratamos os melhores talentos, garantindo um processo de seleção não discriminatório. Esta afirmação é confirmada pelo Código de Ética, que contém cláusulas específicas de não discriminação e igualdade de oportunidades, de

acordo com a cultura da diversidade da empresa.

Em 2014, a EDPR contratou 120 colaboradores, 29% dos quais são mulheres. Adicionalmente, ofereceu 69 estágios de longo prazo e 22 estágios de verão.

INTEGRAÇÃO

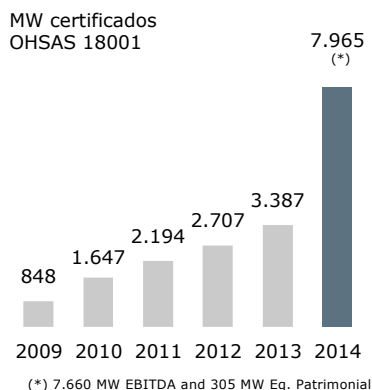
A EDPR tem uma cultura empresarial forte, e queremos que os novos colaboradores entendam esta cultura e rapidamente a adotem no seu dia-a-dia. Para que tal aconteça, os novos colaboradores participam numa série de workshops e atividades de desenvolvimento de equipas, destinadas a melhorar a integração e uma melhor compreensão da Empresa.

O nosso 'Welcome Day', um evento de três dias para dar as boas vindas aos novos colaboradores, permite-lhes obter conhecimentos básicos sobre a empresa, sobre o nosso negócio e, dependendo do perfil do colaborador, é incluída uma visita a um dos parques eólicos ou centro de despacho de controlo remoto. Em 2013, a EDPR introduziu uma nova ferramenta de integração denominada "Induction Plan", que continuou a ser desenvolvida em 2014. Os novos colaboradores passam alguns dias na sede da empresa e são orientados por colegas de diferentes áreas para aprenderem os aspetos fundamentais do seu trabalho e entenderem melhor a forma como ele contribui para a missão da EDPR.

AMBIENTE DE TRABALHO SEGURO

Garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro para os nossos colaboradores e para os prestadores de serviços é fundamental em todos os aspetos do negócio. A Política de Saúde e Segurança da EDPR, disponível no nosso site, reflete o compromisso da Empresa com a prevenção dos riscos profissionais associados às nossas atividades.

Para apoiar a nossa estratégia de saúde e segurança, implementámos sistemas de gestão adequados. Estes sistemas são adaptados para cada país, com normas e procedimentos próprios, com base na regulamentação e nas melhores práticas.



O Sistema de Gestão está em processo de certificação OHSAS 18001:2007. Em 2014, a EDPR alcançou um marco importante com a implementação do Sistema de Gestão Ambiental nos Estados Unidos. Com a implementação, quase 88% da capacidade da EDPR possui atualmente a certificação OHSAS 18001.

Em 2014, a empresa registou uma taxa de acidentes de 4,50 e um índice de gravidade de 140. O aumento do índice de acidentes deve-se principalmente a um aumento do número de acidentes associados a ausência de curta duração; contudo, a duração média de ausências foi inferior face a 2013. Além disso, o índice de gravidade aumentou devido a ausências de longa duração provenientes de 2013.

De um modo geral, a tendência está a melhorar, apesar do aumento do número de acidentes registados. Em 2015, será dado um maior enfoque à comunicação das políticas e a concretização dos benefícios da certificação OHSAS obtida em 2014 contribuirá para melhorar os rácios.

BENEFÍCIOS E EQUILÍBRIO ENTRE VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL

A EDPR está empenhada em proporcionar uma oferta de remuneração e benefícios competitivos para reconhecer o trabalho e o talento dos nossos colaboradores. A política de remuneração responde às necessidades dos mercados locais, com flexibilidade suficiente para se adaptar às especificidades de cada região. Para além de uma remuneração fixa de base, há uma componente variável que depende da avaliação de desempenho medida em relação ao desempenho da empresa, da área e dos principais indicadores de desempenho individuais.

A remuneração com base no desempenho é uma ferramenta importante para promover um maior enfoque dos nossos colaboradores, não só sobre os objetivos da empresa, mas também sobre os seus objetivos pessoais e da sua equipa. Para ser competitiva no mercado e recrutar as pessoas com mais talento, a EDPR analisa a sua proposta e compara-se com os mercados locais, para poder oferecer os pacotes de benefícios mais atrativos.

Na EDPR, compreendemos a importância de manter um equilíbrio entre trabalho e compromissos pessoais. Este entendimento levou a um aumento da satisfação dos colaboradores e, ao mesmo tempo, aumentou a sua produtividade e o seu estado de espírito.

A EDPR tem programas de equilíbrio trabalho-vida pessoal e procura melhorar constantemente e proporcionar aos colaboradores os benefícios mais adequados. Muitas vezes, alguns benefícios específicos só são aplicáveis a determinados países em que a

EDPR está presente. Como exemplo da normalização dos principais benefícios em todos os países, os colaboradores da EDPR nos EUA e em países europeus fora da Península Ibérica podem agora desfrutar de um período de licença mais alargado quando casam. Além disso, os colaboradores nos EUA podem, agora, desfrutar do seu aniversário como um dia de licença remunerado.

Desde 2011, as práticas da EDPR têm sido reconhecidas com a Certificação "Empresa Familiarmente Responsável" pela Fundação 'MásFamilia', em Espanha. Esta certificação reflete o compromisso da EDPR em promover um equilíbrio saudável entre trabalho e vida pessoal dos seus colaboradores. A EDPR destacou-se pela sua eficácia em termos de flexibilidade de horários de trabalho, apoio familiar, igualdade de oportunidades e da sua ambiciosa política de melhoria contínua.

DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO

1,6 milhões de euros investidos em formação

43 horas de formação por empregado

1.755 euros em formação por empregado

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL

A avaliação do potencial dos nossos colaboradores com talento é uma ferramenta fundamental na gestão de pessoas. O objetivo da Avaliação anual de Potencial é preparar os colaboradores para atingirem o seu melhor potencial de desenvolvimento com base num conjunto de capacidades estratégicas. Todos os colaboradores da EDPR, independentemente da sua categoria profissional, são avaliados anualmente para determinar seu potencial de desenvolvimento, proporcionando-lhes a formação mais adequada. A EDPR elabora planos de desenvolvimento à medida para responder a necessidades específicas. O processo de avaliação de potencial é independente da avaliação de desempenho e baseia-se num modelo de avaliação de 360 graus, que considera a *feedback* do próprio, dos seus pares, subordinados e superiores.

Em 2014, de modo a reforçar a comunicação e transparência, a EDPR realizou reuniões com os colaboradores, conduzidas pela equipa executiva e diretores, para explicar os objetivos das áreas transversais para 2014 que se aplicam a cada plataforma.

PLANO DE FORMAÇÃO

Todos os anos é criado um Plano de Formação personalizado com base nos resultados da avaliação do potencial de desempenho. Este plano inclui a gestão da formação no âmbito da empresa, em estreita articulação com a estratégia de negócios. Ao definirmos a nossa estratégia para o futuro, procuramos alinhar as necessidades atuais e futuras da organização com as capacidades dos colaboradores, apoiando, simultaneamente, as suas expectativas de desenvolvimento profissional e assegurando a sua melhoria contínua. A EDPR está empenhada em oferecer aos seus colaboradores um plano de carreira atrativo, bem como oportunidades de desenvolvimento académico e de formação.

Em 2014, o número de horas de formação aumentou para 38 298, o que representa 43 horas de formação por colaborador. Quase 83% dos nossos colaboradores frequentou ações de formação em 2014.

Em 2014, a EDPR definiu o Programa de Desenvolvimento de Diretores em colaboração com o Instituto de Empresa (IE), uma das escolas de negócios mais conceituadas a nível global, localizada em Madrid, Espanha. O programa tipo MBA ofereceu a 34 participantes uma formação avançada em matérias como Estratégia e Liderança, Gestão Financeira e Operacional, entre outras. O programa, que decorreu ao longo de vários meses, terminou com uma apresentação de grupo de uma solução para vários desafios empresariais perante membros da Comissão Executiva, o Diretor de RH e um Diretor do IE.

Ao alargar o Programa de Formação, inicialmente desenvolvido para o programa de desenvolvimento das competências dos colaboradores de alto potencial (HIPO), os administradores da empresa ofereceram sessões individuais de *coaching* a um maior número de participantes para melhorar o desenvolvimento profissional e as capacidades sociais. Tendo em conta que a promoção de talento interno é uma opção estratégica, foi dada continuidade ao programa HIPO para desenvolver as competências dos colaboradores de alto potencial. O programa inclui vários módulos centrados na comunicação, liderança e análise de tendências de mercado.

ESCOLA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

A Escola de Energias Renováveis, que faz parte da Universidade empresarial da EDP, é uma plataforma consolidada de criação de competências internas e partilha de conhecimento.

Em 2014, que corresponde ao terceiro ano académico da Escola, a prioridade consistiu em racionalizar as atividades de formação para assegurar uma maior uniformidade entre as ofertas de formação da Escola e as necessidades dos diferentes colaboradores. A Escola trabalhou em estreita colaboração com gestores e o departamento de Recursos Humanos para melhorar o processo de seleção de participantes e assegurar um maior relevo e criação de valor. Foram igualmente envidados esforços no sentido de aperfeiçoar os cursos existentes através de uma maior utilização de estudos de caso específicos da EDPR e exercícios práticos destinados a enriquecer a experiência de aprendizagem dos colaboradores.

Durante o ano, foram realizadas 30 sessões de formação na Europa, nos EUA e no Brasil, o que representa 8.431 horas de formação e um total de 730 formandos. A Escola contou com a colaboração de 80 especialistas internos na preparação e realização dos cursos de formação.

No próximo ano, a EDPR tenciona ter um nível de atividade semelhante. Para elaborar o Plano de Formação para 2015, a Escola desenvolveu roteiros de formação individuais para cada colaborador na Europa de modo a orientar os gestores e respetivas equipas e facilitar a seleção dos cursos mais relevantes.

Desde o início do projeto em 2011, a Escola já chegou a 804 colaboradores da EDPR em todas as áreas geográficas.

PROMOÇÕES E MOBILIDADE

Todos os nossos colaboradores estão abrangidos pelo sistema de avaliação de desempenho que recolhe informações de diversas fontes para avaliar o desempenho dos colaboradores.

No contexto da promoção do crescimento dos colaboradores através da diversidade de experiências,

a EDPR incentiva a mobilidade profissional. Para apoiar a estratégia de crescimento global, a mobilidade é de suprema importância como poderosa ferramenta para partilhar a cultura da EDPR e as melhores práticas com novos mercados em que pretende entrar.

Em 2014, 73 colaboradores tinham mobilidade funcional ou geográfica, incluindo 8 novos expatriados (expatriação). A EDPR conta atualmente com um total de 23 expatriados.

COMUNICAÇÃO

A EDPR está empenhada em proporcionar a melhor experiência laboral possível aos seus colaboradores. Para ajudar a determinar os principais fatores de satisfação dos colaboradores, levou a efeito um inquérito em 2013 para recolher, analisar e tomar medidas com base nos resultados obtidos. Após a realização de *workshops* para discutir os resultados, foi criado um Plano de Ação para melhorar o nível de satisfação em 2014. O plano centrou-se principalmente na melhoria da comunicação no âmbito da empresa. É importante ter linhas de comunicação abertas com os colaboradores e, por conseguinte, foram implementadas diversas medidas para melhorar os diferentes canais:

- Reuniões com o CEO: Durante essas reuniões, os colaboradores têm a oportunidade de partilhar o seu ponto de vista do negócio, a partir das suas posições, e aprender sobre a estratégia da empresa e sobre a forma como isso se relaciona com as suas tarefas do dia-a-dia. Esta é uma grande oportunidade para os colaboradores compreenderem melhor o seu impacto no negócio. Quase 85% dos nossos colaboradores já teve a oportunidade de conhecer o CEO.
- Reuniões com os RH: A EDPR está interessada em interagir com os colaboradores. Os RH realizam regularmente reuniões com um pequeno grupo de colaboradores para discutir questões importantes num fórum aberto. 85% dos colaboradores já participou.
- Reuniões mensais de RH: Os colaboradores da EDPR recebem uma *newsletter*, mensalmente, com notícias relacionadas com os recursos humanos. A publicação inclui eventos, oportunidades de formação e de voluntariado futuras, benefícios sociais, informações sobre novas contratações e recrutamentos em curso. Esta é uma ferramenta importante para partilhar as iniciativas sociais com os colaboradores.

Para além de abrir canais de comunicação para colaboradores, são realizados inquéritos de satisfação, a cada dois anos, para recolher opiniões e compreender a motivação e o nível de satisfação dos colaboradores. A taxa de participação no último inquérito realizado atingiu 95%, com um índice de satisfação de 77%.

Em 2014, a organização 'Great Place to Work' (GPTW) nomeou a EDP Renováveis na Polónia como a melhor empresa para trabalhar e continuamos a estar entre as 50 melhores nos Rankings de Espanha e Reino Unido.

A capacidade da EDPR para atrair, desenvolver e reter talentos é uma prova do seu compromisso com a excelência em todas as áreas. Por isso, continuamos entre as 50 melhores empresas para se trabalhar, nos rankings 'Great Place to Work'. Uma força de trabalho motivada e alinhada com a estratégia da Empresa é uma das principais razões para a nossa capacidade de apresentar resultados em 2014.

3.3.2. COMUNIDADES LOCAIS

A EDPR está ciente do impacto que a nossa atividade tem nas comunidades locais em que operamos e da forma como podemos maximizar esses benefícios potenciais para a empresa e as populações das áreas vizinhas, através de uma comunicação aberta com as nossas partes interessadas.

Por conseguinte, estabelecemos uma relação de confiança e colaboração com as comunidades em que estamos inseridos desde as fases iniciais dos nossos projetos, organizando sessões de esclarecimento e mantendo um diálogo aberto com essas comunidades, para explicar os benefícios da energia eólica e solar. Também organizamos atividades de voluntariado para promover um desenvolvimento sustentável da sociedade.

O diálogo com as comunidades vizinhas constitui uma parte integrante da atividade empresarial. Realizamos debates e reuniões com as partes interessadas regionais durante todas as fases dos locais, no sentido de nos informarmos das suas preocupações e definirmos a melhor forma as abordar. Isto constitui ainda um meio de transmissão dos valores principais da EDPR à comunidade local.

FUNDACIÓN EDP

A missão da Fundación EDP é reforçar o compromisso do Grupo EDP em Espanha, principalmente no que respeita a questões sociais, culturais, ambientais e educacionais associadas à investigação que lidera o desenvolvimento sustentável a nível global.

Como tal, a Fundación EDP promoveu durante 2014 um conjunto de iniciativas em Espanha, financiadas pela EDPR:

- Na área educacional, a EDPR manteve e reforçou as iniciativas existentes, nomeadamente o programa para estagiários, a sexta edição do concurso 'University Challenge' e as bolsas do programa 'Green Education' para jovens estudantes. Além destas, a EDPR implementou pela primeira vez a iniciativa "Tu Energía", para explicar aos estudantes do ensino básico a importância das energias renováveis e as diferenças em relação às fontes de energia fósseis. O programa contou com a participação de 3862 estudantes na província de Albacete.
- Na área ambiental, a Fundación EDP tem apoiado, entre outros, dois projetos consistentes realizados pela Universidade de Málaga e pela Fundación del Patrimonio Natural de Castilla y León, respetivamente. Em ambos os casos, os programas estão a estudar e a implementar ações que visam proteger algumas espécies de aves de rapina.
- E, na área social, a EDPR e a Fundación EDP têm apoiado diversas iniciativas, algumas delas

desenvolvidas a nível interno, como os programas de voluntariado ou a interligação com as atividades das comunidades, e muitas outras desenvolvidas por terceiros, nomeadamente a 'Fundación Sociedad, Educación y Desarrollo', diversos Bancos Alimentares ou a Fundación Cerro Verde.

A EDPR investiu mais de 0,5 milhões de euros em 2014 para apoiar as atividades da Fundación EDP. Em 2015, a EDPR irá continuar a apoiar as atividades da Fundación EDP, incluindo o novo programa social designado "EDP Solidaria 2015", para contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a integração de pessoas socialmente desfavorecidas.

Estão disponíveis informações detalhadas sobre estas atividades no site da Fundación EDP, (www.fundacionedp.es).

A EDPR investe tempo e recursos nas comunidades locais em todos os países em que opera. Por conseguinte, e em linha com a estratégia da Fundação EDP, as suas operações centram-se em três pilares: educação, sociedade e ambiente. A EDPR colabora a vários níveis com as comunidades, realizando iniciativas que apenas envolvem a empresa, outras em que colabora juntamente com os seus colaboradores e outras em que são os colaboradores da EDPR que despendem o seu tempo ou recursos nestas atividades. A EDPR demonstra assim que é uma empresa que se preocupa com uma das suas principais partes interessadas, tanto a nível organizacional como individual.

CONSOLIDAÇÃO DE EQUIPAS SOLIDÁRIAS

Em 2014, aproveitando a ocasião em que a maioria dos colaboradores na Europa se encontram reunidos em Madrid para assistir ao Encontro Anual, foi realizado um evento de consolidação de equipas em Dezembro de 2014.

600 colaboradores foram desafiados a dedicar uma manhã a montar várias peças de mobiliário, que foi posteriormente distribuído por várias organizações sem fins lucrativos espanholas. 'Soñar Despierto', 'Espiral', 'Nuestra Señora de los Desamparados', 'Corazones Menudos' e 'Afánias' foram as ONGs envolvidas.

Foram dedicadas mais de 2400 horas a um único objetivo: colaborar com as pessoas desfavorecidas. Esta atividade reforça o espírito de equipa e o compromisso da EDPR com a comunidade.



CAMPANHA DE NATAL NA POLÓNIA

O apoio da EDPR à comunidade local na Polónia está a aumentar a cada ano que passa. Uma das ações mais relevantes deste ano foi a colaboração entre a EDPR e as autoridades locais durante a campanha natalícia de 2014. A EDPR organiza esta iniciativa anualmente em todas as regiões polacas em que a Empresa está presente. A campanha dirigiu-se a mais de 500 crianças entre os 3 e os 14 anos, que receberam diversos presentes de Natal. Além disso, as crianças puderam ainda divertir-se numa festa de Natal organizada especialmente para elas em cada cidade, e desfrutar de um dia inesquecível e festivo com colegas e familiares. Este tipo de eventos é muito apreciado pela comunidade.



CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE GLOBAL KILOS

A Campanha de Solidariedade Global Kilos é uma iniciativa da EDPR destinada a recolher alimentos e produtos de primeira necessidade. Os alimentos e produtos doados pelos colaboradores da EDPR são recolhidos em cada escritório e depois distribuídos por ONGs locais.

Esta iniciativa foi levada a cabo em Espanha, na Roménia, no Reino Unido, em Itália, na Polónia e nos Estados Unidos, onde foram recolhidos mais de 825 quilos de produtos. Através deste projeto, 9 ONGs de 6 países irão beneficiar da solidariedade dos colaboradores da EDPR.

Nos países em que a EDPR está mais presente, Espanha e Estados Unidos, os colaboradores também participaram em atividades de voluntariado com estas ONGs. A possibilidade de participar em todas as fases do processo ajuda os colaboradores a desenvolver as suas competências de voluntariado.



GREEN EDUCATION

'Green Education' é um programa de atribuição de bolsas de estudo lançado pela EDPR em 2011, com o objetivo de oferecer apoio financeiro para o desenvolvimento educacional de crianças e jovens oriundos de famílias com poucos recursos económicos.

Em 2014, a EDPR atribuiu bolsas de estudo a 107 estudantes provenientes de Espanha, Portugal, Polónia, Roménia, França, Itália e Reino Unido, com base no seu desempenho académico e rendimento familiar.

O compromisso da EDPR com a sociedade e as novas gerações é constante e crescente. Uma prova disso é o facto de o número de programas 'Green Education' de atribuição de bolsas de estudo ter aumentado em relação ao último ano.

Este programa reforça as relações com as comunidades.



PARTE DE NÓS – É CONNOSCO!

Em Junho, a campanha de voluntariado "Parte de Nós" do Grupo EDPR dedicou ao Ambiente várias atividades na Europa e na América do Norte. Os colaboradores foram convidados a participar, assim como os seus familiares e amigos.

Em Espanha, os voluntários colaboraram com a organização sem fins lucrativos "Fundación Oxígeno" em Tubilla del Lago (Burgos) através da recuperação da lagoa de Valcabadillo. Em Itália, os voluntários trabalharam em conjunto com a 'Legambiente' na limpeza de uma área que será utilizada como horta urbana. Em Houston, os voluntários reuniram-se na 'Urban Harvest' para ajudar na manutenção de uma horta comunitária. No Reino Unido, a organização 'Lothian Conservation Volunteers' realizou ações de preservação do ambiente em Edimburgo. Nos Estados Unidos, a EDPR colaborou com a 'Urban Harvest Community'. Os voluntários ajudaram a cultivar os vegetais da horta e melhorar o seu aspeto.

O objetivo da iniciativa "Parte de Nós" é sensibilizar a comunidade para a conservação da natureza e da biodiversidade. Ao longo de 2014, 67 voluntários em Espanha, Itália e EUA participaram nesta Campanha à qual dedicaram mais de 500 horas do seu tempo livre.



3.3.3. FORNECEDORES

O desempenho dos fornecedores é fundamental para o sucesso da EDPR. A empresa baseia a sua relação com os fornecedores na confiança, colaboração e criação de valores partilhados, o que resulta numa capacidade conjunta de inovar, reforçar a política de sustentabilidade e melhorar a qualidade das operações. Isto contribui significativamente para a EDPR continuar a manter a liderança nas suas áreas de atuação e constitui um fator que promove a competitividade nos mercados em que opera.

A importância da sustentabilidade na cadeia de fornecimento é essencial para a EDPR. O Código de Ética da EDPR define os valores fundamentais que devem ser respeitados e o âmbito da relação com os fornecedores. Os nossos Sistemas de Saúde e Segurança e de Gestão Ambiental exigem que os nossos colaboradores e todos aqueles que trabalham em nome da EDPR cumpram um conjunto de melhores práticas nessas áreas, conforme exigido na nossa Política Ambiental e de Saúde e Segurança.

O nosso Manual de Aquisições inclui também um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação desses princípios. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a Empresa envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Para além disso, a EDPR recolhe informações sobre sustentabilidade para o principal fornecedor de serviços a utilizar na seleção do fornecedor. Na Europa, esta recolha é efetuada por um parceiro independente e nos Estados Unidos através de questionários internos.

Em 2014, cerca de 67% dos fornecedores da EDPR a nível empresarial e europeu possuíam um sistema de saúde e segurança no trabalho e 74% um sistema ambiental. Na América do Norte, 25% e 65% das empresas possuem sistemas ambiental e de gestão da segurança, respetivamente.

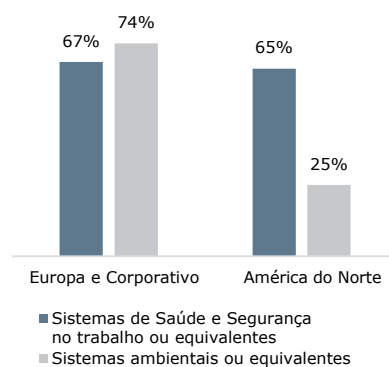
DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DE FORNECIMENTO NO REINO UNIDO

O desenvolvimento de energia eólica offshore cria novos mercados e oportunidades importantes na Escócia e no Reino Unido. Enquanto setor em desenvolvimento, a energia eólica offshore requer o desenvolvimento de novas empresas e a diversificação de empresas existentes para executar as tarefas associadas à implantação de infraestruturas.

A MORL, uma *joint-venture* da EDPR e da Repsol Nuevas Energias do Reino Unido, trabalhou com várias entidades para permitir que os negócios locais em Moray Firth, Escócia e Reino Unido tirassem partido do novo mercado da energia eólica offshore.

Este trabalho resultou na criação de novas empresas e no incentivo ao estabelecimento de novas *joint-ventures* com capacidades abrangentes. Desde 2012, o processo dos concursos públicos da MORL tem impulsionado o desenvolvimento de turbinas de 7-8MW adequadas para águas mais profundas. Os locais com ventos intensos podem reduzir o custo da energia. Enquanto os monopólios foram o modelo no setor no passado, a MORL está a promover a concorrência entre subestruturas da próxima geração. A implementação de sucesso irá apoiar o avanço do setor, estabelecendo as normas para as restantes R3 e criando novas áreas de desenvolvimento de fundos marinhos a nível mundial. A MORL identificou parceiros no setor público e privado para detetar a falta de competências e desenvolver estratégias para as resolver. A resolução da falta de competências já produziu resultados positivos que vão além do mercado britânico. As competências que foram criadas com o desenvolvimento dos projetos da MORL foram implementadas com sucesso em França, onde a EDPR ganhou as duas instalações na segunda fase do concurso francês.

Fornecedores certificados (%)



- A Europa inclui fornecedores com valores acima de 500 mil euros;
- A América do Norte iniciou a recolha de dados sobre sustentabilidade como parte da qualificação de fornecedores em 2014;
- Os dados da América do Norte consideram que os programas de biodiversidade são sistemas de gestão ambiental;

3.4. INOVAÇÃO

A inovação é a utilização de novas tecnologias para mais energia renovável – como a eólica offshore – mas não só: é também uma questão de atitude, procurando a melhoria contínua diariamente naquilo que fazemos.



INOVAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO E NA CONSTRUÇÃO

OTIMIZAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO DO PARQUE EÓLICO E CONSTRUÇÃO

Durante a construção de um parque eólico, conseguir encontrar o melhor desenho para as fundações do parque eólico é fundamental para controlar a necessidade de gastos de capital. As fundações superficiais ideais são as que minimizam o volume para as condições específicas do local, garantindo todos os requisitos de segurança aplicáveis. No entanto, no caso de fundações profundas (com pilares), identificar a melhor solução é mais complexo por se tratar de um processo de otimização de uma série de variáveis diferentes: formato da fundação e número, diâmetro, tipo e comprimento dos pilares. A EDPR desenvolveu internamente um algoritmo para alcançar o desenho ótimo de uma fundação com pilares para um projeto de parque eólico, uma vez conhecido o peso da turbina e informação geotécnica sobre o local.

MODELO DE OTIMIZAÇÃO DOS PARQUES EÓLICOS

After three years of work, the Department of Energy Assessment EDPR created the edpWOM (Windfarm Após três anos de trabalho, o Departamento de Avaliação de Energia da EDPR criou o programa edpWOM (Windfarm Optimization Model). Trata-se de um software específico para calcular a produção anual de energia e a otimizar a configuração em função das particularidades da empresa. Este programa tem sido a ferramenta de referência no projeto offshore de Moray Firth.

O ambiente de programação permite simulações, tanto automaticamente, como num curto período de tempo, em comparação com outros softwares disponíveis no mercado. Um dos seus pontos fortes é o facto de, sendo um código gerado internamente, suportar qualquer modificação ou adição de novos critérios de acordo com as necessidades do projeto na época, sem modelar os dados novamente, como acontece com os outros softwares disponíveis no mercado. Permite otimizações de acordo com diferentes critérios adaptáveis e independentes, de acordo com o estudo a ser realizado (produção, custos de fundações profundas, variáveis financeiras, offshore...)

INOVAÇÃO NAS OPERAÇÕES

REGULAÇÃO DE VÁRIOS PARQUES EÓLICOS ATIVOS E REATIVOS NO MESMO NÓ DE REDE

A topologia de certos parques da EDPR, incluindo vários parques eólicos no mesmo nó, cria um novo desafio para a Empresa, considerando-o um parque eólico único em cumprimento dos códigos de rede (regulação de parques ativos, reativos ou voltagem). Não há ferramentas comerciais para controlar a conformidade código dos códigos de rede nestas situações específicas, quando existe interação entre diferentes tecnologias. A EDPR desenvolveu um sistema de controlo que, dependendo dos dados recolhidos no nó e dos dados de cada um dos locais, equilibra e envia as instruções adequadas a cada sistema de controlo dos parques eólicos para garantir o cumprimento dos códigos de rede. Isto requer algumas simulações preliminares de turbinas eólicas estáticas e dinâmicas e do comportamento dos sistemas de controlo de cada local, para definir os algoritmos de controlo de equilíbrio.



MINIMIZAR OS CUSTOS DOS DESEQUILÍBRIOS

Um dos principais desafios da EDPR consiste em minimizar o erro nas estimativas de energia das seis sessões de mercado intradiárias, e, assim, minimizar os custos dos desequilíbrios. Para fazê-lo, a EDPR desenvolveu um sistema adaptativo baseado numa tecnologia não-convencional no sector da energia, que corrige as estimativas originais, com base no histórico de erros cometidos em previsões anteriores. Estas melhorias do algoritmo não só reduzem custos, mas também aumentam a integração da energia eólica no sistema elétrico nacional.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A EDP Inovação é a empresa do Grupo EDP responsável pela promoção da inovação, e da investigação e desenvolvimento no âmbito das diferentes unidades de negócio dentro do Grupo, incluindo a EDPR. Atua em três áreas distintas: 1) desenvolvimento tecnológico; 2) inovação em produtos, organização e processos; 3) apoio transversal a I&D+i.



WINDFLOAT

O projeto 'WindFloat' é uma das bandeiras dos projetos de I&D em energias renováveis na EDP, com um protótipo offshore de águas profundas que vem apresentando excelentes resultados após três anos de funcionamento em condições adversas, tendo de suportar ondas de até 15 metros de altura, ao largo da costa da Aguçadoura, no norte de Portugal.

Este é o mais ambicioso projeto de inovação em tecnologia offshore flutuante realizado em todo o mundo, a primeira turbina eólica em águas abertas no oceano Atlântico, e também a primeira estrutura flutuante semi-submersível triangular que suporta uma turbina eólica de 2 MW, permitindo a utilização de ventos offshore com grande estabilidade a uma profundidade inferior a 40 metros, a larga distância da costa. É o primeiro projeto de energia eólica offshore do mundo que dispensa o uso de qualquer equipamento pesado de levantamento offshore. Todo o processo de preparação da montagem, instalação e comissionamento final foi realizado em terra, em ambiente controlado. Quando a construção em terra estava concluída em docas secas localizadas em Setúbal, a sul de Lisboa, a estrutura foi rebocada ao

longo de 350 km em águas abertas. A capacidade para realizar a operação de reboque em tais circunstâncias pode ser atribuída ao desempenho e estabilidade do WindFloat. Esses fatores também permitem que qualquer turbina eólica comercial pronta a utilizar, de qualquer fabricante, pode ser instalada no WindFloat. Este projeto é uma parceria entre a EDP, Repsol, Principle Power, A. Silva Matos, Vestas e InovCapital e também é apoiado pelo Fundo de Apoio à Inovação (FAI), envolvendo mais de 60 fornecedores, mais de dois terços dos quais são portugueses.

Em março, no decurso do concurso público para atribuição de capacidade eólica offshore em França, a EDPR convidou jornalistas franceses a visitar o projeto 'WindFloat'. Os jornalistas reuniram no centro de expedição, no Porto, e foram levados de helicóptero para ver, do céu, este projeto ao vivo e em ação. Em julho, os autarcas de 20 municípios franceses também visitaram este projeto, desta vez por barco, para ver a turbina funcionar. Estas visitas foram uma excelente oportunidade para a EDPR mostrar como funciona a geração de energia eólica offshore, e reforçar os laços com líderes de opinião em França, um país que historicamente sempre dependeu da energia nuclear.

Em outubro passado, João Manso Neto participou numa conferência internacional realizada em Lisboa, organizada pelo Wave Energy Centre (WavEC) em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos em Portugal, na qual empresas, centros de investigação, agências públicas e decisores políticos se reuniram para discutir os esforços transatlânticos para criar um cluster tecnológico capaz de alavancar o enorme potencial económico do mar. A energia eólica offshore esteve em destaque no evento e o sólido compromisso da EDPR com o desenvolvimento de tecnologias para a exploração da energia eólica offshore foi ilustrado com o caso WindFloat.

3.5. INTEGRIDADE E ÉTICA

O comportamento ético é essencial para o funcionamento da economia. A EDPR reconhece a sua importância e complexidade, e está empenhada em abordar a ética e o seu cumprimento. Porém, compete aos colaboradores a responsabilidade de cumprir os deveres éticos.

MODELO DE GOVERNO DA ÉTICA

A ética é a pedra angular da estratégia da EDPR, a tal ponto que a EDPR tem um Código de Ética que, além de definir os princípios da empresa a ser adotados, define também a forma como cada colaborador e qualquer prestador de serviços que trabalhe em nome da EDPR deve comportar-se quando lida com as partes interessadas da Empresa. O Código de Ética tem os seus próprios regulamentos que definem o processo e os canais para reportar quaisquer potenciais incidentes ou dúvidas sobre a aplicação do código. O Provedor de Ética é a entidade que dá apoio esse canal de comunicação, analisa e apresenta à Comissão de Ética quaisquer eventuais problemas de natureza ética. O código é comunicado e distribuído a todos os colaboradores e partes interessadas e complementado com sessões de formação adaptadas.

CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética da EDPR aplica-se a todos os colaboradores da empresa, independentemente da posição que ocupam na organização e no local de trabalho, e todos devem cumpri-lo. Os nossos fornecedores devem estar em sintonia com o espírito do nosso Código de Ética, e tal reflete-se nas nossas políticas de aquisições.

Em 2014, foi aprovada uma revisão do código no sentido de reforçar algumas matérias como integridade, direitos humanos, cumprimento da legislação e transparência. Além disso, o código revisto está dividido em princípios de ação, compromisso com partes interessadas e processo ético. Esta divisão visa determinar claramente quais são os valores e os comportamentos com as partes interessadas que qualquer pessoa que represente a EDPR deve ter, e como funciona o processo de supervisão de cumprimento do código.

Após esta revisão, o código foi anunciado e publicado na intranet da Empresa e enviado por correio eletrónico pelo Secretário-geral a todos os colaboradores. O Código de Ética está incluído no pacote de boas-vindas que todos os novos colaboradores recebem quando entram na Empresa e que devem devolver devidamente assinado.

REGULAMENTO DO CÓDIGO DE ÉTICA

O Regulamento do Código de Ética, adotado pelo Conselho de Administração em 2011, tem como objetivo regular a aplicação do Código de Ética no âmbito da Empresa. Nomeadamente, define os procedimentos de receção, registo e processamento de informações recebidas pela Empresa relativas a violações do Código em matéria de legislação, ética, conduta no local de trabalho, direitos humanos, igualdade de oportunidades, integridade, relações com clientes e fornecedores, ambiente e sustentabilidade. O Regulamento do Código de Ética realça aspetos tais como:

- Descrição de funções e responsabilidades;
- Procedimentos;
- Confirmação, investigação e medidas de correção;
- Sigilo e anonimato; Gestão da supervisão e revisão.

COMISSÃO DE ÉTICA

É da competência da Comissão de Ética receber, registar, processar e comunicar ao Conselho de Administração todos os relatórios sobre eventuais violações do Código em matéria regulamentar e de ética, estabelecendo, sempre que seja adequado, as ações corretivas.

A Comissão de Ética é composta por três membros: os presidentes da Comissão de Auditoria e Controlo, da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e da Comissão de Nomeações e Remunerações.

As principais funções da Comissão são:

- Propor instrumentos, políticas e objetivos de ética corporativa.
- Acompanhar a aplicação do Código de Ética, estabelecendo as diretrizes da sua regulamentação e fiscalizando a sua correta aplicação pela Empresa e suas subsidiárias.
- Analisar quaisquer comunicações sobre a violação do Código de Ética, determinando a sua relevância e admissibilidade.
- Decidir a necessidade de uma investigação mais aprofundada para determinar as implicações do caso e quais as pessoas envolvidas.
- Nomeação do Provedor de Ética.

PROVEDOR DE ÉTICA

Na sua primeira reunião realizada em 2011, a Comissão de Ética nomeou o Provedor de Ética da EDPR.

O Provedor de Ética desempenha um papel fundamental em todo o processo de ética. É garante da imparcialidade e objetividade do registo e documentação de todas as queixas de natureza ética que lhe são apresentadas. Acompanha o andamento do processo e assegura que a identidade dos queixosos se mantém em sigilo, entrando em contacto com eles sempre que adequado, até o caso estar encerrado.

PROCESSO DE ÉTICA DA EDPR

As partes interessadas da EDPR, tanto internas como externas, podem iniciar facilmente um processo de ética ou resolver dúvidas através do Canal da Ética, contactando por e-mail o Provedor de Ética ou preenchendo o formulário disponível no nosso site da internet. O Provedor de Ética garante a transparência e o sigilo profissional ao longo de todo o processo.

Além disso, a EDPR disponibiliza aos seus colaboradores um canal de denúncia, que lhes permite reportar à Comissão de Auditoria e Controlo, de forma direta e confidencial, qualquer prática ilícita ou alegada irregularidade contabilística ou financeira na Empresa.

Em 2014, não foi comunicada ao Provedor de Ética nenhuma irregularidade na EDPR nem nenhuma

irregularidade com impacto significativo na EDPR através do canal de denúncia.

Identifica uma alegada violação do Código de ética	Os relatórios de alegadas violações do Código de Ética devem ser submetidos ao Provedor de Ética, com a indicação dos dados pessoais e uma descrição detalhada da situação.
O Provedor realiza uma investigação sumária.	O Provedor de Ética confirma primeiro os eventos relatados e apresenta um relatório preliminar à Comissão de Ética.
A Comissão de Ética decide se a queixa configura uma violação	A Comissão de Ética analisa cada situação reportada e decide se deve ser classificada como uma violação do Código de Ética.
Quando uma violação é confirmada, a Comissão abre uma investigação	Quando conduz uma investigação, a Empresa respeitará a legislação e os seus próprios regulamentos internos. Depois da investigação concluída, a Comissão decide se é necessário adotar qualquer medida corretiva ou disciplinar.

PROGRAMA DE ÉTICA

O nosso compromisso com a ética reflete-se no nosso Programa de Ética. Este programa foi inicialmente lançado em 2010 e, de modo a renovar os comportamentos éticos na Empresa e comunicar os aditamentos ao código, será realizado novamente no primeiro semestre de 2015. O Programa de Ética constitui uma ferramenta importante para avaliar o estado atual e promover a sensibilização sobre esta questão a nível interno. O Programa consiste num guia interpretativo do Código de Ética, um inquérito para avaliar a forma como a ética é entendida pelos colaboradores da EDPR e um programa de formação. Em 2015, o programa de formação irá consistir numa sessão transversal on-line, para transmitir conceitos gerais a todos os colaboradores, e em sessões específicas no local, adaptadas aos diferentes postos de trabalho e riscos associados.

REGULAMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

No sentido de assegurar o cumprimento do Regulamento de Combate à Corrupção em todas as regiões geográficas em que a EDPR opera, a Empresa desenvolveu uma Política de Combate à Corrupção que se aplica a todas as empresas do Grupo EDPR, que foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em dezembro de 2014. Esta Política de Combate à Corrupção irá envolver um conjunto de novos procedimentos respeitantes à relação dos colaboradores da EDPR com partes externas, nomeadamente a aprovação de determinadas ações de hospitalidade para e das partes externas, doações de beneficência e patrocínios. Esta Política será implementada no Grupo ao longo de 2015.

No Relatório sobre o Governo Corporativo encontra-se uma descrição completa do modelo de governação da ética.

RELAÇÕES COM COLABORADORES

A EDPR compromete-se a respeitar a liberdade de associação sindical e reconhecer o direito de negociação coletiva.

O nosso compromisso está refletido no Código de Ética e o seu cumprimento é controlado através do Canal de Ética, onde as partes interessadas podem relatar anonimamente qualquer infração.

Dos 919 trabalhadores da EDPR, 21% estavam cobertos por acordos coletivos de trabalho. Os acordos coletivos de trabalho aplicam-se a todos os colaboradores que trabalham sob uma relação de trabalho com e por conta de alguma das empresas do grupo EDPR, independentemente do tipo de contrato, grupo profissional em que estão integrados, ocupação ou emprego. No entanto, algumas questões relativas à própria organização corporativa, às leis de cada país ou mesmo a usos e costumes próprios levam a que certos grupos sejam expressamente excluídos do âmbito dos acordos coletivos de trabalho.

Os acordos de negociação coletiva aplicados na EDPR são geralmente negociados a nível estatal ou regional e a EDPR pode ser mais um dos intervenientes, entre outras empresas líderes do sector, nas negociações com representantes dos trabalhadores e, em alguns casos, representantes governamentais. Em Portugal e no Brasil, a EDP negocia os seus próprios acordos com os trabalhadores e os acordos que se aplicam a todos os que trabalham para as empresas do Grupo,

incluindo a EDPR.

Apesar de não desempenhar um papel ativo nas negociações, a EDPR pretende facilitar a divulgação de qualquer atualização desses acordos. Em Portugal, por exemplo, foi negociado um novo acordo de negociação coletiva em 2014. A EDPR organizou sessões de formação para os seus colaboradores para comunicar os resultados dessas negociações.

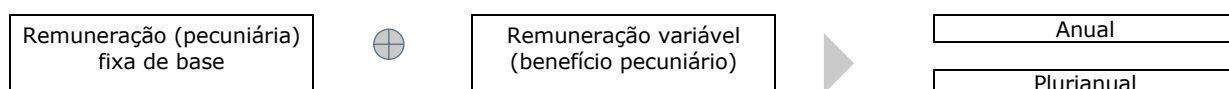
Nos últimos anos, a EDPR realizou várias análises de referência dos benefícios estabelecidos nos diferentes acordos de negociação coletiva que se aplicam aos nossos trabalhadores e comparou-os com os benefícios oferecidos pela empresa e, em termos globais, a empresa oferece um pacote de benefícios mais competitivo do que o estabelecido no acordo de negociação coletiva.

Em 2014, os representantes da empresa reuniram-se várias vezes com os representantes dos trabalhadores para tratar algumas questões críticas que afetam a EDPR, tais como a saúde e a segurança dos seus colaboradores ou o pagamento do bónus que é efetuado no Brasil. Em França, os representantes da EDPR e representantes de trabalhadores selecionados definiram um roteiro com as medidas a adotar a curto prazo.

3.6. REMUNERAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas a 8 de abril de 2014 (com 99,6% de votos a favor), apresentada pelo Conselho de Administração por proposta da sua Comissão de Nomeações e Remunerações (composta por três administradores não executivos e independentes), define uma estrutura com uma remuneração fixa para todos os membros do Conselho e uma remuneração variável, com componentes anuais e plurianuais, para os membros da Comissão Executiva.



A remuneração máxima variável anual aprovada pela Assembleia Geral para todos os membros executivos do Conselho de Administração é de 1 milhão de euros. A EDPR não atribuiu qualquer remuneração em ações ou planos de opção de compra de ações aos membros do Conselho de Administração. A componente variável anual e plurianual da remuneração será uma percentagem das componentes fixas anuais, com um peso superior da componente plurianual vs. a componente anual. O valor da remuneração variável anual pode variar entre 0% e 85% dos 80% da remuneração fixa anual. O valor da remuneração variável plurianual pode variar entre 0% e 85% dos 120% da remuneração fixa anual.

Em relação ao CFO-Diretor Financeiro e aos COO-Diretores de Operações, existe uma avaliação qualitativa por parte do CEO sobre o desempenho anual, que pesa 20% no cálculo da remuneração variável anual e 32% da remuneração variável plurianual. O remanescente é calculado com base nos principais indicadores de desempenho (KPI) e respetivos pesos abaixo indicados.

Os principais indicadores de desempenho (KPI) utilizados para determinar os montantes da variável anual e plurianual estão em linha com os princípios estratégicos da Empresa: crescimento, risco/retorno e eficácia. Estes princípios são os mesmos para todos os membros da Comissão Executiva, ainda que com objetivos específicos no caso dos Diretores de Operações da Europa/Brasil e América do Norte.

Indicadores de desempenho	Peso
Rentabilidade total para os acionistas vs Pares & PSI20	15%
MW incremental (EBITDA + Capital Líquido)	15%
Rentabilidade do capital investido %	8%
EBITDA	12%
Resultado líquido	12%
Disponibilidade técnica	6%
Opex / MW	6%
Capex / MW	6%
Sustentabilidade *)	10%
Satisfação dos colaboradores	5%
Avaliação da Comissão de Remunerações	5%

*) baseada na avaliação de desempenho externa usando uma metodologia de Índice de Sustentabilidade que avalia a empresa face ao seu setor

OUTROS TÓPICOS DE REPORTE

EVENTOS SUBSEQUENTES

EDP Renováveis S.A. executa uma nova rotação na transação de ativos nos EUA

Durante o terceiro trimestre de 2014, a EDP Renováveis S.A. (EDPR) chegou a um acordo com a Fiera Axium Infrastructure US L.P. (Fiera Axium) para a venda de uma participação minoritária num portfólio de ativos eólicos nos EUA, com uma capacidade de produção de 1.101 MW. O interesse económico da Fiera Axium no portfólio irá representar um total de 394.5 MW e é a segunda transação de rotação de ativos anunciada pela EDPR com a Fiera Axium, com vista a fortalecer a parceria existente.

O portfólio compreende 9 parques eólicos operacionais. Todos os parques eólicos possuem contratos de operação a longo prazo.

Baseado no i) preço de transação e ii) passivo *tax equity* esperado dos projetos, o valor total implícito do portfólio de 1.101 MW ascende a \$ 1.7 bilhões de Dólares americanos, que se traduz em \$ 1.54 milhões de Dólares americanos/MW.

A transação está sujeita às devidas aprovações regulatórias. A oferta contempla um financiamento inicial a ocorrer após a obtenção das aprovações regulatórias e um último financiamento a ocorrer após a entrada em exploração dos ativos em construção.

Aquisição pela EDPR de 45% do capital social da EDP Renováveis Brasil

Em Novembro de 2014, a EDP Renováveis S.A. e a EDP Energias do Brasil (EDP Brasil) assinaram um Memorando de Entendimento com vista à aquisição pela EDPR de 45% do capital social da EDP Renováveis Brasil, S.A., controlada pela EDP Brasil. Após esta operação, a EDPR passará a controlar 100% do capital social da EDPR Brasil. A EDPR Brasil detém 84 MW de parques eólicos em operação e 237 MW de projetos em desenvolvimento, com contratos de aquisição de energia a longo prazo atribuídos em leilões realizados em 2011 e 2013.

EDPR anuncia a venda de participações minoritárias em parques eólicos no Brasil para a CTG

Em Dezembro de 2014, a EDP Renováveis, S.A., através da sua subsidiária EDPR Brasil, chegou a acordo com a CWEI (Brasil) Participações Ltda, uma subsidiária da CTG, para a venda de uma participação acionista representativa de 49% do capital social de parques eólicos em operação e em desenvolvimento no Brasil. O âmbito da transação abrange 84 MW em operação, com uma idade média de 4 anos, bem como 237 MW em desenvolvimento, remunerados de acordo com os contratos celebrados a longo prazo para vender a eletricidade produzida por 20 anos.

EDP Renováveis executa *project finance* para 120 MW no Brasil

A 26 de Janeiro de 2015, a EDP Renováveis, S.A. (EDPR) executou acordos de *project finance* com o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social do Brasil (BNDES) para o projeto Baixa do Feijão, que compreende quatro parques eólicos com uma capacidade total de 120 MW. O projeto Baixa do Feijão encontra-se em construção e localiza-se no estado do Rio Grande do Norte, um dos locais mais ventosos do Brasil.

A dívida de longo prazo contratada totaliza 306 milhões de Reais Brasileiros, estando a conclusão do financiamento sujeita às condições normais. A execução deste acordo reflete a estratégia de financiamento da EDPR baseando-se na contratação de dívida de longo prazo em moeda local a preços competitivos, com o objetivo de minimizar os riscos de refinanciamento e de reduzir os riscos de variações cambiais, possuindo uma cobertura natural entre receitas e custos.

Em Dezembro de 2011, no leilão de energia A-5 do Brasil, foram atribuídos a estes quatro projetos Contratos de Aquisição de Energia (PPA) de 20 anos, com início em Janeiro de 2016.

INFORMAÇÃO SOBRE PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

Em 2014 o total de pagamentos a fornecedores realizados por empresas Espanholas do grupo EDPR, totalizou 107.975 milhares de euros com um prazo médio de pagamento de 62,4 dias, por conseguinte sensivelmente em linha com o prazo de pagamento estipulado por lei que é de 60 dias. Não obstante, a empresa mantém uma otimização dos seus processos internos de modo a conseguir processar todos os pagamentos dentro do período máximo legal.



04. RELATÓRIO GRI

4.1. PRINCÍPIOS GRI	83
4.2. PRINCÍPIO DA RELEVÂNCIA	84
4.3. RELATÓRIO GRI	86
4.3.1. DESEMPENHO ECONÓMICO	86
4.3.2. DESEMPENHO AMBIENTAL	88
4.3.3. DESEMPENHO SOCIAL	94
4.4. CONTROLO EXTERNO	106
4.4.1. RELATÓRIO DE REVISÃO INDEPENDENTE	106
4.4.2. DECLARAÇÃO DO NÍVEL DE APLICAÇÃO PELA GRI	108

UMA ENERGIA QUE TRANSFORMA O FUTURO

Envolve-se com a comunidade,
através de programas de voluntariado
e de iniciativas que promovem
a bem-estar social.



4.1. PRINCÍPIOS GRI (G4-18, G4-20, G4-21, G4-25, G4-26, G4-27)

A EDP Renováveis (doravante designada "EDPR") publica, pelo sexto ano consecutivo, um relatório integrado com a descrição do seu desempenho nos três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social.

As informações são apresentadas de acordo com as diretrizes G4 da *Global Reporting Initiative (GRI)* para Relatórios de Sustentabilidade e fornece informações sobre os indicadores do setor elétrico diretamente relacionados com o negócio da empresa, que é a geração de energia a partir de fontes renováveis, basicamente energia eólica. Encontra-se disponível no nosso *site* <http://www.edpr.com/sustainability/documents-library-and-publications/documentation-gri/> um índice *GRI* completo do presente relatório.

PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS

O Pacto Global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas lançada em 2000, que define diretrizes para as empresas que optam por contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A EDPR tornou-se signatária desta iniciativa e comprometeu-se a implementar esses princípios e a informar a sociedade sobre o progresso alcançado.

Além disso, a Empresa possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas sobre o respeito pelos direitos humanos. Em conformidade com o Código, a EDPR manifesta a sua total oposição a trabalho forçado ou obrigatório e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base em convenções, tratados e iniciativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho e o Pacto Global das Nações Unidas.

O nosso Manual de Aquisições inclui também um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a Empresa envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Informação adicional sobre o Pacto Global da ONU disponível em www.unglobalcompact.org.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE

As diretrizes da *GRI* definem um conjunto de indicadores e recomendações para a criação de um padrão global para a divulgação de informação sobre os três pilares da sustentabilidade: desempenho económico, ambiental e social. A adesão da empresa a estas diretivas significa que concorda com o conceito e com as práticas de sustentabilidade.

A totalidade do relatório, incluindo indicadores ambientais e sociais contemplados pela *GRI*, foi auditada pela KPMG.

A ferramenta *GRI* define uma lista de princípios para ajudar as organizações a garantir que o conteúdo do relatório é equilibrado e preciso. A EDPR aplicou já estes princípios como base para o Relatório Anual de 2014.

Informação adicional sobre as diretrizes *GRI* disponível em www.globalreporting.org.

NÍVEL DE APLICAÇÃO GRI

Este Relatório Anual responde às diretrizes G4 na sua concordância com a opção Core. O serviço *GRI Materiality Disclosures* verificou que os standards gerais G4-17 to G4-27 estão corretamente localizados no Índice *GRI* e no texto do relatório final. Adicionalmente, o seu conteúdo foi assegurado pela KPMG, de acordo com o ISAE 3000.

<p>Relevância</p> <p>Este relatório inclui a informação relevante para as partes interessadas da Empresa, em função da relevância dos estudos realizados.</p>	<p>Contexto da sustentabilidade</p> <p>Este relatório integra-se na estratégia da empresa de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sempre que possível.</p>	<p>Exatidão, clareza, comparabilidade e fiabilidade</p> <p>As informações apresentadas seguem as diretrizes <i>GRI</i> e têm por objetivo tornar a informação comparável, rastreável, precisa e confiável.</p>
<p>Inclusão de partes interessadas</p> <p>As preocupações e os comentários recebidos das partes interessadas foram considerados durante a elaboração do relatório.</p> <p>Informação adicional sobre partes interessadas disponível no capítulo sobre A empresa e partes interessadas ou no nosso site.</p>	<p>Exaustividade e equilíbrio</p> <p>Salvo disposição em contrário, este relatório abrange todas as subsidiárias da empresa e é apresentado numa perspetiva equilibrada e objetiva.</p>	<p>Oportunidade</p> <p>As informações apresentadas neste relatório reportam ao ano fiscal de 2014. A EDPR assume o compromisso de relatar informação sobre sustentabilidade, com uma periodicidade mínima anual. Adicionalmente, a informação sobre sustentabilidade é apresentada nos relatórios de mercado</p>

4.2. PRINCÍPIO DA RELEVÂNCIA (G4-18, G4-20, G4-21, G4-26, G4-27)

O contexto macroeconómico em que os desafios da sustentabilidade estão a aumentar, somado à diversidade de partes interessadas da EDPR, resulta numa lista vasta e complexa de questões importantes, que devem ser priorizadas de acordo com a sua relevância e importância.

Uma questão é considerada relevante quando influencia a decisão, a ação e o desempenho de uma organização e suas partes interessadas.

FUNDAMENTOS E OBJETIVOS

As questões materiais da EDPR foram identificadas e os resultados alcançados apoiaram a elaboração do presente Relatório Anual, tal como refletido na estratégia de gestão da empresa e, em particular, na sua agenda para a sustentabilidade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada assenta nos padrões de Responsabilidade e a informação é obtida tanto a nível corporativo como das unidades de negócio.

A materialidade é obtida através do cruzamento das questões identificadas pelas partes interessadas e a importância que lhe é atribuída internamente pelo negócio.

Os tópicos identificados pela empresa são priorizados segundo a frequência com que surgem nas diferentes categorias analisadas.

RELEVÂNCIA PARA A EMPRESA

O vetor Sociedade resultou dos seguintes vetores de análise:

Regulamentação

Realizado com base em risco regulatório reconhecido.

Referência

Para definição do padrão de referência foram utilizadas 25 empresas internacionais com operações nos mercados de eletricidade e gás, sediadas em países onde a EDPR está presente, selecionadas em função do reconhecimento externo das suas práticas a nível de sustentabilidade: Cemig; Duke Energy; E.ON; Endesa; Iberdrola; Enel; Terna; GDF Suez; Gas Natural; RWE; EDF; Snam Rete Gas; Spectra Energy Corp; PPL CORPORATION; PSEG; Fortum; National Grid; CPFL Energia; Eskom; Nextera Energy; Acciona; Enel Green Power; AGL; Vestas; Gamesa.

Estudos internacionais

Foi realizado um estudo dos tópicos mais relevantes a nível material, que foram identificados por estudos de análise estratégica da sustentabilidade, orientados para o setor de gás ou eletricidade.

Estudos analisados: 1) Tópicos de Sustentabilidade para os setores: "What stakeholders want to know?" (Global Reporting Initiative); 2) "Electric Utilities - Empowering Stakeholders" (WBCSD); 3) "Global Expert Perspectives on the state of Sustainable Development" (GlobeScan); 4) "GEO5 - for business: Impacts of a changing environment on the corporate sector" (UNEP); 6) "Expect the unexpected: Building business value in a changing world" (KPMG); 7) "What do investors expect from non-financial reporting?" (ACCA - Association of Chartered Certified Accountants). 8) "Gestão Origami - Estudo Sectorial Energia Eléctrica, 2012" (estudo específico para a EDPR Brasil).

Inquéritos SRI

A identificação dos tópicos mais frequentemente solicitados por investidores éticos foi realizada através da consulta das seguintes empresas que responderam aos inquéritos: Ethisphere; SAM (empresa que participa na avaliação de sustentabilidade corporativa no âmbito do Dow Jones Sustainability Index); Evalueserve (empresa que participa na avaliação de sustentabilidade corporativa no âmbito FTSE4Good); VIGEO; OEKOM; ISE (Índice de sustentabilidade corporativa gerido pela Bovespa Brasil).

Diferentes expectativas das partes interessadas da EDPR

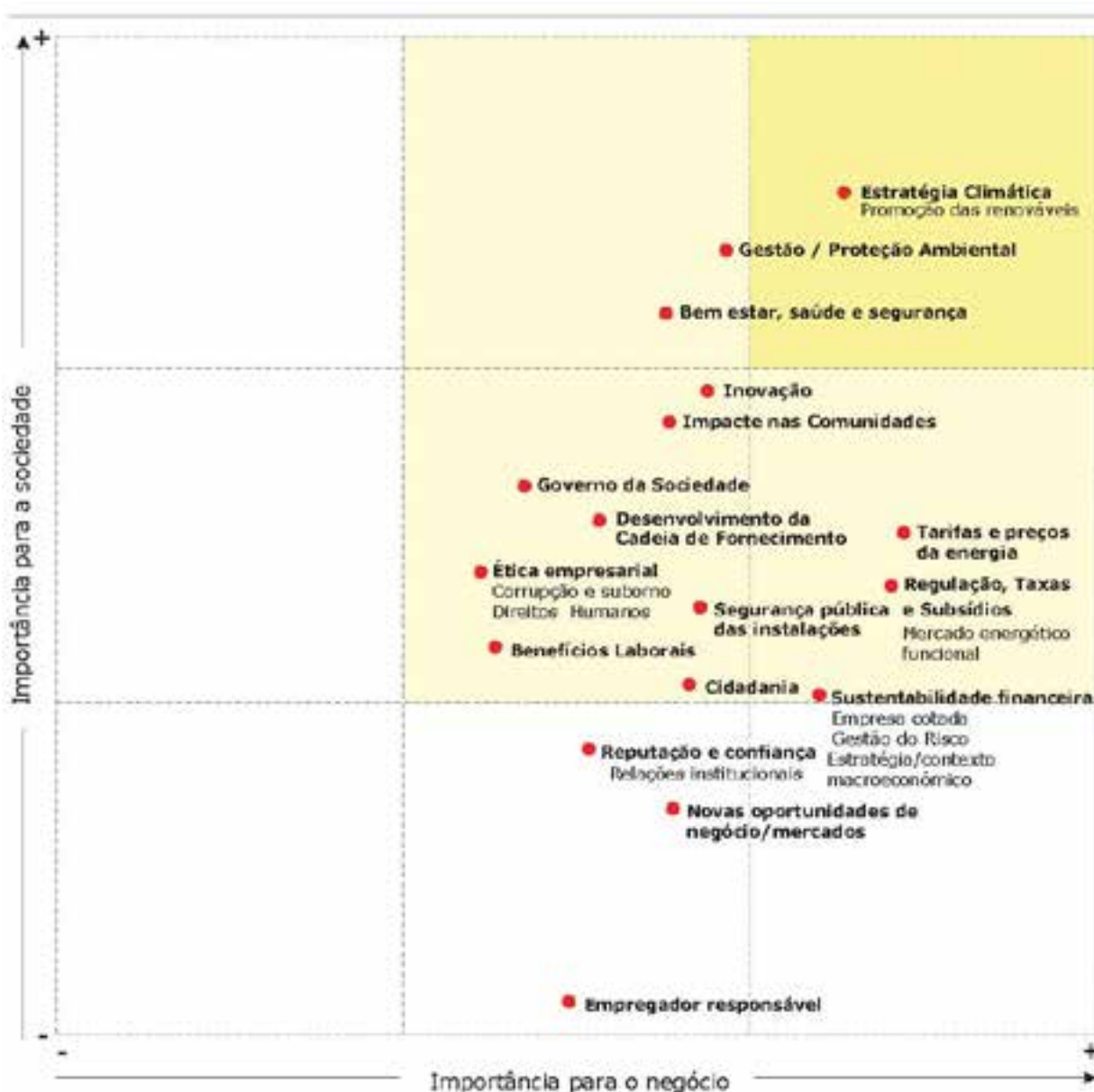
A EDPR atualizou os resultados do inquérito conduzido junto de partes interessadas externas à empresa num *workshop* interno destinado a avaliar se os resultados obtidos no ano anterior continuavam a ser representativos das partes interessadas da empresa.

RELEVÂNCIA PARA O NEGÓCIO

A EDPR conduziu um *workshop* interno para definir a importância do vetor para o negócio. O *workshop* consistiu na filtragem dos tópicos que não foram considerados materiais para a EDPR, fazendo a classificação de cada tópico pela avaliação do seu peso. A contribuição média foi considerada o valor da importância para o negócio.

RESULTADOS (G4-18, G4-19, G4-20, G4-21, G4-26, G4-27)

Os resultados são apresentados de forma agregada com base na proximidade temática e respetivo posicionamento na matriz global.



4.3. RELATÓRIO GRI

Este relatório de sustentabilidade responde aos indicadores das diretrizes G4 da *Global Reporting Initiative*, e também disponibiliza informação sobre os indicadores supletivos do setor elétrico diretamente relacionados com o negócio da empresa, que é a geração de energia a partir de fontes renováveis. A EDPR não é uma empresa tradicional de serviços públicos, porque o seu negócio principal tem por base a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis e não inclui a distribuição nem a comercialização de energia. Assim, pode haver exceções aos indicadores GRI e suplemento sectorial. Consideramos como nosso produto final a eletricidade produzida pelos nossos ativos de energia eólica. A EDPR está empenhada na melhoria progressiva da informação apresentada. De acordo com as Diretrizes da GRI, o presente capítulo apresenta os indicadores de sustentabilidade para descrever o desempenho da Empresa em 2014 para cada um dos indicadores GRI aplicáveis ou materiais. Esta secção inclui ainda referências a outros capítulos deste relatório integrado, para que possa ser usada como índice para localizar a abordagem de gestão da Empresa e a sua estratégia em relação a temas específicos. O índice GRI completo está disponível em <http://www.edpr.com/sustainability/documents-library-and-publications/documentation-gri/>.

4.3.1. DESEMPENHO ECONÓMICO

G4 DMA - As energias renováveis têm uma forte influência nas comunidades locais. Os ativos são geralmente construídos em locais remotos, trazendo benefícios económicos positivos para as comunidades locais e contribuindo para a luta mundial contra as alterações climáticas.

Adicionalmente, consideramos que a inovação é um fator chave para sustentar as vantagens competitivas e apoiar o crescimento. Para nós, a inovação prende-se com as novas tecnologias para mais energia renovável – tal como energia eólica *offshore* – mas não só: também se trata de atitude, identificando melhorias todos os dias naquilo que fazemos. O capítulo sobre Inovação inclui informação detalhada sobre os diferentes projetos geridos pela EDPR. Adicionalmente, a EDPR, em parceria com as diferentes empresas do Grupo EDP, através da EDP Inovação, é responsável por realizar atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e suas despesas. Informação detalhada sobre a despesa total com I&D disponível em www.edp.pt.

G4 EC1 - VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO

Milhões de euros

Valor económico gerado e distribuído	2014	2013
Volume de negócios	1.171	1.249
Outras receitas	169	167
Ganhos/(perdas) na venda de ativos financeiros	0	0
Participação nos lucros das empresas participadas	22	16
Receitas financeiras	102	108
Valor Económico Gerado	1.463	1.540
Custo das matérias-primas e materiais de consumo utilizados	18	18
Fornecimentos e serviços externos	257	263
Outros custos	96	121
Custos com pessoal	66	67
Despesas financeiras	351	372
Impostos	50	93
Dividendos	79	76
Valor Económico Distribuído	918	1.010
Valor Económico Acumulado	546	530

G4 EC2 - IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES PARA AS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO, DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O setor de energia não renovável é responsável por mais de 40% de todas as emissões de CO₂ provenientes da queima de combustíveis fósseis e por cerca de 25% do total de emissões de gases com efeito de estufa. Promover a mudança de combustíveis fósseis convencionais para energias renováveis é uma das maneiras mais eficazes e viáveis de, a curto prazo, atenuar a mudança climática.

Os planos de crescimento da Empresa na área de energias renováveis puras representam um sólido compromisso para promover a utilização de fontes de energia verde. Adicionalmente, assumimos o compromisso de apoiar e utilizar as melhores tecnologias disponíveis, a fim de preservar os recursos naturais e reduzir a poluição.

- + Informação adicional sobre o impacto económico indireto da nossa energia disponível no capítulo sobre Macrotendências globais.

Nota: Fonte: Global Wind Energy Outlook - GWEC (Global Wind Energy Council)

G4 EC3 - COBERTURA DAS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE PLANO DE BENEFÍCIOS DA ORGANIZAÇÃO

- + Informação sobre as obrigações da EDPR no âmbito do plano de benefícios disponível na Nota 2, Capítulo sobre Benefícios e Nota 10 da Demonstração financeira

G4 EC4 - APOIO FINANCEIRO GOVERNAMENTAL

- + Informação sobre apoios financeiros governamentais recebidos através de crédito tributário à produção, subvenção e desagravamento fiscal nos E.U.A. disponível nas secções Receitas das parcerias institucionais nos parques eólicos nos E.U.A. e Amortização de rendimentos diferidos (subsídios governamentais) da nossa Demonstração de resultados consolidados e detalhes adicionais nas Notas 7 e 12 da nossa Demonstração Financeira

G4 EC5 - VARIAÇÃO DA PROPORÇÃO DO SALÁRIO MAIS BAIXO COMPARADO AO SALÁRIO MÍNIMO LOCAL EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES

%

Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local	2014	2013
Europa	234%	247%
América do Norte	187%	195%
Brasil	390%	430%

Os valores apresentados na tabela anterior mostram o salário médio mais baixo em comparação com o salário mínimo local, para cada um dos países onde estamos presentes. Para proteger a privacidade dos salários dos colaboradores em países onde o nosso quadro de colaboradores é menor, não divulgamos as informações por país e sexo.

G4 EC6 - PROPORÇÃO DE CARGOS DE GESTÃO DE TOPO OCUPADOS POR INDIVÍDUOS PROVENIENTES DA COMUNIDADE LOCAL EM LOCAIS OPERACIONAIS DE RELEVÂNCIA

O nosso Código de Ética contém cláusulas específicas de não discriminação e igualdade de oportunidades, de acordo com a cultura de diversidade da empresa, o que se reflete nos nossos procedimentos de contratação através de um processo de seleção não discriminatório. Aspetos do potencial colaborador, como raça, género, orientação sexual, religião, estado civil, incapacidade, orientação política ou opiniões de outra natureza, origem étnica ou social, local de nascimento ou filiação sindical não são considerados.

Não existem procedimentos específicos que requeiram explicitamente recrutamento local. No entanto, uma grande percentagem dos nossos colaboradores são contratados no mesmo país onde a empresa opera.

% de contratações locais	Diretores
	2014
Europa	77%
América do Norte	81%
Brasil	100%
Corporativo	36%

- + Descrição completa da nossa estratégia de contratação e Recursos Humanos disponível no capítulo sobre Atrair e Comprometer

G4 EC7 – DESENVOLVIMENTO E IMPACTO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS SUPORTADOS

A energia eólica e a solar exigirão investimentos em infraestrutura que beneficiam comunidades vizinhas. Isto inclui o reforço das redes de eletricidade existentes e a reabilitação de estradas existentes ou a construção de novas estradas.

É necessário o investimento em estradas para transporte de equipamento pesado (componentes de turbinas eólicas, transformadores de potência, etc.) para o local durante a construção. O sistema viário melhorado facilita as atividades de manutenção futuras após a conclusão das obras de construção, e melhora o acesso a locais remotos para as comunidades circundantes. Durante a operação dos nossos parques eólicos, estas estradas são mantidas e podem ser identificadas outras oportunidades para aumentar o impacto positivo na comunidade.

A integração da nossa capacidade de produção também pode exigir atualizações nas redes de distribuição e transmissão pertencentes aos operadores do sistema. Essas atualizações permitem beneficiar indiretamente a qualidade do serviço oferecido nas áreas circundantes, minimizando interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Em 2014, a EDPR investiu 1,6 milhões de euros no desenvolvimento deste tipo de infraestruturas.

G4 GEC8 - IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS SIGNIFICATIVOS, INCLUINDO A EXTENSÃO DESSES IMPACTOS

A energia eólica e a solar criam um impacto positivo nas economias locais, em termos de volume de negócios, valor acrescentado bruto, emprego criado e também em termos de segurança energética.

- + Informação adicional sobre o impacto económico indireto da nossa energia disponível no capítulo sobre Macrotendências globais.

G4 EC9 – PROPORÇÃO DE DESPESAS COM FORNECEDORES LOCAIS EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES

Apesar de a EDPR não possuir uma política ou procedimento interno específico para preferir fornecedores locais, a *joint venture* MORL, entre a EDPR e a Repsol Nuevas Energias UK, tem sustentado a evolução do mercado local de energia eólica *offshore* no Reino Unido.

Adicionalmente, durante a construção dos nossos projetos, a comunidade local testemunha a afluência de trabalhadores de construção e fornecedores locais, o que tem um impacto positivo na economia local.

- + Informação adicional sobre a nossa prática relativa a fornecedores locais no Reino Unido disponível no capítulo sobre Fornecedores.

4.3.2. DESEMPENHO AMBIENTAL

G4 DMA - A EDPR é uma empresa líder no setor da energia renovável. Produzimos energia limpa e verde, energia sem emissões. A nossa estratégia relativamente ao ambiente assenta em quatro pilares: a geração de energia isenta de CO₂ e sem recurso de água, uma estratégia para minimizar os impactos durante o ciclo de vida dos nossos parques eólicos, uma cultura de respeito pela biodiversidade e uma cultura de responsabilidade e reciclagem.

A EDPR está fortemente empenhada em contribuir para a proteção do ambiente e da biodiversidade através de uma gestão ambiental proactiva dos seus parques eólicos em operação, como se afirma nas nossas políticas ambientais e de biodiversidade. A EDPR promove a conservação da biodiversidade e aspira ter um papel ativo no contributo para o objetivo mundial de reduzir a perda de biodiversidade. O desenvolvimento e operação de parques eólicos ocorrem geralmente em áreas rurais onde o recurso de vento é abundante e a operação de parques eólicos é compatível com o ecossistema existente. Definimos medidas específicas para monitorizar e promover a conservação da fauna local em todas as nossas atividades tal como refletido na nossa Política de Biodiversidade.

A fase de operação dos parques eólicos, com uma vida útil de 25 anos, é a fase central do nosso negócio. Assim, estamos realmente conscientes da importância da gestão adequada das questões ambientais nas nossas centrais em operação, que é assegurada através do Sistema de Gestão Ambiental (EMS). A nossa estratégia ambiental assenta em três aspetos fundamentais: conformidade legal, gestão dos riscos ambientais e melhoria contínua. Em todas as fases dos processos de negócio são incorporados inúmeros procedimentos ambientais de avaliação e monitorização, assegurando que estes pilares centrais são aplicados.

- + Informação adicional sobre o que distingue a EDPR em termos de gestão ambiental disponível no capítulo sobre Ambiente.

G4 EN3 – CONSUMO DE ENERGIA NA ORGANIZAÇÃO

As turbinas eólicas requerem uma pequena quantidade de eletricidade para operarem. Trata-se de energia geralmente autoconsumida. Dada a intermitência de geração de energia eólica, por vezes, é necessário consumir eletricidade da rede. As emissões indiretas de CO₂ relacionadas com a energia elétrica consumida são de cerca de 0,2% das emissões evitadas pela empresa.

Consumo de energia	2014	2013	(%)
Parques eólicos			
Consumo de eletricidade (MWh)	63.192	54.430	16%
Escritórios			
Consumo de eletricidade (MWh)	2.419	2.411	0%
Gás (MWh)	28	25	0%

Note: Factor de conversão para gás: 0.2931 KWh/m³

G4 EN6 – REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

A nossa atividade baseia-se na geração de energia limpa, e produzimos cerca de 300 vezes a energia que consumimos. No entanto, estamos conscientes da importância da promoção de uma cultura de utilização racional dos recursos e realizamos muitas campanhas internas para promover comportamentos sustentáveis, como referido nas páginas seguintes.

- + Informação adicional sobre as nossas iniciativas para promover comportamentos sustentáveis disponível no Indicador EN19.

G4 EN8 - CONSUMO TOTAL DE ÁGUA, POR FONTE

A geração de energia eólica não consome água nos seus processos operacionais. A água é consumida apenas para uso humano. O consumo de água por GWh gerado é de 0,56 litros/MWh. Mesmo assim, a Empresa procura ativamente adotar mais práticas eco eficientes. Exemplo disso é que, em 2014, 17 subestações instalaram sistemas de captação e tratamento de águas pluviais para suprir as suas necessidades de abastecimento de água.

- + Informação adicional sobre o que distingue a EDPR em termos de gestão ambiental disponível no capítulo sobre Desempenho (secção sobre Ambiente).

G4 EN11 – INSTALAÇÕES OPERACIONAIS PRÓPRIAS, ARRENDADAS OU ADMINISTRADAS NO INTERIOR DE ZONAS PROTEGIDAS, OU A ELAS ADJACENTES, E EM ÁREAS DE ALTO ÍNDICE DE BIODIVERSIDADE FORA DAS ZONAS PROTEGIDAS

País e nome do parque	Tipo de operação	Posição em relação à área protegida	Área da central em área protegida		Área protegida	
			(ha)	(%)	Atributo	Estatuto
BE Cerfontaine	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
BE Chimay	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
FR Ségur	PE	I	1,3	100%	T	Nacional
FR Ayssènes - Le Truel	PE	I	1,3	100%	T	Nacional
FR Marcellois	PE	I	1,1	100%	T	Natura 2000
FR Massingy	PE	I	0,9	100%	T	Natura 2000
PT Pena Suar	PE	I	10,0	100%	T	Natura 2000
PT Fonte da Quelha	PE	I	6,3	100%	T	Natura 2000
PT Alto do Talefe	PE	I	8,9	100%	T	Natura 2000
PT Madrinha	PE	I	4,1	100%	T	Natura 2000
PT Safra - Coentral	PE	I	19,9	100%	T	Natura 2000
PT Negrelo e Guilhado	PE	I	9,1	100%	T	Natura 2000
PT Testos	PE	PI	3,5	31%	T	Natura 2000
PT Fonte da Mesa	PE	PI	7,2	85%	T	Natura 2000
PT Serra Alvoaça	PE	PI	7,6	63%	T	Natura 2000 / Nacional
PT Tocha	PE	I	6,7	100%	T	Natura 2000
PT PEdreira / Soutelo	PE	PI	0,4	17%	T	Natura 2000
PT Guerreiros	PE	PI	0,9	11%	T	Natura 2000

País e nome do parque	Tipo de operação	Posição em relação à área protegida	Área da central em área protegida		Área protegida		
			(ha)	(%)	Atributo	Estatuto	
PT	Vila Nova	PE	PI	1,3	11%	T	Natura 2000
PT	Serra do Mú	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
RO	Pestera	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
RO	Sarichioi	PE	PI	0,1	0%	T	Natura 2000
RO	Burila Mica	CS	I	22,7	100%	T	Natura 2000
SP	Ávila	PE	A	0,0	0%	T-F	Natura 2000
SP	Sierra de los lagos	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
SP	Tahivilla	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000 / Nacional
SP	Buenavista	PE	A	0,0	0%	T-M	Natura 2000
SP	Mostaza	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
SP	Los Almeriques	PE	A	0,0	0%	T-F	Natura 2000
SP	Serra Voltorera	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
SP	Serra de Boquerón	PE	I	10,4	100%	T	Natura 2000
SP	Villoruebo	PE	PI	2,0	41%	T-F	Natura 2000
SP	Villamiel	PE	PI	4,9	75%	T-F	Natura 2000
SP	La Cabaña	PE	PI	8,2	53%	T	Natura 2000
SP	Hoya Gonzalo	PE	PI	0,7	4%	T	Natura 2000
SP	La Mallada	PE	PI	1,4	8%	T-F	Natura 2000
SP	Corme	PE	PI	2,6	17%	T-M	Natura 2000
SP	La Celaya	PE	PI	9,1	70%	T-F	Natura 2000
SP	Monseivane	PE	PI	17,3	98%	T-F	Natura 2000
SP	Tejonero	PE	PI	1,0	6%	T	Natura 2000
SP	Las Monjas	PE	PI	0,006	0%	T-F	Natura 2000
SP	Puntaza de Remolinos	PE	PI	1,8	57%	T	Natura 2000
SP	Planas de Pola	PE	PI	6,2	55%	T	Natura 2000
SP	Coll de la Garganta	PE	PI	0,001	0%	T-F	Natura 2000
SP	Loma del Suyal	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
SP	Cerro del Conilete	PE	PI	0,01	0%	T	Natura 2000
SP	Cerro del Conilete	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
PL	Zgorzelec	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
IT	Laterza	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000
IT	Castellaneta	PE	A	0,0	0%	T	Natura 2000 / Nacional
BR	Tramandaí	PE	I	706,0	100%	T	Nacional

BE: Bélgica; FR: França; PT: Portugal; RO: Roménia; SP: Espanha; PL: Polónia; IT: Itália

PE: Parque eólico; CS: Central solar

A: Adjacente; PI: Parcialmente no interior; I: Interior

T: Terrestre; T-A: Terrestre, água-doce; T-M: Terrestre, marítimo

Informação ambiental adicional e atualizada na secção sobre sustentabilidade em www.edpr.com.

G4 EN12 – DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DAS ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS DA ORGANIZAÇÃO NA BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS E EM ÁREAS RICAS EM BIODIVERSIDADE EXTERIORES ÀS ÁREAS PROTEGIDAS

Os potenciais impactes ambientais são analisados em detalhe nos estudos de impacte ambiental dos projetos. Adicionalmente, são também avaliadas alternativas viáveis e são determinadas as medidas preventivas, corretivas e de compensação.

A empresa definiu procedimentos gerais no seu Sistema de Gestão Ambiental para prevenir, corrigir ou compensar impactos no meio ambiente. Além disso, temos intensificado os procedimentos de controlo específicos no pequeno número de parques localizados no interior ou próximo de áreas protegidas.

Informação ambiental adicional na secção de sustentabilidade em www.edpr.com.

G4 EU13 - BIODIVERSIDADE DOS HABITATS REPOSTOS COMPARADOS COM A BIODIVERSIDADE DOS HABITATS QUE TERÃO DE SER REPOSTOS

No reduzido número de locais situados dentro ou perto de áreas protegidas, intensificamos os nossos esforços com procedimentos de controlo específicos, conforme definido no nosso Sistema de Gestão Ambiental

Informação ambiental adicional na secção de sustentabilidade em www.edpr.com.

G4 EN13 - HABITATS PROTEGIDOS OU RECUPERADOS

Após o período de construção, é nosso dever devolver o local ao seu estado inicial. Por isso, procedemos a trabalhos de restauração morfológica e ressemeadura. Em 2014, quase 2 hectares de terra afetada foram recuperados.

A EDPR tem colaborado, nos últimos anos, com a Fundação do Património Natural de Castilla y León (Espanha).

A EDPR, através da Fundación EDP, e a FPN decidiram apoiar uma série de ações ambientais para conservação do milhafre, uma espécie de pássaros especialmente protegida, com particular interesse no âmbito da sua estratégia de gestão da biodiversidade e riscos ambientais inerente à sua atividade.

O novo acordo foi firmado no final de 2014 e algumas ações consideradas são as seguintes:

- Desenho e construção de uma pilha de estruma fixa e duas móveis na província de Salamanca
- Melhoria das pilhas de estrume existentes (Lagunilla, La Alberca, The Jaque, etc.)
- Desempenho da recuperação e melhoria do habitat da espécie
- Atividades de consciencialização e educação ambiental
- Aquisição de materiais para combate a envenenamento
- Radio marcação de 4 espécimes de milhafres

G4 EN15 – EMISSÕES DIRETAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (GHG) (ÂMBITO 1)

As emissões de âmbito 1 da EDPR representam 283 toneladas de CO₂ equivalente. 183 toneladas são emitidas pelo consumo de gás nos nossos escritórios e o restante está relacionado com SF₆.

Parte do equipamento utilizado para gerar eletricidade contém gases SF₆ e, durante 2014, registámos emissões de 4,37 quilogramas deste gás, o que é equivalente a 100 toneladas de CO₂ equivalente**.

Nota: As emissões pelo consumo de gás foram estimadas de acordo com o protocolo GHG. SF₆ fator de conversão para gás: 22,8 toneladas de CO₂/kg SF₆ (4.º relatório IPCC Assessment).

G4 EN16 – EMISSÕES INDIRETAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA NO CONSUMO DE ENERGIA (ÂMBITO 2)

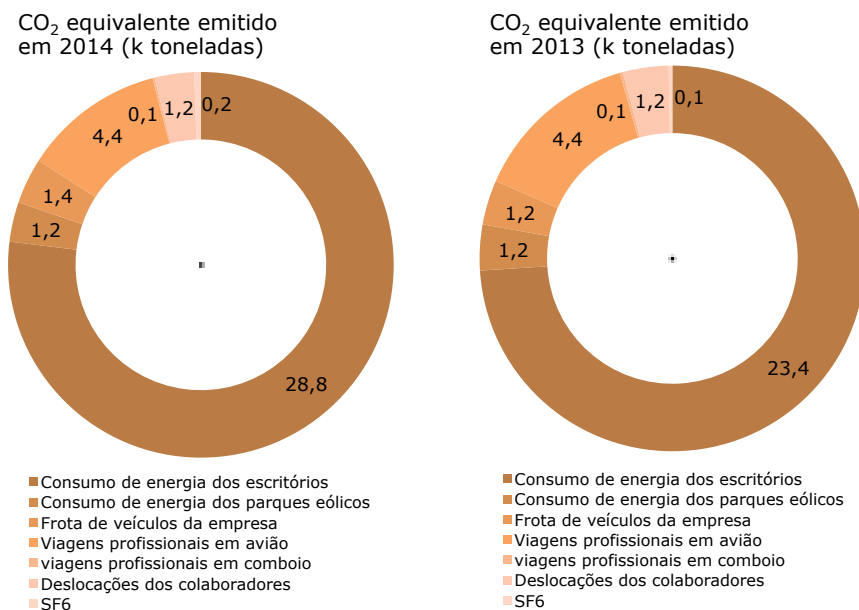
As nossas emissões indiretas representam 0,2% da quantidade total de emissões evitadas e cerca de 77% das emissões são provenientes do consumo de energia elétrica necessária aos parques eólicos. As emissões indiretas de CO₂ da EDPR representam 29.887 toneladas, 28.821 toneladas derivadas do consumo elétrico nos parques eólicos e 1.066 toneladas do consumo elétrico nos escritórios.

Nota 1: Os fatores de emissão usados baseiam-se nas seguintes fontes: Portugal - EDP, Turbogás, Pego, Rede Elétrica Nacional (REN), e Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE); Espanha - Rede Elétrica de Espanha (REE); Brasil - Ministério da Ciência e Tecnologia - SIN (Sistema Nacional de Interconexão); USA - Emissões e Geração.

Nota 2: As emissões por consumo de eletricidade foram calculadas com os fatores de emissão globais de cada país e, no caso dos E.U.A., de cada estado.

G4 EN17 – OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS RELEVANTES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (ÂMBITO 3)

O nosso trabalho exige que os nossos colaboradores viajem. Com base nas nossas estimativas, o transporte utilizado pelos nossos colaboradores foi responsável por um total de 7 189 toneladas de CO₂ emitido.



Notas: As emissões dos transportes foram calculadas de acordo com o padrão DEFRA. Emissões pelo transporte de colaboradoras calculadas a partir de dados recolhidos num inquérito a todos os colaboradores

G4 EN19 – REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

A nossa atividade central implica, de forma inerente, a redução das emissões de gases com efeito de estufa. A energia eólica e a solar têm zero emissões de carbono, contribuindo para a luta mundial contra as alterações climáticas e não produzem SOx nocivo, NOx, ou emissões de mercúrio, protegendo os recursos valiosos de ar e água. Estimamos que as nossas atividades tenham evitado a emissão de 16 969 mil toneladas de CO₂.

Apesar de a nossa atividade se basear na geração de energia limpa, estamos conscientes da importância da promoção de uma cultura de utilização racional dos recursos. Em 2014, continuámos a promover iniciativas que promovem as melhores práticas ambientais nos nossos escritórios.

Nota: Para calcular as emissões evitadas, a geração de energia foi multiplicada pelos fatores de emissão de CO₂ equivalente de cada país e, no caso dos E.U.A., de cada estado. Considerou-se apenas o fator de emissão de energia de combustível fóssil, porque cremos que, ao aumentar a geração de energias renováveis, estamos a deslocar essas tecnologias, enquanto outras tecnologias renováveis e as centrais nucleares manterão a sua quota de geração.

G4 EN23 – QUANTIDADE TOTAL DE RESÍDUOS POR TIPO E POR MÉTODO DE TRATAMENTO

Mais de 90% dos resíduos perigosos produzidos por parques eólicos está relacionado com resíduos de petróleo e outros resíduos relacionados com petróleo, tais como filtros de óleo ou recipientes de óleo, usados principalmente para a lubrificação de turbinas. O consumo de óleo é feito em intervalos de tempo de substituição predefinidos (entre 2 a 5 anos, com base na componente, tipo de óleo e fabricante). A empresa tem trabalhado ativamente para melhorar a taxa de reciclagem dos seus resíduos perigosos, através de transportadoras autorizadas de resíduos, atingindo 96% de taxa de reciclagem em 2014, face a 75% em 2011.

A tabela seguinte resume a quantidade de resíduos gerados por GWh nos nossos parques e a taxa de reciclagem.

Resíduos gerados pela EDPR ¹	2014	2013	(%)
Total de resíduos (t)	1.092	910	20%
Total de resíduos (kg/GWh)	55,2	47,4	+16%
Total de resíduos perigosos (kg/GWh)	26,2	30,0	-13%
% de resíduos perigosos recuperados	95,9%	95,4%	0,6%

As flutuações anuais de resíduos perigosos gerados está fortemente dependente dos programas de substituição de óleo plurianuais acima mencionados. Os resíduos não perigosos gerados pela Empresa incluem metal, plástico, papel ou lixo doméstico, que, na sua grande maioria, são reciclados.

Nota 1: Na Europa, o método de saneamento tem sido indicado pela transportadora de resíduos, enquanto nos E.U.A. o método de saneamento tem sido determinado pelos padrões de organização da recolha de resíduos. Os resíduos gerados pela EDPR não incluem parques eólicos no Brasil.

Nota 2: Para efeitos do presente relatório, todos os resíduos foram classificados como perigosos ou não perigosos de acordo com o Catálogo Europeu de Resíduos; no entanto, em cada país onde a EDPR tem presença geográfica, cada parque eólico deve cumprir a legislação nacional, seguindo os procedimentos da empresa para manuseamento, rotulagem e armazenamento de resíduos para assegurar o cumprimento. Nos casos em que, como nos E.U.A., as operações geram pequenas quantidades de substâncias que se dividem em categorias com regulações específicas - como óleos usados e resíduos universais - seguimos normas rígidas de manuseamento e eliminação desses tipos de resíduos para garantir que se mantém em conformidade com todas as leis aplicáveis.

G4 EN24 - NÚMERO E VOLUME TOTAL DE DERRAMES SIGNIFICATIVOS

Dada a nossa atividade e as nossas localizações, os derrames de petróleo e os incêndios são os principais riscos ambientais que a empresa enfrenta. O Sistema de Gestão Ambiental foi concebido e implementado para evitar que aconteçam situações de emergência. Mas, caso aconteçam, o sistema abrange a sua identificação e gestão, incluindo as situações de quase acidente.

A EDPR define como derrame significativo os derrames superiores a 0,16 m³ que atingem o solo. Adicionalmente, a EDPR regista situações de quase acidente quando o incidente registado não atinge a categoria de derrame significativo. Em 2014, tivemos seis derrames significativos, com um volume total de 1,58 m³ de óleo derramado, e um incêndio incipiente com uma área de 25 m³ de mato seco queimado. Todos os casos foram devidamente geridos: os derrames de óleo foram rapidamente confinados e o solo contaminado foi recolhido e gerido; o fogo incipiente ocorreu numa área agrícola com alguns arbustos secos sem valor natural significativo, sendo prontamente extinto pela equipa no local usando os extintores de incêndio. Foram também registadas 30 situações de quase acidente devido a pequenos vazamentos de óleo que não atingiram solo nu.

A EDPR efetua regularmente testes ambientais para garantir que os nossos colaboradores estão familiarizados com os riscos e receberam formação adequada para prevenir e agir, se necessário.

G4 EN29 - VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E O NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO-MONETÁRIAS, PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS LEIS E REGULACÕES AMBIENTAIS

Em 2014, a empresa não recebeu qualquer penalização pelo incumprimento das leis e regulamentos ambientais.

G4 EN30 - IMPACTE AMBIENTAL SIGNIFICATIVO DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS E OUTROS BENS OU MATERIAIS UTILIZADOS NAS OPERAÇÕES DA EMPRESA, E PELOS ELEMENTOS DA EQUIPA DE TRANSPORTE

O principal impacte ambiental foi o das viagens e locomoção de colaboradores para atividades comerciais.

- + Informação adicional sobre o registo das nossas emissões devido a transportes de colaboradores disponível no Indicador EN15.

G4 EN31 - TOTAL DE GASTOS E INVESTIMENTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL, POR TIPO

Em 2014, foram investidos 7,3 milhões de euros e gastos 3,7 milhões de euros em atividades relacionadas com o ambiente (incluindo despesas com pessoal).

- + Informação adicional sobre gastos e investimentos ambientais disponível na Nota 42 às nossas Demonstrações Financeiras.

G4 EN 32 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES AVALIADOS POR CRITÉRIOS AMBIENTAIS

O nosso Manual de Aquisições inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

Para além disso, a EDPR recolhe informações sobre sustentabilidade para o principal fornecedor de serviços a utilizar na seleção do fornecedor. Na Europa, esta recolha é efetuada por um parceiro independente e nos Estados Unidos através de questionários internos. A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Também é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 EN 33 – IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS REAIS E POTENCIAIS DECORRENTES DA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS

O nosso Manual de Aquisições inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

Para além disso, a EDPR recolhe informações sobre sustentabilidade para o principal fornecedor de serviços a utilizar na seleção do fornecedor. Na Europa, esta recolha é efetuada por um parceiro independente e nos

Estados Unidos através de questionários internos. A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Também é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 SO11 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM O IMPACTO NA SOCIEDADE ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA (G4-27)

A EDPR não tem conhecimento de qualquer queixa formal sobre questões ambientais registada em 2014 em qualquer um dos seus canais para apresentação de queixas.

4.3.3. DESEMPENHO SOCIAL

4.3.3.1. PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO DECENTE

G4 DMA - Atrair, desenvolver e reter talentos num ambiente seguro é um dos principais objetivos da estratégia de Recursos Humanos da EDPR. As pessoas são para nós um ativo muito importante e a EDPR, como empregador responsável, deseja mantê-lo, oferecendo empregos de qualidade que podem ser equilibrados com a vida pessoal.

A EDPR procura indivíduos talentosos e apaixonados pelo setor, que partilhem a nossa visão e propósito. Temos realizado várias iniciativas para divulgar a nossa imagem como empregadores através da participação em diferentes fóruns de emprego e fazendo apresentações em universidades de topo.

Estamos empenhados em oferecer aos nossos colaboradores um plano de desenvolvimento de carreira atrativo, bem como oportunidades contínuas de formação profissional e académica. Esta visão é fundamental ao alinharmos as necessidades atuais e futuras da organização com as capacidades dos colaboradores, cumprindo as suas expectativas de desenvolvimento profissional e assegurando a sua empregabilidade contínua.

Garantir a saúde, segurança e bem-estar dos nossos colaboradores é uma prioridade na EDPR. Este firme compromisso é suportado pelas nossas políticas e iniciativas de saúde e segurança, bem como por uma sólida prática histórica. A EDPR tem um objetivo de zero acidentes, declarado na nossa política de Saúde e Segurança.

- + Informação adicional sobre a nossa estratégia de Recursos Humanos disponível no capítulo sobre Capital Humano.

G4 10 - MÃO-DE-OBRA TOTAL POR TIPO DE EMPREGO, TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO E POR REGIÃO

Em 2014, a EDPR empregou 919 pessoas, 21% na EDPR Holding, 46% na Plataforma Europeia, 30% na Plataforma norte-americana e 3% no Brasil.

N.º

Segmentação da força de trabalho	2014	% mulheres	2013	% mulheres
Total	919	31%	890	31%
Por tipo de emprego:				
Tempo integral	894	29%	869	29%
Tempo parcial	25	96%	21	95%
Por contrato de trabalho:				
Permanente	904	31%	884	31%
Temporário	15	20%	6	33%
Por País:				
Espanha	340	32%	340	31%
Portugal	63	13%	64	13%
França	39	26%	34	26%
Bélgica	2	0%	2	0%
Polónia	39	31%	39	31%
Roménia	34	41%	34	41%
Itália	23	43%	22	41%
R.U.	37	41%	31	35%
E.U.A.	311	33%	296	34%
Canadá	4	0%	4	0
Brasil	26	23%	24	29%
México	1	0%	-	-

O número médio de subcontratados independentes durante o período foi de 805 na Europa, 925 na América do Norte e 60 no Brasil.

G4 LA1 - CRIAÇÃO DE EMPREGOS E TAXA DE ROTATIVIDADE POR FAIXA ETÁRIA, GÉNERO E REGIÃO

Ao longo do ano, a EDPR contratou 120 colaboradores, e 91 já não trabalham na empresa, de onde resulta uma taxa de rotatividade de 11%, inferior à do ano anterior.

N.º

Rotatividade	Novas contratações	Partidas	Volume de negócios
Total	120	91	11%
Por faixa etária:			
Menos de 30 anos	63	21	21%
Entre 30 e 39 anos	38	46	10%
Mais de 40 anos	19	24	8%
Por género:			
Mulheres	35	25	11%
Masculino	85	66	12%
Por País:			
Espanha	17	13	4%
Portugal	4	3	6%
França	4	5	11%
Bélgica	0	0	0%
Polónia	2	2	5%
Roménia	4	3	10%
Itália	4	3	15%
R.U.	11	5	22%
E.U.A.	66	50	19%
Canadá	0	0	0%
Brasil	0	0	0%

G4 EU17 - DIAS TRABALHADOS POR EMPREITEIROS E SUBEMPREITEIROS NAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os empreiteiros envolvidos em atividades de construção, operação e manutenção trabalharam 638.387 dias em 2014.

G4 EU18 - PERCENTAGEM DE CONTRATADOS E SUBCONTRATADOS QUE TIVERAM FORMAÇÃO EM HIGIENE E SEGURANÇA

Como parte integrante da nossa estratégia de saúde e segurança, realizámos vários cursos de formação e atividades de avaliação de risco de acordo com os potenciais riscos identificados para cada posto de trabalho dentro da Empresa.

Estamos igualmente preocupados com os padrões de saúde e segurança dos nossos colaboradores e das empresas subcontratadas. Nesta medida, estão sujeitos a um rastreio de saúde e segurança quando se candidatam a um concurso para trabalhar para a nossa Empresa. Uma vez selecionada, a empresa tem de apresentar provas de ter dado a formação necessária aos seus colaboradores. Quase 100% dos empreiteiros receberam formação relevante em saúde e segurança em 2014.

G4 LA2 - BENEFÍCIOS PARA OS COLABORADORES A TEMPO INTEIRO, QUE NÃO SÃO ATRIBUÍDOS AOS COLABORADORES TEMPORÁRIOS OU A TEMPO PARCIAL

Como empregador responsável, oferecemos empregos de qualidade que podem ser equilibrados com a vida pessoal. O pacote de benefícios oferecidos aos colaboradores a tempo inteiro não difere do que é oferecido a colaboradores a tempo parcial, o que, geralmente, vai além do que está acordado em acordos coletivos de trabalho. Este pacote de benefícios inclui seguro médico, seguro de vida, plano de pensões e medidas de conciliação.

G4 LA3 - REGRESSO AO TRABALHO E TAXAS DE RETENÇÃO APÓS LICENÇA DE MATERNIDADE/PATERNIDADE, POR GÉNERO

N.º

Licença de maternidade e paternidade	Maternidade	Paternidade	Retorno ao trabalho
Espanha	10	19	29
Portugal	0	2	2
França	2	3	5
Bélgica	0	0	0
Polónia	1	2	3
Roménia	0	2	2
Itália	2	1	3
R.U.	2	1	3
E.U.A.	5	13	18
Canadá	0	0	0
Brasil	0	2	2
México	0	0	0
Total	22	45	67

Em 2014, 67 colaboradores gozaram licença parental e apenas quatro saíram da empresa durante o ano, devido às características do mercado e não por qualquer motivo relacionado com a sua licença parental. Adicionalmente, em 2013, dos 65 colaboradores que gozaram licença parental, todos regressaram e ninguém estendeu a sua licença.

G4 EU15 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES ELEGÍVEIS PARA SE REFORMAREM NUM PRAZO ENTRE 5 A 10 ANOS, POR TIPO E REGIÃO

N.º

Colaboradores elegíveis para se reformarem	em 10 anos	em 5 anos
Por categoria profissional:		
Gestão de topo	4	2
Quadros superiores	14	5
Gestão	6	4
Quadros superiores sem equipa	1	0
Associados e especialistas seniores	12	7
Especialistas	6	3
Apoio operacional, administrativo e técnico	8	7
Por País:		
Espanha	10	5
Portugal	11	4
Polónia	2	1
E.U.A.	27	17
Brasil	1	1

Nota: Para os colaboradores elegíveis para reforma nos próximos 5 anos a referência é a reforma aos 60 anos e nos próximos 10 anos a referência é a reforma aos 57 anos.

G4 11 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES REPRESENTADOS POR ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

N.º

Colaboradores abrangidos por acordos coletivos de trabalho	2014	%
Espanha	48	14%
Portugal	61	97%
França	32	82%
Bélgica	2	100%
Polónia	0	0%
Roménia	0	0%
Itália	23	100%
R.U.	1	3%
E.U.A.	0	0%
Brasil	26	100%
México	0	0%

Dos 919 trabalhadores da EDPR, 21% estavam cobertos por acordos coletivos de trabalho.

Os acordos coletivos de trabalho aplicam-se a todos os colaboradores que trabalham sob uma relação de trabalho com e por conta de alguma das empresas do grupo EDPR, independentemente do tipo de contrato, grupo profissional em que estão integrados, ocupação ou emprego. No entanto, algumas questões relativas à própria organização corporativa, às leis de cada país ou mesmo a usos e costumes próprios levam a que certos grupos sejam expressamente excluídos do âmbito dos acordos coletivos de trabalho.

+ Informação adicional disponível no capítulo entre Relação com colaboradores.

G4 LA4 - PERÍODO MÍNIMO DE ANÚNCIO SOBRE MUDANÇAS NAS OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO RELATORA, INCLUINDO SE ESTÁ ESPECIFICADO EM ACORDOS SINDICAIS

Por jurisprudência de cada país, a EDPR pode ter um período mínimo a cumprir para notificação formal de mudanças organizacionais nas empresas do Grupo, com impacto sobre os colaboradores. No entanto, é habitual comunicar, com antecedência, eventos significativos aos grupos afetados.

Como empregador nos E.U.A., a EDPR cumpre as determinações da *Worker Adjustment and Retraining Notification (WARN) Act Guide to Advance Notice of Closings and Layoffs* (notificação de reestruturação e reconversão profissional com aviso prévio em caso de encerramento e demissões). Em caso de encerramento e demissões, é obrigatório avisar, com 60 dias de antecedência, os colaboradores que tenham trabalhado mais de seis meses e 20 horas semanais.

G4 LA5 - PERCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL REPRESENTADA EM COMITÉS FORMAIS SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA

Uma parte significativa da nossa organização desempenha um papel fundamental na implementação da nossa política de saúde e segurança. A empresa criou comissões de saúde e segurança que recolhem informação de diferentes níveis operacionais e envolvem os colaboradores na definição e comunicação de um plano de prevenção.

Em 2014, 1,0% dos nossos colaboradores participou em reuniões das comissões de saúde e segurança, em representação de 40% da nossa força de trabalho. Foi ainda criada uma nova comissão no Brasil para complementar as comissões já existentes em Espanha, França, Reino Unido e nos E.U.A..

G4 LA6 - NÚMERO DE LESÕES, DOENÇAS OCUPACIONAIS, DIAS PERDIDOS, ÍNDICE DE ABSENTISMO E NÚMERO DE ÓBITOS RELACIONADOS COM O TRABALHO, POR REGIÃO E SEXO

N.º

Indicadores de saúde e segurança (colaboradores da EDPR e empreiteiros) ³	2014	2013
Número de acidentes industriais	23	11
Europa	19	9
América do Norte	4	2
Brasil	0	0
Número de acidentes fatais	0	0
Europa	0	0
América do Norte	0	0
Brasil	0	0
Dias de trabalho perdidos por acidentes	718	433
Europa	666	367
América do Norte	52	66
Brasil	0	0
Taxa de ferimentos ¹	4,50	2,51
Europa	7,32	2,80
América do Norte	1,72	1,93
Brasil	0	0
Taxa de dias de trabalho perdidos ²	141	99
Europa	256	114
América do Norte	22	64
Brasil	0	0

¹ Taxa de ferimentos calculada como $[\text{n.º de acidentes} / \text{horas trabalhadas} \times 10^6]$

² Taxa de dias de trabalho perdidos calculada como $[\text{n.º de dias de trabalho perdidos} / \text{horas trabalhadas} \times 10^6]$

³ Lesões menores, a nível de primeiros socorros, não estão incluídas e o número de dias é calculado como o número de dias de trabalho programados

⁴ Houve apenas um acidente com uma pessoa do sexo feminino, que teve lugar em Espanha, com uma ausência de 13 dias

G4 LA8 - EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, ACONSELHAMENTO, PREVENÇÃO E PROGRAMAS DE CONTROLO DE RISCO PARA ASSISTIR OS COLABORADORES, AS SUAS FAMÍLIAS, OU MEMBROS DA COMUNIDADE, A RESPEITO DE DOENÇAS GRAVES

Como parte integrante da nossa estratégia de saúde e segurança, realizámos vários cursos de formação e atividades de avaliação de risco de acordo com os potenciais riscos identificados para cada posto de trabalho dentro da Empresa.

Em 2014, foram realizadas 815 atividades de formação sobre riscos associados às responsabilidades de trabalho, representando mais de 6 423 horas de formação.

Todos os nossos escritórios e parques eólicos na Europa e nos E.U.A. possuem um plano de emergência próprio com informação sobre contatos úteis e instruções a seguir em caso de emergência.

A EDPR conduziu 216 treinos de preparação para situações de emergência em escritórios e parques eólicos.

G4 LA8 - TÓPICOS DE HIGIENE E SEGURANÇA COBERTOS POR ACORDOS FORMAIS COM SINDICATOS.

A grande maioria dos acordos coletivos da EDPR incluem os direitos e deveres da Empresa em relação à saúde e segurança dos colaboradores.

G4 LA9 - MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR ANO, POR COLABORADOR E POR CATEGORIA

Métricas de formação	2014	2013
Número de horas de formação (n.º)	38.289	29.298
Investimento em formação (M€)	1.580	1.372
Número de formandos (n.º)	4.566	2.563

- + Descrição completa da nossa estratégia de Formação e Recursos Humanos disponível no capítulo sobre Desenvolvimento e Formação.

G4 LA10 - PROGRAMAS PARA A GESTÃO DE COMPETÊNCIAS E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA QUE SUPORTEM A EMPREGABILIDADE DOS COLABORADORES E OS ASSISTAM NA GESTÃO DOS SEUS OBJETIVOS DE CARREIRA

Procuramos oferecer, à nossa força de trabalho total, oportunidades para se desenvolverem profissionalmente e assumirem novos papéis para alcançar os objetivos da empresa. Os colaboradores são incentivados a aproveitar as oportunidades de mobilidade funcional e geográfica.

- + Descrição completa da nossa estratégia de Formação e Recursos Humanos disponível no capítulo sobre Desenvolvimento e Formação.

G4 LA11 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES QUE RECEBEM AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO E PROGRESSÃO DE CARREIRA

Todos os colaboradores da EDPR, independentemente da sua categoria profissional, são avaliados anualmente para determinar seu potencial de desenvolvimento, proporcionando-lhes a formação mais adequada. A EDPR elabora planos de desenvolvimento à medida para responder a necessidades específicas. O processo de avaliação de potencial é independente da avaliação de desempenho e é baseada em um modelo de avaliação de 360 graus, que considera o feedback do próprio, dos seus pares, subordinados e superiores.

G4 LA12 - COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO E DESAGREGAÇÃO DOS COLABORADORES POR CATEGORIA PROFISSIONAL EM FUNÇÃO DO SEXO, FAIXA ETÁRIA, PERTENÇA A GRUPOS MINORITÁRIOS E OUTROS INDICADORES DE DIVERSIDADE

- + Descrição detalhada dos órgãos de governo disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, Anexo I - Biografias.

G4 LA13 - PROPORÇÃO DE SALÁRIO BASE ENTRE HOMENS E MULHERES, POR CATEGORIA FUNCIONAL.

N.º

Rácio salarial H/M	Número de colaboradores	Mulheres	Salário H/M
Direção Executiva (Administradores)	2	0	n/a
Gestão de topo	33	5	105%
Quadros superiores	115	27	111%
Gestão	88	29	111%
Quadros superiores sem equipa	23	5	77%
Associados e especialistas seniores	357	93	105%
Especialistas	239	72	96%
Apoio operacional, administrativo e técnico	62	54	76%

G4 LA14 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES AVALIADOS POR PRÁTICAS LABORAIS

O nosso Manual de Aquisições inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envia todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

Para além disso, a EDPR recolhe informações sobre sustentabilidade para o principal fornecedor de serviços a utilizar na seleção do fornecedor. Na Europa, esta recolha é efetuada por um parceiro independente e nos Estados Unidos através de questionários internos. A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Também é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 LA15 - IMPACTOS NEGATIVOS ATUAIS E POTENCIAIS DAS PRÁTICAS LABORAIS NA CADEIA DE FORNECEDORES E AÇÕES TOMADAS

O nosso Manual de Aquisições inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

Para além disso, a EDPR recolhe informações sobre sustentabilidade para o principal fornecedor de serviços a utilizar na seleção do fornecedor. Na Europa, esta recolha é efetuada por um parceiro independente e nos Estados Unidos através de questionários internos. A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Também é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 LA16 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM PRÁTICAS LABORAIS ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA

Em 2014, a EDPR não registou quaisquer incidentes relacionados com práticas laborais em qualquer um dos seus canais para apresentação de queixas.

4.3.3.2. DIREITOS HUMANOS

G4 DMA - A EDPR tornou-se signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas lançada em 2000, que define diretrizes para as empresas que optam por contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A EDPR também possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas para o respeito pelos direitos humanos. Em conformidade com o Código, a EDPR manifesta a sua total oposição a trabalho forçado ou obrigatório e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base em convenções, tratados e iniciativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho e do Pacto Global das Nações Unidas.

O nosso Manual de Aquisições inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

Para além disso, a EDPR recolhe informações sobre sustentabilidade para o principal fornecedor de serviços a utilizar na seleção do fornecedor. Na Europa, esta recolha é efetuada por um parceiro independente e nos Estados Unidos através de questionários internos. A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Também é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR.

- + Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

G4 HR1 - NÚMERO TOTAL E PORCENTAGEM DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO SIGNIFICATIVO QUE INCLUAM CLÁUSULAS REFERENTES A DIREITOS HUMANOS OU QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS

A EDPR possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas para o respeito pelos direitos humanos. O nosso Manual de Aquisições também inclui um capítulo para implementação dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

G4 HR2 - TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO DOS EMPREGADOS EM POLÍTICAS E PRÁTICAS RELACIONADAS COM OS ASPETOS DOS DIREITOS HUMANOS RELEVANTES PARA AS OPERAÇÕES INCLUINDO A PERCENTAGEM DE EMPREGADOS FORMADOS

Em 2011, a EDPR iniciou um programa de formação em Ética na Europa para todos os diretores-gerais de país, administradores e gestão de topo com equipa, com um duplo objetivo:

- Melhorar o processo ético da EDPR e todas as ferramentas e documentos disponíveis na empresa
- Prepará-los para dar formação ética às suas equipas.

Cada gestor foi responsável pela formação da sua equipa durante o primeiro trimestre de 2012.

Em 2015, a EDPR irá lançar uma atualização ao programa de formação em Ética com base no novo Código de Ética. Todos os colaboradores da EDPR serão envolvidos.

G4 HR3 - NÚMERO TOTAL DE CASOS DE DISCRIMINAÇÃO E AS MEDIDAS TOMADAS

Em 2014, a EDPR não registou casos de discriminação.

G4 HR4 - OPERAÇÕES IDENTIFICADAS EM QUE O DIREITO DE EXERCER A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA PODE CORRER RISCO SIGNIFICATIVO E AS MEDIDAS TOMADAS PARA APOIAR ESSE DIREITO

O Código de Ética da EDPR tem cláusulas específicas relativas ao direito de exercer a liberdade de associação. A empresa não tem conhecimento de qualquer atividade realizada que pudesse pôr em risco o direito à liberdade de associação e o direito de aderir a acordos coletivos de trabalho.

G4 HR5 - OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO TENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE OCORRÊNCIA DE TRABALHO INFANTIL E MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A ABOLIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O Código de Ética da EDPR tem cláusulas específicas contra trabalho infantil ou forçado. A empresa não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado e obrigatório ou direitos dos povos indígenas.

- + Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

G4 HR6 - OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO TENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE OCORRÊNCIA DE TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO E MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A SUA ERRADICAÇÃO

O Código de Ética da EDPR tem cláusulas específicas contra trabalho infantil ou forçado. A empresa não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou obrigatório ou direitos dos povos indígenas.

- + Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

G4 HR8 – NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E AÇÕES TOMADAS

A EDPR não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo para os direitos dos povos indígenas.

G4 HR9 - PERCENTAGEM E NÚMERO TOTAL DE OPERAÇÕES QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS OU AVALIAÇÃO DO IMPACTO

A EDPR possui centrais de energia renovável em operação em 10 países e está presente em 12 países, estando todos no âmbito das premissas e regulamentos do Código de Ética.

G4 HR10 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS

O nosso Manual de Aquisições inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

Para além disso, a EDPR recolhe informações sobre sustentabilidade para o principal fornecedor de serviços a utilizar na seleção do fornecedor. Na Europa, esta recolha é efetuada por um parceiro independente e nos Estados Unidos através de questionários internos. A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Também é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR11 - IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS ATUAIS E POTENCIAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS NA CADEIA DE FORNECEDORES E AÇÕES TOMADAS

O nosso Manual de Aquisições inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

Para além disso, a EDPR recolhe informações sobre sustentabilidade para o principal fornecedor de serviços a utilizar na seleção do fornecedor. Na Europa, esta recolha é efetuada por um parceiro independente e nos Estados Unidos através de questionários internos. A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Também é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR12 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM OS DIREITOS HUMANOS ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA

Em 2014, a EDPR não registou incidentes relacionados com práticas de direitos humanos em qualquer um dos seus canais de reclamação.

- + Informação adicional sobre o Canal de Denúncia de Irregularidades e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

4.3.3.3. SOCIEDADE

G4 DMA - A energia eólica e a solar criam um impacto positivo nas economias locais, em termos de volume de negócios, valor acrescentado bruto, emprego criado e também em termos de segurança energética.

Os pagamentos por arrendamento de terrenos e impostos são uma contribuição avultada para o orçamento anual dos municípios onde está presente. Adicionalmente, a EDPR dedicou 1,3 milhões de euros a projetos sociais de apoio à educação e atividades relacionadas com a comunidade em 2014.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Envolvimento com a Comunidade do presente relatório e no nosso site em www.edpr.com.

G4 SO1 - PERCENTAGEM DE OPERAÇÕES COM ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTO E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Estamos conscientes do impacto da nossa atividade nas comunidades dos locais onde desenvolvemos os nossos parques eólicos e da forma como podemos maximizar esses potenciais benefícios para a empresa e para os habitantes das áreas circundantes através de uma comunicação aberta com as partes interessadas. Por conseguinte, estabelecemos uma relação de confiança e colaboração com as comunidades em que estamos inseridos desde as fases iniciais dos nossos projetos, organizando sessões de esclarecimento e mantendo um diálogo aberto com essas comunidades, para explicar os benefícios da energia eólica. Também organizamos atividades de voluntariado e desportivas para promover o desenvolvimento sustentável da sociedade. O nosso negócio gera impactos positivos indiretos adicionais nas áreas em que estamos presentes, através da contratação e aquisição local e do desenvolvimento de infraestruturas e pagamento de impostos e alugueres.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Envolvimento com a Comunidade do presente relatório e no nosso site em www.edpr.com.

G4 SO2 - MEDIDAS COM IMPACTOS SIGNIFICATIVOS, POTENCIAIS E REAIS, NAS COMUNIDADES LOCAIS

A energia dos parques eólicos constitui um fator de desenvolvimento a longo prazo para os municípios onde está presente. A EDPR leva a cabo estudos para avaliar o impacto no ambiente e na comunidade antes da construção, que incluem as questões mais importantes para as áreas afetadas, tais como emissões, resíduos, alterações à utilização do solo, mudanças na paisagem, impactos a nível de saúde e segurança, atividades económicas afetadas, impacto na infraestrutura, existência de património histórico e cultural, presença de comunidades indígenas e necessidade de deslocar as populações locais.

Durante a fase de operação, estão também disponíveis mecanismos de queixa para assegurar que as sugestões ou queixas são devidamente instruídas e analisadas. Estes mecanismos permitem-nos não só solucionar as queixas como introduzir melhorias nos nossos processos. A título ilustrativo refere-se a forma como abordámos as queixas relacionadas com possíveis interferências com o sinal de TV em França. Instaurámos um procedimento que envolve as edilidades para facilitar e acelerar a recolha destas queixas assim que surgem, a que se segue a análise exata da situação, a comunicação com o queixoso e uma resolução satisfatória e célere.

A EDPR dispõe de diferentes programas para avaliar e gerir o impacto nas comunidades e maximizar o valor partilhado dos nossos projetos.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Envolvimento com a Comunidade do presente relatório e no nosso *site* em www.edpr.com.

SO3 G4 - NÚMERO TOTAL E PERCENTAGEM DE OPERAÇÕES AVALIADAS QUANTO A RISCOS RELACIONADOS COM CORRUPÇÃO E RISCOS SIGNIFICATIVOS IDENTIFICADOS

A EDPR analisa todos os novos mercados onde inicia operações através de uma visão geral do mercado. Este estudo avalia também o risco de corrupção. Em 2014, a EDPR entrou no México e este estudo foi preparado.

Em 2014, a EDPR desenvolveu uma Política Anti Suborno para aplicação em todo o Grupo EDPR. Esta Política de Combate à Corrupção irá envolver um conjunto de novos procedimentos respeitantes à relação dos colaboradores da EDPR com partes externas, nomeadamente a aprovação de determinadas ações de hospitalidade para e das partes externas, doações de beneficência e patrocínios. Esta Política será implementada no Grupo ao longo de 2015.

- + Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com.

G4 SO4 - COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO EM POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO

No sentido de assegurar o cumprimento do Regulamento de Combate à Corrupção em todas as regiões geográficas em que a EDPR opera, a Empresa desenvolveu uma Política de Combate à Corrupção que se aplica a todas as empresas do Grupo EDPR, que foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em dezembro de 2014. Esta Política de Combate à Corrupção irá envolver um conjunto de novos procedimentos respeitantes à relação dos colaboradores da EDPR com partes externas, nomeadamente a aprovação de determinadas ações de hospitalidade para e das partes externas, doações de beneficência e patrocínios. Esta Política será implementada no Grupo ao longo de 2015.

- + Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

G4 S05 - INCIDENTES DE CORRUPÇÃO CONFIRMADOS E MEDIDAS TOMADAS

A EDPR não tem conhecimento de quaisquer incidentes relacionados com corrupção registados em 2014.

Além disso, a Empresa possui procedimentos internos para monitorizar o cumprimento do Código de Ética, e define ações a serem tomadas em caso de incidentes.

- + Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

G4 S06 - QUANTIA DE DINHEIRO E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE A PARTIDOS POLÍTICOS, AOS SEUS CANDIDATOS E A INSTITUIÇÕES RELACIONADAS, POR PAÍS

A EDPR não fez contribuições para partidos políticos em 2014.

G4 S07 - NÚMERO TOTAL DE AÇÕES JUDICIAIS POR CONCORRÊNCIA DESLEAL, PRÁTICAS DE TRUST E MONOPÓLIO E SEUS RESULTADOS

A EDPR não tem conhecimento de quaisquer ações judiciais por concorrência desleal, práticas de trust e monopólio em 2014.

G4 S08 - VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS POR NÃO CUMPRIMENTO DE LEIS E REGULAÇÕES

Em 2014, a empresa recebeu penalizações num total de 206 503 euros, principalmente relacionadas com tributações.

G4 S09 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS RELATIVOS A IMPACTOS NA SOCIEDADE

O nosso Manual de Aquisições inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

Para além disso, a EDPR recolhe informações sobre sustentabilidade para o principal fornecedor de serviços a utilizar na seleção do fornecedor. Na Europa, esta recolha é efetuada por um parceiro independente e nos Estados Unidos através de questionários internos. A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Também é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 S10 - IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS NA SOCIEDADE E NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO

A energia dos parques eólicos constitui um fator de desenvolvimento a longo prazo para os municípios onde está presente. A EDPR dispõe de diferentes programas para avaliar e gerir o impacto nas comunidades e maximizar o valor partilhado dos nossos projetos.

O nosso Manual de Aquisições inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

Para além disso, a EDPR recolhe informações sobre sustentabilidade para o principal fornecedor de serviços a utilizar na seleção do fornecedor. Na Europa, esta recolha é efetuada por um parceiro independente e nos Estados Unidos através de questionários internos. A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Também é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR.

No Reino Unido, a EDPR apoia o desenvolvimento da cadeia de fornecedores na região, a fim de maximizar o valor retido pelas nossas operações.

- + Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 SO11 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM O IMPACTO NA SOCIEDADE ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA (G4-27)

A EDPR registou 60 queixas em 2014 relacionadas com o impacto na sociedade: 36 relacionadas com possíveis interferências com o sinal de TV em França, 11 relacionados com ruído e 10 nos E.U.A. devido a questões relacionadas com vias de acesso. Todos responderam num breve período de tempo e com ações corretivas com um custo correlativo avaliado em 23.159 euros.

- + Informação adicional sobre o Canal de Denúncia de Irregularidades e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em, www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

4.3.3.4. RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

G4 DMA - O nosso negócio principal e as iniciativas relacionadas com saúde e segurança estão enfocados na geração de eletricidade e não no seu consumo final.

G4 EU25 - NÚMERO DE ACIDENTES E ÓBITOS DE PESSOAS DA COMUNIDADE, ENVOLVENDO ATIVOS DA EMPRESA, INCLUINDO DECISÕES JUDICIAIS, ACORDOS E PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES RELATIVOS A DOENÇAS

Em 2014, a EDPR não identificou acidentes ou óbitos de pessoas da comunidade, envolvendo ativos da empresa.

4.4. CONTROLO EXTERNO

4.4.1. RELATÓRIO DE REVISÃO INDEPENDENTE



KPMG Asesores S.L.
Edificio Torre Europa
Paseo de la Castellana, 96
28046 Madrid

Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade para a Direcção da EDP Renováveis S.A.

(Tradução livre da versão em Castelhana.
Em caso de discordância, prevalece a versão em Castelhana.)

Foi realizada uma revisão da informação não-financeira contida no Relatório Anual da EDP Renováveis, S.A. (doravante “EDP Renováveis”) para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014 (doravante “o Relatório”). A informação revista é limitada aos indicadores GRI descritos nas seções chamadas 3. Desempenho e 4. Relatório *GRI*.

A Comissão Executiva da EDP Renováveis é responsável pela preparação e apresentação do Relatório em conformidade com a opção essencial prevista nas Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade versão 4.0 (G4), conforme referido no ponto G4-32 do Índice de indicadores da Guia G4 de Global Reporting Initiative do Relatório, e seguindo os critérios de Materiality Matters, obtenção da confirmação da Global Reporting Initiative sobre a aplicação adequada do mesmo. A Comissão Executiva também é responsável pela informação e asserções incluídas no mesmo, pela determinação dos objetivos da EDP Renováveis no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade e pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e baseado no trabalho efectuado expressar uma conclusão. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma ISAE 3000, *Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) da International Federation of Accountants (IFAC) e também de acordo com as linhas de orientação sobre trabalhos de revisão de Relatórios de Responsabilidade Corporativa do Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España (ICJCE). Estas normas requerem que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se o Relatório está isento de distorções materialmente relevantes e o cumprimento dos requisitos éticos, incluindo requisitos de independência incluídos no Código de Ética da International Ethics Standards Board for Accountants sobre a integridade, a objectividade, confidencialidade e comportamento e qualificações profissionais.

Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Este relatório não tem como objectivo emitir uma opinião de auditoria.

O nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade ha consistido em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, e na execução dos procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado:

- A análise de risco, incluindo a pesquisa de mídia para identificar questões materiais durante o período coberto pelo relatório.
- Verificação da consistência das informações que responde às Conteúdos Básicos Gerais com o sistemas ou documentação internos.
- Consultas com a administração para ganhar uma compreensão dos processos de EDP Renováveis para determinar as questões materiais para os seus principais stakeholders.

- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade, governança, ética e integridade.
- Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação do Relatório;
- Análise aos processos de compilação e controlo interno relativo à informação quantitativa reflectida no Relatório e na verificação da fiabilidade da informação através de processos analíticos e de testes aos controlos por amostragem;
- Revisão da aplicação dos requisitos estabelecidos no G4 Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative para a elaboração de relatórios, de acordo com a opção “core”.
- Leitura da informação apresentada no Relatório de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP Renováveis;
- Verificação que a informação financeira reflectida no relatório foi auditada por terceiros independentes.

A nossa equipa multidisciplinar incluiu especialistas em aspectos sociais, ambientais e económicos.

Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação referida no Relatório Anual da EDP Renováveis, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014, não esteja isento de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade do Global Reporting Initiative versão 4.0 conforme referido no ponto G4-32 do Índice GRI do Relatório.

Apresentamos à Comissão Executiva da EDP Renováveis um relatório interno com as nossas constatações e recomendações.

KPMG Asesores, S.L.

(Assinado na versão em Castelhana)

José Luis Blasco Vázquez

6 de Março de 2015

4.4.2. DECLARAÇÃO DO NÍVEL DE APLICAÇÃO PELA GRI



Somos um *Organizational Stakeholder* da *Global Reporting Initiative (GRI)* e apoiamos a missão da GRI de desenvolver as diretrizes de reporte de sustentabilidade geralmente aceites através de um processo global e com múltiplos *stakeholders*.

Este Relatório Anual responde às diretrizes G4 na sua concordância com a opção Core. O serviço *GRI Materiality Disclosures* verificou que os standards gerais G4-17 to G4-27 estão corretamente localizados no Índice *GRI* e no texto do relatório final.

Encontra-se disponível um índice *gri* completo do presente relatório no nosso *site* em <http://www.edpr.com/es/sostenibilidad/documentos-y-publicaciones/documentacion-gri/>.



05. GOVERNO CORPORATIVO

PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	111
A. ESTRUTURA ACIONISTA	111
B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	115
C. ORGANIZAÇÃO INTERNA	128
D. REMUNERAÇÕES	139
E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	144
PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO DA SOCIEDADE	149
ANEXO - QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E ELEMENTOS CURRICULARES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	154



UMA ENERGIA TRANSFORMA A PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Aposta em projetos para estudar a águia-real e financiou, ao todo, 6 anos de pesquisa pela Oregon Eagle Foundation e pelo Washington Department of Fish and Wildlife.



**PARTE I:
INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO
E GOVERNO DA SOCIEDADE**

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL.....112

**II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E
OBRIGAÇÕES DETIDAS113**

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. ESTRUTURA DE CAPITAL

EDP Renováveis S.A. (doravante designada "EDP Renováveis", "EDPR" ou "a Empresa"), cuja totalidade do capital social, desde a sua oferta pública inicial (IPO) em junho de 2008, de EUR 4.361.540.810, consiste em 872.308.162 ações emitidas e integralmente realizadas com o valor nominal de 5,00 euros. Todas as ações integram uma única classe e série e encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisbon (Bolsa de Lisboa).

Códigos e tickers das ações da EDP Renováveis SA:
ISIN: ES0127797019
Ticker Bloomberg (NYSE Euronext Lisbon): EDPR PL
RIC Reuters: EDPR LS

O principal acionista da EDPR é o Grupo EDP, com 77,5% do capital social e direito de voto. Para além do Grupo EDP, os acionistas da EDPR incluem cerca de 81,000 investidores institucionais e privados em mais de 23 países, com predominância nos EUA, Reino Unido, Portugal, Austrália, Noruega e França.

Os investidores institucionais, que representam 90% dos acionistas da Empresa (ex-Grupo EDP), são sobretudo fundos de investimento globais e fundos de responsabilidade social (SRI), enquanto os investidores privados, sobretudo portugueses, representam os 10% remanescentes.

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES

Os Estatutos da EDPR não preveem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações.

3. AÇÕES PRÓPRIAS

A EDPR não possui ações próprias.

4. MUDANÇA DE CONTROLO

A EDPR não adotou quaisquer medidas destinadas a impedir qualquer oferta pública de aquisição.

A sociedade não tomou quaisquer medidas defensivas em relação a casos de mudança de controlo na sua estrutura acionista.

A EDPR não iniciou quaisquer acordos tendentes a uma mudança no controlo da Empresa que não estejam de acordo com a prática normal de mercado. Nos casos de financiamento de determinados projetos eólicos, os credores tem o direito de aprovar mudanças de controlo no devedor se este deixar de ser controlado direta ou indiretamente pela EDPR. No caso de garantias atribuídas por empresas do Grupo EDP, se a EDP, direta ou indiretamente deixar de ter a maioria do capital social da EDPR, deixará de ser obrigada a manter essas garantias ou serviços. As

subsidiárias relevantes serão obrigadas a garantir o cancelamento ou substituição de todas as garantias em vigor no prazo de 60 dias após a alteração do evento de controlo.

No caso de acordos de serviços intra-grupo e em consonância com o Acordo Quadro assinado entre a EDP Renováveis S.A. e a EDP Energias de Portugal S.A., os contratos irão manter-se em vigor enquanto a EDP mantiver o seu capital social acima de 50% ou exercer direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto no capital social da EDP Renováveis. Mesmo que o capital social da EDP ou os seus direitos de voto sejam inferiores a 50%, o contrato é mantido enquanto metade dos membros do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva da EDPR forem eleitos sob proposta da EDP.

5. REGIME DE ACORDOS ESPECIAIS

A EDPR não possui qualquer sistema de renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos

suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista ou em concertação com outros acionistas.

6. ACORDOS PARASSOCIAIS

A Empresa não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições

em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

As participações qualificadas na EDPR estão sujeitas à lei espanhola, que regula os critérios e limites da participação acionista. Em cumprimento do Artigo 23º e do Artigo 24º da Lei do Mercado de Valores espanhola, a EDPR presta informações sobre

participações qualificadas e os seus direitos de voto à data de 31 de dezembro de 2014.

À data de 31 de dezembro de 2014 foram identificadas as seguintes participações qualificadas:

Acionista	# de ações	% capital	% dos votos
Grupo EDP:			
EDP Energias de Portugal S.A. Sucursal en España	541.027.156	62,0%	62,0%
Hidroeléctrica del Cantábrico S.A.	135.256.700	15,5%	15,5%
Total Grupo EDP	676.283.856	77,5%	77,5%

O Grupo EDP detém 77.5% do capital da EDPR e de direitos de voto, 62.0% através da EDP – Energias de Portugal, S.A. – Sucursal en España e 15.5% através da Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. detida na sua totalidade.

MFS Investment Management:

Total MFS Investment Management	27.149.038	3,1%	3,1%
---------------------------------	------------	------	------

Em 24 de Setembro de 2013, MFS Investment Management, gestor de ativos Americano comunicou à CNMV a sua participação qualificada indireta como instituição coletiva de investimentos.

Total de participações qualificadas	703.432.894	80,6%	80,6%
-------------------------------------	-------------	-------	-------

À data de 31 de dezembro de 2014, a estrutura acionista da EDPR consistia num total de participações qualificadas de 80,6%, dos quais o Grupo EDP e a

MFS Investment Management detinham, respetivamente, 77,5% e 3,1% do capital da EDPR.

8. AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A tabela seguinte reflete o número de ações da EDPR detidas, direta ou indiretamente, pelos membros do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2014. As transações de ações detidas pelos membros do Conselho de Administração da EDPR são

comunicadas às competentes entidades regulatórias e de supervisão (CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

Nome	Transações em 2014				Nº de ações a Dez. 2014		
	Tipo	Data	Nº ações	Preço	Diretas	Indiretas	Total
António Mexia	-	-	-	-	3.880	320	4.200
João Manso Neto	-	-	-	-	-	-	-
Nuno Alves	-	-	-	-	5.000	-	5.000
Rui Teixeira	-	-	-	-	12.000	370	12.370
Gabriel Alonso	-	-	-	-	26.503	-	26.503
João Paulo Costeira	-	-	-	-	3.000	-	3.000
João Lopes Raimundo	-	-	-	-	170	670	840
João Manuel de Mello Franco	-	-	-	-	380	-	380
Jorge Santos	-	-	-	-	200	-	200
José Araújo e Silva	-	-	-	-	80	-	80
Manuel Menéndez Menéndez	-	-	-	-	-	-	-
Rafael Caldeira Valverde	-	-	-	-	-	-	-
Gilles August	-	-	-	-	-	-	-
João Marques da Cruz	-	-	-	-	1.200	-	1.200
Acácio Piloto	-	-	-	-	300	-	300
António Nogueira Leite	-	-	-	-	400	-	400
José Ferreira Machado	-	-	-	-	630	-	630

9. PODERES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da Empresa, sem qualquer limitação, exceto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral nos termos do Artigo 13º dos Estatutos ou da legislação aplicável. Neste contexto, o Conselho de Administração está investido dos seguintes poderes:

- Adquirir, a título lucrativo ou oneroso, bens móveis e imóveis, direitos, ações e interesses, adequados aos fins da Empresa;
- Vender e hipotecar ou onerar bens móveis e imóveis, direitos, ações e interesses da Empresa e cancelar hipotecas e outros direitos reais;
- Negociar e celebrar quantos empréstimos e operações de crédito considere apropriados;
- Celebrar e formalizar todos os tipos de atos ou contratos com entidades públicas ou particulares;
- Exercer ações civis e criminais e todas as restantes ações a serem desenvolvidas pela Empresa, representando-a perante entidades governamentais, autoridades, empresas e tribunais administrativos, administrativo-económicos, administrativo-contenciosos e judiciais, tribunais do trabalho e seções de trabalho do Supremo Tribunal e dos Tribunais Superiores das Comunidades Autónomas, sem limitações de qualquer natureza, inclusive perante o Tribunal de Justiça da União Europeia e, em geral, perante o governo, em todos os seus níveis e hierarquias; para intervir ou promover, acompanhar e denunciar, através de todos os procedimentos e instâncias, os processos, seções judiciais ou deliberações; aceitar as decisões, interpor qualquer tipo de recurso, incluindo a cassação de um ou mais recursos extraordinários, descontinuar ou confessar, concordar com o encerramento antecipado de um processo, apresentar questões litigiosas a juízes arbitrais, realizar todo o tipo de notificações e requerimentos e conceder uma procuração a representantes judiciais e outros, com poderes relacionados com o caso e os poderes que geralmente são concedidos em casos de litigação e todos os poderes especiais aplicáveis, e para revogar tais poderes;
- Propor a atribuição de dividendos;
- Agendar e convocar a Assembleia Geral e apresentar-lhe as propostas que considere adequadas;
- Dirigir a Empresa e organizar as suas operações e explorações, reconhecendo o rumo dos negócios e operações da Empresa, gerindo o investimento de

fundos, fazendo amortizações extraordinárias de títulos em circulação e realizando tudo o que seja considerado adequado para obter o máximo resultado face ao objeto da Empresa;

- Nomear e destituir livremente diretores e todos os quadros técnicos e administrativos da Empresa, definindo o seu local de trabalho e a sua remuneração;
- Efetuar qualquer alteração quanto ao endereço da sede social dentro do mesmo município;
- Adotar todo o tipo de personalidade jurídica ao abrigo da lei; contribuir e atribuir todos os tipos de bens e direitos, bem como entrar em acordos de fusão e cooperação, associação, agrupamento e acordos sindicais temporários entre empresas ou negócios e acordos de propriedade conjunta, e ainda acordar a sua alteração, transformação e extinção;
- Todos os demais poderes concedidos expressamente ao Conselho nestes artigos ou na legislação aplicável. Esta lista não tem carácter restritivo, mas apenas carácter indicativo.

No que diz respeito às decisões sobre aumento do capital social, o Conselho de Administração não dispõe desse poder, mas, sob delegação prévia de poderes da Assembleia Geral, passaria a poder decidir o aumento do capital. Esta delegação de competências deve obedecer às disposições legais e estatutárias.

Por outro lado, a Assembleia Geral pode também delegar no Conselho de Administração os poderes de implementação de uma decisão previamente adotada de aumento do capital social, indicando a data ou datas da sua realização e determinando as restantes condições que não tenham sido especificadas pela Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração poderá fazer uso no todo ou em parte desta delegação, inclusivamente não executá-la considerando as condições da Empresa, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que justifiquem tal decisão, do que deverá ser dado conhecimento à Assembleia Geral uma vez concluído o prazo ou prazos outorgados para a sua execução.

Até hoje este poder nunca foi delegado.

A 24 de dezembro de 2014 entrou em vigor uma alteração à Lei espanhola das Sociedades Comerciais. Esta lei será aplicável a partir de 2015. Uma das alterações prende-se com os poderes que são ou não delegáveis pelo Conselho de Administração segundo a nova redação do Artigo 249º da Lei espanhola das Sociedades Comerciais.

10. RELAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NATUREZA COMERCIAL ENTRE OS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E A EMPRESA

Informação sobre quaisquer relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações

qualificadas e a Empresa encontra-se disponível no título 90 do presente Relatório.

**PARTE I:
INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E
GOVERNO DA SOCIEDADE**

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL.....	116
II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO	117
III. FISCALIZAÇÃO.....	125
IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS	126
V. AUDITOR EXTERNO	126

I. ASSEMBLEIA GERAL

A. COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

11. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Os membros da Mesa da Assembleia Geral são o Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, o Presidente do Conselho de Administração ou um seu representante, os demais Administradores, e o Secretário do Conselho de Administração.

O Presidente da Assembleia Geral de Acionistas é José António de Melo Pinto Ribeiro, eleito na Assembleia Geral de Acionistas de 8 de abril de 2014 para um mandato de três anos.

O Presidente do Conselho de Administração, António Mexia, foi reeleito a 21 de junho de 2011, para um mandato de três anos. Apesar de o seu mandato ter terminado a 21 de junho de 2014, em cumprimento da lei pessoal da EDPR o seu mandato mantém-se em vigor até à realização da próxima Assembleia Geral de

Acionistas, que terá lugar a 9 de abril de 2015.

O Secretário da Assembleia Geral de Acionistas, Emilio García-Conde Noriega, foi nomeado Secretário do Conselho de Administração a 4 de dezembro de 2007. O Secretário do Conselho de Administração não tem uma data de termo para as suas funções, de acordo com a Lei espanhola das Sociedades Comerciais, uma vez que não é membro do Conselho.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDPR conta com os recursos humanos e logísticos necessários para o desempenho das suas funções. Assim, para além do Secretário da Sociedade, a EDPR contrata uma entidade especializada para recolher, processar e contabilizar os votos de cada Assembleia Geral de Acionistas.

B. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

12. RESTRIÇÕES AO DIREITO DE VOTO

Cada ação dá direito a um voto. Os Estatutos da EDPR não incluem restrições ao direito de voto.

13. DIREITOS DE VOTO

Os Estatutos da EDPR não contêm qualquer referência à percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que, com aquele, se encontrem em qualquer relação. Todos os acionistas, independentemente do número de ações que possuem, podem participar na Assembleia Geral de Acionistas bem como nas suas deliberações, com direito de voz e voto.

Para exercerem o seu direito de participação, a Empresa informa na sua convocatória que os acionistas devem ter as suas ações registadas em seu nome na conta de valores mobiliários com uma antecedência de, pelo menos, cinco (5) dias antes da data da Assembleia Geral de Acionistas.

Qualquer acionista com direito a participar poderá enviar um representante à Assembleia Geral de Acionistas, mesmo que essa pessoa não seja acionista. O poder da procuração é revogável. O Conselho de Administração pode solicitar que a procuração esteja na posse da empresa com um mínimo de 2 (dois) dias de antecedência, indicando o nome do representante.

A procuração deve ser específica para cada Assembleia Geral de Acionistas, apresentada por escrito ou enviada por meios de comunicação à distância, como o correio eletrónico.

Os acionistas podem votar em pontos da ordem de trabalhos referentes a quaisquer matérias da

competência dos acionistas, por correspondência ou correio eletrónico.

O voto por correspondência pode ser revogado posteriormente através do mesmo meio utilizado, dentro do prazo estabelecido para o efeito ou participando pessoalmente ou por representante na Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração aprova um Guia do Acionista para a Assembleia Geral de Acionistas, detalhando os boletins de voto por correspondência, entre outros assuntos. O modelo está disponível aos acionistas em www.edprenovaveis.com.

Os votos por correspondência devem ser enviados, por escrito, para o local indicado na convocatória, acompanhados da documentação indicada no Guia do Acionista. Nos termos do Artigo 15º dos Estatutos Sociais, os votos por correspondência devem ser recebidos na Empresa antes da meia-noite (24:00 horas) do dia anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas em primeira convocatória.

Para votar por via eletrónica, os acionistas que efetuem um pedido nesse sentido, recebem uma palavra-passe, dentro do prazo e na forma definida na convocatória para a Assembleia Geral de Acionistas. Nos termos do Artigo 15º dos Estatutos, os votos eletrónicos devem ser recebidos pela Empresa antes da meia-noite do dia anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas em primeira convocatória.

14. DECISÕES QUE POR IMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA SÓ PODERÃO SER ADOTADAS POR MAIORIA QUALIFICADA

De acordo com os Estatutos da EDPR e conforme estabelecido por lei, as Assembleias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, reúnem validamente em primeira convocatória se os acionistas, presentes ou representados por procurador, representarem pelo menos vinte e cinco por cento (25%) do capital votante subscrito. A Assembleia Geral reunirá em segunda convocatória independentemente do valor do capital presente.

Para que a aprovação da emissão de obrigações, o aumento ou a redução do capital social, a transformação, fusão ou cisão da Empresa e, em geral, qualquer alteração necessária aos Estatutos Sociais seja válida, na Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária de Acionistas terá de verificar-se que: em primeira convocatória, os Acionistas presentes ou representados por procuração representem no mínimo cinquenta por cento (50%) do capital subscrito com direitos de voto e, em segunda convocatória, os acionistas presentes ou representados por procuração representem no mínimo vinte e cinco por cento (25%) do capital subscrito com direitos de voto. No caso de

os acionistas presentes representarem menos de 50 por cento (50%) do capital subscrito, as resoluções só serão adotadas de forma válida com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado na Assembleia Geral de Acionistas.

A EDPR não estabeleceu qualquer mecanismo que tenha por efeito provocar o desfazamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária e não adotou mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Em relação ao acima mencionado, e de acordo com a alteração introduzida na Lei espanhola das Sociedades de Capital publicada a 24 de dezembro de 2014, a EDPR irá apresentar na próxima Assembleia Geral de Acionistas uma proposta de alteração aos estatutos sociais, a fim de incluir as alterações introduzidas à nova percentagem para constituição válida da Assembleia Geral de Acionistas, que é mais favorável para os acionistas e protetora da sua posição.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A. COMPOSIÇÃO

15. MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

A EDPR é uma empresa espanhola cotada na bolsa de valores regulamentada em Portugal. A organização societária da EDP Renováveis está sujeita à sua própria lei, dentro dos limites regulamentares, às recomendações contidas no "Código de Governo das Sociedades" aprovado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) em julho de 2013. Este código de governo societário pode ser consultado no site da CMVM na internet (www.cmvm.pt).

A organização e o funcionamento do modelo de governo societário da EDPR foram concebidos de forma a atingirem os mais elevados padrões de governo corporativo e códigos de ética e conduta nos negócios, tal como estabelecido pelas melhores práticas nacionais e internacionais de governo das sociedades.

A EDPR adotou a estrutura de governo em vigor em Espanha. É composta por uma Assembleia Geral de Acionistas e um Conselho de Administração que representa e administra a Empresa.

Conforme exigido na lei e nos Estatutos Sociais, o Conselho de Administração da empresa constituiu quatro comissões. As comissões são: a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Nomeações e Remunerações e a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Por forma a assegurar uma melhor compreensão do governo corporativo da EDPR por parte dos seus acionistas, a Empresa disponibiliza os seus Estatutos Sociais atualizados, bem como os Regulamentos das suas Comissões, em www.edprenovaveis.com.

O modelo de governo da EDP Renováveis foi concebido para garantir a separação transparente e metódica dos deveres e a especialização da

supervisão. Os órgãos do modelo de gestão e supervisão da EDPR são os seguintes:

- Assembleia Geral de Acionistas
- Conselho de Administração
- Comissão Executiva
- Comissão de Auditoria e Controlo
- Auditor externo

A escolha deste modelo tem por objetivo adaptar, tanto quanto possível, o modelo de governo corporativo da Empresa à legislação portuguesa. O modelo de governo adotado pela EDPR procura, sendo compatível com a sua própria lei, corresponder ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.

A experiência de funcionamento institucional indica que o modelo de governo adotado pelos acionistas é apropriado para a organização corporativa da atividade da EDPR, principalmente porque proporciona transparência e um equilíbrio saudável entre as funções de gestão da Comissão Executiva, as funções de supervisão da Comissão de Auditoria e Controlo e a supervisão por parte de diferentes comissões especializadas do Conselho de Administração.

A relação institucional e funcional entre a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo e os membros não executivos do Conselho de Administração tem assegurado uma harmonia interna, o que tem contribuído para o desenvolvimento dos negócios da Empresa.

16. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 29º, nº 5 dos Estatutos Sociais, a Comissão de Nomeações e Remunerações foi nomeada pelo Conselho de Administração para aconselhar e informar o Conselho sobre a nomeação (incluindo por cooptação), reeleição, destituição e remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos seus deveres, bem como sobre a composição das diversas Comissões do Conselho. A Comissão também informa sobre a nomeação, remuneração e demissão dos quadros diretos. A Comissão propõe a nomeação e reeleição dos Administradores e dos membros das diferentes comissões, apresentando uma proposta com os nomes dos candidatos que a Comissão considera terem as melhores qualidades para cumprir o papel de membro do Conselho. O Conselho de Administração apresenta uma proposta à Assembleia Geral de Acionistas, que deve ser aprovada por maioria, por um período inicial de 3 (três) anos, podendo reeleger esses membros, uma ou mais vezes, por períodos de três (3) anos.

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos Sociais e 243º

da Lei das Sociedades de Capital espanhola, os acionistas podem agrupar as suas ações até constituírem um montante de capital igual ou superior ao resultado da divisão do capital social pelo número de Administradores, e nesses casos os acionistas poderão nomear um número de administradores igual ao resultado da fração usando apenas frações inteiras. Os acionistas que fizerem uso desse poder não podem intervir na nomeação dos restantes membros do Conselho de Administração.

Caso se verifiquem lugares vagos, nos termos do Artigo 23º dos Estatutos e 244º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, o Conselho de Administração poderá cooptar um acionista, que ocupará o cargo até à Assembleia Geral de Acionistas seguinte, na qual será submetida a proposta para ratificação da referida cooptação. Nos termos do Artigo 248º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a cooptação de Administradores deve ser aprovada por maioria absoluta dos Administradores presentes na reunião do Conselho.

17. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com os Artigos 20º e 21º dos Estatutos Sociais, o Conselho de Administração é constituído no mínimo por cinco (5) e no máximo por dezassete (17) Administradores. O mandato tem a duração de três (3) anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes por iguais períodos.

O número de membros do Conselho de Administração foi fixado em dezassete (17) por decisão da Assembleia Geral de Acionistas realizada a 21 de junho de 2011.

Nome	Cargo	Data da primeira eleição	Data da reeleição	Termo do mandato
António Mexia	Presidente	18/03/2008	21/06/2011	21/06/2014
João Manso Neto	Vice-Presidente e CEO	18/03/2008	21/06/2011	21/06/2014
Nuno Alves	Administrador	18/03/2008	21/06/2011	21/06/2014
Rui Teixeira	Administrador	11/04/2011	21/06/2011	21/06/2014
Gabriel Alonso	Administrador	21/06/2011	-	21/06/2014
João Paulo Costeira	Administrador	21/06/2011	-	21/06/2014
João Lopes Raimundo	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
João Manuel de Mello Franco	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
Jorge Santos	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
José Araújo e Silva	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
Rafael Caldeira Valverde	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
Gilles August	Administrador	14/04/2009	21/06/2011	21/06/2014
João Marques da Cruz	Administrador	16/05/2012	-	21/06/2014
Acácio Piloto	Administrador	26/02/2013	-	21/06/2014
António Nogueira Leite	Administrador	26/02/2013	-	21/06/2014
José Ferreira Machado	Administrador	26/02/2013	-	21/06/2014

Apesar de o mandato de todos os membros do Conselho de Administração ter terminado a 21 de junho de 2014, de acordo com a lei espanhola e com a lei pessoal da EDPR, os mandatos dos membros do

Conselho mantêm-se em vigor até à próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, prevista para 9 de abril de 2015.

18. MEMBROS EXECUTIVOS, NÃO EXECUTIVOS E INDEPENDENTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Estatutos da EDPR, que estão disponíveis para consulta no site da empresa (www.edprenovaveis.com), contêm as regras sobre a independência necessária para o exercício de funções

em qualquer órgão da Empresa. A independência dos Administradores é avaliada, de acordo com a lei pessoal da Empresa, a lei Espanhola.

Seguindo as recomendações da CMVM, o Artigo 12º do Regulamento do Conselho de Administração exige que, pelo menos, vinte e cinco por cento (25%) dos membros do Conselho tem de ser independentes. O Artigo 20º, nº2 dos Estatutos Sociais define que os membros independentes do Conselho de Administração são aqueles capazes de desempenhar as suas funções sem serem limitados por relações com a Empresa, seus acionistas com participações significativas, ou seus Administradores e cumprir as demais exigências legais.

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos Sociais, não podem ser Administradores:

- Pessoas que façam parte da administração ou que estejam, de qualquer forma, associadas a qualquer concorrente da EDPR ou com ela relacionadas. Uma Empresa deve ser considerada concorrente da EDPR se estiver direta ou indiretamente envolvida na produção, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou fornecimento de eletricidade ou gases combustíveis. É também considerada concorrente toda e qualquer empresa que tenha interesses opostos aos da EDPR, seja o próprio concorrente ou qualquer uma das empresas do seu grupo, e os

administradores, empregados, advogados, consultores, ou representantes de qualquer uma dessas empresas. As empresas pertencentes ao mesmo Grupo que a EDPR, inclusive no estrangeiro, não poderão, sob nenhuma circunstância, ser consideradas concorrentes da EDPR;

- Pessoas que se encontram em qualquer outra situação de incompatibilidade ou proibição pela Lei ou pelos Estatutos. De acordo com a lei espanhola, as pessoas que, entre outras situações, sejam i) menores de 18 (dezoito) anos, (ii) incapazes, (iii) concorrentes; (iv) condenadas por determinados crimes, ou (v) mantenham certos cargos de gestão estão impedidas de exercer o cargo de Administrador.

O Presidente do Conselho de Administração da EDPR não tem funções executivas.

A tabela subsequente apresenta os membros executivos, não-executivos e independentes do Conselho de Administração. Os membros independentes mencionados na tabela cumprem os critérios de independência e incompatibilidade exigidos por lei e pelos Estatutos Sociais.

Nome	Cargo	Independente
António Mexia	Presidente e Administrador Não Executivo	-
João Manso Neto	Vice-Presidente Executivo e Administrador Executivo	-
Nuno Alves	Administrador Executivo	-
Rui Teixeira	Administrador Executivo	-
Gabriel Alonso Imaz	Administrador Executivo	-
João Paulo Costeira	Administrador Executivo	-
João Lopes Raimundo	Administrador Não Executivo	Sim
João Manuel de Mello Franco	Administrador Não Executivo	Sim
Jorge Santos	Administrador Não Executivo	Sim
José Araújo e Silva	Administrador Não Executivo	Sim
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador Não Executivo	-
Rafael Caldeira Valverde	Administrador Não Executivo	Sim
Gilles August	Administrador Não Executivo	Sim
João Marques da Cruz	Administrador Não Executivo	-
Acácio Piloto	Administrador Não Executivo	Sim
António Nogueira Leite	Administrador Não Executivo	Sim
José Ferreira Machado	Administrador Não Executivo	Sim

19. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E ELEMENTOS CURRICULARES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação sobre as posições detidas pelos membros do Conselho de Administração, nos últimos cinco (5) anos, as que detêm atualmente, as posições em

empresas do Grupo e fora do Grupo e outras informações curriculares relevantes estão disponíveis no anexo do presente Relatório.

20. RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS OU COMERCIAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

As participações qualificadas na EDPR estão sujeitas à lei espanhola, que regulamenta os critérios e limites de participação acionista. A 31 de dezembro de 2014, e tanto quanto a sociedade foi informada, não existem quaisquer relações familiares ou comerciais dos membros do Conselho de Administração com acionistas com participação qualificada, mas apenas relações profissionais inerentes ao facto de alguns membros do Conselho de Administração da EDPR serem simultaneamente membros de Conselhos de Administração de outras empresas no seio do Grupo EDP - Energias de Portugal S.A., e que são os seguintes:

- António Mexia;
- João Manso Neto;
- Nuno Alves;
- Manuel Menéndez Menéndez;
- João Marques da Cruz.

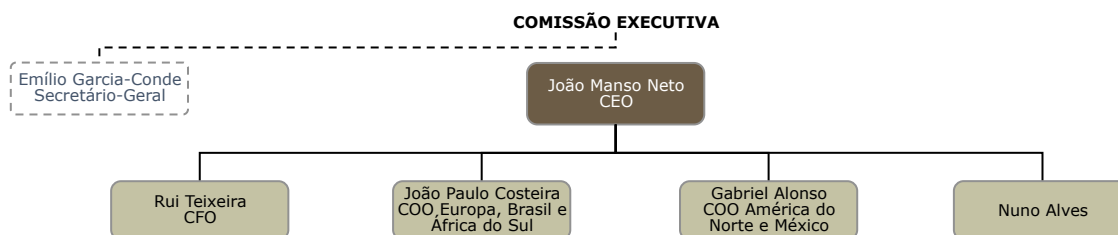
Ou serem colaboradores de outras empresas do Grupo EDP, e que são os seguintes:

- Rui Teixeira;
- João Paulo Costeira.

21. ESTRUTURA DE GESTÃO

De acordo com a lei espanhola e a prática das empresas espanholas, a gestão diária do negócio é garantida por um *Chief Executive Officer* (CEO). Este tipo de organização é diferente do que ocorre nas

empresas portuguesas em que um "Conselho de Administração Executivo" tem a atribuição de áreas de negócio e cada administrador executivo é responsável por uma área de negócio.



B. FUNCIONAMENTO

22. REGULAMENTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Regulamento do Conselho de Administração da EDPR encontra-se publicamente disponível site da Empresa, em www.edprenovaveis.com, bem como na

sede da sociedade, na Plaza de la Gesta, 2, Oviedo, Espanha.

23. NÚMERO DE REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração realizou seis (6) reuniões durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2014. Foram elaboradas atas de todas as reuniões.

A tabela seguinte apresenta a percentagem de assiduidade às reuniões do Conselho de Administração dos seus membros em 2014:

Nome	Cargo	Assiduidade
António Mexia	Presidente e Administrador Não Executivo	83,5%
João Manso Neto	Vice-Presidente Executivo e CEO	100%
Nuno Alves	Executivo	100%
Rui Teixeira	Executivo	100%
Gabriel Alonso Imaz	Executivo	83,5%
João Paulo Costeira	Executivo	100%
João Lopes Raimundo	Não Executivo e Independente	83,5%
João Manuel de Mello Franco	Não Executivo e Independente	100%
Jorge Santos	Não Executivo e Independente	100%
José Araújo e Silva	Não Executivo e Independente	100%
Manuel Menéndez Menéndez	Não Executivo	83,5%
Rafael Caldeira Valverde	Não Executivo e Independente	83,5%
Gilles August	Não Executivo e Independente	66,8%
João Marques da Cruz	Não Executivo	66,8%
Acácio Piloto	Não Executivo e Independente	100%
António Nogueira Leite	Não Executivo e Independente	83,5%
José Ferreira Machado	Não Executivo e Independente	100%

A percentagem representa as presenças físicas nas reuniões pelos membros do Conselho de Administração. Em 2014, nenhum dos membros do

Conselho impedido de participar numa reunião delegou o seu direito de voto em outro membro do Conselho.

24. ÓRGÃO COMPETENTE PARA AVALIAR O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é o órgão responsável pela avaliação do desempenho dos Administradores Executivos. De acordo com o Artigo 249º da Lei espanhola de Sociedades de Capital, o

Conselho de Administração supervisiona o funcionamento eficaz das suas comissões e o desempenho dos órgãos delegados e administradores nomeados.

25. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Os critérios de avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontram-se descritos nos pontos 70, 71 e 72 do presente Relatório.

26. DISPONIBILIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da EDPR estão totalmente disponíveis para o exercício das suas funções, não existindo restrições para a execução desta função em simultâneo com outras posições. As posições detidas, em simultâneo, em outras empresas

dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes realizadas por membros do Conselho de Administração durante o exercício encontram-se enumeradas no Anexo deste Relatório.

C. COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU SUPERVISÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS

27. COMISSÕES NO SEIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 10º dos Estatutos Sociais, o Conselho de Administração da Empresa pode ter órgãos delegados. O Conselho de Administração criou quatro Comissões:

- Comissão Executiva
- Comissão de Auditoria e Controlo

- Comissão de Nomeações e Remunerações
- Comissão de Operações entre Partes Relacionadas

Os regulamentos das comissões do Conselho de Administração estão disponíveis para consulta no site da Empresa em www.edprenovaveis.com.

28. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

De acordo com o Artigo 27º dos Estatutos Sociais, a Comissão Executiva é constituída por um mínimo de quatro (4) e um máximo de sete (7) Administradores.

A sua estrutura, a nomeação dos seus membros e a extensão dos poderes que lhes são delegados têm de ser aprovados por uma maioria qualificada de dois terços ($\frac{2}{3}$) dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração definiu o número de membros da Comissão Executiva em cinco (5), para além do Secretário.

Os membros da Comissão de Auditoria e Controlo são atualmente:

- João Manso Neto, Presidente e CEO
- Nuno Alves
- Rui Teixeira
- Gabriel Alonso
- João Paulo Costeira

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão Executiva.

29. COMPETÊNCIAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO EXECUTIVA

FUNCIONAMENTO

Adicionalmente aos Estatutos Sociais, esta Comissão rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008 e alterado a 23 de abril de 2013. Ambos os regulamentos estão disponíveis para consulta no site www.edprenovaveis.com.

A Comissão Executiva deve reunir pelo menos uma vez por mês, e sempre que o seu Presidente considere necessário. O Presidente tem ainda a prerrogativa de suspender ou adiar as reuniões que entender. A Comissão Executiva reunirá também sempre que pelo menos dois (2) dos seus membros o solicitem.

O Presidente da Comissão Executiva, que é também o Vice-presidente do Conselho de Administração, deve enviar ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo a convocatória para as reuniões da Comissão Executiva, bem como as atas dessas reuniões. O Presidente do Conselho de Administração também recebe as atas das reuniões da Comissão Executiva.

As reuniões da Comissão Executiva são consideradas válidas se metade mais um dos seus membros estiverem presentes. As decisões serão adotadas por maioria. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

Os Administradores Executivos devem facultar todo e qualquer esclarecimento que lhes seja solicitado por qualquer um dos restantes órgãos sociais da Empresa.

A composição da Comissão Executiva é descrita no ponto anterior.

A Comissão Executiva é um órgão permanente no qual podem ser delegadas todas as competências do Conselho de Administração que sejam delegáveis nos termos da lei e dos Estatutos Sociais, com as seguintes exceções:

- A eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- A nomeação de Administradores por cooptação;
- O pedido de convocatória ou a convocatória de Assembleias Gerais;
- A elaboração e formulação das Contas Anuais e do Relatório de Gestão a submeter à Assembleia Geral;
- A alteração da sede social; e
- A redação e aprovação de projetos de fusão, cisão ou transformação da Empresa.

ATIVIDADE EM 2014

Em 2014, a Comissão Executiva realizou 49 reuniões. A principal atividade da Comissão Executiva é a gestão diária da Empresa.

COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

COMPOSIÇÃO

De acordo com o Artigo 28º dos Estatutos Sociais e os Artigos 8º e 9º do Regulamento da Comissão, a Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de cinco (5) Administradores.

Segundo o Artigo 28º, nº 5 dos Estatutos Sociais, o mandato do Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo tem a duração de três (3) anos, após os quais pode ser reeleito para um segundo mandato de três (3) anos. João Manuel de Mello Franco foi eleito em 2008 e reeleito em 2011.

Uma vez que, a 21 de junho de 2014, João Manuel de Mello Franco terminou o seu mandato como Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo, o Conselho de Administração, na sua reunião de 8 de abril de 2014, decidiu nomear Jorge Santos para o cargo de Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo, por proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações.

João Manuel de Mello Franco mantém-se como membro da Comissão de Auditoria e Controlo de acordo com o Artigo 28º, nº5 dos Estatutos Sociais.

A Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por três (3) membros independentes e um Secretário. A 31 de dezembro de 2014, os membros da Comissão de Auditoria e Controlo são:

- Jorge Santos, Presidente
- João Manuel de Mello Franco
- João Lopes Raimundo

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo.

COMPETÊNCIAS

As competências da Comissão de Auditoria e Controlo são as seguintes:

- Informar nas Assembleias Gerais, por intermédio do seu Presidente, sobre as questões relacionadas com as suas competências;
- Propor ao Conselho de Administração, para serem submetidas à Assembleia Geral, a nomeação dos auditores de contas da Empresa, bem como as condições da sua contratação, o alcance do seu trabalho – nomeadamente no que respeita à prestação de serviços de auditoria e relacionados com auditoria –, a avaliação anual da sua atividade e a revogação ou renovação da sua nomeação;
- Supervisionar o relatório financeiro e o funcionamento dos sistemas de gestão de risco e controlo internos, bem como avaliar os sistemas e propor os ajustamentos necessários de acordo com as necessidades da Empresa;
- Supervisionar as auditorias internas e a sua conformidade;
- Manter o contacto permanente com o auditor externo para assegurar as condições, incluindo de independência, adequadas aos serviços a serem prestados, atuando como porta-voz da Empresa para assuntos relacionados com o processo de auditoria, bem como recebendo e mantendo informação relativa a quaisquer outras questões relacionadas com as contas;
- Preparar um relatório anual sobre as suas atividades de supervisão, incluindo eventuais restrições, e expressando uma opinião sobre o Relatório de Gestão, as Contas e as propostas apresentadas pelo

Conselho de Administração;

- Receber notificações de irregularidades financeiras e contabilísticas apresentadas por colaboradores da Empresa, acionistas ou entidades com interesse direto e protegidas judicialmente, relacionadas com a atividade social da Empresa;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que colaborem com qualquer um dos membros da Comissão no exercício das suas funções. Ao contratar os serviços desses peritos e determinar a sua remuneração, devem ser considerados tanto a importância dos assuntos que lhes são confiados como a situação económica da Empresa;
- Organizar relatórios a pedido do Conselho de Administração e das suas comissões;
- Refletir sobre o sistema de governo adotado pela EDPR, procurando encontrar áreas em que possa ser melhorado;
- Quaisquer outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelos Estatutos.

FUNCCIONAMENTO

Para além do disposto nos Estatutos e na lei, esta Comissão rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008 e alterado a 4 de maio de 2010, disponível para consulta no site da Empresa em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário.

As decisões serão adotadas por maioria. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

ATIVIDADE EM 2014

Em 2014, as atividades da Comissão de Auditoria e Controlo incluíram as seguintes:

- Acompanhamento do encerramento de contas trimestrais, do primeiro semestre do ano e do final do exercício, para conhecer aprofundadamente a preparação e divulgação da informação financeira, auditoria interna, controlo interno e atividades de gestão de risco;
- Análise das normas pertinentes a que a comissão está sujeita em Portugal e Espanha;
- Avaliação do trabalho do auditor externo, especialmente em relação ao âmbito do trabalho em 2014 e aprovação de todos os serviços "relacionados com a auditoria" e "não relacionados com a auditoria";
- Supervisão da qualidade e integridade da informação financeira nas demonstrações financeiras e participação na reunião da Comissão Executiva em que esses documentos foram analisados e discutidos;
- Elaboração de um parecer sobre os relatórios e contas anuais individuais e consolidadas, com uma periodicidade trimestral, semestral e anual;
- Pré-aprovação do Plano de Ação de Auditoria Interna para 2014;
- Supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna;
- Reflexão sobre o sistema de governo adotado pela EDPR;
- Análise da evolução do projeto SCIRF;
- Informação sobre denúncia de irregularidades;
- Relatório trimestral e anual das suas atividades.

A Comissão de Auditoria e Controlo não encontrou qualquer restrição às suas atividades de controlo e supervisão.

O relatório das atividades da Comissão de Auditoria e Controlo, no exercício findo a 31 de dezembro de 2014, encontra-se disponível para os acionistas em www.edprenovaveis.com.

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

COMPOSIÇÃO

Nos termos do Artigo 29º dos Estatutos Sociais e dos Artigos 8º e 9º do seu Regulamento, a Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de seis (6) Administradores. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente, cabendo-lhe a presidência da Comissão.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações não podem acumular funções na Comissão Executiva. A Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por membros independentes do Conselho de Administração, em conformidade com a Recomendação 49 do Código Unificado de Bom Governo ("Código Unificado de Buen Gobierno"), alterado pela Circular 4/2007 da CNMV de 27 de dezembro. O Código estabelece que a Comissão de Nomeações e Remunerações deve ser constituída na sua totalidade por Administradores externos em número não inferior a três (3). Uma vez que é constituída por Administradores independentes (em Espanha, a Comissão só pode integrar Administradores), obedece assim tanto quanto possível à Recomendação referida no ponto II.3.1 do Código de Governo das Sociedades portuguesas.

A 8 de abril de 2014, o Conselho de Administração aprovou ajustamentos à Comissão de Nomeações e Remunerações. João Manuel de Mello Franco foi eleito Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações na sequência da cessação de funções de Jorge Santos.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por três (3) membros independentes, mais o Secretário.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações atualmente são:

- João Manuel de Mello Franco, Presidente
- António Nogueira Leite
- Rafael Caldeira Valverde

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Nenhum dos elementos da Comissão tem qualquer relação familiar com os outros membros do Conselho de Administração, enquanto seus cônjuges, parentes ou afins até ao 3º grau, inclusive.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da Empresa. No entanto, o Conselho de Administração detém a prerrogativa de os exonerar a qualquer momento, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da Empresa.

COMPETÊNCIAS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente de natureza informativa e consultiva, e os seus relatórios e recomendações não

têm caráter vinculativo.

A Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas. As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações do Conselho e dos seus membros, assim como sobre a composição das comissões do Conselho e a nomeação, retribuição e destituição de quadros de topo. Por outro lado, a Comissão de Nomeações e Remunerações deve informar o Conselho de Administração sobre a política geral de remunerações e incentivos para os mesmos e para os quadros de topo. Estas funções abrangem o seguinte:

- Definir os princípios e critérios em relação à composição do Conselho de Administração, à seleção e à nomeação dos seus membros;
- Propor a nomeação e a reeleição de Administradores nos casos de cooptação e noutros que sejam submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho de Administração a composição das suas diferentes comissões;
- Propor ao Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nos Estatutos, o sistema, a distribuição e o valor das remunerações dos Administradores e também, se assim for o caso, propor ao Conselho as condições contratuais dos Administradores;
- Apresentar propostas ao Conselho de Administração sobre as condições dos contratos firmados com Administradores;
- Informar e apresentar propostas ao Conselho de Administração sobre as nomeações e/ou destituição de executivos e as condições da sua contratação, e definir, de forma global, as políticas de contratação e remuneração dos quadros executivos;
- Rever e informar sobre os planos de incentivos, complementos de pensões e programas de retribuição;
- Quaisquer outras funções que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos ou pelo próprio Conselho de Administração.

FUNCIIONAMENTO

Para além dos Estatutos Sociais, a Comissão de Nomeações e Remunerações rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir-se pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário. A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões. As decisões serão adotadas por maioria. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

ATIVIDADE EM 2014

Em 2014 as atividades da Comissão de Nomeações e Remunerações foram as seguintes:

- Avaliação do desempenho do Conselho de Administração e da Comissão Executiva;
- Preparação da atualização e consequente aprovação do Modelo de Avaliação e Remunerações de Desempenho para 2014-2016;

- Elaboração da Política de Remuneração a apresentar ao Conselho de Administração e ser aprovada em Assembleia Geral de Acionistas;
- Relatório Anual de atividades.

COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

COMPOSIÇÃO

Nos termos do Artigo 30º dos Estatutos Sociais, o Conselho de Administração pode estabelecer outras comissões, como é o caso da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas. Esta Comissão é constituída por um mínimo de três (3) elementos. A maioria dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas deve ser independente, havendo, no caso desta comissão, um Administrador não independente, Nuno Alves.

Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são considerados independentes sempre que possam desempenhar as suas funções sem quaisquer constrangimentos que sejam fruto do seu relacionamento com a EDPR, os seus acionistas maioritários ou os seus Administradores, para além de deverem cumprir os outros requisitos da legislação aplicável.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é constituída por dois (2) membros independentes e um (1) membro não independente, conforme descrito, para além do Secretário.

Os membros da Comissão de de Operações entre Partes Relacionadas atualmente são:

- José Ferreira Machado, Presidente
- João Manuel de Mello Franco
- Nuno Alves

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da Empresa. No entanto, o Conselho de Administração detém a prerrogativa de os exonerar a qualquer momento, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da Empresa.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é um órgão que emana do Conselho de Administração e cujas competências, sem prejuízo de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, incluem:

- Informar periodicamente o Conselho de Administração da Empresa sobre as relações comerciais e legais entre a EDPR ou entidades relacionadas e a EDP ou entidades relacionadas;
- Aquando da aprovação dos resultados anuais, apresentar um relatório sobre as relações comerciais e legais entre o Grupo EDPR e o Grupo EDP, e sobre as operações entre as respetivas entidades relacionadas ao longo do ano fiscal em questão;
- Ratificar, nos prazos necessários a cada caso concreto, a realização de operações entre a EDPR e/ou as entidades relacionadas com a EDP e/ou as entidades relacionadas, sempre e quando o valor da operação seja superior a 5.000.000 euros ou represente 0,3% das receitas anuais consolidadas do Grupo EDPR no exercício imediatamente anterior;
- Ratificar qualquer alteração ao acordo-quadro formalizado entre a EDPR e a EDP, com data de 7 de

maio de 2008;

- Apresentar recomendações ao Conselho de Administração ou à sua Comissão Executiva, relativas às operações entre a EDPR ou suas entidades relacionadas e a EDP ou suas entidades relacionadas;
- Solicitar à EDP o acesso à informação que seja necessária para a prossecução das suas competências;
- Ratificar, no prazo correspondente às necessidades de cada caso específico, as transações entre outras participações qualificadas, que não sejam a EDP, com entidades do Grupo EDP Renováveis, cujo valor anual seja superior a 1.000.000 euros;
- Ratificar, nos termos correspondentes às necessidades de cada caso específico, as transações entre Administradores, "Colaboradores-Chave" e/ou membros da sua família com entidades do Grupo EDPR, cujo valor anual seja superior a 75.000 euros.

No caso de a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas não ratificar as relações comerciais ou jurídicas entre a EDP ou suas entidades relacionadas e a EDP Renováveis e suas entidades relacionadas, bem como com outros acionistas qualificados para além da EDP, administradores, "colaboradores-chave" e/ou membros da sua família, tais relações devem ser aprovadas por dois terços dos membros do Conselho de Administração, desde que metade dos membros propostos por entidades diferentes da EDP, incluindo administradores independentes, votem favoravelmente, exceto quando a maioria dos membros expressa a sua aprovação antes de a questão ser submetida à aprovação da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Os termos da parte 1 não são aplicáveis às transações entre a EDP ou entidades relacionadas e a EDPR ou entidades relacionadas quando realizadas sob condições normalizadas e são aplicáveis de forma igual a diferentes entidades relacionadas com a EDP e à própria EDP, mesmo em condições de preços normalizados.

FUNCIIONAMENTO

Para além do disposto nos Estatutos Sociais, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008, e alterado a 28 de fevereiro de 2012. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário.

A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As decisões serão adotadas por maioria. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

ATIVIDADE EM 2014

Em 2014, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas procedeu à revisão, aprovação e proposta ao Conselho de Administração da aprovação de todos os acordos e contratos entre partes relacionadas submetidos à sua consideração.

O Capítulo E – I, ponto 90, do presente Relatório inclui uma descrição dos aspetos fundamentais dos acordos e contratos entre partes relacionadas.

III. FISCALIZAÇÃO

A. COMPOSIÇÃO

30. MODELO ADOTADO PARA O CONSELHO DE SUPERVISÃO

O modelo de governo adotado pela EDPR, sendo compatível com a sua própria lei, a legislação espanhola, corresponde ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de

administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.

31. FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A composição da Comissão de Auditoria e Controlo está refletida no ponto 29. O mandato e as datas da primeira nomeação dos membros da Comissão de

Auditoria e Controlo estão disponíveis no gráfico apresentado no ponto 17.

32. INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A informação relativa à independência dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo encontra-se disponível no gráfico apresentado no ponto 18 do presente Relatório. Como mencionado no primeiro

parágrafo do ponto 18, a independência dos membros do Conselho de Administração e das suas Comissões é avaliada de acordo com a personalidade jurídica da Empresa e a legislação espanhola.

33. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E CURRICULARES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

As qualificações profissionais de cada um dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo e outras informações curriculares importantes

encontram-se disponíveis no Anexo do presente Relatório.

B. FUNCIONAMENTO

34. REGULAMENTO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

O Regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo encontra-se publicamente disponível no site da Empresa, em www.edprenovaveis.com e na sede da

Empresa, na Plaza de la Gesta, 2, Oviedo, em Espanha.

35. NÚMERO DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Em 2014, a Comissão de Auditoria e Controlo reuniu quinze (15) vezes, seis (6) das quais em plenário e as outras nove (9) em diferentes departamentos cujo desenvolvimento da sua atividade foi discutido com a Comissão. Nos dias 6 e 7 de setembro de 2014, o Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo visitou a EDPR Polónia e reuniu-se com as equipas locais.

A Comissão de Auditoria e Controlo também participou em três reuniões organizadas pelo Conselho Geral e de Supervisão da EDP e participou, em setembro, na Reunião Anual de Comissões de Auditoria e Controlo do Grupo EDP.

A tabela seguinte apresenta a percentagem de assiduidade às reuniões da Comissão de Auditoria e Controlo dos seus membros:

Membro	Cargo	Assiduidade
Jorge Santos	Presidente	100%
João Manuel de Mello Franco	Vogal	83,5%
João Lopes Raimundo	Vogal	83,5%

36. DISPONIBILIDADE DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Os membros da Comissão de Auditoria e Controlo estiveram totalmente disponíveis para o exercício das suas funções, não apresentando quaisquer restrições para a execução desta função, em simultâneo com as posições ocupadas em outras empresas. As posições ocupadas em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros desta Comissão no decurso

do exercício encontram-se mencionadas no Anexo deste Relatório.

C. COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS AO AUDITOR EXTERNO

Na EDP Renováveis existe uma política de pré-aprovação pela Comissão de Auditoria e Controlo de quaisquer serviços não associados à auditoria que sejam entregues ao Auditor Externo, em conformidade com a recomendação IV.2 do Código de Governo das Sociedades português. Esta política foi rigorosamente cumprida em 2014.

Os serviços, para além dos serviços de auditoria, prestados pelo Auditor Externo e por entidades participadas ou incorporadas na mesma rede do Auditor Externo foram previamente aprovados pela Comissão de Auditoria e Controlo, em conformidade com o Artigo 8º, nº 2, b) do seu Regulamento e

mediante análise de cada serviço específico, em que foram considerados os seguintes aspetos: (i) não afetação da independência do Auditor Externo e não utilização de qualquer salvaguarda, e (ii) posição do Auditor Externo na prestação de tais serviços, nomeadamente a experiência do Auditor Externo e o seu conhecimento da Empresa.

Além disso, embora a contratação de serviços diversos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo seja admissível, esta é sempre considerada uma exceção. Em 2014, esses serviços chegaram apenas a cerca de 5% do valor total dos serviços prestados à Empresa.

38. OUTRAS FUNÇÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Para além das competências expressamente delegadas à Comissão de Auditoria e Controlo conforme o Artigo 8º do seu Regulamento e, a fim de salvaguardar a independência do Auditor Externo, merecem destaque as seguintes atribuições da Comissão de Auditoria e Controlo exercidas durante o exercício de 2014:

- Nomeação e contratação do Auditor Externo e responsabilidade pela definição da sua remuneração, bem como pré-aprovação de quaisquer serviços a contratar ao Auditor Externo e sua supervisão direta e exclusiva;
- Avaliação das qualificações, independência e desempenho do Auditor Externo e obtenção anual direta por parte do Auditor Externo, de informação escrita sobre todas as relações existentes entre a Empresa e os Auditores ou associados, incluindo todos os serviços prestados e todos os serviços em curso; de facto, a Comissão de Auditoria, para avaliar a independência, obteve informação do Auditor Externo sobre a respetiva independência à luz do Artigo 62B do Decreto-Lei nº 224/2008 de 20 de novembro, que altera os estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- Revisão do relatório de transparência, assinado pelo Auditor e divulgado no seu site. O presente Relatório cobre as matérias abrangidas pelo Artigo 62º do Decreto-Lei 224/2008, incluindo o sistema de controlo de qualidade interno da empresa de auditoria e os procedimentos de controlo de qualidade realizados por autoridades competentes;

- Definição da política de contratação da Empresa para o caso de pessoas que tenham trabalhado ou trabalhem com os Auditores Externos;
- Análise com os Auditores Externos do âmbito, planeamento e recursos a serem utilizados nos seus serviços;
- Responsabilidade pela resolução de quaisquer diferendos entre a Comissão Executiva e os Auditores Externos relativos à informação financeira;
- Contratos firmados entre a EDPR e os seus acionistas qualificados que foram analisados pela Comissão de Auditoria e Controlo. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo em relação aos casos que exigem parecer prévio da Comissão.

Neste contexto, importa destacar que a independência do Auditor Externo foi salvaguardada pela execução da política da Empresa sobre pré-aprovação dos serviços a serem contratados a Auditores Externos (ou qualquer entidade participada ou incorporada na mesma rede dos Auditores Externos), o que resulta da aplicação das regras emitidas pela SEC nesta matéria. De acordo com esta política, a Comissão de Auditoria e Controlo procede à pré-aprovação global da proposta de prestação de serviços apresentada pelos Auditores Externos e à pré-aprovação específica de outros serviços que venham a ser prestados pelos Auditores Externos, em especial, serviços de consultoria fiscal e outros serviços de "auditoria e relacionados com auditoria".

IV-V. REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E EXTERNOS

39-41.

De acordo com a Lei Espanhola, o Auditor Externo ("auditor de cuentas") é nomeado pela Assembleia Geral de Acionistas e corresponde à figura do Revisor Oficial de Contas descrita na Lei Portuguesa.

Consequentemente, a informação relativa aos pontos 39 a 41 encontra-se disponível no capítulo V do presente Relatório, pontos 42 a 47.

42. IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

O Auditor Externo é, desde 2007, a KPMG Auditores S.L., uma empresa espanhola, cujo sócio responsável pela auditoria das contas da EDPR é, desde 2014, Estibaliz Bilbao. Estibaliz Bilbao substituiu o sócio anterior, Ana Fernandez Poderós tendo em conta a limitação imposta pelo artigo 19º, nº 2 da "Ley de

Auditoría de Cuentas" que determina o limite máximo de sete anos para o mandato do sócio responsável pela auditoria de contas, que terminou em 2013.

KPMG Auditores S.L. está registada no registo oficial de auditores espanhol com o número S0702 e possui o número de identificação fiscal B-78510153.

43. NÚMERO DE ANOS DO AUDITOR EXTERNO NAS FUNÇÕES

A KPMG Auditores S.L., responsável pela auditoria das contas da EDPR, tem exercido estas funções nos

últimos oito anos consecutivos.

44. POLÍTICA DE ROTAÇÃO

De acordo com a Recomendação IV.3 do Código de Governo das Sociedades de 2013 da CMVM, as sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos, sendo a duração máxima de nove anos. A 31 de dezembro de 2014, a KPMG Auditores S.L. terminou o seu oitavo

(8º) ano consecutivo como Auditor Externo da EDPR, cumprindo assim com a Recomendação IV.3 Código de Governo das Sociedades Português. De acordo com a Lei Espanhola não há nenhuma limitação de tempo para a rotação do auditor externo mas apenas do sócio responsável pela auditoria de contas, conforme mencionado no tópico 42.

45. AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

A Comissão de Auditoria e Controlo é responsável pela avaliação do Auditor Externo de acordo com as competências que lhe estão cometidas pelo seu Regulamento. A avaliação por parte da Comissão de Auditoria e Controlo é efetuada uma vez por ano. A Comissão de Auditoria e Controlo atua como representante da empresa para os assuntos relevantes com o auditor externo e permanece em constante contacto ao longo do ano para assegurar as condições, incluindo de independência, adequadas aos serviços a serem prestados, bem como recebendo e mantendo informação relativa a quaisquer outras questões relacionadas com as contas. Em 2014, de acordo com as competências da Comissão de Auditoria e Controlo e com as Recomendações II.2.2,

esta Comissão foi a entidade primeira e direta e o órgão corporativo responsável pelo contato permanente com o Auditor Externo sobre assuntos que podem representar um risco para a sua independência e quaisquer outros assuntos relacionados com a auditoria das contas. É também esta Comissão que recebe e guarda informações sobre quaisquer outras questões previstas na legislação relativas a auditorias e a normas de auditoria em vigor, a qualquer momento. O Auditor Externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade.

46. SERVIÇOS DISTINTOS DOS DE AUDITORIA REALIZADOS PELO AUDITOR EXTERNO

De acordo com as normas descritas no ponto 29 do presente Relatório, existe na EDPR uma política de pré-aprovação, por parte da Comissão de Auditoria e Controlo, para a seleção de serviços distintos dos de auditoria, em conformidade com o Artigo 8º, nº 2, b) do Regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo.

Subsequentemente, apresentamos em detalhe os serviços distintos dos de auditoria prestados em 2014 pelo Auditor Externo às unidades de negócio da EDPR:

- Serviços de *due diligence* fiscal e contabilística bem como de estruturação fiscal;
- Apoio da KPMG no processo de análise do IRS;

- Apoio da KPMG no processo de análise fiscal do IRS para o ano fiscal de 2009;
- Serviços fiscais para preparação de seis memorandos técnicos sobre a qualificação para PTC de seis parques eólicos;

A KPMG foi contratada para realizar os serviços acima mencionados tendo em conta o seu conhecimento aprofundado das atividades do grupo relacionadas com questões fiscais. A contratação destes serviços não colocou em risco a independência do Auditor Externo e foram aprovados previamente pela Comissão de Auditoria e Controlo.

47. REMUNERAÇÃO ANUAL DO AUDITOR EXTERNO EM 2014

Milhares de euros	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Outros	Total	%
Auditoria e revisão oficial de contas	141,6	588,4	137,8	760,3	631,6	2.259,8	86%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-	228,6	-	-	16,7	245,3	6%
Subtotal serviços de auditoria e associados	141,6	817,0	137,8	760,3	648,4	2.505,1	92%
Serviços de consultoria fiscal	-	53,0	-	135,2	-	188,2	7%
Outros serviços não associados à auditoria e revisão legal de contas	10,5	-	-	-	3,0	13,5	1%
Subtotal serviços não associados à consultoria	10,5	53,0	-	135,2	3,0	201,8	8%
Total	152,1	870,0	137,8	895,5	651,4	2.706,8	100%

PARTE I:
INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO
E GOVERNO DA SOCIEDADE

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS129

II. COMUNICAÇÃO DE
IRREGULARIDADES129

III. CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO
DE RISCOS130

IV. APOIO AO INVESTIDOR137

V. SÍTIOS DE INTERNET – INFORMAÇÃO
ONLINE138

I. ESTATUTOS

48. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS SOCIAIS

A alteração dos Estatutos Sociais é da responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas, que tem o poder de decidir sobre essa questão. De acordo com o Artigo 17º dos Estatutos Sociais ("Constituição da Assembleia Geral, Aprovação de Resoluções"), para que qualquer alteração necessária aos Estatutos Sociais seja validamente aprovada, a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária tem de cumprir com os seguintes requisitos:

- Em primeira convocatória, os acionistas presentes ou representados por procurador representem pelo menos 50 por cento (50%) do capital de voto subscrito.
- Em segunda convocatória, os acionistas presentes ou representados por procurador representem pelo

menos vinte cinco por cento (25%) do capital de voto subscrito.

Caso os acionistas presentes representem menos de 50 por cento (50%) do capital de voto subscrito, as resoluções referidas no presente parágrafo só serão adotadas de forma válida com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado em Assembleia Geral de Acionistas.

A 24 de dezembro de 2014, entrou em vigor a nova redação da "Ley de Sociedades de Capital", Lei 31/2014, com modificações em relação às alterações aos Estatutos Sociais, pelo que na próxima Assembleia Geral de Acionistas serão propostas alterações aos estatutos da EDPR.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

WHISTLEBLOWING

A EDPR realizou sempre a sua atividade implementando, de forma consistente, medidas que assegurem o bom governo das suas empresas, incluindo a prevenção de práticas incorretas, particularmente nas áreas de contabilidade e finanças.

A EDPR coloca à disposição dos colaboradores do Grupo um canal que lhes permite comunicar direta e confidencialmente, à Comissão de Auditoria e Controlo, qualquer prática presumivelmente ilícita ou qualquer alegada irregularidade contabilística e/ou financeira na sua empresa, em conformidade com as disposições do Regulamento nº 4/2013.

Com este canal para comunicação de práticas financeiras e contabilísticas irregulares, a EDPR tem como objetivo:

- Garantir condições que permitam aos trabalhadores comunicar livremente quaisquer dúvidas que possam ter nestas áreas à Comissão de Auditoria e Controlo;
- Facilitar a deteção precoce de situações irregulares que, se praticadas, podem causar sérios danos ao Grupo EDPR, seus colaboradores, clientes e acionistas.

O contato com a Comissão de Auditoria e Controlo da Empresa só é possível por correio eletrónico e correio postal, e o acesso à informação recebida é restrito.

Qualquer denúncia dirigida à Comissão de Auditoria e Controlo será mantida estritamente confidencial e a origem da denúncia permanecerá anónima, desde que tal informação não comprometa a sua investigação. A Empresa assegura ao colaborador que este não sofrerá qualquer ação de retaliação ou disciplinar em virtude do exercício do seu direito a denunciar irregularidades, fornecer informações ou ajudar numa investigação.

O Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo recebe todas as comunicações e apresenta um relatório trimestral aos membros da Comissão.

Em 2014 não houve qualquer comunicação sobre

irregularidades na EDPR.

CANAL ÉTICA E CÓDIGO DE ÉTICA

A EDPR rege-se por um Código de Ética publicado na intranet, que inclui princípios como transparência, honestidade, integridade, não-discriminação, igualdade de oportunidades, e sustentabilidade.

O Código de Ética foi amplamente divulgado entre os colaboradores do Grupo, através de mecanismos de comunicação interna, entrega individual, entrega a novos colaboradores e publicação na intranet. Em fevereiro de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração uma versão atualizada do Código de Ética.

Há um forte compromisso da Empresa em relação à divulgação e promoção de comportamentos em conformidade com o Código, estando diversas ações disponíveis para todos os colaboradores, como formação, questionários e discussões abertas das conclusões.

Há também um Canal de Ética e um Regulamento de Ética para articular as reivindicações específicas sobre o Código de Ética e resolver dúvidas sobre todos os assuntos relacionados com o Código de Ética.

Quaisquer participações sobre possíveis violações do Código de Ética são enviadas ao Provedor de Ética, que realiza uma primeira análise, encaminhando o seu parecer para o Comité de Ética da EDPR, que procede à receção, registo, processo e elaboração de um relatório para o Conselho de Administração.

Em 2014 não foi comunicada ao Provedor de Ética qualquer irregularidade na EDPR.

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

A fim de assegurar o cumprimento das normas do Regulamento Anticorrupção em todos os locais onde a EDPR mantém operações, a Empresa concebeu uma Política de Anticorrupção aplicável a todo o Grupo EDPR, que foi aprovada pelo Conselho de Administração a 19 de dezembro de 2014. Esta Política de Anticorrupção envolve uma série de novos

procedimentos relativos às relações dos colaboradores da EDPR com entidades externas, nomeadamente, a aprovação de determinadas ações relativas à

hospitalidade de e para partes externas, donativos de beneficência e patrocínios. Esta Política será implementada no Grupo ao longo de 2015.

III. CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCOS

50. AUDITORIA INTERNA

O Departamento de Auditoria Interna da EDPR é composto por seis elementos. A função do Departamento de Auditoria Interna da EDPR é o de desenvolver uma avaliação independente das atividades do Grupo e da sua situação de controlo interno, por forma a elaborar recomendações de melhoria dos mecanismos de controlo interno sobre os sistemas e processos de gestão de acordo com os objetivos do Grupo.

Adicionalmente, a EDPR possui um Modelo de Responsabilidades e um Manual de SCIRF (Sistema de Controlo Interno sobre o Relato Financeiro), no qual são indicados os indivíduos, órgãos de gestão e comissões responsáveis pela implementação e gestão do sistema de controlo interno.

O Modelo de Responsabilidades inclui as funções e principais atividades na gestão e manutenção do sistema a todos os níveis da organização, incluindo atividades de monitorização relacionadas com o ciclo anual, a implementação de controlos e a documentação de provas e atividades de supervisão.

O Manual de SCIRF inclui os princípios gerais do Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro, bem como a metodologia utilizada, os procedimentos para assegurar a eficácia do controlo interno e

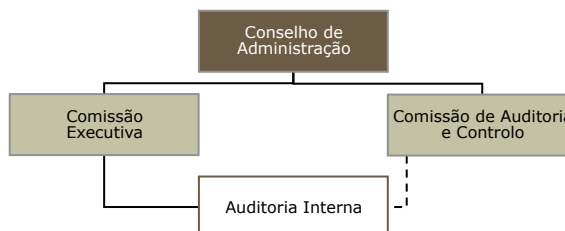
desenho de modelos, documentação, avaliação e reporte.

Em linha com os princípios gerais do modelo adotado pela EDPR para a gestão do SCIRF, a ferramenta integrada para controlo interno COSO de 2013 (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a responsabilidade de supervisão do Sistema de Controlo Interno cabe ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria e Controlo. O CEO é responsável, perante o Conselho de Administração, por assegurar o correto funcionamento e eficácia do SCIRF, promovendo o seu desenho, implementação e manutenção. A Comissão Executiva deve apoiar o CEO nesta tarefa, orientando o desenvolvimento de níveis de controlo da entidade e o controlo na sua área de responsabilidade, apoiando-se, quando necessário, em outros níveis da organização. Simultaneamente, a gestão de topo é responsável pela avaliação de quaisquer deficiências e pela implementação de oportunidades de melhoria adequadas.

Para cumprir estas responsabilidades, a área de Auditoria Interna da EDPR proporciona apoio e aconselhamento à gestão e desenvolvimento do SCIRF.

51. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA AUDITORIA INTERNA

A função de Auditoria Interna no Grupo EDPR é uma função corporativa desenvolvida pelo Departamento de Auditoria Interna que reporta ao Presidente a Comissão Executiva e ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo.



52. GESTÃO DE RISCO

A gestão de riscos da EDPR é um elemento integrador de todos os processos e decisões organizativos e não uma atividade isolada, afastada das principais atividades da empresa. Relaciona-se com atividades desde o planeamento estratégico até à avaliação de novos investimentos e contratos.

A gestão de risco na EDPR é apoiada por três funções organizativas distintas, cada uma com uma função diferente: Estratégia (Analisador do Perfil de risco), Gestão (Gestor de risco) e Controlo (Controlador de risco).

Os riscos de mercado, crédito e operativos são identificados e avaliados e, em função da avaliação,

são definidas e implementadas Políticas de Risco em toda a empresa. Estas políticas têm como objetivo mitigar riscos sem comprometer potenciais oportunidades, otimizando a rentabilidade face ao risco de exposição.

Em 2014, a EDPR procedeu à definição ou revisão de três novas Políticas Globais de Risco: Política de risco de contrapartes, Política de risco de taxa de juros e Política de risco operacional. Estas políticas encontram-se já implementadas ou serão implementadas ao longo de 2015.

53. ÁREAS DE RISCO E FATORES DE RISCO

A gestão do risco na EDPR cobre todos os riscos de mercado, crédito e operações da empresa. Por forma a obter uma visão holística dos riscos, estes foram agrupados em Áreas de Risco, que correspondem ao

ciclo de negócio da EDPR. A listagem subsequente resume as Áreas de Risco definidas no âmbito da EDPR:

1. Países e regulamentação – As mudanças de regulamentação do setor num dado país podem ter impacto nos negócios da EDPR;
2. Receitas – O nível de receitas dos vários projetos da EDPR pode ser inferior ao previsto;
3. Financiamento – A EDPR pode não angariar financiamento suficiente para cobrir a sua previsão de despesas de capital ou para cumprir as suas obrigações financeiras devido a alterações nas taxas cambiais ou falência de contrapartes;
4. Contratos de turbinas eólicas – As alterações nos preços das turbinas podem afetar a rentabilidade dos projetos; ou pode não haver fornecimento de turbinas suficiente para construir os parques eólicos planeados;
5. Desenvolvimento de projetos em pipeline – A EDPR pode alcançar uma capacidade instalada de produção diferente das previsões iniciais ou sofrer atrasos e/ou antecipações na sua instalação;
6. Operações – Os projetos podem gerar um volume diferente do esperado, devido à disponibilidade das turbinas; os resultados financeiros podem ser afetados por erros humanos.

Em cada Área de Risco, os riscos são classificados em Grupos de Risco e, posteriormente, em Fatores de Risco. Os fatores de risco são a fonte do risco e o propósito da Gestão de Risco na EDPR é o de medir, controlar e, eventualmente, reduzir todos os fatores de risco que afetam a empresa.

1. PAÍSES E REGULAMENTAÇÃO

1. I) RISCO GEOGRÁFICO

O Risco geográfico é definido como a probabilidade de ocorrência de uma perda financeira num dado país devido a acontecimentos macroeconómicos, políticos ou desastres naturais. A EDPR definiu uma Política de Risco Geográfico que avalia o risco de cada país através de uma classificação interna com base em dados disponíveis publicamente. Esta classificação interna é comparada com avaliações externas de entidades de renome. Cada fator de risco que afeta o risco desse país é avaliado de forma independente para decidir sobre potenciais ações que minimizem o risco:

- Risco macroeconómico: Riscos originados pela evolução económica do país, afetando os resultados económicos ou o tempo de custo dos investimentos
- Risco político: Todas as possíveis ações ou fatores que representem perigo para o negócio das empresas estrangeiras e que derivam de qualquer autoridade política, organismo governamental ou grupo social no país de acolhimento
- Risco de desastres naturais: Fenómenos naturais (sismicidade, condições meteorológicas) que podem ter um impacto negativo nos negócios.

Antes de aprovar um novo projeto numa nova localização geográfica, a EDPR analisa o risco do novo país e compara-o ao portfólio existente. Poderão ser tomadas medidas de redução dos riscos quando o risco está acima de um determinado limite.

1. II) RISCO REGULATÓRIO

O desenvolvimento e rentabilidade dos projetos de produção de energias renováveis estão sujeitos a uma série de políticas e quadros de regulamentação diversos. As diferentes jurisdições em que se

processam os negócios da EDPR apresentam vários tipos de incentivos de apoio à energia gerada a partir de fontes renováveis.

Os esquemas remuneratórios têm-se tornado menos competitivos em alguns países devido à crise financeira e não é possível garantir que o apoio atual será mantido em todas as regiões geográficas da EDPR ou que os futuros projetos de energias renováveis irão beneficiar das atuais medidas de apoio. A regulamentação que promove a energia verde foi revista, ou a sua revisão está em curso, em alguns dos países onde a EDPR está presente.

Nos EUA, a geração de energia renovável a partir de fonte eólica foi incentivado através de créditos fiscais de produção (*Production Tax Credits - PTC*) a nível federal, para projetos que garantam início da construção antes do final de 2014. Adicionalmente, há também um incentivo através de programas estatais RPS que permitem receber créditos de energia renovável (*Renewable Energy Credit - REC*) por cada MWh de geração de energia renovável.

A EDPR gere a sua exposição aos riscos regulatórios tanto através da diversificação, marcando presença em vários países, como pela sua participação como membro ativo em várias associações ligadas à energia eólica.

O risco associado à regulamentação em cada um dos países onde a EDPR está presente é continuamente monitorizado, considerando tanto a regulamentação em vigor como os potenciais projetos de leis, o feedback das associações, a evolução da capacidade instalada para geração de energia renovável e outros aspetos relevantes. A EDPR desenvolveu internamente uma avaliação quantitativa de risco regulamentar, que serve como indicador de mudanças nos regimes de apoio. Esta medida é atualizada anualmente em todas as áreas geográficas da EDPR.

O risco regulatório também é considerado *ex-ante*, no momento do investimento, através de análises de sensibilidade realizadas para avaliar o seu impacto na rentabilidade do projeto em diferentes cenários.

2. RECEITAS

2. I) RISCO DE PREÇO DE MERCADO

A EDPR enfrenta um risco limitado no que diz respeito aos preços da eletricidade, já que a sua estratégia assenta na presença em países ou regiões com boa visibilidade sobre as receitas a longo prazo. Na maioria dos países em que a Empresa tem operações, os preços são fixados no quadro de mecanismos de regulação específicos. Nos países sem tarifas regulamentadas, são negociados acordos de compra de energia com diferentes compradores para eliminar riscos do preço da eletricidade, de Certificados Verdes ou Créditos de Energias Renováveis.

Apesar da estratégia da EDPR para eliminar o risco do preço de mercado, a EDPR possui ainda alguns parques eólicos com exposição comercial.

Na Europa, a EDPR opera em países onde o preço de venda é definido por um regime regulado de tarifas (Portugal, França e Itália) ou em mercados onde, para além do preço da eletricidade vendida, a EDPR recebe também um prémio de produção predefinido pelas autoridades de regulação ou um certificado verde, cujo preço é fixado no mercado regulado (Espanha, Bélgica, Polónia e Roménia). A EDPR está também a desenvolver atividades de investimento no Reino Unido, onde o atual sistema de incentivos é baseado

em certificados verdes, mas irá mudar para tarifa feed-in.

Em países com uma bonificação regulada predefinida ou com um esquema de certificados verdes, a EDPR está exposta à flutuação dos preços da energia elétrica. Considerando os PPA atualmente em vigor, a EDPR está exposta ao risco do preço da energia elétrica na Roménia, na Polónia e, parcialmente, em Espanha. Adicionalmente, nestes países europeus com um esquema de certificados verdes (Roménia e Polónia), a EDPR está exposta a flutuações no preço dos certificados verdes.

O mercado americano não proporciona um sistema regulamentado para o preço da eletricidade. No entanto, a geração de energias renováveis é incentivado através de créditos fiscais de produção (PTC) e de programas regionais RPS que permitem receber créditos de energia renovável (REC) por cada MWh de geração de energia renovável. Os preços REC são muito voláteis e dependem do equilíbrio regional entre a oferta e a procura no mercado relevante.

A maior parte da capacidade da EDPR nos EUA possui preços predefinidos, determinados por contratos conjuntos (eletricidade + REC) de longo prazo com as *utilities* locais, em conformidade com a política da Empresa para evitar o risco do preço da eletricidade. Apesar de possuir contratos de longo prazo, alguns parques eólicos da EDPR nos EUA não têm PPA e enfrentam riscos a nível do preço de eletricidade e REC. Adicionalmente, alguns parques eólicos com PPA não vendem a sua energia onde esta é produzida e, portanto, estão expostos ao risco de base (diferença de preço entre o local onde a energia é produzida e onde é vendida).

Em Ontário (no Canadá), o preço de venda é definido por uma tarifa feed-in de longo prazo, pelo que não há exposição ao risco dos preços de eletricidade.

Nas operações no Brasil, o preço de venda é fixado em leilão público, traduzindo-se depois em contratos de longo prazo. A exposição aos preços do mercado de energia elétrica é quase nula, com alguma exposição apenas quando a produção é superior ou inferior à produção contratada.

De acordo com a abordagem global da EDPR para minimizar a exposição aos preços do mercado de eletricidade, a Empresa avalia permanentemente a existência de desvios aos limites predefinidos (medidos através do EBITDA em risco, rendimentos líquidos em risco e exposição total aos preços de mercado).

A EDPR pretende eliminar o risco dos certificados verdes e dos preços REC através da assinatura de pacotes de PPA com compradores privados, que incluem a venda da eletricidade e o Certificado Verde ou REC. Em alguns casos, o comprador pode estar interessado em contratar apenas o certificado verde ou o REC, pelo que é assinado um Contrato de Compra de Certificado Verde (*Green Certificate Purchase Agreement - GCPA*) ou um Contrato de Compra de REC (*REC Purchase Agreement - RECPA*). Em 2014, a EDPR assinou ou reviu acordos PPA na Europa para 716 MW e nos EUA para 459 MW.

Nessas regiões onde ainda existe exposição aos preços de mercado, a EDPR utiliza diversos instrumentos financeiros de cobertura do risco para minimizar a exposição à flutuação dos preços da eletricidade. Em alguns casos, devido à falta de liquidez de derivados financeiros, pode não ser possível efetuar a cobertura com sucesso de toda a

exposição aos preços de mercado (i.e., não existem derivados financeiros para certificados verdes nem REC).

Em 2014, a EDPR efetuiu a cobertura financeira da maioria da sua geração de energia na Polónia e na Roménia. Em Espanha, foram distribuídas coberturas ao longo de 2014, mas os volumes sem cobertura foram afetados pelos preços significativamente baixos no primeiro trimestre.

Como mencionado, alguns parques eólicos nos E.U.A. têm exposição ao risco dos preços da eletricidade ou risco de base (diferença no preço da eletricidade entre diferentes locais). A EDPR efetua a cobertura financeira da exposição aos preços da eletricidade e preços base através de contratos de cobertura de risco financeiro (*swaps*) ou de direitos de transmissão financeira.

O mercado de GCPA ou RECPA é muito ilíquido e não existem derivados financeiros para os certificados verdes nem para REC. Portanto, a exposição a certificados verdes ou a preços REC não pode ser eliminada.

2. II) RISCO DE PRODUÇÃO DE ENERGIA

A quantidade de eletricidade gerada pelos parques eólicos da EDPR está dependente das condições meteorológicas, que variam entre locais, de época para época e de ano para ano. A variação na quantidade de energia elétrica gerada afeta os resultados operacionais da EDPR e a sua eficiência.

Não só a produção total de energia eólica num local específico é relevante, mas também o seu perfil de produção. O vento habitualmente sopra mais à noite do que durante o dia, quando os preços da energia são menores. O perfil de geração afetará o desconto no preço de um parque eólico versus geração base.

Por fim, a interrupção das operações de um parque eólico também afetará a sua produção. A interrupção das operações ocorre quando a produção de um parque eólico é interrompida pelos operadores de sistemas de transmissão, por razões externas à empresa. Alguns exemplos de casos de interrupção são as atualizações em linhas de transmissão, elevado nível de produção de geração de energia renovável com baixa procura (muito excecional).

A EDPR contraria a volatilidade dos recursos eólicos e a sazonalidade através da diversificação geográfica da sua base de ativos em diferentes países e regiões.

- A EDPR reconhece a correlação entre diferentes parques eólicos da sua carteira que permite esta diversificação geográfica, o que possibilita à EDPR compensar parcialmente as variações do vento em cada região e manter a quantidade total de energia relativamente estável. A EDPR desenvolve atualmente as suas atividades em 12 países: Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido (sem geração), Itália, E.U.A., Canadá, Brasil e México (sem geração).

- Em algumas áreas geográficas verifica-se uma correlação inversa entre o volume de vento e o preço da eletricidade, o que implica uma cobertura natural.

A EDPR analisou em detalhe a potencial utilização de produtos financeiros para cobertura do risco do vento, e poderá vir a utilizar este produto para reduzir o risco em casos específicos.

O perfil de risco e risco de interrupção das operações são geridos *ex-ante*. Para cada novo investimento, a

EDPR analisa o efeito que o perfil de geração esperado e uma potencial interrupção poderão ter na produção do parque eólico. O perfil de geração e a interrupção das operações de parques eólicos da EDPR são constantemente monitorizados pelo departamento de Risco para detetar possíveis alterações futuras.

3. FINANCIAMENTO

3. I) RISCOS RELACIONADOS COM O MERCADO FINANCEIRO

A EDPR financia os seus parques eólicos através de *project finance* ou dívida corporativa. Em ambos os casos, uma taxa de juro variável implicaria flutuações significativas no pagamento de juros.

Por outro lado, devido à presença da EDPR em vários países, as receitas são denominadas em moedas diferentes. Consequentemente, as flutuações nas taxas de câmbio podem ter um efeito adverso significativo nos resultados financeiros.

3. I) A) RISCO DE TAXAS DE JUROS

Dadas as políticas adotadas pelo Grupo EDPR, a exposição atual à taxa de juros variável não é significativa e os fluxos de caixa financeiros são substancialmente independentes da flutuação das taxas de juros.

O objetivo das políticas de gestão de risco de taxa de juro é reduzir a exposição do fluxo de caixa da dívida de longo prazo às flutuações do mercado, principalmente com a contratação de dívidas de longo prazo com uma taxa fixa.

- Quando a dívida de longo prazo é emitido com taxas flutuantes, a EDPR estabelece instrumentos financeiros derivativos de swap de taxa variável para taxa fixa.
- A EDPR dispõe de uma carteira de derivados de taxas de juro com maturidades até 13 anos. São realizadas periodicamente análises de sensibilidade ao valor justo dos instrumentos financeiros com flutuações nas taxas de juro.

Tendo em conta a política de gestão de risco e os limites de exposição aprovados, a equipa financeira identifica, avalia e submete à aprovação da Comissão Executiva a estratégia financeira mais apropriada a cada projeto ou localização. A Área de Risco Global apoia a equipa financeira nas decisões de proteção cambial.

O calendário de reapreciação da dívida é continuamente monitorizado em conjunto com as taxas de juros, a fim de detetar a melhor ocasião para efetuar a proteção cambial.

3. I) B) RISCO CAMBIAL

A EDPR opera a nível internacional e está exposta ao risco cambial resultante dos investimentos nas suas subsidiárias no estrangeiro. Atualmente, a exposição cambial é para as seguintes moedas: dólar americano, leu romeno, zloty polonês, real brasileiro, libra esterlina e dólar canadiano.

A EDPR protege o risco de flutuações cambiais através do financiamento na mesma moeda das receitas do projeto. Quando não há possibilidade de financiamento local, a EDPR protege os *cashflows* da dívida através de *swaps* de taxas de juro entre moedas.

A EDPR também contrata *forwards* cambiais para cobrir o risco em operações específicas,

principalmente nos pagamentos aos fornecedores que podem ser denominados em moedas diferentes.

Os esforços de cobertura de risco da EDPR minimizam a volatilidade das taxas de câmbio mas não eliminam totalmente o risco devido aos elevados custos associados ao *hedging* cambial em determinadas situações.

3. II) RISCO DE CONTRAPARTE

O risco de crédito de contraparte é o risco de incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos financeiros. Pode ocorrer perda económica direta se a operação tiver um valor positivo no momento do incumprimento (risco de crédito de contraparte) ou custos de substituição devido à mudança de contraparte (risco operacional de contraparte).

Em 2014, a EDPR atualizou a sua Política Global de Risco de Contraparte para incluir o Risco Operacional de Contraparte. Atualmente é implementada em toda a Empresa.

3. II) A) RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

Se as operações ou carteira de operações com a contraparte tiverem um valor económico positivo no momento do incumprimento, esse incumprimento causaria uma perda económica.

Para controlar o risco de crédito da EDPR, são estabelecidos limites de perda esperada e perda inesperada conforme definidos nos standards de Basileia, que são e reavaliados mensalmente. Se esses limites forem ultrapassados por qualquer contraparte ou pela empresa como um todo, são implementadas medidas de atenuação a fim de permanecer dentro do limite preestabelecido.

3. II) B) RISCO OPERACIONAL DE CONTRAPARTE

Se as operações ou carteira de operações com a contraparte não tiverem um valor económico positivo no momento do incumprimento, esse incumprimento teria impacto nas operações. Apesar de não existir perda direta no momento do incumprimento, a substituição da contraparte pode implicar custos para a EDPR devido a possíveis atrasos, maior valor de um contrato com uma nova contraparte (custos de substituição), etc.

Os fornecedores na área de construção e O&M são contrapartes a que a EDPR está exposta do ponto de vista operacional.

Para minimizar a probabilidade de incorrer em custos derivados da potencial substituição de contrapartes, a política da EDPR sobre risco operativo de contraparte é gerida por uma análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e custo de substituição da contraparte.

3. III) RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco de a EDPR não cumprir as suas obrigações financeiras.

A estratégia da EDPR para a gestão do risco de liquidez consiste em garantir que a sua liquidez é suficiente para o cumprimento atempado das suas obrigações, tanto em condições normais como de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou sem correr o risco de prejudicar a reputação da Empresa. São utilizadas diferentes fontes de financiamento, tais como investidores em *tax equity*, organizações multilaterais, *project finance*, dívida corporativa e rotação de ativos.

A EDPR utiliza um modelo financeiro para prever riscos de liquidez a médio e longo prazo por forma a atingir os objetivos estratégicos previamente definidos (EBITDA, rácio da dívida e outros).

4. CONTRATOS DE TURBINAS EÓLICAS

Os geradores de turbinas eólicas (WTG) são um elemento fulcral no desenvolvimento dos projetos relacionados com a produção de energia eólica pela EDPR, pelo que a sua escassez no mercado ou um aumento inesperado dos preços pode pôr em risco o desenvolvimento de novos projetos e a sua rentabilidade.

Os geradores de turbinas eólicas representam, em média, 70 a 80% do investimento nos parques eólicos *onshore* e cerca de 40% nos parques eólicos *offshore*.

4. I) RISCO DO PREÇO DAS TURBINAS EÓLICAS

O preço das turbinas eólicas é afetado não só pelas flutuações de mercado dos materiais utilizados nas turbinas, mas também pela procura das turbinas eólicas.

Para cada novo projeto, a EDPR protege-se face ao risco de procura que pode aumentar o preço das turbinas.

Relativamente ao risco de mercado dos materiais utilizados para o fabrico de turbinas eólicas, é negociada uma fórmula de reajuste de preços com os fabricantes de turbinas eólicas. A EDPR pode proteger parte da exposição desta fórmula de reajuste ao mercado se a exposição estiver acima de um limite preestabelecido e o mercado for líquido.

4. I) RISCO DO PREÇO DAS TURBINAS EÓLICAS

A procura de novos parques eólicos pode ser superior à oferta de turbinas pelos fabricantes. Atualmente, a exigência de componentes locais em algumas regiões (por ex., Brasil) cria esta situação de défice.

A EDPR enfrenta um risco limitado no que toca à falta de disponibilidade e a um eventual aumento dos preços dos geradores de turbinas eólicas graças aos acordos-quadro estabelecidos com os principais fornecedores de turbinas eólicas. A Empresa utiliza um conjunto diversificado de fornecedores de turbinas eólicas, a fim de diversificar este risco de fornecimento.

Em áreas geográficas com necessidades específicas de componentes locais, a EDPR não inicia um projeto sem antes assegurar o fornecimento de turbinas eólicas.

5. PIPELINE

5. I) RISCO DE DESENVOLVIMENTO

Os parques eólicos estão sujeitos a rigorosa regulamentação a nível internacional, nacional, estadual, regional e local no que concerne ao seu desenvolvimento, construção, licenciamento, ligação à rede elétrica e operação de centrais de geração elétrica. A regulamentação aplicável incide nomeadamente sobre a aquisição, arrendamento e utilização de terras; as licenças de construção, transporte e distribuição; as licenças ambientais e paisagísticas; e o congestionamento das redes de distribuição e transmissão de energia.

Apesar do nível de exigência variar em função dos países, a EDPR reconhece uma tendência de alinhamento legislativo de concentração de normas mais restritivas e riscos de desenvolvimento a nível de autorização (ambiental e urbana) e interconexão (ligação do parque eólico à rede nacional).

Neste contexto, a experiência da EDPR em diferentes países revela-se útil para antecipar e lidar com situações semelhantes em outros países.

Durante a fase de desenvolvimento e desenho, a EDPR concentra-se na otimização dos seus projetos. Ao dominar as variáveis, tais como a escolha de locais, projeto, etc., o objetivo é o de tornar os nossos projetos mais resistentes aos riscos associados ao licenciamento.

Adicionalmente, a EDPR reduz os riscos de desenvolvimento com recurso a opcionalidade, pelo facto de conduzir as suas atividades em 12 países diferentes (Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá, Brasil e México), com uma carteira de projetos em várias fases de maturidade. A EDPR tem uma grande carteira de projetos que proporcionam um "amortecedor" para superar possíveis atrasos no desenvolvimento de projetos prioritários, garantindo os objetivos de crescimento e conseguindo compensar atrasos no licenciamento em algumas regiões.

5. II) RISCO DE EXECUÇÃO

Durante a construção das fundações, interconexão e subestação de um parque eólico, e a instalação das turbinas eólicas, podem ocorrer diferentes acontecimentos (mau tempo, acidentes, etc.) que podem implicar custos adicionais ou atrasos na data de operação comercial do parque eólico:

- O atraso implica um adiamento dos fluxos de caixa, afetando a rentabilidade do investimento.
- Quando um parque eólico tem um PPA, um atraso na data de operação comercial pode implicar o pagamento de LDs, com a consequente perda de receitas e impacto nos resultados financeiros anuais.

Enquanto o risco de execução para parques eólicos *onshore* é significativo mas não relevante, para parques eólicos *offshore* pode ser mais elevado.

Durante a fase de conceção, as equipas de engenharia da EDPR supervisionam os trabalhos de engenharia e o método de instalação. A construção é subcontratada a empresas de construção civil experientes, após verificação da sua solvabilidade.

Para parques eólicos *offshore*, a EDPR estabeleceu parcerias com grandes empresas com experiência prévia em projetos de geração de eletricidade ou de construção *offshore* de grande dimensão, a fim de beneficiar dos seus conhecimentos e partilhar o risco de execução.

Em ambos os casos, é realizada uma avaliação crítica para avaliar a fiabilidade dos planos de construção e instalação.

6. OPERAÇÕES

6. I) RISCO DO DESEMPENHO DAS TURBINAS EÓLICAS

A produção dos parques eólicos depende da disponibilidade operacional das turbinas e do desempenho operacional dos equipamentos, principalmente das componentes das turbinas eólicas e transformadores.

A EDPR reduz este risco ao utilizar um conjunto de fornecedores de turbinas, o que minimiza o risco tecnológico, evitando a exposição a um único fabricante.

A EDPR também envolve os fornecedores de turbinas eólicas através de contratos de manutenção integral

de médio prazo para garantir o seu alinhamento e minimizar os riscos tecnológicos. Por fim, a EDPR criou um programa de O&M com ações de manutenção preventiva e programada adequadas.

A EDPR tem vindo a subcontratar algumas atividades mais técnicas e não críticas de operação e manutenção dos seus parques eólicos, enquanto as atividades primárias e de maior valor acrescentado são asseguradas pela EDPR.

54. FUNÇÕES DE RISCO E FERRAMENTA DE ATUAÇÃO

A gestão de risco na EDPR é apoiada por três funções organizativas distintas, cada uma com uma função diferente: Estratégia (Analisador do Perfil de Risco),

Gestão (Gestor do Risco) e Controlo (Controlador do Risco).

Funções de gestão do risco	Descrição
Estratégia - Estratégia geral e política de risco	<ul style="list-style-type: none"> O Departamento de Risco Global elabora propostas analiticamente suportadas para questões estratégicas gerais Responsável por propor diretrizes e políticas para gestão do risco dentro da Empresa
Gestão - Gestão do risco e decisões de negócio relacionadas com o risco	<ul style="list-style-type: none"> Implementar políticas definidas pelo Departamento de Risco Global Responsável pelas decisões operacionais quotidianas e pelas posições de tomada de riscos e mitigação de riscos relacionadas
Controlo - Controlo do Risco	<ul style="list-style-type: none"> Responsável pelo acompanhamento dos resultados de decisões de risco e do alinhamento das operações com a política geral aprovada pelo Conselho de Administração.

Estas três funções na Área do Risco trabalham em conjunto seguindo a ferramenta de risco da EDPR, através da qual as grandes questões estratégicas da Comissão Executiva são traduzidas em diretrizes ou políticas específicas a serem usadas pelos gestores nas suas decisões quotidianas. A Comissão de Risco é o fórum onde as diferentes funções na área do risco discutem as políticas a implementar e controlam a exposição ao risco da empresa.

A Comissão de Risco da EDPR integra e coordena todas as funções na área do risco e assegura a ligação entre a apetência corporativa pelo risco e a estratégia definida e as operações da empresa.

Para separar as discussões sobre as decisões de negócios a partir de novas análises e a definição de novas políticas, a EDPR criou três reuniões distintas da Comissão de Risco com periodicidade diferente:

- Comité de Risco restrita: Realizada mensalmente, abrange o risco de novas operações, tais como novos contratos de compra de energia, novos investimentos, cobertura da energia e estado do gasoduto e EBITDA em risco. Ajuda a controlar a implementação das políticas definidas e a exposição aos fatores de risco mais importantes.
- Comité de Risco: Realizada trimestralmente, é o fórum onde são discutidas as novas análises e onde são propostas as políticas recém-definidas a fim de serem apresentadas à Comissão Executiva para aprovação. Adicionalmente, é também revista a posição de risco global da EDPR.
- No final de 2014, a Comissão Executiva aprovou a criação de um Comité de Risco Financeiro. O Comité realizará reuniões trimestralmente começando em 2015 e será um fórum onde é revista a estratégia financeira e as medidas de mitigação dos principais riscos financeiros (taxas de câmbio e juros).

55. PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA EMPRESA RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Com o objetivo não só de controlar os riscos, mas também de os gerir ex-ante, a EDPR criou políticas globais de risco, exequíveis a nível global. Essas políticas são propostas e discutidas no Comité de Risco e aprovadas pela Comissão Executiva.

Em 2014, a EDPR procedeu à definição ou revisão de quatro Políticas Globais de Risco, que estão já implementadas ou serão implementadas ao longo de 2015:

- Política de Proteção do Preço da Energia
- Política de Risco de Crédito de Contraparte
- Política de Risco Geográfico
- Política de Risco Cambial

Todos os meses é verificada a conformidade com as políticas globais de risco na Comissão de Risco restrita.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO SOBRE OS RELATO FINANCEIRO

A EDPR dispõe de um Sistema de Controlo Interno sobre os Relato Financeiro (SCIRF), atualizado e monitorizado em conformidade com as normas internacionais de Controlo Interno.

Este sistema cobre os principais aspetos da ferramenta COSO: manutenção de um ambiente de controlo para a preparação de informação financeira qualificada, avaliação dos riscos de reporte financeiro, existência de atividades de controlo para mitigar os riscos de erro, informação, e comunicação e mecanismos de avaliação.

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO ÂMBITO

O Manual SCIRF inclui a atualização anual do seu âmbito por forma a identificar as empresas, áreas e

processos que devem ser incluídos no âmbito do SCIRF, de acordo com critérios de materialidade e risco, incluindo risco de erro ou fraude.

A análise de risco incluída no processo de definição do âmbito do SCIRF inclui diferentes tipos de risco (operacional, económico, financeiro, tecnológico ou jurídico) e objetivos de controlo de relato financeiro (existência e ocorrência, integralidade, medição, apresentação, divulgação, comparabilidade e direitos, e obrigações em termos de seu potencial impacto sobre as demonstrações financeiras).

Os resultados do âmbito atualizado com a metodologia descrita são comunicados em todos os níveis da organização envolvidos no SCIRF e supervisionados pela Comissão de Auditoria.

ATIVIDADES DE CONTROLO

Em processos e controlos SCIRF documentados, são estabelecidos os mecanismos de captura de informação (incluindo a identificação do âmbito de consolidação) e são especificadas as etapas e as verificações realizadas para a preparação da informação financeira que fará parte das demonstrações financeiras consolidadas.

Os procedimentos para análise e aprovação da informação financeira são fornecidos pelas áreas de Planeamento e Controlo, e Administração, Consolidação e Fiscalidade. A informação financeira é acompanhada pela Comissão de Auditoria e Controlo, no âmbito das suas competências, antes da formulação das contas pelo Conselho de Administração.

O SCIRF inclui atividades de controlo relacionadas com estes processos, substanciadas no Controlo de Nível da Entidade, Controlo de Processos e Controlo Informático Geral. Estes processos incluem atividades de revisão e aprovação da informação financeira utilizada nos processos de elaboração de contas individuais, preparação de contas consolidadas, e processamento de demonstrações financeiras consolidadas.

A EDPR dispõe da descrição dos Perfis de Competência para os Cargos a serem realizados no exercício de cada posição, que inclui a descrição das suas principais responsabilidades. Estes Perfis incluem a descrição dos cargos-chave das pessoas envolvidas na preparação de informação financeira. Estas descrições incluem as responsabilidades na preparação de informação financeira e de conformidade com os procedimentos de controlo interno.

A documentação dos processos projetados e dos controlos associados incluem, entre outros, a realização de atividades de encerramento para completar listas de verificação de encerramento mensal por entidade, fixando prazos para o encerramento, a identificação da relevância das operações, para que possam ser analisadas no nível apropriado, a análise da informação financeira, a existência de limitações nos sistemas para evitar registos errados ou a intervenção de pessoas não autorizadas, a análise de desvios ao orçamento, a análise das Comissões de factos relevantes e significativos que poderiam causar um impacto significativo sobre as contas, ou a atribuição de responsabilidades para o cálculo dos montantes a serem provisionados, para que tal seja realizado por pessoal autorizado com as competências adequadas.

Para além dos processos mencionados, também estão documentados os principais processos de transação resultantes do âmbito. A descrição das atividades e

controlos é efetuada com o objetivo de assegurar o registo, avaliação, apresentação adequada e divulgação de transações em relatórios financeiros.

As atividades de controlo do SCIRF da EDPR também incluem as que estão relacionadas com sistemas e tecnologias da informação (Controlo Geral de Computadores), seguindo uma referência internacional, a ferramenta COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*). Entende-se a importância desta área quando se sabe que os sistemas de informação são as ferramentas com as quais as informações financeiras são preparadas, sendo, portanto, relevantes para operações com eles realizadas.

Estas atividades de controlo incluem as atividades relacionadas com o controlo de acesso às aplicações e sistemas, separação de funções, gestão de manutenção corretiva e preventiva, novos projetos de implementação, administração e gestão dos sistemas, instalações e operações (back-ups, incidentes de segurança), seu acompanhamento adequado, e planeamento. Estas atividades são desenvolvidas tendo em conta os requisitos de controlo e supervisão.

Entre as atividades de atualização do âmbito do SCIRF, inclui-se uma análise periódica da existência de prestadores de serviços que executam atividades relevantes em relação aos processos de preparação de informação financeira.

SUPERVISÃO SCIRF

A Comissão de Auditoria e Controlo supervisiona o SCIRF no âmbito do exercício das suas atividades, através do acompanhamento e supervisão dos mecanismos desenvolvidos para a implementação, evolução e avaliação do SCIRF, e os resultados da análise do âmbito e a extensão da situação em termos de cobertura. Para este efeito, a Comissão de Auditoria e Controlo é assistida pelo Departamento de Auditoria Interna.

A EDPR conta com um Departamento de Auditoria Interna, que reporta ao Presidente da Comissão Executiva e é supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, tal como previsto na Lei Básica de Auditoria Interna.

As principais funções do Departamento de Auditoria Interna são definidos na Lei Básica de Auditoria Interna, que inclui, entre outras, as atividades de avaliação de sistemas de controlo interno, incluindo o sistema de controlo interno sobre os relatórios financeiros.

Os planos de trabalho anuais do Departamento de Auditoria carecem de parecer da Comissão de Auditoria, que elabora um relatório sobre a sua implementação.

Entre essas atividades, a Auditoria Interna apoia a Comissão de Auditoria e Controlo no acompanhamento da implementação e manutenção do SCIRF e apresenta um relatório sobre os resultados da avaliação, as ações de melhoria identificadas, e a sua evolução.

A entidade dispõe de planos de ação para as ações de melhoria identificadas nos processos de avaliação do SCIRF, que são acompanhadas e supervisionadas pelo Departamento de Auditoria Interna, considerando o seu impacto sobre a informação financeira.

Também no ano de 2014, tal como em anos anteriores, foi efetuado um processo de auto

certificação por parte dos responsáveis dos vários processos relativamente à atualização da documentação adequada sobre controlos do SCIRF e processos na sua área de responsabilidade e implementação de controlos com produção de documentação.

AVALIAÇÃO SCIRF

Para além das atividades de monitorização e avaliação descritas no parágrafo anterior, caso o auditor identifique insuficiências de controlo interno no âmbito

do seu trabalho de auditoria financeira, devem comunicar essas circunstâncias à Comissão de Auditoria e Controlo, que monitoriza regularmente os resultados dos trabalhos de auditoria.

Adicionalmente, em 2014 o Grupo EDPR optou pela auditoria externa do SCIRF. Como resultado da sua avaliação, o auditor externo emitiu um relatório com um parecer favorável sobre o SCIRF do Grupo EDPR, de acordo com a ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements 3000).

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. DEPARTAMENTO DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

A EDPR procura tornar acessível aos seus acionistas, investidores e *stakeholders* toda a informação relevante sobre a Empresa e o seu ambiente de negócio, de forma regular. A promoção de informação transparente, consistente, rigorosa, facilmente acessível e de alta qualidade tem um papel fundamental para criar a perceção exata da estratégia da empresa, da sua situação financeira, contas de ativos, projeções futuras, riscos e eventos significativos.

Deste modo, a EDPR procura fornecer aos investidores informação precisa que os possa apoiar na tomada de decisões informadas, claras e completas relativamente aos investimentos a efetuar.

A EDPR criou um Departamento de Relações com Investidores para assegurar o contacto direto e permanente com todos os agentes e *stakeholders* relacionados com o mercado e garantir o princípio de igualdade entre os acionistas e evitar assimetrias no acesso à informação.

O Departamento de Relação com Investidores da EDPR atua como intermediário entre a EDPR e os seus acionistas atuais e potenciais, os analistas financeiros que acompanham a sua atividade, todos os investidores e restantes membros da comunidade financeira. O principal objetivo do departamento é o de garantir o princípio de igualdade entre os acionistas, evitando assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores e diminuindo o desvio entre a perceção do mercado e a estratégia e o valor intrínseco da Empresa. Este departamento é responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia de comunicação da EDPR e pela manutenção de uma adequada relação institucional a nível da informação com os mercados financeiros, com a bolsa de valores, na qual as ações da EDPR foram admitidas à negociação, e com as entidades de regulação e supervisão (a CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e a CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

A EDPR tem plena consciência da importância de disponibilizar informação transparente, detalhada e comunicada atempadamente ao mercado. Consequentemente, publica informação confidencial com possível impacto sobre o preço antes da abertura ou após o fecho da Bolsa de Valores de Lisboa através do sistema de informação da CMVM e, simultaneamente, a mesma informação é disponibilizada na área de investidores do nosso site e através da lista de divulgação do Departamento de Relações com Investidores. Em 2014, a EDPR emitiu 47 comunicados de imprensa. Adicionalmente, a

Direção de Relações com Investidores também elabora e torna acessível, com uma periodicidade trimestral, semestral e anual, apresentações sobre os resultados anuais, folhetos, ficheiros de dados relevantes e apresentações provisórias.

No momento do anúncio de novos resultados financeiros, a EDPR promove uma conferência de imprensa e um *webcast*, em que a Administração da Empresa comunica ao mercado informação atualizada sobre as atividades da EDPR. Em cada um desses eventos, os acionistas, investidores e analistas têm a oportunidade de apresentar as suas questões diretamente e discutir os resultados da EDPR, bem como as perspetivas da Empresa.

O Departamento de Relação com Investidores é coordenado por Rui Antunes e está localizado na sede da Empresa em Madrid, Espanha. A estrutura do departamento e os seus contactos são os seguintes:

Contatos do Departamento de Relações com Investidores:

Rui Antunes, Diretor de Planeamento e Controlo, Relações com Investidores e Sustentabilidade, Calle Serrano Galvache 56, Centro Empresarial Parque Norte Edificio Olmo - piso 7, 28033 Madrid, España
Website: www.edprenovaveis.com/investors
E-Mail: ir@edpr.com
Telefone: +34 902 830 700 / Fax: +34 914 238 429

Em 2014, a EDPR promoveu e participou em diversos eventos, nomeadamente no Dia do Investidor do Grupo EDP, em *roadshows*, apresentações a investidores e analistas, reuniões e conferências telefónicas. Ao longo do ano, a equipa de gestão da EDPR e a equipa de Relações com Investidores assistiu a 15 conferências com corretores, realizou 29 *roadshows* e 6 *reverse roadshows*, num total de mais de 400 encontros com investidores institucionais em 21 das maiores capitais financeiras na Europa, EUA, Canadá, Austrália e Ásia.

O Departamento de Relações com Investidores da EDPR esteve em contacto permanente com os agentes do mercado de capitais, nomeadamente, analistas financeiros que avaliam a Empresa. Em 2014, a Empresa teve conhecimento de que os analistas de investimento produziram mais de 170 relatórios de avaliação do negócio e do desempenho da EDPR.

No final de 2014, tanto quanto a EDPR tem conhecimento, 21 instituições elaboraram relatórios de investigação, acompanhando ativamente a

atividade da empresa. A 31 de dezembro de 2014, o preço-alvo médio dos analistas era de 5,72 euros por ação, tendo a maioria dos analistas recomendado as

ações da EDPR para compra: 11 Compra, 9 Neutral e 1 Venda.

Empresa	Analista	Preço-alvo	Recomendação
Bank of America Merrill Lynch	Pinaki Das	5,90 €	Neutral
Barclays	Monica Girardi	4,90 €	Equalweight
BBVA	Daniel Ortea	5,62 €	Outperform
Berenberg	Lawson Steele	5,75 €	Buy
BES	Felipe Echevarria	6,30 €	Buy
BPI	Flora Trindade	7,10 €	Buy
Caixa BI	Helena Barbosa	5,50 €	Buy
Citigroup	Antonella Bianchessi	6,30 €	Buy
Deutsche Bank	Virginia Sanz de Madrid	5,50 €	Hold
Exane BNP	Manuel Palomo	4,50 €	Underperform
Fidetiis	Daniel Rodríguez	5,78 €	Hold
Goldman Sachs	Manuel Losa	6,40 €	Neutral
JP Morgan	Javier Garrido	5,30 €	Overweight
Kepler Cheuvreux	Jose Porta	5,25 €	Hold
Macquarie	Shai Hill	5,75 €	Outperform
Main First	Fernando Garcia	5,70 €	Outperform
Morgan Stanley	Carolina Dores	6,30 €	Overweight
Natixis	Philippe Ourpatian	5,00 €	Neutral
Santander	Bosco Mugiro	6,50 €	Buy
Société Générale	Jorge Alonso	5,20 €	Hold
UBS	Alberto Gandolfi	5,50 €	Neutral

57. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

O representante da EDPR para as relações com o mercado é o administrador executivo, Rui Teixeira.

58. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Em 2014, a EDPR esteve presente em diversos eventos com analistas e investidores, como o Dia do Investidor do Grupo EDP, *roadshows*, apresentações, reuniões e conferências telefónicas, para comunicar o plano de negócios da EDPR, a sua estratégia e o seu desempenho operacional e financeiro.

informação e interagiu 410 vezes com investidores institucionais. Em média, os pedidos de informação foram respondidos em menos de 24 horas, com pedidos complexos a serem respondidos no prazo de uma semana. A 31 de dezembro de 2014 não havia qualquer pedido de informação pendente.

Durante o ano, o Departamento de Relações com Investidores recebeu mais de 600 pedidos de

V. SÍTIO DE INTERNET – INFORMAÇÃO ONLINE

59-65.

A EDPR considera que a informação *online* é uma ferramenta da maior importância na disseminação de informação, pelo que atualiza o seu site na internet com todos os documentos relevantes. Além das informações exigidas pelos regulamentos da CMVM e

da CNMV, a página da EDPR também disponibiliza atualizações financeiras e operacionais sobre as atividades da EDPR, garantindo a todos um acesso fácil à informação.

Website da EDPR: www.edprenovaveis.com

Informação	Ligação
Informação sobre a Empresa	www.edprenovaveis.com/our-company/who-we-are
Estatutos corporativos e regulamentos de órgãos	www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance
Membros dos órgãos sociais	www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance/directors
Representante das relações com o mercado, Direção de Relações com Investidores	www.edprenovaveis.com/investors/contact-ir-team
Meios de acesso	www.edprenovaveis.com/our-company/contacts/contact-us
Demonstrações financeiras	www.edprenovaveis.com/investors/reports-and-results
Agenda de eventos corporativos	www.edprenovaveis.com/investors/calendar
Informação sobre a Assembleia Geral de Acionistas	www.edprenovaveis.com/investors/shareholders-meeting-2

**PARTE I:
INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO
E GOVERNO DA SOCIEDADE**

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO	140
II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES	140
III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES	140
IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES	142
V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS	143
VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES	143

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente no seio do Conselho de Administração, com carácter informativo e consultivo. As suas recomendações e relatórios não são vinculativos. Como tal, a Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas.

As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações dos membros do Conselho, assim como sobre a composição das comissões do Conselho e a nomeação, retribuição e destituição de quadros de topo.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é o órgão responsável por propor ao Conselho de Administração

a determinação da remuneração dos administradores da Empresa; a Declaração sobre a Política de Retribuição; a avaliação e cumprimento dos KPIs (*Key Performance Indicators*); a remuneração variável anual e Plurianual, se aplicável, e também propõe a remuneração para os Administradores Não Executivos e membros das Comissões do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação das referidas propostas exceto na Declaração sobre a Política de Retribuição. A Declaração sobre a Política de Retribuição é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas como uma proposta independente. De acordo com os Estatutos Sociais, a remuneração dos Administradores está sujeita a um valor máximo, que só pode ser modificado por acordo dos acionistas.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

A Composição da Comissão de Nomeações e Remunerações é referida no ponto 29 do presente Relatório.

A Comissão de Nomeações e Remunerações não contratou nenhum serviço de consultoria externo correspondente a 2014.

68. CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

O Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações possui conhecimentos e experiência em Política de Remunerações como membro da Comissão de Remunerações de uma empresa

portuguesa cotada em bolsa, conforme mencionado na sua nota biográfica disponível no anexo. As biografias dos membros da Comissão de Nomeações e Remunerações estão no Anexo do Relatório.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Nos termos do artigo 26º dos Estatutos Sociais, os Administradores terão direito a uma remuneração que consiste em: (i) um valor fixo a ser determinado anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas para todo o Conselho de Administração e (ii) senhas de presença pela participação nas reuniões do Conselho.

O referido artigo estabelece ainda que os Administradores podem ser remunerados através da atribuição de ações da Empresa, opções de aquisição de ações ou outros valores mobiliários que confirmam o direito à aquisição de ações da Empresa, ou mediante sistemas remuneratórios indexados ao valor das ações. Em qualquer caso, o sistema escolhido deve ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas e estar em conformidade com a legislação em vigor.

O valor total das remunerações pagas aos Administradores, nas condições previstas nos parágrafos anteriores, não poderá exceder o montante determinado para o efeito pela Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração máxima anual do conjunto do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral é de €2.500.000 por ano.

Nos termos do Artigo 26º, nº4 dos Estatutos Sociais, os direitos e deveres que advenham da condição de membro do Conselho de Administração deverão ser compatíveis com quaisquer direitos e obrigações, fixas

ou variáveis, que possam corresponder aos Administradores por outras relações laborais ou profissionais que, a existirem, desempenhem na Empresa. As retribuições variáveis que derivem dos correspondentes contratos ou de qualquer outro tipo, incluída a sua presença num órgão de Administração, serão limitadas a um máximo anual a estabelecer em Assembleia Geral.

A remuneração anual máxima aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas para a remuneração variável dos Administradores executivos é de €1.000.000 por ano.

A EDPR, em linha com as práticas de governo corporativo do Grupo EDP, assinou um Acordo de Serviços de Administração Executiva com a EDP, nos termos do qual a Empresa suporta o custo de tais serviços para alguns membros do Conselho de Administração, na medida em que os seus serviços são dedicados à EDPR.

Os Administradores Não Executivos auferem apenas uma remuneração fixa pelas funções desempenhadas enquanto Administradores ou pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo. Os membros que pertencem a duas comissões diferentes não

acumulam duas remunerações. Nestes casos, a remuneração a receber é a que corresponde ao valor mais elevado.

A EDPR não atribuiu qualquer remuneração em ações ou planos de opção de compra de ações aos membros do Conselho de Administração.

Nenhum Administrador estabeleceu qualquer contrato com a empresa ou terceiros para o efeito de reduzir o

risco inerente à variabilidade da remuneração estabelecida pela empresa.

Não há também na EDPR quaisquer compensações pela exoneração ou saída do cargo de nenhum Administrador.

A política de remuneração dos Administradores da Empresa é submetida anualmente à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

70. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

A política de remunerações proposta pela Comissão de Nomeações e Remunerações, e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas a 8 de abril de 2014 (política de remuneração), define uma estrutura com uma remuneração fixa para todos os membros do Conselho de Administração e uma remuneração variável, com uma componente anual e uma componente plurianual para os membros da Comissão Executiva.

Para o período 2014-2016, foi decidido manter a

estrutura de remuneração relativamente aos seus componentes, bem como manter o mesmo valor nominal da componente fixa anual que estava em vigor durante o período de 2011-2013, tendo ajustado, no final desse período, a remuneração fixa do CFO, COO EU e COO AN por terem terminado os seus contratos de expatriação, não incorrendo em qualquer aumento de custos para a Empresa, e rever os indicadores-chave de desempenho (KPIs) para as componentes variável plurianual e anual.

71. COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO

A componente variável anual e plurianual da remuneração aplica-se aos membros da Comissão Executiva.

A remuneração variável anual poderá variar entre 0 e 68% da remuneração fixa anual e a remuneração variável Plurianual entre 0 e 120% da remuneração fixa anual.

Para os membros da Comissão Executiva, que também são Administradores, haverá uma avaliação qualitativa por parte do CEO sobre o desempenho anual. Essa avaliação terá um peso de 20% no cálculo final da remuneração variável anual e 32% na

remuneração variável plurianual. Os restantes 80% serão calculados com base nos pesos indicados no parágrafo seguinte para a remuneração variável anual e 68% para a variável plurianual.

Os principais indicadores de desempenho utilizados para determinar o valor da componente variável anual e plurianual em relação a cada ano estão alinhadas com os fundamentos estratégicos da Empresa: crescimento, controlo do risco e eficiência. Estes indicadores são os mesmos para todos os membros da Comissão Executiva, embora com metas específicas para as plataformas no caso dos COO's (Diretores de Operações):

Grupo-alvo	Principal indicador de desempenho	Peso
	Retorno total para os acionistas vs. Pares & PSI 20	15%
Crescimento	Aumento em MW (EBITDA + Património Líquido)	15%
	ROIC Cash %	8%
Risco-Retorno	EBITDA	12%
	Resultado líquido	12%
	Disponibilidade técnica	6%
Eficiência	Opex / MW	6%
	Capex / MW	6%
	Sustentabilidade	10%
Outros	Satisfação dos colaboradores	5%
	Apreciação da Comissão de Remunerações	5%

De acordo com a Política de Remunerações aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a remuneração variável máxima (anual e plurianual) só é aplicável se

todos os indicadores-chave acima referidos forem cumpridos, e apenas se a avaliação de desempenho for igual ou superior a 110%.

72. REMUNERAÇÃO PLURIANUAL

Os Acionistas da EDPR aprovaram na última Assembleia Geral que se realizou do dia 8 de abril de 2014 uma modificação na Política de Remuneração para incorporar o diferimento da remuneração

variável Plurianual por um período de três anos, sujeito à *performance* positiva da Empresa em linha com as práticas de governo da CMVM.

73. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM AÇÕES

A EDPR não atribuiu remuneração variável em ações e não mantém ações da Empresa a que os Administradores Executivos tiveram acesso.

74. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM OPÇÕES

A EDPR não atribuiu remuneração variável em opções.

75. PRÉMIOS ANUAIS E BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS

Os principais fatores e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais encontram-se descritos nos pontos 71 e 72. Adicionalmente, os *Officers*, à exceção do CEO, recebem os seguintes benefícios não monetários: automóvel da empresa e seguro de saúde. Tendo em conta o termo dos contratos de

expatriação dos *Officers* da EDPR, cessou o direito ao subsídio de alojamento. Em 2014, os benefícios não pecuniários corresponderam a €63.532,47.

Os membros do Conselho de Administração não recebem quaisquer benefícios não-monetários relevantes a título de remuneração

76. PLANO DE POUPANÇA REFORMA

O plano de poupança reforma para os membros da Comissão Executiva, que também são Administradores, atua como um complemento de reforma que varia entre 3% a 6% do seu salário anual. A percentagem é definida de acordo com o

plano de poupança reforma aplicável no seu país de origem. O plano de poupança reforma foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas a 8 de abril de 2014 (a Política de Remuneração incluía o Plano de Reforma).

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração paga pela EDPR aos membros do Conselho de Administração no exercício findo a 31 de dezembro de 2014 foi a seguinte:

Remuneração	Fixa (€)	Variável (€)		Total (€)
		Anual	Plurianual	
Administradores Executivos:				
João Manso Neto (CEO) ^{a)}	-	-	-	-
Nuno Alves ^{a)}	-	-	-	-
Rui Teixeira ^{b)}	61.804	-	-	61.804
Gabriel Alonso ^{b)}	-	-	-	-
João Paulo Costeira ^{b)}	61.804	-	-	61.804
Administradores Não Executivos:				
António Mexia ^{a)}	-	-	-	-
João Lopes Raimundo	60.000	-	-	60.000
João Manuel de Mello Franco	73.333	-	-	73.333
Jorge Santos	66.667	-	-	66.667
José Araújo e Silva	45.000	-	-	45.000
Manuel Menéndez Menéndez	45.000	-	-	45.000
Rafael Caldeira Valverde	55.000	-	-	55.000
Gilles August	45.000	-	-	45.000
João Marques da Cruz ^{a)}	-	-	-	-
Acácio Piloto	45.000	-	-	45.000
António Nogueira Leite	55.000	-	-	55.000
José Ferreira Machado	60.000	-	-	60.000
Total	673.608	-	-	673.608

^{a)} António Mexia, João Manso Neto, Nuno Alves e João Marques da Cruz não receberam nenhuma remuneração da EDPR. A EDPR e a EDP assinaram um Acordo de Serviços de Administração Executiva, de acordo com o qual, corresponde à EDPR pagar à EDP um *fee* pelos serviços prestados por estes Administradores.

^{b)} Rui Teixeira, Gabriel Alonso e João Paulo Costeira, como *Officers* e membros da Comissão Executiva recebem a sua remuneração como Administradores e/ou colaboradores de outras empresas do Grupo, conforme descrito na tabela seguinte.

Segundo o Acordo de Serviços de Administração Executiva assinado com a EDP, a EDPR deve pagar à EDP, os serviços prestados pelos Administradores Executivos e Administradores Não Executivos. O montante devido ao abrigo do referido Acordo pelos serviços de administração prestados pela EDP em 2014 é de €1.107.341 euros, dos quais €1.017.341 correspondem aos serviços de gestão prestados pelos Administradores Executivos e €90.000 pelos serviços prestados pelos Administradores Não Executivos. O

Plano de Poupança Reforma dos membros da Comissão Executiva, excluindo os *Officers*, funciona como complemento efetivo de reforma e corresponde a 5% do valor do respetivo vencimento anual.

Os Administradores Não Executivos podem optar por uma remuneração fixa ou pelo pagamento pela presença nas reuniões, num valor equivalente à remuneração fixa proposta para os Administradores, tendo em conta as respetivas funções.

78. REMUNERAÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO

Conforme mencionado no Relatório de Governo Corporativo de 2013, devido ao termo dos contratos de expatriação de três *Officers* (Rui Teixeira, CFO; João Paulo Costeira, COO EU, Brasil & África do Sul; e Gabriel Alonso, COO América do Norte & México), foram assinados novos contratos de trabalho com outras empresas do Grupo, a saber:

- Rui Teixeira com a EDP Energias de Portugal S.A. Sucursal en España;
- João Paulo Costeira com a EDP Energias de Portugal S.A. Sucursal en España; e,
- Gabriel Alonso com a EDP Renewables North America LLC.

Membro	Fixa (€)	Variável (€)	
		Anual (*)	Plurianual (*)
Rui Teixeira	228.196	75.000	235.000
João Paulo Costeira	228.196	75.000	235.000
Gabriel Alonso	301.874	75.000	235.000
Total	758.266	225.000	705.000

(*) Corresponde ao variável anual de 2014 e variável plurianual de 2011-2013.

79. REMUNERAÇÃO PAGA SOB FORMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS

Na EDPR não há pagamento de remunerações sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios, pelo que não há justificação dos referidos prémios ou participação nos lucros.

80. INDEMNIZAÇÕES A ADMINISTRADORES CESSANTES

Na EDPR não há lugar ao pagamento de indemnizações devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. REMUNERAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Membro	Cargo	Remuneração (€) (*)
Jorge Santos	Vogal/Presidente desde 8 de abril de 2014	66.667
João Manuel de Mello Franco	Presidente até 8 de abril de 2014/Vogal	73.333
João Lopes Raimundo	Vogal	60.000

(*) Os Administradores Não Executivos auferem apenas uma remuneração fixa, calculada com base nas funções desempenhadas enquanto Administradores ou pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e/ou na Comissão de Auditoria e Controlo.

82. REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Em 2014, a remuneração do Presidente da Assembleia Geral de Acionistas da EDPR foi de €15.000.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83-84.

A EDPR não possui acordos com implicações a nível da remuneração.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

85-88.

A EDPR não possui quaisquer planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

**PARTE I:
INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO
E GOVERNO DA SOCIEDADE**

**E. TRANSAÇÕES COM PARTES
RELACIONADAS**

**I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS
DE CONTROLO..... 145**

**II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS
NEGÓCIOS..... 148**

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. MECANISMOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A fim de supervisionar as transações entre as empresas do Grupo e os seus acionistas qualificados, o Conselho de Administração constituiu a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, um órgão permanente, com funções delegadas. As atribuições da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são descritas no ponto 29 do Relatório. A Comissão de Auditoria e Controlo também supervisiona as operações com acionistas qualificados quando solicitado pelo Conselho de Administração da Comissão de Operações de acordo com o Artigo 8º,

nº 2, i) do seu Regulamento. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo. Os mecanismos estabelecidos nos regulamentos de ambas as Comissões e também o facto de que um dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas ser o membro da Comissão de Auditoria e Controlo constituem elementos relevantes para uma avaliação adequada das relações estabelecidas entre a EDPR e terceiros.

90. TRANSAÇÕES SUJEITAS A CONTROLO EM 2014

Em 2014, a EDPR não assinou qualquer contrato com os membros dos seus órgãos sociais ou com detentores de participações qualificadas, excluindo a EDP, conforme mencionado abaixo.

No entanto, a EDPR acordou uma operação com a China Three Gorges (CTG), acionista titular de participação qualificada na EDP, mas não na EDPR, através da sua subsidiária EDP Renováveis Brasil, S.A. ("EDPR Brasil"), para a venda de uma participação acionista representativa de 49% do capital social de parques eólicos em operação e em desenvolvimento no Brasil. O perímetro da transação abrange 84 MW de parques eólicos em operação, com uma vida média de 4 anos, assim como 237 MW em desenvolvimento, remunerados de acordo com contratos de longo-prazo atribuídos em leilões que contemplam a venda de energia durante 20 anos. O fecho da transação financeira está pendente da aprovação das competentes autoridades regulatórias do Brasil e da China. Para esta operação, foi emitido parecer favorável pela Comissão de Auditoria e Controlo da EDPR, seguindo a Recomendação V.2 da CMVM.

Relativamente a operações com partes relacionadas, a EDPR e/ou as suas subsidiárias assinaram os contratos subsequentemente detalhados com a EDP Energias de Portugal S.A. (doravante, EDP) ou com outros membros do seu Grupo que não pertencem ao subgrupo EDPR.

Os contratos assinados entre a EDPR e partes relacionadas foram analisados pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas de acordo com as suas competências, como mencionado no ponto anterior, e concluídos de acordo com as condições de mercado.

O valor total dos fornecimentos e serviços em 2014 incorrido com ou cobrado pelo Grupo EDP foi de €16.6 milhões de euros, o que corresponde a 6.5% do valor total de Fornecimentos e Serviços do ano (€256.6 milhões de euros).

Os contratos mais significativos em vigor em 2014 são os seguintes:

ACORDO-QUADRO

A 7 de maio de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um Acordo-Quadro que entrou em vigor aquando da admissão à negociação desta última. O Acordo-Quadro visava definir os princípios e as regras a que deviam obedecer as relações comerciais e jurídicas

existentes aquando da entrada em vigor do mesmo e as que viessem a estabelecer-se posteriormente.

O Acordo-Quadro estabelece que nem a EDP nem as sociedades do Grupo EDP, salvo a EDPR e as suas subsidiárias, poderão desenvolver atividades na área das energias renováveis sem o consentimento da EDPR. A EDPR terá exclusividade mundial, à exceção do Brasil, onde deverá desenvolver as suas atividades através de uma *joint-venture* com a EDP Energias do Brasil S.A., para o desenvolvimento, construção, operação e manutenção de instalações ou atividades relacionadas com energia eólica, solar, das ondas e/ou das marés e outras tecnologias de geração de energias renováveis que podem vir a ser desenvolvidas no futuro. Contudo, são excluídas do âmbito de aplicação do acordo as tecnologias, em desenvolvimento, relacionadas com a energia hidroelétrica, a biomassa, a coprodução e a valorização energética de resíduos em Portugal e Espanha.

O acordo prevê também que a EDPR está obrigada a prestar à EDP quaisquer informações que esta venha a requerer àquela para cumprimento das suas obrigações legais, bem como a obrigação de a EDPR preparar as contas consolidadas do Grupo EDP.

O Acordo-Quadro mantém-se em vigor enquanto a EDP mantiver, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital social da EDP Renováveis ou desde que nomeie mais de 50% dos seus Administradores.

ACORDO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

A 4 de novembro de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um Acordo de Serviços de Administração Executiva, renovado a 4 de maio de 2011 e que entrou em vigor a 18 de março de 2011, tendo sido renovado a 10 de maio de 2012.

Através deste contrato, a EDP proporciona serviços de gestão à EDP Renováveis, incluindo os assuntos relacionados com a gestão diária da Empresa. No âmbito deste Acordo, a EDP nomeia quatro elementos da EDP para integrarem a administração da EDPR: i) dois Administradores Executivos, que são membros da Comissão Executiva da EDPR, incluindo o CEO, e ii) dois Administradores Não Executivos, pelos quais a EDPR paga à EDP um montante definido pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e aprovado pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral de Acionistas.

No âmbito deste Acordo, a EDPR deve pagar a quantia de €1.107.341 euros, aos serviços de administração prestados em 2014.

AQUISIÇÃO DE UMA PARTICIPAÇÃO DE 45% DO CAPITAL SOCIAL DA EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A. PELA EDP RENOVÁVEIS S.A

A EDP Renováveis, S.A. ("EDPR") e a EDP Energias do Brasil, S.A. ("EDP Brasil") assinaram um Memorando de Entendimento ("MdE") para a aquisição, por parte da EDPR, de 45% do capital social da EDP Renováveis Brasil, S.A. ("EDPR Brasil") controlado pela EDP Brasil. Com a conclusão desta transação a EDPR irá controlar 100% do capital social da EDPR Brasil. O preço da transação será acordado entre ambas as partes e considerará o valor atribuído à EDPR Brasil e às suas subsidiárias, sendo o mesmo certificado por uma instituição financeira reconhecida. A conclusão da transação está sujeita à aprovação regulatória assim como de outras condições habituais neste tipo de operações, e deverá ocorrer até ao final do primeiro semestre de 2015.

ACORDOS DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS

Os acordos de financiamento mais significativos entre as empresas do Grupo EDP e as empresas do Grupo EDPR foram estabelecidos ao abrigo do Acordo-Quadro acima referido, incluindo atualmente os seguintes:

ACORDOS DE EMPRÉSTIMO

A EDPR (como mutuário) possui acordos de financiamento com a EDP Finance BV (como credor), empresa detida a 100% pela EDP Energias de Portugal S.A. Tais acordos de financiamento podem ser estabelecidos tanto em euros como em dólares, em geral têm uma maturidade a 10 anos e são remunerados a taxas normais de mercado (*arm's length*). À data de 31 de dezembro de 2014, os acordos de empréstimo ascendiam a 1.451.042.386 euros e 1.836.699.611 dólares norte-americanos.

CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

Foi celebrado um contrato de contragarantia através do qual a EDP ou a EDP Energias de Portugal, Sociedade Anónima, Sucursal em Espanha (adiante conjuntamente designadas por "Garante" ou "EDP Sucursal") se obriga a prestar garantias acionistas ou a solicitar a emissão de outras garantias, por conta da EDPR, da EDP Renewables Europe, SLU (doravante abreviadamente designada "EDPR EU") e da EDPR North America LLC (doravante designada "EDPR NA"), nos termos e condições definidos pelas subsidiárias e aprovados, caso a caso, pelo Conselho Executivo da EDP.

A EDPR é solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações resultantes do contrato pela EDPR EU e pela EDPR AN. As subsidiárias da EDPR obrigam-se a indemnizar o Garante por quaisquer perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (*arm's length*). Contudo, podem ter sido estabelecidas condições diferentes para certas garantias emitidas antes da data de aprovação destes contratos. À data de 31 de dezembro de 2014, os acordos de contraparte ascendiam a 34.181,464 euros

e 211.500.000 dólares norte-americanos.

Há um outro Acordo de contragarantia assinado, segundo o qual a EDP Energias do Brasil, SA, ou a EDPR em nome da EDPR Brasil, se compromete a proporcionar garantias corporativas ou a pedir a emissão de tais garantias, segundo os termos e condições solicitados pelas subsidiárias, e que tenham sido aprovadas, caso a caso, pela Comissão Executiva da EDPR. Cada uma das partes compromete-se a indemnizar a outra parte no valor pro rata da sua participação por quaisquer perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (*arm's length*). À data de 31 de dezembro de 2014, estes contratos de contragarantia ascendiam a um total de BRL 87.858.811.

CONTRATO DE CONTA-CORRENTE

A EDP Servicios Financieros España SLU e a EDPR celebraram um acordo através do qual a EDP Servicios Financieros España administra as contas de caixa da EDPR. O contrato regula ainda uma conta-corrente entre ambas as empresas, remunerada com base em valores de mercado (*arm's length*). À data de 31 de dezembro de 2014, existiam duas contas-correntes diferentes com o seguinte balanço e contrapartes:

- Em dólares americanos, a EDPR SF com a EDP SFE para um montante total de USD 32.308.521 a favor da EDPR SF;
- Em euros, a EDPR SF com a EDP SFE para um montante total de EUR 136.625.957 a favor da EDPR SF;

Os acordos em vigor são válidos por um ano a partir da data de assinatura, sendo automaticamente renováveis por períodos iguais.

SWAPS CRUZADOS DE DIVISAS E TAXAS DE JURO

Devido ao investimento líquido na EDPR NA, EDPR Brasil e nas empresas polacas, as contas da EDPR estiveram expostas ao risco cambial. Com o objetivo de cobrir este risco cambial, a EDPR negociou o seguinte swap cruzado de divisas e taxas de juro (CIRS):

- Em dólares americanos e euros, com a EDP Sucursal por um montante total de USD 2.632.613.000;
- Em reais e euros, com a EDP Energias de Portugal S.A. por um montante total de BRL 118.000.000;
- Em zlotis polacos e euros, com a EDP Energias de Portugal S.A. por um montante total de PLN 710.132.653.

ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO – TAXA DE CÂMBIO

A EDP Energias de Portugal S.A., a EDPR e a EDP Servicios Financieros España SLU estabeleceram diversos acordos para cobertura de risco com o objetivo de gerir a exposição às transações relacionadas com os pagamentos dos investimentos de curto prazo realizados na América do Norte, na Polónia, e nas subsidiárias na Roménia, fixando a taxa de câmbio EUR/USD, EUR/PLN e EUR/RON de acordo

com os preços no mercado de futuros à data de cada contrato. À data de 31 de dezembro de 2014, a quantidade total de derivativos "Forward" (FWD) e "Non Deliverable Forwards" (NDF) por área geográfica e divisa é a seguinte:

- Operações na Polónia, em euros e zlotis polacos, no montante total de PLN 218.036.836 (NDF) e PLN 156.608.820 (FWD);
- Operações na Roménia, em euros e leus romenos, no montante total de RON 63.648.349 (FWD);
- Operações nos EUA em euros e dólares americanos, no montante total de USD 329.000.000 (NDF);

ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO – COMMODITIES

A EDP e a EDP EU estabeleceram acordos de cobertura para 2014 para um volume total de 1.802.056 MWh (posição de venda) e 612.230 MWh (posição de compra) a preços do mercado de "forwards" à data de execução relacionada com a venda de energia esperada no mercado espanhol.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

A 4 de junho de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um contrato de prestação de serviços de consultoria. Através deste contrato, e mediante solicitação da EDPR, a EDP (ou a EDP Sucursal) deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulamentação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

O preço do contrato é calculado através da soma do custo suportado pela EDP acrescido de uma margem. No primeiro ano, a margem aplicada, fixada por um perito independente com base num estudo de mercado, foi de 8%. Em 2014, o custo estimado dos serviços prestados foi de €2.407.776. Este valor engloba a totalidade dos custos dos serviços fornecidos à EDPR, à EDPR EU e à EDPR AN.

O contrato tem a duração de um (1) ano, e é automaticamente renovável por iguais períodos de tempo.

ACORDO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A 13 de maio de 2008, a EDP Inovação S.A. (doravante designada EDP Inovação), uma empresa do Grupo EDP, e a EDPR celebraram um acordo com o objetivo de regular as relações entre ambas no que se refere ao desenvolvimento de projetos na área das energias renováveis (doravante designado Acordo de I&D).

O Acordo de I&D tem por objetivo evitar os conflitos de interesses e promover a troca de conhecimentos entre as empresas, assim como o estabelecimento de relações jurídicas e comerciais. Consequentemente, o acordo proíbe que outras empresas do Grupo EDP, exceto a EDP Inovação, desenvolvam ou invistam em empresas que desenvolvam determinados projetos de

energias renováveis descritos no Acordo de I&D.

O Acordo de I&D confere à EDP Inovação o direito exclusivo sobre os projetos de desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas às energias renováveis já em fase piloto, de estudo de viabilidade económica e/ou comercial, sempre que a EDPR opte por desenvolvê-los.

O Acordo mantém-se em vigor enquanto a EDP controlar, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital de ambas as empresas ou enquanto puder nomear a maioria dos membros dos respetivos Conselhos de Administração e Comissões Executivas.

ACORDO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS PORTUGAL S.A. E A EDP VALOR - GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS S.A.

A 1 de janeiro de 2003, a EDPR - Promoção e Operação S.A. e a EDP Valor - Gestão Integrada de Recursos S.A. (adiante designada EDP Valor), empresa do Grupo EDP, assinou um contrato de prestação de serviços de apoio à gestão.

O contrato tem por objeto a prestação EDPR - Promoção e Operação S.A., por parte da EDP Valor, de serviços nas áreas de compras, gestão económica e financeira, gestão de frota, gestão e conservação do património imobiliário, seguros, saúde e segurança no trabalho, gestão e formação de recursos humanos.

O montante a pagar à EDP Valor pela EDPR Promoção e Operação S.A. e suas subsidiárias pelos serviços prestados em 2014 foi de €797.062,29.

O contrato tinha uma duração inicial de cinco (5) anos a contar da data da sua assinatura e foi renovado automaticamente por igual período a 1 de janeiro de 2008.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) ano.

ACORDO DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS PORTUGAL S.A. E A EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

A 1 de janeiro de 2010, a EDPR e a EDP assinaram um contrato de gestão de serviços de tecnologias de informação.

O contrato tem por objeto o fornecimento pela EDP à EDPR dos serviços de gestão de tecnologias de informação descritos no seu articulado e respetivos anexos.

O montante incorrido pelos serviços prestados em 2014 totalizou 265.293,77 euros.

O contrato tem a duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por iguais períodos.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) mês.

ACORDO DE REPRESENTAÇÃO COM A HIDROELÉTRICA DEL CANTÁBRICO S.A. PARA A CARTEIRA DA EDP RENOVÁVEIS S.A. EM ESPANHA

A 27 de outubro de 2011, a EDPR e a Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. assinaram um acordo de serviços de representação.

Este acordo tem por objeto o fornecimento à EDPR de serviços de representação no mercado e de gestão de risco para uma tarifa fixa baseada no volume de produção (0,12€/MWh) no mercado elétrico.

O contrato tem a duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por iguais períodos.

ACORDO DE CONSULTORIA ENTRE A EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A. E A EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A.

Este acordo tem por objeto o fornecimento à EDP Renováveis Brasil S.A. (adiante designada EDPR Brasil) dos serviços de consultoria descritos no contrato e seus anexos pela EDP - Energias do Brasil S.A. (adiante designada EDP Brasil). Através deste acordo, e mediante solicitação pela EDPR Brasil, a EDP Brasil deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

A quantia a pagar à EDP Brasil pelos serviços

prestados em 2014 totalizou 41.916,35 reais.

O valor a pagar em 2014 é significativamente mais baixo comparando com o de 2013, dado que, a maioria dos serviços prestados ao abrigo deste contrato foram internalizados pela EDPR Brasil.

O contrato tem a duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por iguais períodos.

ACORDO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO E INFRAESTRUTURAS CELEBRADO ENTRE A EDP RENEWABLES EUROPE S.L.U., A HIDROCANTÁBRICO DISTRIBUCIÓN ELÉCTRICA S.A.U. E A HIDROELÉCTRICA DEL CANTÁBRICO S.A.

A 10 de janeiro de 2012, a EDP Renewables Europe S.L.U., Hidrocantábrico Distribución Eléctrica S.A.U (HCDE) e a Hidroeléctrica del Cantábrico S.A. celebraram um contrato de prestação de serviços de abastecimento e infraestruturas. O objeto deste contrato é a prestação de serviços de comunicação e assistência técnica relacionados com as infraestruturas de produção de energia à EDPR Europe S.L.U.

A quantia a pagar à HCDE pelos serviços prestados em 2014 totalizou 20.095,54 euros.

O contrato tem a duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por iguais períodos.

91. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AO ÓRGÃO DE SUPERVISÃO PARA AVALIAÇÃO DAS OFERTAS DE NEGÓCIOS

Os contratos mais significativos celebrados entre a EDPR e os seus acionistas qualificados são analisados pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas de acordo com as suas competências, como mencionado no capítulo 89 do presente Relatório e pela Comissão de Auditoria e Controlo quando solicitado.

De acordo com o Artigo 9º nº 1 c) do Regulamento da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, a comissão analisa e supervisiona, nos termos correspondentes às necessidades de cada caso específico, as operações entre participações qualificadas de outros titulares que não a EDP com

entidades do Grupo EDPR, cujo valor anual seja superior a 1.000.000 euros. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo em relação aos casos cujo parecer prévio da Comissão foi solicitado.

Os mecanismos estabelecidos nos regulamentos de ambas as Comissões e também o facto de que um dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é o Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo constituem elementos relevantes para uma avaliação adequada das relações estabelecidas entre a EDPR e terceiros.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. INDICAÇÃO DO LOCAL ONDE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE RELAÇÕES DE NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS, ESTÃO DISPONÍVEIS, EM CONFORMIDADE COM IAS 24 OU, ALTERNATIVAMENTE, CÓPIA DESSES DADOS

As informações sobre as relações de negócios com partes relacionadas estão disponíveis na Nota 37 das Demonstrações Financeiras.

PARTE II:

AVALIAÇÃO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

1. DETALHES SOBRE O CÓDIGO DE GOVERNO DA SOCIEDADE ADOTADO

De acordo com o Artigo 2º do Regulamento nº 4/2013 da CMVM, a EDPR informa que o presente Relatório foi elaborado de acordo com as Recomendações do Código de Governo das Sociedades da CMVM,

publicado em julho de 2013. O Código de Governo das Sociedades da CMVM e os seus regulamentos estão disponíveis no site da CMVM, em www.cmvm.pt.

2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DA SOCIEDADE ADOTADO

Na tabela seguinte identificam-se as recomendações da CMVM previstas no código, especificando-se se as mesmas foram ou não adotadas integralmente pela EDPR, e o capítulo do presente Relatório onde as mesmas são descritas em maior detalhe.

Em 2014, a EDPR continuou o seu trabalho de consolidação relativamente aos princípios e práticas de governo da sociedade. O elevado nível de conformidade com as melhores práticas de governo corporativo por parte da EDPR foi reconhecido por um estudo independente desenvolvido em 2014 pela Universidade Católica Portuguesa a pedido da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, em que a empresa recebeu a classificação máxima – AAA – com base no nosso relatório de governo corporativo de 2013 e a conformidade com as recomendações da CMVM supracitadas.

Adicionalmente, a fim de cumprir a Recomendação II.2.5 do Código de Governo das Sociedades português, e de acordo com os resultados da reflexão

realizada pela Comissão de Auditoria e Controlo, o modelo de governo adotado tem garantido um desempenho eficaz em articulação com os órgãos sociais da EDPR e tem-se mostrado adequado para a estrutura de governo da Sociedade, sem quaisquer restrições para o desempenho do seu sistema de verificações e balanços adotado para justificar as alterações feitas nas práticas de governo da EDPR.

Na tabela seguinte pode ser encontrada a explicação para as recomendações da CMVM que a EDPR não adotou ou considera não aplicáveis, a sua justificação e outras observações relevantes, bem como referência ao capítulo do presente Relatório onde se encontram.

Neste contexto, a EDPR declara ter adotado integralmente as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas constantes do “Código de Governo das Sociedades”, salvo no que diz respeito à Recomendação II.2.2. do aludido código, a qual não é adotada pelos motivos abaixo enunciados.

#.#.	RECOMENDAÇÕES CMVM
Declaração de cumprimento	
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE	
I.1.	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.
Adotada	
<i>Capítulo B - I, b), pontos 12 e 13</i>	
I.2.	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.
Adotada	
<i>Capítulo B - I, b), Ponto 14</i>	
I.3.	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.
Adotada	
<i>Capítulo B - I, b) Ponto 14</i>	
I.4.	Os estatutos das Sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia-geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.
Não aplicável	
<i>Capítulo A - I, Ponto 5</i>	

#.#.	RECOMENDAÇÕES CMVM
I.5.	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.
Adotada	

Capítulo A - I, Pontos 2 e 4

II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO

II.1.1.	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade.
Adotada	

Capítulo B - II, Pontos 21, 28 e 29

II.1.2.	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar as suas competências no que diz respeito a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade, ii) definir a estrutura de negócio do Grupo, e iii) tomar decisões consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco e características especiais.
Não aplicável	

("De acordo com a anterior redação da Lei de Sociedades de Capital Espanhola, as matérias referidas nesta Recomendação podiam ser delegadas pelo Conselho de Administração na Comissão Executiva. A 24 de dezembro de 2014 foi publicada uma nova redação da Lei de Sociedades de Capital Espanhola, Ley 31/2014 introduzindo alterações aos poderes delegáveis pelo Conselho de Administração (Artigos 249 bis e 529 ter), Esta nova redação da lei será aplicável a partir de 2015. Na próxima Assembleia Geral de Acionistas que se prevê ter lugar no dia 9 de abril de 2015, será submetida à aprovação dos acionistas uma proposta de modificação de alguns artigos dos Estatutos Sociais. Uma dessas modificações refere-se ao facto de estes poderes já não poderem ser delegados pelo Conselho de Administração.")

II.1.3.	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhe estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deve ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da Sociedade.
Não aplicável	

(O modelo de governo adotado pela EDPR, compatível com a sua própria lei, corresponde ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.)

II.1.4.	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:
	a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;
Adotada	b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Capítulo B - II, C), Pontos 27, 28 e 29

II.1.5.	O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.
Adotada	

Capítulo B - III, C), III - Pontos 52, 53, 54 e 55

II.1.6.	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.
Adotada	

Capítulo B - II, Pontos 18 e 29

#.#.	RECOMENDAÇÕES CMVM
II.1.7.	Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i> . A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. E quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <p>a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade com que esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>
Adotada	
	<i>Capítulo B - II, Ponto 18</i>
II.1.8.	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.
Adotada	
	<i>Capítulo B - II, C) - Ponto 29</i>
II.1.9.	O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.
Adotada	
	<i>Capítulo B - II, C) - Ponto 29</i>
II.1.10.	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação do trabalho dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.
Não aplicável	
	<i>(O Presidente do Conselho de Administração da EDPR não tem funções executivas)</i>
	<i>Capítulo B - II, A) - Ponto 18</i>
II.2	FISCALIZAÇÃO
II.2.1.	Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.
Adotada	
	<i>Capítulo B - II - Ponto 18; Capítulo B - II, C) - Ponto 29; e Capítulo B - III, A) - Ponto 32</i>
II.2.2.	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.
Adotada	
	<i>Capítulo B - C), Ponto 29; e Capítulo B - V, Ponto 45</i>
II.2.3.	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.
Adotada	
	<i>Capítulo B - II, Ponto 29; Capítulo B - III, C) - Ponto 38; e Capítulo B - III - V, Ponto 45</i>
II.2.4.	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.
Adotada	
	<i>Capítulo B - II, Ponto 29; e Capítulo B - III, C) - III, Pontos 50 e 51</i>

#.#. RECOMENDAÇÕES CMVM

II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

Adotada

Capítulo B - II, Ponto 29

II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do Conselho de Administração e incluir no mínimo um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remunerações.

Adotada

Capítulo D - II - Pontos 67 e 68

II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da Sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

Não aplicável

Capítulo D - II - Ponto 67

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o Artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de junho, deve também incluir o seguinte:

- a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;
- b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;
- d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

Adotada

Capítulo D - III - Ponto 69

II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.

Não aplicável

Capítulo V - III, Pontos 73 e 85

II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefício de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.

Adotada

Capítulo D - III, Ponto 76

III. REMUNERAÇÕES

III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.

Adotada

Capítulo D - III, Pontos 69, 70, 71 e 72

III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

Adotada

Capítulo D - III, Ponto 69 e Capítulo D - IV, Ponto 77

III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.

Adotada

Capítulo D - III, Pontos 71 e 72

III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

Adotada

Capítulo D - III, Ponto 72

#.#.	RECOMENDAÇÕES CMVM
III.5. Adotada	Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade. <i>Capítulo D - III, Ponto 72</i>
III.6. Não aplicável	Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações. <i>Capítulo D - III, Ponto 73</i>
III.7. Não aplicável	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. <i>Capítulo D - III, Ponto 74</i>
III.8. Adotada	Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível. <i>Capítulo D - III, Pontos 69 e 72</i>
IV.	AUDITORIA
IV.1. Adotada	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade. <i>Capítulo B - III - V, Ponto 45</i>
IV.2. Adotada	A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade. <i>Capítulo B - III - V, Ponto 46</i>
IV.3. Adotada	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência e as vantagens e os custos da sua substituição. <i>Capítulo B - III - V, Ponto 44</i>
V.	CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
V.1. Adotada	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado. <i>Capítulo B - C), Ponto 90</i>
V.2. Adotada	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº 1 do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão. <i>Capítulo B - C), Pontos 89 e 91</i>
VI.	INFORMAÇÃO
VI.1. Adotada	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, o acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo. <i>Capítulo B - C) - V, Pontos 59-65</i>
VI.2. Adotada	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado. <i>Capítulo B - C) - IV, Ponto 56</i>

ANEXO: QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E ELEMENTOS CURRICULARES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ANTÓNIO MEXIA

Data de nascimento: 1957

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Presidente do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal SA
- Representante Permanente da EDP Energias de Portugal SA Sucursal en España, e Representante da EDP Finance BV
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Energias do Brasil SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português (BCP), 2008

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e da Comunicação do 16º Governo Constitucional de Portugal
- Presidente da Associação Portuguesa de Energia (APE)
- Presidente Executivo da Galp Energia
- Presidente do Conselho de Administração da Petrogal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia
- Presidente do Conselho de Administração da Gás de Portugal e da Transgás
- Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do ICEP (Instituto de Comércio Externo de Portugal)
- Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo

Outras posições anteriores:

- Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade de Genebra (Suíça)

Formação académica:

- Licenciatura em Economia pela Universidade de Genebra (Suíça)
- Pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica



JOÃO MANSO NETO

Data de nascimento: 1958

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva (CEO) da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Renewables Europe SL e da EDP Renováveis Brasil SA
- Administrador da EDP Energias de Portugal SA, Hidroelétrica del Cantábrico SA, EDP Energia Gás SL, EDP Energia Ibérica SA, e Naturgás Energia Grupo SA
- Representante Permanente da EDP Energias de Portugal SA Sucursal en España, e Representante da EDP Finance BV
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Gás.com Comércio de Gás Natural SA e da ENEOP Eólicas de Portugal SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração do Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español (OMEL)
- Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal SA
- Presidente da EDP Gestão da Produção de Energia SA
- CEO e Vice-Presidente da Hidroelétrica del Cantábrico SA
- Vice-Presidente da Naturgás Energia Grupo SA
- Membro do Conselho de Administração do Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español (OMEL)
- Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS SA

Outras posições anteriores:

- Responsável pela Divisão de Crédito Internacional, e Diretor Geral responsável pelas áreas financeira e de retalho sul no Banco Português do Atlântico
- Diretor Geral da Administração Financeira, Diretor Geral de grandes empresas institucionais, Diretor Geral do Tesouro, membro do Conselho de Administração do BCP Banco de Investimento e Vice-Presidente do Banco BIG Gdansk, na Polónia, no Banco Comercial Português
- Membro do Conselho do Banco Português de Negócios
- Diretor Geral e Membro do Conselho da EDP Produção

Formação académica:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia
- Pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa
- Formação profissional na Associação Americana de Bancos (1982), componente letiva do Mestrado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- Programa Avançado de Gestão para Banqueiros Estrangeiros na Wharton School, em Filadélfia



NUNO ALVES

Data de nascimento: 1958

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Estudos e Consultoria SA, EDP Imobiliária e Participações SA, Energia RE SA, Savida Medicina Apoiada SA, SCS Serviços Complementares de Saúde SA
- Administrador da EDP Energias de Portugal SA, EDP Energias do Brasil SA e Hidroelétrica del Cantábrico SA
- Representante Permanente da EDP Energias de Portugal SA Sucursal en España, e Representante da EDP Finance BV
- Diretor da Balwerk Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Membro do Conselho de Administração (CFO) da EDP - Energias de Portugal SA

Outras posições anteriores:

- Em 1988, ingressou no Departamento de Planeamento e Estratégia do Millennium BCP
- Diretor Associado da Divisão de Investimentos Financeiros do banco Millennium BCP
- Diretor de Relações com Investidores do Grupo Millennium BCP
- Diretor Coordenador da Rede de Retalho do Millennium BCP
- Responsável pela Divisão de Mercados de Capitais do Millennium BCP Investimento
- Co-Responsável pela Divisão de Banca de Investimento do Millennium BCP
- Presidente e CEO da CISF Dealer, a área de corretagem do Millennium BCP Investimento
- Diretor Geral do Millennium BCP
- Vogal da Comissão Executiva do Millennium BCP Investimento, responsável pela Tesouraria e Mercado de Capitais do Grupo BCP

Formação académica:

- Licenciatura em Arquitetura Naval e Engenharia Marítima

- Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade do Michigan

**RUI TEIXEIRA**

• Data de nascimento: 1972

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração, Membro da Comissão Executiva e Chief Financial Officer da EDP Renováveis SA
- Administrador da EDP Renewables Canada Ltd, EDP Renewables Europe SL, EDP Renewables Polska Sp zoo, EDP Renewables SGPS SA, EDP Renewables UK Ltd, EDP Renováveis Brasil SA, EDP Renováveis Portugal SA, EDP Renováveis Serviços Financieros SL, e EDPR PT Promoção e Operação SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:
(nenhum)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Diretor Financeiro da EDP Renováveis SA
- Membro da Comissão Executiva da EDP Renováveis SA
- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA

Outras posições anteriores:

- Subdiretor do departamento comercial naval da Gellweiler-Sociedade de Equipamentos Marítimos e Industriais, Lda.
- Gestor de projeto e inspetor naval para a Det Norske Veritas, com responsabilidades nas áreas de estruturas offshore, construção naval e reparação naval
- Consultor na McKinsey & Company, com experiência nas áreas de energia, expedição e banca de retalho
- Responsável pela área de Planeamento e Controlo Corporativo do Grupo EDP
- Diretor financeiro na EDP Renewables Europe SL (ex-NEO).

Formação académica:

- Licenciatura em Arquitetura Naval e Engenharia Marítima pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa
- Mestrado em Gestão e Administração pela Universidade Nova de Lisboa
- Programa Avançado de Gestão pela Harvard Business School

**GABRIEL ALONSO**

Data de nascimento: 1973

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração, membro da Comissão Executiva e Chief Operating Officer para a América do Norte da EDP Renováveis SA
- Administrador da EDP Renewables North America LLC e da EDP Renewables Canada Ltd

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da American Wind Energy Association (AWEA)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Diretor de Operações para a América do Norte da EDP Renováveis SA
- Membro da Comissão Executiva da EDP Renováveis SA
- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA

Outras posições anteriores:

- Ingressou na EDP em 2007 como Diretor Geral para a América do Norte
- Chief Development Officer (CDO) e Chief Operating Officer (COO) da EDPR NA

Formação académica:

- Licenciatura em Direito e Mestrado em Economia pela Universidade de Deusto, em Espanha
- Programa de Gestão Avançada pela Booth School of Business da Universidade de Chicago

**JOÃO PAULO COSTEIRA**

Data de nascimento: 1965

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração, membro da Comissão Executiva e Chief Operating Officer para a Europa e Brasil da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Renewables Italia SRL, EDP Renewables France Holding SA, EDP Renewables SGPS SA, EDP Renewables South Africa Ltd, EDP Renováveis Portugal SA, EDPR PT Promoção e Operação SA, ENEOP 2 SA, Greenwind SA e South Africa Wind & Solar Power SLU
- Administrador da EDP Renewables Europe SL, EDP Renewables Polska SP zoo, EDP Renewables Romania SRL, EDP Renewables UK Ltd, EDP Renováveis Brasil SA e EDP Renováveis Serviços Financieros SL

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

(nenhum)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Chief Operating Officer para a Europa, Brasil e África do Sul da EDP Renováveis, SA
- Membro da Comissão Executiva da EDP Renováveis SA
- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA

Outras posições anteriores:

- Diretor Comercial da Portgás
- Diretor Geral da LisboaGás (Gás Natural de Lisboa LDC), Diretor Geral da Transgás Indústria (mercado liberalizado a clientes grossistas), e Diretor Geral da Lusitaniagás (Gás Natural LDC) no Grupo Galpenergia (empresa pública portuguesa de combustíveis e gás)
- Membro da Equipa de Gestão da GalpEmpresas e Galpgás
- Membro do Conselho Executivo para a Distribuição de Gás Natural e Marketing (Portugal e Espanha)

Formação académica:

- Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Mestrado em Administração de Empresas pela IEP/ESADE (Porto e Barcelona)
- Programa de Desenvolvimento para Executivos na École des HEC da Université de Lausanne
- Programa de Desenvolvimento de Liderança Estratégica no INSEAD (Fontainebleau)
- Programa de Gestão Avançada do IESE (Barcelona)



JOÃO LOPES RAIMUNDO
Data de nascimento: 1960

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria e Controlo da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- CEO e membro do Conselho de Administração do Millennium BCP Capital SA
- Presidente do Conselho de Administração do BCP Holdings Inc. (EUA), Diretor Geral do Banco Comercial Português
- Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS SA
- Membro da Comissão de Investimentos do Fundo Revitalizar Norte, FCR (gerido pela Explorer Investments, SCR SA), Fundo Revitalizar Centro, FCR (gerido pela Oxy Capital, SCR, SA) e Fundo Revitalizar Sul, FCR (gerido pela Capital Criativo, SCR SA)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Membro do Conselho de Administração da CIMPOR - Cimentos de Portugal SGPS SA
- Diretor Geral da Divisão de Investment Banking do Millennium BCP

Outras posições anteriores:

- Auditor sénior da BDO Binder-Dijker Otte Co.
- Diretor do Banco Manufactures Hanover (Portugal) SA
- Membro dos Conselhos de Administração da TOTTAfactor SA (Grupo Banco Totta & Açores) e Valores Ibéricos, SGPS SA. Em 1993, Administrador na Nacional Factoring, da CISF Imóveis e CISF Equipamentos
- Diretor da CISF - Banco de Investimento
- Membro dos Conselhos de Administração da Leasing Atlântico, Comercial Leasing, Factoring Atlântico, Nacional Leasing e Nacional Factoring.
- Administrador do BCP Leasing, BCP Factoring e Leasefactor SGPS
- Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP (Luxemburgo)
- Presidente da Comissão Executiva do Banque BCP (França)
- Membro do Conselho de Administração do Banque Privée BCP (Suíça)
- Diretor Geral da Divisão de Banking Division do BCP
- Membro do Conselho de Administração do Banco Millennium BCP de Investimento SA
- Diretor Geral do Banco Comercial Português SA
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Millennium Angola
- Vice-Presidente e CEO do Millennium BCP Bank NA (EUA)

Formação académica:

- Licenciatura em Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa
- Mestrado em Administração de Empresas pelo INSEAD



JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO
Data de nascimento: 1946

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações, membro da Comissão de Auditoria e Controlo e membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Avaliação da Portugal Telecom SGPS SA
- Membro do Conselho de Administração da Villas Boas ACP - Corretores de Seguros, Lda.

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal SAD

Outras posições anteriores:

- Membro do Conselho de Administração da Tecnologia das Comunicações, Lda
- Presidente do Conselho de Administração da Telefones de Lisboa e Porto SA
- Presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações
- Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi
- Presidente do Conselho de Administração da Companhia Santomense de Telecomunicações e da Guiné Telecom
- Vice-Presidente do Conselho de Administração e CEO da Lisnave (Estaleiros Navais) SA
- CEO e Presidente do Conselho de Administração da Soponata
- Administrador e Membro da Comissão de Auditoria da International Shipowners Reinsurance Co SA
- Vice-Presidente da José de Mello Imobiliária SGPS SA
- Presidente da Comissão de Auditoria, membro da Comissão de Governo Corporativa, Membro da Comissão de Avaliação e Membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom SGPS SA

Formação académica:

- Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa
- Diploma em Gestão Estratégica e Administração de Empresas
- Bolseiro da Junta de Energia Nuclear



JORGE SANTOS
Data de nascimento: 1951

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do IDEFE
- Administrador da "Fundação Económicas"
- Coordenador do Programa de Mestrado em Economia no ISEG

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Presidente do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa

Outras posições anteriores:

- Coordenador da Comissão de Avaliação do Quadro Comunitário de Apoio II
- Membro da Comissão para a elaboração da Avaliação Ex-ante do Quadro Comunitário de Apoio III. De 1998 a 2000
- Presidente do Grupo de Investigação sobre "Unidade de Estudos sobre a Complexidade na Economia (UECE)"
- Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa
- Coordenador da equipa responsável pela elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social para a Península de Setúbal

Formação académica:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão
- Mestrado em Economia pela Universidade de Bristol
- Doutoramento em Economia pela University of Kent
- Doutoramento em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa



JOSÉ ARAÚJO E SILVA
Data de nascimento: 1951

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Consultor

- Professor da Católica Porto Business School

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Membro da Comissão Executiva da Rádio e Televisão de Portugal (RTP)
- Membro da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos SA
- Presidente da Caixa Seguros e Saúde
- Administrador Não Executivo do Banco Caixa Totta de Angola
- Administrador Não Executivo da AdP - Águas de Portugal SGPS
- Administrador Não Executivo da Artlant, SA

Outras posições anteriores:

- Membro da Comissão Executiva da Corticeira Amorim SGPS
- CFO e Controller, Sonae Indústria
- CFO Sonae Investimentos SGPS
- Membro do Conselho de Administração da Tafisa, Sonae Industria - Espanha
- Membro da Comissão Executiva da Sonae Participações Financeiras, CEO da MDS - In (serviços de gestão de risco e corretagem de seguros)
- Vice-Presidente da Sonae Indústria
- Departamento Internacional do Banco Espírito Santo
- Professor da FEUP e da Universidade Católica

Formação académica:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Pós-Graduação pela Universidade de Paris IX, Dauphine e Curso de International Banker pelo Midland Bank, Londres



MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ
Data de nascimento: 1960

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Presidente do Conselho de Administração da Hidroeléctrica del Cantábrico SA
- Presidente do Conselho de Administração da Naturgás Energía Grupo SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- CEO da Liberbank SA

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Presidente e CEO da Liberbank SA
- Presidente do Banco de Castilla-La Mancha
- Presidente da Cajastur
- Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico SA
- Presidente da Naturgás Energía Grupo SA
- Membro do Conselho de Administração da EDP Renewables Europe SL
- Representante da Peña Rueda, SL no Conselho de Administração da Enagas SA
- Membro do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorro (CECA)
- Membro do Conselho de Administração da UNESA

Outras posições anteriores:

- Professor no Departamento de Administração de Empresas e Contabilidade da Universidade de Oviedo

Formação académica:

- Licenciatura em Economia e Administração de Empresas pela Universidade de Oviedo
- Doutoramento em Ciências Económicas pela Universidade de Oviedo



RAFAEL CALDEIRA VALVERDE
Data de nascimento: 1953

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento
- Vice-Presidente e Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, SA
- Membro do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil SA - Banco de Investimento
- Membro do Conselho de Administração da ESSI SGPS SA
- Membro do Conselho de Administração da ESSI Comunicações SGPS SA
- Membro do Conselho de Administração da ESSI Investimentos SGPS SA
- Membro do Conselho de Administração da Espírito Santo Investment Holdings Limited
- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Membro do Conselho de Supervisão da Academia de Música de Santa Cecília
- Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Rugby
- Membro do Conselho de Supervisão da TRANS-POR

Outras posições anteriores:

- Professor de Economia na Universidade de Economia de Coimbra (1976-1978)
- Dirigente no Instituto do Investimento Estrangeiro

Formação académica:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto de Economia da Faculdade Técnica de Lisboa



GILLES AUGUST

Data de nascimento: 1957

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Advogado e fundador da August & Debouzy Law Firm
- Docente na École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales e no Collège de Polytechnique e no CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Advogado e fundador da August & Debouzy Law Firm

Outras posições anteriores:

- Advogado no escritório da Finley, Kumble, Wagner, Heine, Underberg, Manley & Casey em Washington
- Associado e, mais tarde, partner da sociedade de advogados Baudel, Salés, Vincent & Georges, em Paris
- Sócio na Salés Vincent Georges

Cavaleiro da Legião de Honra e Oficial da Ordem Nacional do Mérito

Formação académica:

- Mestrado em Direito pela Georgetown University Law Center, em Washington DC (1986)
- Pós-graduação em Direito Empresarial pela Universidade de Paris II Phantéon, DEA (1984)
- Mestrado em Direito Privado pela mesma Universidade (1981)
- Licenciatura em Economia pela École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales (ESSEC)



JOÃO MARQUES DA CRUZ

Data de nascimento: 1958

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- Administrador da EDP Energias de Portugal SA
- Representante Permanente da EDP Energias de Portugal SA Sucursal en España, e Representante da EDP Finance BV
- Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade de Macau CEM SA, EDP Ásia Investimentos e Consultoria Lda, EDP Ásia Soluções Energéticas Lda, EDP Valor Gestão Integrada de Serviços SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Presidente do Conselho de Administração da CEM - Empresa Elétrica de Macau

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Membro do Conselho da EDP Internacional SA
- Presidente do Conselho de Administração da CEM - Empresa Elétrica de Macau
- Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal SA

Outras posições anteriores:

- Diretor Geral no Grupo TAP (Transportes Aéreos de Portugal)
- Membro do Conselho de Administração da TAPGER
- Membro do Conselho de Administração de várias empresas dentro da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, nomeadamente da EMEF.
- CEO da AirLuxor entre 2002 e 2005.
- Presidente e CEO do ICEP (posteriormente, AICEP), agência governamental para o Comércio Internacional e Promoção

Formação académica:

- Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa da Universidade Técnica de Lisboa.
- MBA em Gestão pela Universidade Técnica de Lisboa
- Pós-Graduação em Marketing e Gestão de Companhias Aéreas na Universidade de Bath / International Travel Air Association, no Reino Unido



ACÁCIO PILOTO

Data de nascimento: 1957

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

(nenhum)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria da INAPA IPG SA
- Diretor Geral do Millennium BCP responsável pela Divisão de Asset Management
- CEO da Millennium Gestão de Activos SGFIM
- Presidente do Millennium SICAV
- Presidente do BII Internacional

Outras posições anteriores:

- Divisão Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor
- Divisão Internacional e Tesouraria do Banco Comercial Português
- Responsável pela Internacional Corporate Banking
- Diretor da Divisão de Tesouraria e Mercado de Capitais do CISP - Banco de Investimento (BCP Banco de Investimento)
- Subsidiária do grupo responsável por Asset Management, a AF- Investimentos, sendo nomeado para a sua Comissão Executiva e atuando como Presidente das seguintes empresas do grupo: AF Investimentos, Fundos Mobiliários; AF Investimentos, Fundos Imobiliários; BPA Gestão de Patrimónios; BCP Investimentos Internacional; AF Investimentos Internacional e Prime International e Membro da Comissão Executiva
- Membro da Comissão Executiva do BCP - Banco de Investimento, responsável pela área de Investment Banking
- Responsável pelas áreas de Tesouraria e Mercado de Capitais do BCP - Banco de Investimento

Formação académica:

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Entre 1984 e 1985, frequentou a Fundação Hanns Seidel, em Munique, como bolseiro, tendo obtido uma Pós-Graduação em Direito Económico pela Universidade Ludwig Maximilian
- Pós-Graduação em Direito Comunitário da Concorrência pelo Max Planck Institut
- Estágio na Divisão Internacional do Bayerische Hypoteken und Wechsel Bank
- Formação profissional com diversos cursos, principalmente na área de banca e gestão financeira, nomeadamente na International Banking School (Dublin, 1989), o Seminário de Gestão de Ativos e Passivos (Merrill Lynch International) e o Programa Executivo do INSEAD (Fontainebleau)

**ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE**

Data de nascimento: 1962

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração da HipogesIberia-Advisory, SA
- Administrador da MP- Microprocessador, S.A.
- Membro do Conselho Consultivo na Incus Capital Advisors
- Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade

Principais posições nos últimos cinco anos:

Grupo Caixa Geral de Depósitos (maior grupo bancário português):

- Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos SA
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Banco de Investimento SA, Caixa Capital SCR SGPS SA, Caixa Leasing e Factoring SA, Partang SGPS SA

Grupo José de Mello (um dos principais grupos privados português):

- Diretor da José de Mello Investimentos e Diretor Geral da José de Mello SGPS SA
- Diretor da Companhia União Fabril CUF SGPS SA, Quimigal SA (2002-2006), CUF - Químicos Industriais SA, ADP SA - CUF - Adubos, SEC SA, Brisa SA, Efacec Capital SGPS SA, Comitur SGPS SA, Comitur Imobiliária SA, José de Mello Saúde SGPS SA
- Presidente do Conselho de Administração da OPEX SA (2003 -2011)
- Membro do Conselho Consultivo do IGCP, agência nacional de dívida pública portuguesa (2002-2011)

Outras posições anteriores:

- Diretor da Soporcel SA (1997-1999)
- Diretor da Papercel SGPS SA (1998-1999)
- Diretor da MC Corretagem SA (1998-1999)
- Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Lisboa (1998-1999)
- Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e Governador Suplente (FMI, BERD, BEI, WB)
- Membro da Comissão Económica e Financeira da União Europeia

Formação académica:

- Licenciatura pela Universidade Católica Portuguesa, 1983
- Mestrado em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign
- Doutoramento em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign

**JOSÉ FERREIRA MACHADO**

Data de nascimento: 1957

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Reitor da Nova School of Business and Economics (Nova SBE) da Universidade Nova de Lisboa

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Professor de Economia, Professor Associado, Professor Assistente e Assistente na Nova SBE
- Professor Assistente Convidado na Universidade de Illinois em Urbana Champaign
- Consultor na GANEC
- Colunista de opinião no jornal O Sol

Outras posições anteriores:

- Reitor Associado na Nova SBE
- Consultor do Departamento de Investigação do Banco de Portugal
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão de Crédito Público

Formação académica:

- Licenciatura em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa
- Agregação em Estatística e Econometria pela Universidade Nova de Lisboa
- Doutoramento em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign

SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**EMILIO GARCÍA-CONDE NORIEGA**

Data de nascimento: 1955

Cargos de administração atuais nas empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- Secretário-Geral e Assessor Jurídico da EDP Renováveis SA
- Membro e/ou Secretário de vários Conselhos de Administração das subsidiárias da EDPR na Europa

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

(nenhum)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- Secretário-Geral e Assessor Jurídico da EDP Renováveis SA
- Membro e/ou Secretário de vários Conselhos de Administração das subsidiárias da EDPR na Europa

Outras posições anteriores:

- Assessor Jurídico da Central Eléctrica Soto de Ribera (consórcio formado pela Electra de Viesgo, Iberdrola e Hidrocontábrico)
- Conselheiro Geral da Central Eléctrica Soto de Ribera
- Diretor de Recursos Humanos e Administração do consórcio
- Assessor Jurídico da Hidrocontábrico
- Conselheiro Geral da Hidrocontábrico e Membro da Comissão de Gestão

Formação académica:

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Oviedo





06. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	163
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	164
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	165
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	166
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	167
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	168
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O SCIRF	245
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A INFORMAÇÃO FINANCEIRA	246
RELATÓRIO DE AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	247
RELATÓRIO DE AUDITORIA AO SCIRF	249

UMA ENERGIA QUE TRANSFORMA OPORTUNIDADES

Faz a diferença na vida dos seus stakeholders,
oferecendo-lhes soluções inovadoras e aliando uma
conduta ética e de rigor ao entusiasmo e à iniciativa.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Milhares de euros	Notas	2014	2013 ^(*)
Volume de negócios	6	1.153.126	1.191.246
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	7	123.582	125.101
		1.276.708	1.316.347
Outros proveitos	8	45.667	41.361
Fornecimentos e serviços externos	9	-256.645	-255.172
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	10	-66.093	-66.466
Outros custos	11	-96.441	-115.563
		-373.512	-395.840
		903.196	920.507
Provisões do exercício		-20	-1.290
Amortizações e imparidades do exercício	12	-480.767	-446.201
		422.409	473.016
Proveitos financeiros	13	101.527	108.381
Custos financeiros	13	-351.406	-370.090
Equivalências patrimoniais em <i>joint ventures</i> e associadas	18	21.756	14.726
Resultado antes de impostos		194.286	226.033
Impostos sobre lucros	14	-16.399	-56.907
Resultado líquido do exercício		177.887	169.126
Atribuível a:			
Acionistas da EDP Renováveis	26	126.007	135.116
Interesses não controláveis	28	51.880	34.010
Resultado líquido do exercício		177.887	169.126
Resultado por ação (básico e diluído) - Euros	26	0,14	0,15

(*) Reexpressão originada pela adoção da IFRS 10 e 11

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	2014		2013 (*)	
	Acionistas EDPR	Interesses não contro- láveis	Acionistas EDPR	Interesses não contro- láveis
Milhares de euros				
Resultado líquido do exercício	126.007	51.880	135.116	34.010
Itens que não serão reclassificados para resultados				
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	14	-
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-4	-
	-	-	10	-
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados				
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	-639	-409	-1.204	-770
Efeito fiscal da reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	-	-	-	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-11.173	-5.404	17.341	3.372
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	539	921	-4.586	-947
Variações do rendimento integral de <i>joint ventures</i> e associadas, líquidas de imposto	-15.463	-	8.080	-
Diferenças cambiais de consolidação	28.706	26.913	-14.211	-14.507
	1.970	22.021	5.420	-12.852
Outro rendimento integral do exercício, líquido de efeito fiscal	1.970	22.021	5.430	-12.852
Total do rendimento integral do exercício	127.977	73.901	140.546	21.158

(*) Reexpressão originada pela adoção da IFRS 10 e 11

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 E 2012

Milhares de euros	Notas	2014	2013 (*)	2012 (*)
Ativos				
Ativos fixos tangíveis	15	11.012.976	10.095.459	10.241.035
Ativos intangíveis	16	117.704	87.933	22.837
Goodwill	17	1.287.716	1.213.500	1.259.704
Investimentos financeiros em <i>joint ventures</i> e associadas	18	369.791	338.646	349.176
Ativos financeiros disponíveis para venda		6.336	7.434	9.407
Ativos por impostos diferidos	19	46.488	109.213	88.420
Clientes	21	4.879	-	-
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	22	36.320	53.160	55.153
Outros devedores e outros ativos	23	396.980	320.435	263.398
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	29	65.597	72.206	34.988
Total dos Ativos Não Correntes		13.344.787	12.297.986	12.324.118
Inventários	20	21.320	15.425	16.145
Clientes	21	141.145	202.264	175.848
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	22	41.564	44.598	102.117
Outros devedores e outros ativos	23	294.646	133.098	327.796
Impostos a receber	24	89.093	103.392	55.079
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		-	76	389
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	29	15.141	6.054	7.416
Caixa e equivalentes de caixa	25	368.623	255.462	221.978
Total dos Ativos Correntes		971.532	760.369	906.768
Total do Ativo		14.316.319	13.058.355	13.230.886
Capitais próprios				
Capital	26	4.361.541	4.361.541	4.361.541
Prêmios de emissão de ações		552.035	552.035	552.035
Reservas	27	-64.256	-69.605	-74.385
Outras reservas e resultados acumulados	27	806.319	692.179	458.202
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas da EDP Renováveis		126.007	135.116	126.266
Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas da EDP Renováveis		5.781.646	5.671.266	5.423.659
Interesses não controláveis	28	549.113	418.057	324.993
Total dos Capitais Próprios		6.330.759	6.089.323	5.748.652
Passivo				
Dívida financeira de médio/longo prazo	29	3.716.434	3.520.859	3.628.765
Provisões	30	98.911	64.536	59.898
Passivos por impostos diferidos	19	270.392	367.184	361.291
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	31	1.801.963	1.508.495	1.679.753
Credores e outros passivos de atividades comerciais	32	464.367	418.140	376.503
Outros credores e outros passivos	33	431.435	238.912	254.178
Total dos Passivos Não Correntes		6.783.502	6.118.126	6.360.388
Dívida financeira de curto prazo	29	185.489	145.018	209.505
Credores e outros passivos de atividades comerciais	32	687.904	474.208	702.319
Outros credores e outros passivos	33	271.961	134.538	157.752
Impostos a pagar	34	56.704	97.142	52.270
Total dos Passivos Correntes		1.202.058	850.906	1.121.846
Total do Passivo		7.985.560	6.969.032	7.482.234
Total dos Capitais Próprios e Passivo		14.316.319	13.058.355	13.230.886

(*) Reexpressão originada pela adoção da IFRS 10 e 11

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E 2013

Milhares de euros	Total dos capitais próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Diferenças cambiais	Reserva de cobertura	Reserva de justo valor	Capital próprio atribuível aos acionistas da EDP Renováveis	Interesses não controláveis
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	5.748.827	4.361.541	552.035	584.468	-32.646	-46.185	4.446	5.423.659	325.168
Rendimento integral:									
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-1.974	-	-	-	-	-	-1.204	-1.204	-770
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	15.180	-	-	-	-	12.755	-	12.755	2.425
Variações do rendimento integral de <i>joint ventures</i> e associadas, líquidas de imposto	8.080	-	-	-	3.355	4.725	-	8.080	-
Ganhos/(perdas) atuariais líquidas de imposto	10	-	-	10	-	-	-	10	-
Variações na diferença cambial de consolidação	-28.718	-	-	-	-14.211	-	-	-14.211	-14.507
Resultado líquido do exercício	169.126	-	-	135.116	-	-	-	135.116	34.010
Rendimento integral total do exercício	161.704	-	-	135.126	-10.856	17.480	-1.204	140.546	21.157
Pagamento de dividendos	-34.892	-	-	-34.892	-	-	-	-34.892	-
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-16.719	-	-	-	-	-	-	-	-16.719
Alienação da EDPR Portugal sem perda de controlo	226.048	-	-	148.334	-	-	-	148.334	77.714
Alienação da Wheat Field (EDPR NA) sem perda de controlo	34.977	-	-	-1.043	-231	-	-	-1.274	36.251
Aquisições sem alterações de controlo	-15.987	-	-	-4.755	-	-409	-	-5.164	-10.823
Outras variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	-14.514	-	-	-	-	-	-	-	-14.514
Outros	-121	-	-	57	-	-	-	57	-178
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 ^(*)	6.089.323	4.361.541	552.035	827.295	-43.733	-29.114	3.242	5.671.266	418.057
Rendimento integral:									
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-1.048	-	-	-	-	-	-639	-639	-409
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-15.117	-	-	-	-	-10.634	-	-10.634	-4.483
Variações do rendimento integral de <i>joint ventures</i> e associadas, líquidas de imposto	-15.463	-	-	-	-10.975	-4.488	-	-15.463	-
Ganhos/(perdas) atuariais líquidas de imposto	55.619	-	-	-	28.706	-	-	28.706	26.913
Variações na diferença cambial de consolidação	177.887	-	-	126.007	-	-	-	126.007	51.880
Resultado líquido do exercício	201.878	-	-	126.007	17.731	-15.122	-639	127.977	73.901
Pagamento de dividendos	-34.892	-	-	-34.892	-	-	-	-34.892	-
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-34.382	-	-	-	-	-	-	-	-34.382
Alienação da EDPR France sem perda de controlo	6.773	-	-	8.738	-	1.070	-	9.808	59.163
Alienação das subsidiárias da EDPR France sem perda de controlo	27.645	-	-	3.199	-	2.100	-	5.299	22.346
Alienação da South Dundas (EDPR NA) sem perda de controlo	15.494	-	-	2.255	209	-	-	2.464	13.030
Outras variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	-3.317	-	-	-282	-	-	-	-282	-3.035
Outros	39	-	-	6	-	-	-	6	33
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	6.330.759	4.361.541	552.035	932.326	-25.793	-41.066	2.603	5.781.646	549.113

(*) Reexpressão originada pela adoção da IFRS 10 e 11

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Milhares de euros	2014	2013 (*)
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	1.180.865	1.198.463
Pagamentos a fornecedores	-301.046	-306.255
Pagamentos ao pessoal	-66.245	-66.751
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	-39.602	-76.686
Fluxo gerado pelas operações	773.972	748.771
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-66.880	-71.618
Fluxo das Atividades Operacionais	707.092	677.153
Atividades de Investimento		
Recebimentos:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.464	2.193
Juros e proveitos similares	26.283	3.477
Dividendos	17.389	18.246
Empréstimos a partes relacionadas	118.891	138.954
Outros recebimentos de atividades de investimento	23.147	2.122
	187.174	164.992
Pagamentos:		
Aquisição de ativos / subsidiárias	-19.790	-46.728
Variação de caixa por variação no perímetro de consolidação	35	-17.551
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-536.618	-809.705
Empréstimos a partes relacionadas	-241.654	-174.443
Outros pagamentos de atividades de investimento	-661	-1.669
	-798.688	-1.050.096
Fluxo das Atividades de Investimento	-611.514	-885.104
Atividades de Financiamento		
Venda de ativos / subsidiárias sem perda de controlo	(**)79.432	292.143
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obtidos	50.207	15.429
Juros e custos similares	-190.976	-48.101
Subsídios governamentais recebidos	-	90.539
Dividendos pagos	-67.884	-51.610
Recebimentos / (pagamentos) de parcerias institucionais na atividade eólica nos EUA	147.860	-35.579
Outros fluxos de atividades de financiamento	-15.442	-38.151
Fluxo das Atividades de Financiamento	3.197	224.670
Varição de Caixa e seus equivalentes	98.775	16.719
Efeito das diferenças de câmbio	14.386	-7.094
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	255.462	245.837
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (***)	368.623	255.462

(*) Reexpressão originada pela adoção da IFRS 10 e 11

(**) Inclui: -29.676 milhares de Euros de impostos pagos relativos à venda em 2013 de 49% do capital social da EDP Renováveis Portugal S.A., 64.340 milhares de Euros relativos à venda pela EDPR Europa de 49% do capital social da EDP Renewables France, 28.256 milhares de Euros relativos à venda pela EDPR France de 49% da sua participação em diversas empresas francesas (ver nota 5) e 6 milhares de Euros relativos à venda pela EDP Renewables Europe, S.L. de 7% da sua participação em duas empresas francesas (ver nota 5).

(***) Ver detalhe da composição da rubrica Caixa e equivalente de caixa na nota 25 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E 2013

01. ATIVIDADE ECONÓMICA DO GRUPO EDP RENOVÁVEIS	169
02. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	174
03. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	184
04. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	185
05. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	188
06. VOLUME DE NEGÓCIOS	191
07. PROVEITOS DECORRENTES DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA	191
08. OUTROS PROVEITOS	191
09. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	192
10. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	192
11. OUTROS CUSTOS	192
12. AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADES DO EXERCÍCIO	193
13. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS	193
14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS	194
15. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	195
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	197
17. GOODWILL	198
18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM JOINT VENTURES E ASSOCIADAS	201
19. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	204
20. INVENTÁRIOS	205
21. CLIENTES	205
22. DEVEDORES E OUTROS ATIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS	206
23. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ATIVOS	206
24. IMPOSTOS A RECEBER	206
25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	207
26. CAPITAL	207
27. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS	208
28. INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS	209
29. DÍVIDA FINANCEIRA	210
30. PROVISÕES	211
31. PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA	212
32. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS	213
33. OUTROS CREDORES E OUTROS PASSIVOS	213
34. IMPOSTOS A PAGAR	214
35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	215
36. COMPROMISSOS	217
37. PARTES RELACIONADAS	219
39. ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS 10 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E IFRS 11 - EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	224
42. MATÉRIAS AMBIENTAIS	231
43. RELATO FINANCEIRO POR SEGMENTOS	231
44. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E OUTROS	232

01. ATIVIDADE ECONÓMICA DO GRUPO EDP RENOVÁVEIS

A EDP Renováveis, Sociedade Anónima (adiante designada por "EDP Renováveis") foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. Esta sociedade tem como objetivo social principal a realização de atividades relacionadas com o sector elétrico, nomeadamente a projeção, construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia elétrica, utilizando fontes de energia renovável, em especial a energia eólica. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha. Em 18 de março de 2008, o capital social da EDP Renováveis foi convertido em ações (Sociedade Anónima).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social é detido em 62,02% pela EDP S.A. - Sucursal en España ("EDP Sucursal"), em 15,51% pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., estando 22,47% do capital disperso em bolsa na NYSE Euronext Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2014, a EDP Renováveis detém 100% do capital social das seguintes empresas: EDP Renewables Europe, S.L. ("EDPR EU"), EDP Renewables North America, L.L.C. ("EDPR NA"), EDP Renewables Canada, Ltd., ("EDPR Canada"), South África Wind & Solar Power, S.L.U. e EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.. Também detém 55% do capital social da EDP Renováveis Brasil, S.A. ("EDPR BR").

A EDP Renováveis pertence ao Grupo EDP, cuja empresa-mãe é a EDP - Energias de Portugal, S.A., com sede social na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 4.º em Lisboa.

Em Dezembro de 2011, a China Three Gorges Corporation (CTG) adquiriu à Parpública - Participações Públicas SGPS, S.A. 780.633.782 ações ordinárias da EDP, representativas de 21,35% do capital social e direitos de voto da EDP Energias de Portugal, S.A., acionista maioritário da EDP Renováveis. Esta operação foi concluída em Maio de 2012.

Os termos do acordo celebrado através do qual a CTG se tornou acionista do Grupo EDP determinam que a CTG irá realizar investimentos minoritários no montante de 2.000 milhões de Euros em projetos de geração de energia renovável em operação e prontos para construir (incluindo co-financiamento de CAPEX).

No âmbito do acordo acima mencionado, em Junho de 2013, a EDPR completou a venda de 49% da participação financeira na EDPR Portugal à CTG através da CITIC CWEI Renewables, S.C.A.

A atividade da EDPR EU é desenvolvida através das suas subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Itália e Reino Unido. As principais subsidiárias da EDPR EU são: EDP Renováveis Portugal, S.A. (parques eólicos em Portugal), EDP Renewables España, S.L. (produção de eletricidade a partir de fontes renováveis em Espanha), EDP Renewables France (parques eólicos em França), EDP Renewables Belgium (parques eólicos na Bélgica), EDP Renewables Polska, SP. ZO.O. (parques eólicos na Polónia), EDP Renewables Romania, S.R.L. (parques eólicos na Roménia), EDP Renewables Italy, SRL (parques eólicos em Itália), EDPR UK Limited (projetos de desenvolvimento *offshore*) e EDPR RP PV (parques solares fotovoltaicos na Roménia).

As principais atividades da EDPR NA são o desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América e serviços de gestão para a EDPR Canada.

As principais atividades da EDPR Canada consistem no desenvolvimento, gestão e operação de centrais eólicas no Canadá.

A EDP Renováveis Brasil foi constituída com o objetivo de estabelecer uma nova unidade de negócio capaz de agregar todos os investimentos no mercado das energias renováveis no Brasil.

O Grupo EDP Renováveis, através das suas subsidiárias tem uma capacidade instalada como segue:

Capacidade instalada MW	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Estados Unidos da América	3.805	3.476
Espanha	2.194	2.194
Portugal	624	619
Roménia	521	521
Polónia	391	370
França	340	322
Brasil	84	84
Bélgica	71	71
Itália	90	70
Canadá	30	30
	8.150	7.757

Adicionalmente, o Grupo EDP Renováveis através das empresas que consolidam pelo método da equivalência patrimonial, tem uma capacidade instalada como segue:

Capacidade instalada MW	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Estados Unidos da América	179	179
Espanha	174	174
Portugal	533	455
	886	808

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ATIVIDADES EM ESPANHA

Em Dezembro de 2012 através da Lei 15/2012 de 27 de Dezembro, o Governo espanhol aprovou uma taxa única de 7% (sobre receitas) aplicável a toda a produção de eletricidade, tal como novas taxas na produção de energia nuclear e produção hídrica de larga escala, além de uma nova taxa sobre o carbono. A taxa será aplicada de 2013 em diante.

A 4 de Fevereiro de 2013, o Governo Espanhol publicou no Boletim Oficial do Estado o Real Decreto-Ley 2/2013 que inclui um conjunto de alterações regulatórias aplicáveis ao sector elétrico Espanhol, afetando os ativos de energia eólica.

De acordo com estes parâmetros, os parques eólicos construídos até 2003 inclusive não são elegíveis para receber qualquer incentivo, enquanto os novos parques irão receber um prémio fixo por cada MW instalado, até ao final da sua regulamentação. O prémio fixo será sujeito a alterações trianuais devido a atualizações na previsão dos parâmetros, que afetam a rentabilidade dos parques. No geral, o sector eólico irá receber 1.191 milhões de Euros em 2014, comparativamente com os 2.000 milhões de Euros que foram recebidos ao abrigo do antigo regulamento. Este corte de aproximadamente 800 milhões de Euros no sector eólico representa 45% do total da poupança para todo o sector das energias renováveis, que foi estimado em 1.750 milhões de Euros, de acordo com o orçamento publicado no decreto referente a tarifas e encargos.

As principais alterações regulatórias que o Real Decreto-Ley 2/2013 apresenta face ao Real Decreto-Ley 661/2007 com impacto na EDP Renováveis, S.A. (EDPR) e com efeitos desde 1 de Janeiro de 2013, são as seguintes:

- Todas as instalações de produção de eletricidade englobadas no regime especial são remuneradas de acordo com os atuais esquemas *feed-in tariff* durante os restantes anos da vida útil dos ativos;
- As instalações de produção de eletricidade englobadas no regime especial que sejam remuneradas de acordo com a opção de mercado podiam escolher, até 15 de Fevereiro de 2013 e para os restantes anos da vida útil dos ativos, uma remuneração com base no preço realizado no mercado grossista de eletricidade, sem incentivos à energia renovável ou preços mínimos ou máximos de venda;
- O índice utilizado para a atualização anual de todas as atividades reguladas do sector elétrico é a inflação anual excluindo produtos energéticos e alimentares, e qualquer impacto de alterações de impostos.

O Governo Espanhol divulgou a Reforma do Mercado de Energia, que visa acabar com o défice tarifário espanhol. O governo afirma que a reforma pode eliminar 4,5 mil milhões de Euros/ano do défice estrutural: (i) redução de 2,7 mil milhões de Euros em custos regulados de utilidades e empresas de fontes de energia renováveis e (ii) 0,9 mil milhões de Euros de contribuição do Tesouro Espanhol, que vai pagar através do orçamento, 50% dos custos adicionais de geração em territórios não continentais.

O pacote legislativo completo da reforma consistirá em: (i) um Real Decreto-Ley (RD- L 9/ 2013, publicado no Diário Oficial da União em 13 de Julho), (ii) oito decretos e portarias e (iii) apresentação no Parlamento do Projeto de Lei ("Anteproyecto de Ley").

De acordo com o RD-L 9/2013, as instalações de fontes de energias renováveis estarão sujeitas a um novo enquadramento jurídico e económico: o enquadramento anterior (RD-L 661) irá desaparecer e as instalações de fontes de energias renováveis irão ser remuneradas pelo preço de mercado acrescido de um pagamento por MW instalado, de modo que o retorno sobre o investimento será equivalente ao rendimento das Obrigações do Governo a 10 anos acrescida de um spread 300 pb. Além do referido, este Real Decreto-Ley suprime o complemento da potência reativa (2€/MWh).

A 26 de Dezembro de 2013, o Governo Espanhol publicou um novo regulamento que irá reger o sector elétrico (Lei 24/2013) substituindo o existente de 1997 (Lei 54/1997).

O Governo define que o objetivo da nova lei é garantir o fornecimento de eletricidade e adaptar-se à necessidade do consumidor ao menor custo possível. Refere-se à necessidade de terminar com o défice estrutural do sector que tem sido acumulado durante a última década, para realizar a reforma.

Em relação ao sector das energias renováveis, o desenvolvimento de novas instalações será condicionada às necessidades do mercado, e a sua retribuição será baseada no preço de mercado com receitas complementares, a fim de garantir uma taxa de retorno razoável. Detalhes sobre a remuneração aplicável ao sector renovável serão divulgados nos próximos meses após a aprovação do Real Decreto-Ley para as energias renováveis, nomeadamente nos ativos eólicos e nos ativos de cogeração.

A 20 de Junho de 2014, o Governo Espanhol publicou a Ordem IET/1045/2014 que inclui os parâmetros para a remuneração dos ativos de energias renováveis de acordo com o novo regime remuneratório aprovado pelo Decreto-Ley 413/2014 de Junho de 2014. Face às versões *draft*, esta legislação definitiva não teve alterações significativas, as quais incluem a extensão do regime aos parques eólicos com entrada em operação no ano de 2004, o aumento da remuneração por MW instalado em cerca de 5% e pequenas alterações na metodologia para determinação dos desvios face aos preços de mercado.

A remuneração está estruturada para que um ativo *standard* receba um retorno antes de impostos, definido como a rentabilidade das obrigações de Espanha a 10 anos acrescido de 300pb. O retorno tem por base o período regulatório em vigor em Espanha (20 anos para os ativos de energia eólica).

No caso de parques eólicos *onshore*, foi confirmado que os parques eólicos que passaram a exploração antes de ou em 2003, não irão receber qualquer incentivo adicional, enquanto que o incentivo para os restantes parques

eólicos foi calculado segundo o novo regime regulatório, de forma a alcançar 7,398% para um parque eólico *standard*.

A EDPR espera que esta alteração regulatória tenha um impacto negativo anual de aproximadamente 30 milhões de Euros antes de imposto (num ano com recurso eólico médio) quando comparado com o anterior esquema remuneratório definido pelo Real-Decreto Ley 2/2013.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ATIVIDADES EM PORTUGAL

As bases legais aplicáveis à geração de energia elétrica com recursos renováveis encontram-se atualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88, de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99, de 18 de Maio, pelo Decreto-Lei 312/2001, de 10 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei 339-C/2001, de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005, de 16 de Fevereiro ("Decreto-Lei 33-A/2005"), estabelece os montantes atualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

O Governo Português publicou a 28 de Fevereiro de 2013, o Decreto-Lei 35/2013 que mantém a estabilidade legal dos atuais contratos (Decreto-Lei 33-A/2005) e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Os produtores eólicos poderão efetuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os atuais 15 anos definidos por lei. O valor total de investimento será utilizado para reduzir os custos gerais do sistema elétrico português. Com o objetivo de maximizar a adesão dos promotores eólicos à extensão do período remuneratório, o Governo propôs aos promotores a possibilidade de optarem por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (i) diferentes preços máximos (*cap*) e mínimos (*floor*); (ii) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos dos atuais contratos; e consequentemente (iii) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A EDPR optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um *floor* de 74€/MWh e um *cap* de 98€/MWh atualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020. Este decreto também prevê a possibilidade dos parques eólicos regulados pelo novo regime (i.e. ENEOP) aderirem a um esquema semelhante ainda em negociação.

O Ministério do Ambiente e Energia, publicou em 24 de Junho, o Decreto-Lei 94/2014, o qual permite o aumento da capacidade instalada dos parques eólicos até 20%. A produção adicional gerada a partir do aumento da capacidade terá uma remuneração fixa de 60 Euros/MWh, enquanto que a restante produção continua a ser remunerada com a tarifa anterior.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ATIVIDADES EM FRANÇA

O sector elétrico em França está regulamentado essencialmente pelo Acto 2000-108, alterado pelos Actos 2004-803 e 2006-1537 („Act 2000”), aprovado em 10 de Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia e que representa o enquadramento legislativo geral para a operação de parques eólicos em França.

O Acto 2000 prevê que o operador de instalações eólicas possa estabelecer acordos de longo prazo de compra e venda de energia com a Electricité de France (EDF). As tarifas encontram-se estabelecidas pela Ordem de 10 de Julho de 2006, revogada em Agosto de 2008 devido ao defeito formal na sua aprovação e republicada sem qualquer alteração em Dezembro de 2008. As tarifas são as seguintes: (i) durante os primeiros 10 anos do contrato com a EDF, a EDF paga uma tarifa fixa anual de 82 Euros por MWh para aplicações construídas em 2006 (a tarifa é revista anualmente baseada em parte no índice de inflação), (ii) entre o 11º e 15º ano do contrato com a EDF, a tarifa é baseada na percentagem média anual de energia produzida pelas instalações eólicas nos primeiros 10 anos. Estas tarifas são também revistas anualmente, baseadas em parte no índice de inflação, (iii) a partir do 16º ano não existe estrutura específica de suporte à atividade, pelo que os produtores de energia eólica passam a vender a eletricidade ao preço de mercado.

Em Março de 2012, a legalidade da Ordem Ministerial de 2008 que estabeleceu as tarifas reguladas para projetos eólicos foi questionada perante o Conselho de Estado Francês (Conseil d'État) tendo por base o incumprimento da notificação obrigatória à Comissão Europeia sobre auxílios estatais. Em 15 de Maio, o Conselho de Estado Francês decidiu submeter o assunto para apreciação do Tribunal de Justiça da União Europeia (espera-se resolução no prazo de 12 a 18 meses). O governo francês solicitou ao Conselho de Estado que, caso a tarifa seja efetivamente cancelada, a aplicação desta decisão seja adiada até 2013, porque não são expectáveis efeitos retroativos.

Depois de anos de litígio, o Conselho de Estado Francês decidiu, em Maio de 2014, cancelar a tarifa eólica francesa. O Tribunal de Justiça da União Europeia alegou ilegalidade no acto uma vez que França não notificou a Comissão Europeia relativamente aos subsídios estatais em 2008. Pouco tempo depois, o Governo Francês aprovou e divulgou um novo decreto de tarifas („Arrêté du 17 Juin 2014”) que foi previamente aprovado pela União Europeia. Este novo decreto inclui os mesmos parâmetros que o decreto anterior e entrou em vigor com efeitos retroativos. Assim, não irá alterar ou colocar em causa qualquer contrato de aquisição de energia assinado ao abrigo da Ordem Ministerial de 2008.

Em 18 de Junho, o Ministro da Energia Francês revelou uma nova lei para um novo modelo de energia, que representa o culminar de um debate nacional sobre transição energética iniciado em 2012. Esta nova lei define metas para o aumento da produção de energia renovável (32% para 2030 dividida em geração (40%), calor (38%) e transporte (15%)). Foram igualmente introduzidas novas metas para a redução de emissões de gases

com efeito de estufa (40% até 2030 quando comparado com 1990). De acordo com a nova lei, a dependência nuclear terá de ser igualmente reduzida, diminuindo a sua contribuição para 50%.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ATIVIDADES NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover o crescimento das energias renováveis, incluindo a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o *Production Tax Credit* (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte do EPACT 1992. Adicionalmente, diversos Estados aprovaram a legislação, particularmente sob a forma de *Renewable Portfolio Standards* (RPS), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem da energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é semelhante à Diretiva Comunitária relativa à utilização de energias renováveis.

O programa "American Recovery and Investment Act" para o ano de 2009 prevê diversas medidas de desenvolvimento da produção de energia eólica através de benefícios fiscais e outras políticas de incentivo, nomeadamente (i) a extensão de três anos do *Production tax credit* ("PTC") até 2012 e (ii) uma opção para eleger 30% do *Investment Tax Credit* ("ITC") que possa substituir o PTC ao longo do período da extensão. Este ITC permite que as empresas recebam 30% do montante investido nos projetos (*cash grant*) que entraram em funcionamento ou cujo início da construção tenha ocorrido em 2009 e 2010. Em Dezembro de 2010, o "Tax Relief, Unemployment, Insurance and Reauthorization, and Job Creation Act" de 2010 foi aprovado e inclui um período de 1 ano de extensão dos "ITC", que permite às empresas do sector receber 30% do montante investido em projetos com início de construção até Dezembro de 2011 desde que iniciem a sua operação até Dezembro de 2012.

A 16 de Dezembro de 2014, o Congresso dos Estados Unidos da América, aprovou a lei "Tax Increase Prevention Act of 2014" que contempla a extensão do *Production Tax Credit* (PTC) para a energia eólica, incluindo a possibilidade de um crédito fiscal de incentivo ao investimento de 30% em alternativa ao PTC. O Congresso determinou ainda a data limite de 31 de Dezembro de 2014 para a expiração destes incentivos, e manteve os critérios de elegibilidade (os projetos serão elegíveis caso estejam em construção até ao final de 2014).

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ATIVIDADES NA POLÓNIA

A legislação aplicável às energias renováveis na Polónia está principalmente contida numa Lei da Energia aprovada em 10 de Abril de 1997, a qual foi alterada pela Lei de 24 de Julho de 2002 e pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004, que se tornou efetiva a partir de Janeiro de 2005 (em conjunto, a Lei da Energia).

De acordo com a Lei da Energia, a produção de energia através de fontes renováveis na Polónia é suportada através de: (i) Um sistema de compra obrigatória de certificados de origem das empresas produtoras e comercializadoras que vendam eletricidade ao consumidor final em conexão com uma rede na Polónia. Estas empresas de eletricidade são obrigadas a: a) obter um certificado de origem e submetê-lo ao Presidente da ERA para cancelamento ou b) pagar um *fee* de substituição calculado de acordo com a Lei da Energia, ii) e se a empresa não adquirir certificados de origem ou não pagar o *fee* de substituição é penalizada pelo Presidente da ERA com uma multa calculada de acordo com as disposições da Lei da Energia.

Em 13 de Novembro de 2013, o Governo Polaco divulgou um novo projeto, que institui um regime de concurso para nova capacidade instalada de energia renovável. Seguidamente, o Ministério da Economia publicou a segunda versão da lei das energias renováveis, a 2 de Janeiro de 2014. Não é expectável que a lei seja aplicável antes de 1 de Janeiro de 2016, uma vez que a mesma entrará em vigor no primeiro dia do mês, com início após 12 meses da emissão do acordo favorável da Comissão Europeia sobre a conformidade estatal do regulamento. De acordo com esta proposta, as Centrais em operação terão o direito de escolher entre permanecer ao abrigo do Regime de Certificados Verdes ou participar nos concursos. Esta proposta já foi apresentada na Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ATIVIDADES NA BÉLGICA

O enquadramento regulatório para a eletricidade na Bélgica está condicionado à divisão de poderes entre o governo federal e as três entidades regionais: Valónia, Flandres e Bruxelas. A área de competência federal de regulação inclui a transmissão de eletricidade (níveis de transmissão acima de 70 kV), produção, tarifas, planeamento e energia nuclear. A legislação federal relevante é a Lei da Eletricidade de 29 de Abril de 1999 (alterada) ("Lei da Eletricidade"). As entidades reguladoras regionais são responsáveis pela distribuição, energias renováveis e cogeração (com exceção das centrais *offshore*) e eficiência energética. A legislação regional relevante é respetivamente: (a) para Flandres, o Decreto da Eletricidade de 17 de Julho de 2000; (b) para Valónia, o Decreto do Mercado Regional de Eletricidade de 12 de Abril de 2001; e (c) para Bruxelas, a Ordem de 19 de Julho de 2001, relativa à Organização do Mercado Elétrico.

O sistema regulatório Belga promove a produção de eletricidade através de fontes renováveis (e cogeração) através de um sistema de certificados verdes, conforme descrito abaixo. O governo federal Belga é responsável pelas centrais *offshore* e por impor obrigações aos operadores do sistema de transmissão. Os vários sistemas certificados verdes são semelhantes nas três regiões e nas centrais *offshore* reguladas pelo governo federal. Existem atualmente diferenças em termos de quotas, multas e limites para a concessão de certificados verdes.

Em 21 de Março de 2012, o governo da Valónia aprovou um decreto que fixa as quotas de certificados verdes até 2020. As novas quotas são: (i) 19,4% em 2013; (ii) 23,1% em 2014; (iii) 26,7% em 2015; (iv) 30,4% em 2016. Para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2017 e 31 de Dezembro de 2019, as quotas anuais serão fixadas até 2014, com base na avaliação a efetuar pelo regulador do sector de energia da Valónia (CWaPE).

No passado mês de Julho foi aprovado em Valónia um novo imposto para os produtores de energia. De acordo com esta regulação, todos os produtores que receberem certificados verdes devem pagar 0,54€/MWh. O Regulador do sector de energia da Valónia (CWAPE) será o beneficiário deste imposto em virtude de suportar os custos originados pela gestão dos certificados verdes.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ATIVIDADES NA ROMÉNIA

O incentivo à produção de eletricidade através de fontes de energia renováveis na Roménia encontra-se regulado pela Lei da Eletricidade 318/2003. Em 2005, foi introduzido um mecanismo de Certificados Verdes (CV) com quotas obrigatórias para os comercializadores, de forma a dar cumprimento aos requisitos da UE relativos às energias renováveis. A autoridade reguladora estabelece uma quota fixa de eletricidade produzida através de fontes renováveis de energia que os comercializadores são obrigados a adquirir, e anualmente revê as candidaturas dos produtores de energia verde com vista à atribuição de certificados verdes. A Lei 200/2008 de Novembro introduziu algumas alterações no sistema de certificados verdes. Em particular, permite que os produtores de energia eólica recebam 2 CV/MWh até 2015. A partir de 2016, os produtores recebem um certificado verde por cada MWh produzido. O preço da eletricidade é determinado no mercado da eletricidade e o preço dos certificados verdes é determinado por um mercado paralelo.

O valor de mercado dos certificados verdes oscila entre 27 euros (*floor*) e 55 euros (*cap*), ambos indexados à taxa de inflação da Roménia. A Lei 220/2008 também garante o acesso à rede nacional para a eletricidade produzida a partir de fontes renováveis.

A Lei 220/2008 sobre energias renováveis foi alterada pela Ordem de Emergência 88/2011. Um aspeto fundamental desta alteração foi a análise da sobrecompensação, que deve ser realizada com periodicidade anual. A entidade reguladora da energia na Roménia (ANRE) deverá supervisionar os produtores que beneficiam do regime de apoio e elaborar relatórios anuais sobre esta matéria. Caso seja detetada uma sobrecompensação, a ANRE deverá propor a redução do período de aplicação do regime de apoio ou do número de certificados verdes inicialmente atribuídos à tecnologia. Esta redução será aplicada apenas às novas centrais.

A Lei 123/2012 de 19 de Julho de 2012 sobre Eletricidade e Gás Natural elimina a celebração de contratos bilaterais não negociados publicamente como meio de venda de eletricidade. Desta forma, o comércio de eletricidade deve ser efetuado num mercado centralizado. Em 4 de Setembro de 2012, ANRE publicou a regulamentação do Mercado de Compensação de energia. Esta nova regulamentação tem impacto sobre a geração de energia eólica. Por um lado estabelece que o produtor não tem o direito a reclamar compensações por perda de certificados verdes decorrente da redução de energia produzida. Esta perda não pode ser recuperada. Adicionalmente, as novas regras podem resultar no aumento dos custos de compensação de desequilíbrios, na medida em que poderá levar a um aumento do défice que os produtores eólicos têm de assumir no preço quando a produção é inferior ao previsto.

O Parlamento Romeno passou em 17 de Dezembro de 2013, a lei para aprovação da Portaria Governamental de Emergência 57/2013 (a Portaria). A lei define várias alterações à Portaria e implicitamente à Lei das Renováveis (Lei 220/2008). As alterações são:

- Adiamento dos Certificados Verdes das centrais em operação. O adiamento só será aplicável aos produtores de energia renovável credenciados pela ANRE antes de 2013. Os produtores de energia eólica vão receber 2 CVs/MWh até 2017 (inclusive), dos quais a atribuição de 1 CV será adiada para negociação no período de 1 de Julho de 2013 a 31 de Março de 2017. A atribuição de 2 CVs (de 6 CVs) a produtores solares será adiada para negociação no período entre 1 de Julho de 2013 e 31 de Março de 2017. Os CVs adiados irão ser gradualmente recuperados até 31 de Dezembro de 2020 (começando em 1 de Abril de 2017, para energia solar e em 1 Janeiro de 2018 para energia eólica);
- As Centrais Eólicas credenciadas depois desta data irão receber 1,5 CV/MWh até 2017 e 0,75 CV/MWh a partir de 2018. Todos estes CVs serão imediatamente negociáveis.
- As Centrais Solares irão receber apenas 3 CVs de 1 de Janeiro de 2014 em diante.

A 24 de Março de 2014, o Presidente da Roménia ratificou a EGO 57/2013 com as seguintes alterações: (i) Redução da validade dos certificados verdes de 16 meses para 12 meses; e (ii) a obrigatoriedade da Agência Nacional de Regulação do Sector da Energia (ANRE) comunicar anualmente qual será a quota de CV para o próximo ano.

A 28 de Março de 2014 o Jornal Oficial da Roménia publicou uma Decisão Governamental que continha a nova quota de certificados verdes para 2014 cujo nível era 11,1%. Adicionalmente a ANRE divulgou em 27 de Junho de 2014, que a quota obrigatória de aquisição de certificados verdes para 2015 era de 11,9%, e que foi aprovada pelo Governo em 12 de Dezembro de 2014.

Na Lei 78/2014, de 14 de Agosto de 2014, a ANRE regulou os mercados de contratos bilaterais de energia através da aprovação de uma nova regulação que não permite mais a utilização de contractos flexíveis e impõe o cumprimento rigoroso dos acordos preparados pela OPCOM (Operador de mercado de gás e eletricidade da Roménia). Esta lei entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2015.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ATIVIDADES EM ITÁLIA

Em 6 de Julho de 2012, o Governo aprovou a nova regulação sobre energias renováveis através do Decreto de Energias Renováveis (DM FER) baseado no regime de tarifas reguladas. Os principais aspetos da nova regulação estabelecido pelo DM FER são os seguintes: (i) os parques eólicos com mais de 5 MW serão remunerados através de um regime de tarifas reguladas definido por licitadores, (ii) a capacidade objeto de licitação é definida em

trajetórias de diferentes tecnologias (apenas definido até 2015), (iii) a tarifa de referência para 2013 é de 127 €/MWh para energia eólica terrestre (onshore). As ofertas dos licitadores consistirão em descontos sobre uma tarifa de referência (em %), (iv) a tarifa de referência diminuirá 2% ao ano e será concedida para a totalidade da vida útil média do parque eólico - 20 anos para energia eólica terrestre.

O novo sistema substitui o anterior baseado em certificados verdes. De acordo com o sistema anterior, os produtores obtinham receitas com a venda da energia elétrica em mercado e com a venda de certificados verdes. Os parques eólicos construídos até Dezembro de 2012 (com algumas exceções) continuarão a operar sob o sistema anterior até 2015, quando o sistema de certificados verdes será transformado num regime de tarifas reguladas.

O Decreto de incentivos Spalma, publicado em Novembro de 2014, especifica que os parques eólicos atualmente a operar no sistema de certificados verdes podem voluntariamente aderir a uma extensão do período de incentivos de 7 anos em troca de uma redução permanente dos prémios/certificados verdes recebidos. O coeficiente de redução será calculado individualmente para cada parque eólico dependendo da sua duração regulatória remanescente. Como a opção é voluntária, os parques eólicos que se recusem a aceitar esta alteração permanecerão no atual sistema de certificados verdes. Os parques eólicos têm de tomar a decisão de aderir ou não à extensão de período até 17 de Fevereiro de 2015.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ATIVIDADES NO BRASIL

O sector elétrico no Brasil é regulado pela Lei Federal n.º 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995, que regula o regime de concessão e permissão de serviços públicos; pela Lei n.º 9.074 de 7 de Julho de 1995, que regula a atribuição e extensão de contratos de concessão ou permissão de serviços públicos; pela Lei Federal n.º 10.438 de 26 de Abril de 2002, que rege o aumento do fornecimento de energia elétrica de emergência e cria o Programa de Incentivos para Fontes de Eletricidade Alternativas (PROINFA) para 3.300 MW; pela Lei Federal n.º 10.762 de 11 de Novembro de 2003 e pela Lei n.º 10.848 de 15 de Março de 2004, relativas às regras de comercialização de energia elétrica e por alterações subseqüentes à legislação.

O Decreto n.º 5.025 de 30 de Março de 2004, regula a Lei Federal n.º 10.438 e define o enquadramento económico e legal das "Fontes de Energia Alternativas". Os participantes no PROINFA têm um CAE (Contrato de Aquisição de Energia) com a ELETROBRÁS, e são sujeitos à autoridade reguladora (ANEEL). No entanto, a primeira etapa do PROINFA terminou e a segunda etapa é altamente incerta.

Após o final do programa PROINFA, os produtores de energias renováveis obtêm a sua remuneração mediante participação em leilões onde o único critério é o preço. Os vencedores dos leilões obtêm contratos de aquisição de energia ao preço oferecido. Os leilões públicos de electricidade são conduzidos pela empresa estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a qual regista, analisa e permite a entrada de potenciais participantes.

02. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas de 2014 e 2013 foram preparadas para apresentar de uma forma verdadeira e apropriada os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os resultados consolidados das suas operações, os fluxos de caixa consolidados e os movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados para os exercícios acima referidos.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adotadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 24 de Fevereiro de 2015. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, a adoção da IFRS 10 e 11, com data efetiva de aplicação obrigatória a 1 de Janeiro de 2014, implicou a reexpressão dos comparativos relativos a 1 de Janeiro de 2013.

b) Princípios de consolidação

Entidades onde o Grupo exerce controlo

Os investimentos em subsidiárias onde o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Presume-se a existência de controlo quando o Grupo está exposto, ou tem o direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

Entidades onde o Grupo exerce controlo conjuntamente com outros parceiros

O Grupo classifica um acordo como acordo conjunto quando a partilha de controlo é estabelecida contratualmente. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo está exposto, ou tem o direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada independentemente da percentagem que detém sobre os seus direitos de voto. O controlo conjunto existe quando exige que exista consentimento unânime entre as partes na tomada de decisões sobre as atividades relevantes.

Após determinar a existência de controlo conjunto, os acordos conjuntos são classificados em dois tipos: operação conjunta ou *joint venture*.

Uma operação conjunta é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, denominadas como operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados com esse acordo, pelo que os ativos e passivos subjacentes (e os respetivos custos e proveitos) são reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS aplicáveis.

Uma *joint venture* é uma operação por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como *joint ventures*, têm direitos sobre os ativos líquidos (*net assets*) pelo que estas participações financeiras são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos das *joint ventures*, contabilizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o seu valor contabilístico, este é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome dessa entidade.

Entidades onde o Grupo exerce influência significativa

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo da participada ou órgão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das entidades associadas, contabilizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o seu valor contabilístico, este é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome dessa entidade.

Concentração de atividades empresariais

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo adotou a IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais (2008) na contabilização das concentrações de atividades empresariais.

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra na data da aquisição, a qual corresponde à data em que o controlo é transferido para o Grupo. O controlo corresponde à capacidade de gerir a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Ao avaliar a

existência de controlo, o Grupo tem em consideração os potenciais direitos de voto que são atualmente exercíveis.

Aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010

Para as aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo determina o *goodwill* na data da aquisição como:

- O justo valor dos ativos transferidos; acrescido dos
- Interesses não controláveis reconhecidos na aquisição; acrescidos do
- Justo valor do investimento previamente existente na adquirida, caso se trate de uma aquisição efetuada por fases; deduzido do
- Valor contabilístico (geralmente o seu justo valor) dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo, este é registado diretamente em resultados do exercício.

Os ativos transferidos na aquisição não incluem os montantes relativos à liquidação de relações pré-existentes, os quais são geralmente reconhecidos nos resultados do exercício.

Os custos relacionados com a aquisição e que não respeitam à emissão de títulos de dívida ou de capital, e que o Grupo incorre no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, são reconhecidos em resultados à medida que são incorridos.

Os preços de aquisição contingentes são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Se o preço contingente é classificado como capital, não é reavaliado e a sua liquidação é contabilizada por contrapartida de capitais próprios. Caso contrário, as alterações subsequentes no justo valor do preço contingente são reconhecidas por contrapartida de resultados.

Algumas concentrações de atividades empresariais do período foram registadas provisoriamente dado que o Grupo ainda se encontra a avaliar o justo valor dos ativos líquidos adquiridos. Os ativos líquidos identificáveis foram reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor previsional. Os ajustamentos durante o período de avaliação foram reconhecidos com referência à data de aquisição e a informação comparativa relativa ao ano anterior foi reexpressa, quando aplicável. Os ajustamentos aos montantes previsionais apenas incluem a informação relativa a eventos e circunstâncias existentes à data de aquisição os quais, sendo conhecidos nessa data, teriam alterado o montante reconhecido inicialmente.

Após este período, os ajustamentos à mensuração inicial são realizados apenas para a correção de erros.

Aquisições entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010

Para as aquisições realizadas entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010, o *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Quando o *goodwill* apurado era negativo, o mesmo era registado diretamente em resultados do exercício.

Os custos de transação, com exceção dos relativos à emissão de títulos de dívida ou de capital, em que o Grupo incorria no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, eram capitalizados como uma componente do custo de aquisição.

Contabilização de aquisições de interesses não controláveis

Desde 1 de Janeiro de 2010, as aquisições de interesses não controláveis não resultam no reconhecimento de *goodwill* sendo contabilizadas como transações com acionistas. Os ajustamentos aos interesses não controláveis são efetuados com base num montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária.

Anteriormente o *goodwill* era reconhecido aquando da aquisição dos interesses não controláveis numa empresa subsidiária, que representavam as diferenças entre o valor de aquisição do investimento e o justo valor dos interesses não controláveis adquiridos à data da transação.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

O valor dos ativos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro, incluindo *goodwill* e ajustamentos de justo valor gerados na aquisição, são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data da demonstração da posição financeira. Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações.

As diferenças de câmbio são registadas em reservas de conversão cambial na demonstração de rendimento integral. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Quando a liquidação de um item monetário a receber ou pagar a empresas subsidiárias residentes no estrangeiro não está prevista nem é provável num futuro próximo, os ganhos e perdas cambiais respetivos são registados como fazendo parte do investimento líquido na entidade, sendo reconhecidos por contrapartida do rendimento integral e apresentados nas reservas de conversão cambial.

Saldos e transações eliminados na consolidação

Os saldos e transações entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transações são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas

não realizados, de transações com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Transações sob controlo comum

A contabilização de concentrações de atividades empresariais que envolvam entidades sob controlo comum encontra-se excluída da IFRS 3. Na ausência de um guia específico dentro das IFRS, o Grupo EDP Renováveis definiu uma política contabilística apropriada para este tipo de transações. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de atividades empresariais entre empresas sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelos valores contabilísticos das empresas adquiridas (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico do ativo líquido recebido e o valor pago é registado nos capitais próprios.

Opções de venda de interesses não controláveis

O Grupo EDP Renováveis regista essas opções de venda (*written put options*) concedidas na data de aquisição de uma concentração de atividades empresariais, ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor atual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade estimada de exercício das opções. A diferença entre este montante e o montante correspondente à percentagem de participação detida nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registada por contrapartida de *goodwill*.

Até 31 de Dezembro de 2009, nos anos subsequentes ao reconhecimento inicial, as variações no passivo resultantes da atualização da responsabilidade são reconhecidas como um custo financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas e as restantes variações são reconhecidas como um ajustamento ao custo da concentração de atividades empresariais. Quando aplicável, os dividendos pagos aos acionistas minoritários até à data em que a opção é exercida, são também reconhecidos como ajustamentos ao custo da concentração de atividades empresariais. Na eventualidade de as opções não serem exercidas, a transação é registada com uma alienação de participação aos acionistas minoritários.

A partir de 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplica a IAS 27 (2008) aos novos compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidas por interesses não controláveis, registando as alterações subsequentes no valor contabilístico da responsabilidade na demonstração dos resultados.

c) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional das respetivas empresas do Grupo à taxa de câmbio em vigor na data das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com itens monetários correspondem à diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do exercício, ajustado para os pagamentos do juro efetivo durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio no final do exercício de referência.

Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais provenientes da reexpressão são reconhecidas em resultados, exceto para as diferenças resultantes da reconversão dos ativos disponíveis para a venda, passivos financeiros designados como *net investment*, *cash flow hedge*, que são reconhecidos na demonstração do rendimento integral. Os ativos não monetários que sejam mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à data da transação.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do exercício, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por técnicas de valorização do valor atualizado líquido, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções, conforme for mais apropriado.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua atividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação de cobertura, a relação está identificada e formalmente documentada;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;

(iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e é considerada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro; e

(v) Em relação à cobertura de uma transação prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos em resultados quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivados são mensurados ao valor justo, e as suas variações são contabilizadas como descrito em seguida.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos exercícios em que o item coberto afeta resultados. Contudo, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do ativo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios nessa data, mantém-se em capitais próprios até que a transação prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

Cobertura de ativos líquidos (net investment)

O modelo de cobertura de ativos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. Se o instrumento de cobertura é um instrumento financeiro derivado, os ganhos e perdas provenientes de variações de justo valor são também reconhecidos em reservas cambiais de consolidação. A parte inefetiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

e) Outros ativos financeiros

O Grupo classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição de acordo com as seguintes categorias:

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas decorrentes da não cobrabilidade de empréstimos e contas a receber à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados e podem ser revertidas se a estimativa das perdas diminuir em períodos subsequentes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que se encontram designados como disponíveis para venda e não se encontram classificados em nenhuma das restantes categorias. Os investimentos do Grupo em ações encontram-se classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da sua negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os ativos.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados

à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados no exercício em que elas ocorrem.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor. No entanto, as respetivas variações são reconhecidas em reservas de justo valor, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes instrumentos de capital são igualmente reconhecidas em reservas. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os ativos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificações entre categorias

O Grupo não efetua reclassificações de instrumentos financeiros de e para a categoria de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data da demonstração da posição financeira é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, incluindo qualquer imparidade que resulte num impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Quando existe evidência de imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos financeiros, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativa na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade envolve julgamento, sendo que o Grupo considera, entre outros fatores, a volatilidade do preço e a atual situação económica. Assim, no que respeita a títulos cotados, é considerada como continuada a desvalorização na cotação por um período superior a 24 meses e como significativa a desvalorização do título acima de 40%.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data da demonstração da posição financeira deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando a obrigação contida no contrato tenha sido satisfeita ou quando o Grupo está legalmente liberto da obrigação fundamental relacionada com o passivo, através de um processo legal ou pelo credor.

g) Custos com empréstimos

Os custos com empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. Na medida em que, de uma forma geral, os fundos são obtidos por via de empréstimos, o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no exercício, excluindo os empréstimos contraídos especificamente com o objetivo de obter um ativo elegível. O montante de custos de empréstimos capitalizados no decorrer de um período não pode exceder o montante de custos de empréstimos incorridos nesse período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização termina quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. A capitalização de custos com empréstimos é suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento ativo seja interrompido.

h) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo dos ativos construídos pela própria empresa inclui o custo dos materiais e trabalho direto, bem como outros custos diretamente atribuíveis de forma a colocar o ativo em funcionamento e ainda os custos de desmantelamento e remoção dos bens e restauração do local onde se encontram localizados. O custo pode ainda incluir transferências de capitais próprios de qualquer ganho ou perda relativa a cobertura de fluxos de caixa em moeda estrangeira na aquisição de ativos fixos. O software adquirido que seja parte integral do equipamento é capitalizado como parte do mesmo.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamento externo, custos com o pessoal e outros custos internos direta ou indiretamente relacionados com o trabalho em curso, apenas durante a fase de construção. O custo de produção é capitalizado através da contabilização dos custos atribuíveis ao ativo como trabalhos para a própria empresa, em outros proveitos operacionais e custos com o pessoal e benefícios aos empregados na demonstração dos resultados consolidada.

Quando alguma parte constituinte de um item classificado como ativo fixo tangível apresenta uma vida útil diferente do item principal, estas são contabilizadas separadamente (contabilização por componentes).

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 40
Equipamento básico:	
- Produção Eólica	25
- Outro equipamento básico	4 a 25
Equipamento de transporte	3 a 5
Equipamento administrativo e utensílios	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10

i) Ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. O Grupo não detém ativos intangíveis com um período de vida útil indefinido.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de software efetuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos ao desenvolvimento do referido software, sendo amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do exercício em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

Certificados Verdes

Como consequência das alterações regulatórias na Roménia existe uma nova categoria de Certificados Verdes (CVs), que apesar de serem concedidos, a sua venda está restrita até 2017 (solar) e 2018 (eólica). Estes CVs diferidos são reconhecidos como ativos intangíveis quando gerados pelo seu justo valor de mercado. Estes CVs vão ser compensados à medida que forem recebidos.

Contratos de aquisição de energia

Os Contratos de Aquisição de Energia (CAE) são contabilizados como ativos intangíveis e amortizados pelo método linha reta, de acordo com a duração do contrato.

j) Imparidade de ativos não financeiros

O valor contabilístico dos ativos não financeiros, que não existências e ativos por impostos diferidos, é revisto em cada data de reporte, de forma a determinar se existem indícios de imparidade. Caso existam indícios de imparidade, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos estimados para a venda. De forma a estimar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros são descontados para o seu valor atual, utilizando uma taxa de desconto depois de imposto que reflita a avaliação corrente do mercado, sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico do ativo. Para efeitos de testes de imparidade os ativos são agrupados no grupo mais pequeno de ativos que gera fluxos de caixa através do seu uso continuado e que são independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidade geradora de caixa). O *goodwill* gerado numa aquisição, para efeitos de teste de imparidade, é alocado às unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem de sinergias resultantes da aquisição.

Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico do ativo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável estimado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade reconhecidas relativamente a unidades geradoras de caixa são primeiro alocadas para reduzir o valor contabilístico de qualquer *goodwill* alocado à unidade geradora de caixa e posteriormente para reduzir o valor contabilístico dos restantes ativos da unidade (grupo de unidades) numa base pro rata.

Uma perda por imparidade relativa ao *goodwill* não é reversível. Em relação a outros ativos, as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são reavaliadas em cada data de reporte, por forma a verificar se há alguma indicação de que a perda diminuiu ou deixou de existir. Uma perda por imparidade é revertida se ocorrerem alterações nas circunstâncias que causaram essa imparidade. Uma perda por imparidade é revertida até ao montante em que o valor contabilístico do ativo não exceda o valor contabilístico que seria determinado, líquido de amortizações, caso não tivesse sido reconhecida uma perda por imparidade em anos anteriores.

k) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da sua transação e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos exercícios a que dizem respeito.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

O custo dos inventários é valorizado ao custo médio ponderado.

m) Classificação dos ativos e passivos como correntes e não correntes

O Grupo classifica os ativos e passivos na demonstração da posição financeira como correntes e não correntes. Os ativos e passivos correntes são determinados como se segue:

Os ativos são classificados como correntes quando é expectável que estes sejam realizados, exista intenção de venda ou consumo pelo Grupo durante o seu ciclo operacional e quando são detidos principalmente para o propósito da atividade do Grupo, ou é esperado que sejam realizados dentro de doze meses desde a data da demonstração da posição financeira ou quando são disponibilidades classificadas como caixa ou equivalentes de caixa, a menos que estes ativos não possam ser trocados ou ser usados para liquidar um passivo pelo menos doze meses desde a data da demonstração da posição financeira.

Os passivos são classificados como correntes quando é expectável que sejam liquidados no decorrer da normal atividade do Grupo, e são detidos com o objetivo de serem negociados ou realizados nos doze meses subsequentes à data da demonstração da posição financeira ou o Grupo não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Passivos financeiros são classificados como correntes quando é esperada a sua liquidação no período de doze meses após a data da demonstração da posição financeira, mesmo que o período inicial seja superior a doze meses, e seja concluído um acordo para refinanciamento ou revisão da data dos pagamentos após a data da demonstração da posição financeira e antes da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas.

n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos ativos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses ativos no final da sua vida útil. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os ativos tangíveis afetos à produção de energia eólica, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Os pressupostos considerados, são os seguintes:

	EDPR EU	EDPR NA
Custo médio por MW (Euros)	14.000	19.768
Custo médio por MW (Euros)	41.000	28.828
Taxa de desconto		
Euro	[1,90% - 2,50%]	-
PLN	[3,00% - 4,00%]	-
USD	-	[3,85% - 5,00%]
CAD	-	[3,35% - 4,25%]
RON	[4,50% - 5,65%]	-
Taxa de inflação		
Zona Euro	[1,75% - 1,85%]	-
Polónia	0,90%	-
USA	-	2,50%
Canadá	-	2,25%
Taxa de amortização (vida útil)	25	25

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

o) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O réditio compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Os proveitos relativos à venda de eletricidade são reconhecidos no exercício em que a eletricidade é produzida e transferida para os clientes.

Os Certificados Verdes (CVs) diferidos são reconhecidos como proveitos ao justo valor de mercado.

p) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, *unwinding* com passivos a valor descontado e *written put options* sobre interesses não controláveis, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, as variações de justo valor relativa a instrumentos financeiros e especialização do juro associado aos passivos relativos às parcerias com investidores institucionais.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

q) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quando respeita a uma concentração de atividades empresariais ou a itens reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data da demonstração da posição financeira, e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos ativos e passivos e respetiva base fiscal. Não são reconhecidos impostos diferidos para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias e empresas conjuntamente controladas na medida em que não seja provável a sua reversão no futuro. Adicionalmente, não é reconhecido imposto diferido relativamente a diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de *goodwill*. Os impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data da demonstração da posição financeira e que se espera que venha a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legalmente executável para compensar ativos e passivos fiscais correntes que digam respeito aos impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendem liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias até ao limite de quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Os ativos por impostos diferidos são revistos a cada data de reporte e são revertidos quando não é provável que o respetivo benefício fiscal seja realizado.

r) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas maioritários, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

s) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data da demonstração da posição financeira, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração de valor e convertíveis em caixa, e também os depósitos cativos relativos a parcerias institucionais nos EUA, que visam fazer face a despesas com os custos de construção dos projetos eólicos, nos próximos doze meses.

t) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos na rubrica de passivo não corrente, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo exercício em que as despesas são reconhecidas.

u) Matérias ambientais

O Grupo toma medidas de modo a prevenir, reduzir ou reparar os danos causados ao meio ambiente pela sua atividade.

As despesas de carácter ambiental são reconhecidas como outros custos operacionais no exercício a que respeitam.

v) Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA

O Grupo estabelece parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos por intermédio de acordos operacionais com empresas de responsabilidade limitada. Estas parcerias distribuem os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais ao investimento (ITC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias mediante adiantamentos de pagamentos efetuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final do período em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, o lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

O controlo e gestão destes parques eólicos é da responsabilidade do Grupo EDP Renováveis e encontram-se consolidados integralmente nestas demonstrações financeiras.

O adiantamento recebido é reconhecido em 'Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA' e subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

Este passivo é reduzido pelo valor dos benefícios fiscais e pelas distribuições monetárias efetuadas aos parceiros institucionais durante o período contratual. O valor dos benefícios fiscais entregues, principalmente amortizações aceleradas e créditos fiscais ao investimento (ITC), é registado como proveito de parcerias institucionais numa base *pro rata* pelos 25 anos de vida útil dos projetos subjacentes (ver nota 7). Os créditos fiscais à produção (PTC) entregues são registados à medida que são gerados.

Após a *flip date*, o investidor institucional mantém interesses não controláveis pela duração da sua parceria na estrutura. Os interesses não controláveis tem direito a distribuições em caixa e percentagens de alocação de proveitos que oscilam entre 2,5% e 6%, com exceção da Vento VI, cujo parceiro institucional detém 17% do proveito. A EDPR NA detém uma opção de compra sobre as participações residuais dos investidores institucionais ao preço de mercado na *flip date* para estruturas PTC e geralmente seis meses após o quinto aniversário da data de comissionamento das turbinas ou a *flip date* consoante o que ocorra mais tarde, ou dez anos após o final do financiamento, caso a *flip date* ainda não tenha ocorrido. O passivo relativo ao interesse residual é acrescido numa base linear desde a *funding date* até à *flip date*, para refletir o interesse minoritário do investidor institucional no Grupo EDPR na *flip date*.

Os passivos com investidores institucionais são acrescidos de juro calculado tendo por base o montante em dívida e a taxa interna de retorno acordada.

03. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As IFRS preveem tratamentos contabilísticos alternativos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar de as estimativas serem calculadas com base na melhor informação disponível em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, eventos futuros poderão requerer alterações a estas estimativas em anos subsequentes. Eventuais alterações às estimativas, efetuadas em anos subsequentes, serão reconhecidas prospectivamente.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela EDP Renováveis, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A EDP Renováveis considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Redefinição da vida útil dos ativos afetos à produção

O Grupo revê numa base regular a vida útil dos seus ativos de geração eólica para que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica dos mesmos, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação.

Imparidade de ativos não financeiros

Os testes de imparidade são efetuados sempre que existam sinais de que o valor recuperável dos ativos fixos tangíveis e intangíveis é inferior ao valor líquido contabilístico.

Numa base anual, o Grupo revê os pressupostos utilizados na avaliação da existência de imparidade no *goodwill* resultante da aquisição de participações no capital de subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações em indicadores macroeconómicos e pressupostos de negócio utilizados pela gestão. O *goodwill* de associadas é revisto quando existem indicadores da existência de imparidade.

Considerando que o valor recuperável dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e do *goodwill* é determinado com base na melhor informação disponível à data, alterações das estimativas e dos pressupostos poderão afetar os resultados dos testes de imparidade e, consequentemente, os resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela EDP Renováveis, e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que poderá ser estendido no caso de haver créditos fiscais. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da EDP Renováveis, e das suas subsidiárias, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos ativos fixos tangíveis afetos à atividade de produção de energia eólica. O Grupo constitui provisões de acordo com as respetivas obrigações legais e contratuais existentes para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos ativos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efetuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados diferentes daqueles que foram considerados.

Certificados Verdes

Como consequência das alterações regulatórias na Roménia relativas aos Certificados Verdes (CVs), o Grupo assumiu os seguintes pressupostos:

- (i) Para estimar o preço dos CVs, o modelo é baseado na regulamentação atual, incluindo as atualizações publicadas nos últimos meses, e estimativas da capacidade instalada de energia renovável a ser adicionada os próximos anos;
- (ii) Para estimar o preço, o modelo de CVs determina se existirá excesso ou défice dos mesmos;

De modo a determinar se existirá excesso ou défice de CVs, nós comparamos a oferta com a procura de CVs. A oferta de CVs é calculada multiplicando a oferta bruta de eletricidade pela quota de eletricidade renovável. O crescimento da oferta de eletricidade é determinado com base nas estimativas da ANRE. A EDPR fez análises de sensibilidade para as quotas e assumiu um cenário conservador, que considera as últimas alterações regulatórias. Quanto à procura de CVs, à capacidade instalada de energia renovável a partir do final de 2014, a EDPR assume as adições de capacidade em linha com a mais recente visão de mercado no desenvolvimento de energias renováveis no país.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade.

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder no investimento.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

04. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDPR. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Conselho de Administração da EDP Renováveis tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão operacional do risco financeiro do Grupo EDP Renováveis é subcontratada ao Departamento Financeiro da EDP - Energias de Portugal, S.A., conforme as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A subcontratação de serviços inclui a identificação e avaliação de mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direção de Gestão Financeira do Grupo EDP é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, conseqüentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura com características de exposição simétricas às do item coberto. A efetividade destas coberturas é reavaliada e monitorizada ao longo da sua vida útil.

A EDP Renováveis opera internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de investimentos em subsidiárias estrangeiras. Com o objetivo de minimizar o impacto das flutuações das taxas de câmbio, a política geral da EDP Renováveis é financiar cada projeto na moeda dos fluxos de caixa operacionais gerados pelo projeto.

Atualmente a maior exposição ao risco cambial resulta da exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resultante do investimento na EDPR NA. Com o aumento da capacidade noutras geografias a EDPR começa a ficar exposta ao risco cambial em várias moedas (Real Brasileiro, Zloty Polaco, Leu Romeno e Dólar Canadiano).

Para cobrir o risco originado com o investimento líquido na EDPR NA, a EDP Renováveis celebrou um CIRS em USD/EUR com a EDP Sucursal, e utiliza ainda dívida financeira expressa em USD. Seguindo a mesma estratégia adotada para cobrir o risco do investimento nos EUA, a EDP Renováveis celebrou igualmente dois CIRS em BRL/EUR e dois em PLN/EUR para cobrir o risco do investimento no Brasil e na Polónia. (ver nota 35).

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

Uma alteração de 10% na taxa de câmbio com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, iria originar um acréscimo/(redução) nos resultados e/ou capitais próprios antes de impostos do Grupo EDP Renováveis, nos seguintes montantes:

Milhares de Euros	31 Dez 2014			
	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	5.825	-7.119	-	-
	5.825	-7.119	-	-
Milhares de Euros	31 Dez 2013			
	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	3.778	-4.617	-	-
	3.778	-4.617	-	-

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais do Grupo são substancialmente independentes das flutuações das taxas de juro de mercado.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objetivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações do mercado. Desta forma, sempre que é considerado necessário, e em consonância com a política do Grupo, este contrata instrumentos financeiros derivados de forma a cobrir os riscos de taxa de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, com vencimentos até 12 anos. A Direção Financeira do Grupo efetua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro ou fluxos de caixa futuros.

Cerca de 92% da dívida financeira do Grupo EDP Renováveis tem juros à taxa fixa, incluindo as operações cobertas por instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade - Taxas de juro

A gestão de risco de taxa de juro associado às atividades desenvolvidas no Grupo é subcontratada ao Departamento Financeiro do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados de forma a mitigar este risco.

Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo EDPR EU e os respetivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, bem como os empréstimos dos acionistas

recebidos pela EDP Renováveis, uma alteração de 50 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e capital próprio (antes de impostos) do Grupo EDP Renováveis nos seguintes montantes (milhares de Euros):

Milhares de Euros	31 Dez 2014			
	Resultado		Capitais Próprios	
	+ 50 bps	- 50 bps	+ 50 bps	- 50 bps
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	12.343	-12.844
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-1.094	1.094	-	-
	-1.094	1.094	12.343	-12.844
Milhares de Euros	31 Dez 2013			
	Resultado		Capitais Próprios	
	+ 50 bps	- 50 bps	+ 50 bps	- 50 bps
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	19.389	-20.973
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-687	687	-	-
	-687	687	19.389	-20.973

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

Gestão do risco de crédito de contraparte em transações financeiras

A política do Grupo EDP Renováveis, em termos de risco de contraparte das transações financeiras com empresas externas ao Grupo EDP, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte. As contrapartes nos instrumentos financeiros derivados e transações financeiras são instituições de crédito de elevada notação de crédito ou empresas do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com as normas internacionais. A generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados é contratada ao abrigo do "ISDA Master Agreements".

No caso específico do Grupo EDPR EU, o risco de crédito não é significativo devido ao curto prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os maiores clientes do Grupo são operadores e distribuidores no mercado de energia dos respetivos países (OMIE e MEFF no caso do mercado Espanhol).

No caso específico do Grupo EDPR NA, o risco de crédito não é significativo devido ao reduzido prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os principais clientes do Grupo EDP Renováveis são empresas reguladas de eletricidade e agentes regionais do mercado energético nos Estados Unidos.

A EDP Renováveis considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber de clientes e outros devedores, líquido de perdas por imparidade registadas. O Grupo considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas por imparidade significativas por reconhecer.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade do Grupo não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras na data de vencimento. A estratégia do Grupo em termos de gestão de liquidez é a de assegurar, tanto quanto possível, a existência de liquidez suficiente para cumprir as obrigações no seu vencimento, em condições normais ou desfavoráveis, sem incorrer em custos desnecessários ou afetar a reputação do Grupo.

A política de liquidez seguida garante o cumprimento do pagamento das obrigações contratadas através da manutenção de linhas de crédito suficientes e através do acesso ao financiamento do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis procede à gestão do risco de liquidez através da contratação e gestão de linhas de crédito e facilidades de financiamento com o seu principal acionista, bem como diretamente no mercado com instituições financeiras nacionais e internacionais, assegurando os fundos necessários para realizar as suas atividades.

Gestão dos riscos de preço de mercado

A 31 de Dezembro de 2014 o risco do preço de mercado que afeta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No caso da EDPR NA, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de aquisição de energia. No caso da EDPR EU, a eletricidade é vendida em Espanha diretamente no mercado diário a preços *spot* acrescido de um prémio pré-definido (regulado). Nos restantes países, os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas exceto para a Roménia e Polónia, onde a maioria das centrais eólicas tem contratos de preço fixo ou com limites mínimos.

Para a reduzida quantidade de energia gerada com risco de preço de mercado, este risco é gerido através da contratação de *swaps* de energia. A EDPR EU e a EDPR NA contrataram *swaps* de energia que se qualificam para efeitos de contabilidade de cobertura (cobertura de fluxos de caixa) relacionados com vendas de energia para os

anos de 2014 a 2018 (ver nota 35). O objetivo do Grupo EDP Renováveis é o de cobrir volumes de energia produzida reduzindo a sua exposição à volatilidade do preço de venda em mercado.

Gestão de capital

O objetivo do Grupo relativamente à gestão dos capitais próprios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo seu acionista maioritário, é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objetivos estabelecidos e manter uma estrutura ótima de capitais próprios de forma a reduzir o custo do capital.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base no rácio de alavancagem. Este rácio é calculado dividindo os financiamentos líquidos pelo total de capitais próprios e financiamento líquido. O financiamento líquido corresponde ao somatório da dívida financeira do passivo por investimentos institucionais (*institutional tax equity liabilities*), corrigido do efeito dos proveitos diferidos não correntes, e deduzido de caixa e equivalentes de caixa.

05. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis:

Empresas adquiridas:

- EDP Renewables Polska, S.P. ZO.O adquiriu 100% do capital social da Radziejów Wind Farm Sp. ZO.O.;
- EDP Renewables Italia, S.R.L. adquiriu 100% do capital social da Wincap, S.R.L.
- EDP Renewables Europe, S.L. adquiriu 99,9667% do capital social da Eólica de Coahuila, S. de R.L. de C.V, através da sua subsidiária Tarcan B.V. Após a sua aquisição, a empresa celebrou um contrato para a venda futura de uma participação financeira significativa do capital social e, consequentemente e considerando a substância da transação e os impactos contabilísticos relacionados com a operação de compra, o Grupo EDP Renováveis considerou este investimento como um empreendimento conjunto, com uma participação equivalente a 51% do capital social.

Alienação de interesses não controláveis e empresas liquidadas:

- A EDPR-France S.A.S. alienou 49% das suas participações financeiras, por 28.256 milhares de Euros (deduzidos de 153 milhares de Euros dos custos de transação), nas seguintes empresas:
 - Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S.;
 - C.E. Canet-Pont de Salars, S.A.S.;
 - C.E. Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S.;
 - C.E. Patay, S.A.S.;
 - C.E. Saint Barnabe, S.A.S.;
 - Eolienne de Saugueuse, S.A.R.L.;
 - C.E. Segur, S.A.S.;
 - Parc Eolien de Varimpre, S.A.S.;
 - Parc Eolien des Vatines, S.A.S.

Esta transação foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, no montante total de 5.299 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adotada.

- A EDP Renewables Europe, S.L. alienou 7% das suas participações financeiras, pelo montante de 6 milhares de Euros, nas seguintes empresas:
 - Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, S.A.S.;
 - Les Eoliennes en Mer de Vendée, S.A.S.
- A EDPR Renovables España, S.L. liquidou a Sotromal, S.A. e a Rasacal Cogeneración, S.A.;
- A EDP Renewables Canada, Ltd alienou 49% do capital social da SBWF GP Inc. e 49% do capital social da South Dundas Wind Farm LP através da sua subsidiária EDP Renewables Canada LP Holdings, Ltd. pelo montante de 16.506 milhares de Euros (24.200 milhares de Dólares Canadianos). Esta transação foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos referidos interesses não controláveis alienados, no montante de 2.464 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adotada.
- A EDP Renewables Canada, Ltd alienou 49% do capital social da SBWF GP Inc. e 49% do capital social da South Dundas Wind Farm LP através da sua subsidiária EDP Renewables Canada LP Holdings, Ltd. pelo

montante de 16.506 milhares de Euros (24.200 milhares de Dólares Canadianos). Esta transação foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos referidos interesses não controláveis alienados, no montante de 2.464 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adotada.

Esta transação foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis não resultando numa perda de controlo pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, no montante de 9.808 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adotada.

Empresas fusionadas:

- As seguintes empresas foram fusionadas na EDP Renewables Canada LP, Holdings Ltd.:
 - 8067241 BC, Ltd.;
 - 0867242 BC, Ltd.;
 - South Branch Wind Farm, Inc.

Empresas constituídas:

- EDPR Wind Ventures XII *;
- EDPR Solar Ventures I;
- Parc Eolien de Boqueho - Pouagat, S.A.S.;
- Parc Eolien de Francourville, S.A.S. (foi constituída com o nome de Parc Eolien de Preuseville, S.A.S. e foi renomeada de Parc Eolien de Francourville, S.A.S.);
- 2014 Vento XII, L.L.C.;
- 2014 Sol I, L.L.C.;
- Parc Eolien d'Escardes, S.A.S.;
- Green Country Wind Farm, L.L.C. *;
- Central Eólica Aventura, S.A.;
- EDPR RO Trading S.R.L.

* A EDP Renováveis detém, através das suas subsidiárias EDPR NA e EDPR Canada, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2014 não têm quaisquer ativos ou passivos nem qualquer atividade operacional.

Outras alterações:

- Aumento da participação financeira na S.C. Ialomita Power, S.R.L. de 85% para 100% através de um aumento de capital totalmente subscrito pela EDP Renewables Europe, S.L.;
- Devido à entrada em vigor da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Grupo EDPR alterou o método de consolidação de Método Integral para Método de Equivalência Patrimonial na Ceprastur A.I.E.;
- Devido à entrada em vigor da IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, o Grupo EDPR alterou o método de consolidação de Método Proporcional para Método de Equivalência Patrimonial nas seguintes empresas:
 - Compañía Eólica Aragonesa, S.A.;
 - Desarrollos Energéticos Canários S.A.;
 - Evolución 2000, S.L.;
 - Flat Rock Windpower II, L.L.C.;
 - Flat Rock Windpower, L.L.C.;
 - Tébar Eólica, S.A.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as alterações no perímetro de consolidação da Grupo EDP Renováveis foram:

Empresas adquiridas:

- EDP Renewables, SGPS, S.A. adquiriu 100% do capital social da Gravitangle - Fotovoltaica Unipessoal, Lda. (ver nota 17);
- South África Wind & Solar Power, S.L. (que foi incorporada em Março de 2013) adquiriu 42,5% do capital social da Modderfontein Wind Energy Project, Ltd., 100% do capital social da Dejann Trading and Investments Proprietary Ltd., 100% do capital social da EDP Renewables South Africa, Proprietary Ltd. e 100% do capital social da Jouren Trading e Investments Pty Ltd. (ver nota 17);

- EDP Renewables North America L.L.C. adquiriu 100% do capital social da Lone Valley Solar Park I L.L.C. (ex- EDPR Agincourt L.L.C.), 100% do capital social da Lone Valley Solar Park II L.L.C. (ex- EDPR Marathon L.L.C.) e 100% do capital social da Rising Tree Wind Farm III (ver nota 17);
- EDP Renewables Polska, S.P. ZO.O adquiriu 65,07% do capital social da Molen Wind II S.P. ZO.O. (ver nota 17).

Empresas alienadas e liquidadas:

- Alienação de 49% do capital social da empresa EDP Renováveis Portugal, S.A. por 257.954 milhares de Euros. Esta transação ascendeu a 368.483 milhares de Euros aos quais foram deduzidos empréstimos no montante de 110.529 milhares de Euros, com a subsequente diminuição na participação na Eólica de Alagoa, S.A., Eólica de Montenegro, S.A., Eólica da Serra das Alturas, S.A. e Malhadizes, S.A.

Esta transação foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos referidos interesses não controláveis alienados, no montante de 148.334 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adotada.

- Alienação de 49% do capital social da Wheat Field Holding, L.L.C. (constituída em Setembro de 2013) por 34.977 milhares de Euros (correspondentes ao valor de venda de 48.400 milhares de Dólares Americanos, deduzidos dos custos de transação, distribuição de capital e efeito fiscal), com a consequente diminuição na participação financeira da Wheat Field Wind Power Project, L.L.C.

Esta transação foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo pelo que a diferença negativa entre o valor contabilístico e o justo valor dos referidos interesses não controláveis alienados, no montante de 1.274 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adotada.

- EDPR Renovables España, S.L. procedeu à liquidação da Parc Eolic Molinars S.L.

Empresas constituídas:

- South África Wind & Solar Power, S.L.;
- Sustaining Power Solutions, L.L.C.;
- Green Power Offsets, L.L.C.;
- Bourbriac II, S.A.S.;
- EDPR France Holding, S.A.S.;
- Parc Eolien de Montagne Fayel, S.A.S.;
- Arbuckle Mountain;
- Rising Tree Wind Farm II *;
- Wheat Field Holding, L.L.C.;
- Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, S.A.S.;
- Les Eoliennes en Mer de Vendée, S.A.S.;

* O Grupo EDP Renováveis detém, através das suas subsidiárias EDPR NA e EDPR Canada, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e no Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2013 não têm quaisquer ativos ou passivos, nem qualquer atividade operacional.

Outras alterações:

- A EDP Renewables Europe, S.L. aumentou a sua participação para 100% do capital social da Greenwind, S.A.;
- EDP Renewables Europe, S.L. aumentou a sua participação para 100% do capital social da Relax Wind Park I, S.P. ZO.O através da sua subsidiária EDP Renewables Polska, S.P. ZO.O.

06. VOLUME DE NEGÓCIOS

A rubrica de Volume de negócios é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Vendas por sector de atividade/negócio e geografia		
Eletricidade na Europa	740.515	813.133
Eletricidade nos Estados Unidos da América	376.221	347.774
Eletricidade, outros	30.948	24.250
	1.147.684	1.185.157
Outros	306	2.225
	1.147.990	1.187.382
Prestação de serviços	5.785	5.466
Varição nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis		
Custo das matérias-primas e consumíveis	-1.249	20
Varição dos inventários	600	-1.622
	-649	-1.602
Total Volume de Negócios	1.153.126	1.191.246

07. PROVEITOS DECORRENTES DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

Os proveitos decorrentes de parceiros institucionais em parques eólicos nos EUA no montante de 123.582 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 125.101 milhares de Euros), incluem o reconhecimento de proveitos relacionados com benefícios fiscais à produção (PTC), benefícios fiscais associados ao investimento (ITC) e outros benefícios fiscais relacionados essencialmente com a aceleração das taxas de depreciação dos projetos Vento I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII (ver nota 31).

08. OUTROS PROVEITOS

A rubrica de Outros proveitos é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Estimativa da revisão do preço de venda da EDPR PT	17.491	-
Ganhos em concentrações de atividades empresariais	-	3.477
Amortização do proveito diferido relativo a contratos de aquisição de energia	8.938	8.362
Contratos e indemnizações de seguradoras	5.204	21.368
Outros proveitos	14.034	8.154
	45.667	41.361

Como referido na nota 1 e de acordo com os termos do contrato, o ajustamento futuro no preço de venda da EDPR PT foi revisto no montante de 17.491 milhares de Euros.

Durante 2013, a EDP Renewables Polska realizou a alocação do preço de compra dos ativos e passivos identificáveis da Molen Wind II, S.P. ZO.O. a qual gerou um proveito de 3.477 milhares de Euros, registado na rubrica de Ganhos em concentrações de atividades empresariais (ver nota 17).

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a EDPR NA e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados com base em pressupostos de mercado em aproximadamente 190.400 milhares de USD e registados como passivo não corrente (ver nota 32). Este passivo é amortizado pelo período de duração dos contratos por contrapartida de Outros proveitos. A amortização do exercício de 31 de Dezembro de 2014 foi de 8.938 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 8.362 milhares de Euros).

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de Contratos e indemnizações de seguradoras inclui 13.779 milhares de Euros relativos a uma indemnização recebida na sequência de uma alteração no contrato de compra de energia entre a Mesquite Wind, L.L.C. (subsidiária da Vento I, L.L.C.) e um cliente.

09. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Rendas e alugueres	40.130	41.696
Conservação e reparação	148.578	142.967
Trabalhos especializados:		
- Serviços de Informática, Jurídicos e de Consultoria	15.872	17.282
- Serviços partilhados	7.437	7.784
- Outros serviços	11.119	11.661
Outros fornecimentos e serviços	33.509	33.782
	256.645	255.172

10. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de Custos com o pessoal e benefícios aos empregados é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Custos com o pessoal		
Remuneração dos órgãos sociais	674	539
Remunerações	54.714	53.235
Encargos com remunerações	9.836	8.902
Remuneração variável dos colaboradores	11.837	9.512
Outros custos	1.018	1.347
Trabalhos para a própria empresa	-19.546	-13.913
	58.533	59.622
Benefícios aos empregados		
Custos com planos de pensões	2.805	2.572
Custos com plano médico e outros benefícios	3.506	2.967
Outros	1.249	1.305
	7.560	6.844
	66.093	66.466

A 31 de Dezembro de 2014, os custos com planos de pensões referem-se a planos de contribuição definida (2.803 milhares de Euros) e a planos de benefício definido (2 milhares de Euros).

O número médio de trabalhadores do quadro permanente, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional, é apresentado como segue:

	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Órgãos sociais	17	17
	17	17
Diretores / Chefias superiores	69	69
Quadros médios	547	532
Profissionais altamente qualificados e qualificados	222	213
Outros empregados	62	61
	900	875
	917	892

11. OUTROS CUSTOS

A rubrica de Outros custos é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Impostos diretos e indiretos	64.707	67.005
Perdas em imobilizações	4.547	12.591
Outros custos e perdas	27.187	35.967
	96.441	115.563

A rubrica Impostos Diretos e Indiretos a 31 de Dezembro de 2014, inclui o montante de 24 milhões de Euros (31 de Dezembro de 2013: 31.8 milhares de Euros) relativo à taxa de 7% aplicável sobre os proveitos com a geração de eletricidade em Espanha, incidindo sobre todos os parques eólicos em operação.

12. AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADES DO EXERCÍCIO

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	687	1.398
Equipamento básico	458.783	438.604
Outros	11.555	10.953
Imparidade	15.578	12.196
	486.603	463.151
Ativos intangíveis:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros ativos intangíveis	1.461	1.522
Imparidade	11.434	-
	12.895	1.522
Imparidade do Goodwill	278	-
	499.776	464.673
Amortização de proveitos diferidos (Subsídios governamentais)	-19.009	-18.472
	480.767	446.201

Em 2014, o Grupo EDPR registou uma perda por imparidade em ativos fixos tangíveis de 15.571 milhares de Euros e 11.434 milhares de Euros em ativos intangíveis em resultado dos testes de imparidade realizados aos parques eólicos e aos certificados verdes da Roménia (ver nota 15 e 16).

Em 2013, o Grupo EDPR registou uma perda por imparidade de 12.196 milhares de Euros, dos quais 8.479 milhares de Euros e 3.717 milhares de Euros na EDPR EU e na EDPR NA, respetivamente. A perda por imparidade registada na EDPR EU resulta de alterações regulatórias em Espanha (ver nota 1), e na EDPR NA resultam de *write-off* de ativos fixos tangíveis em curso reconhecidos durante o segundo trimestre de 2013 (ver nota 15).

13. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de Proveitos e custos financeiros é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	25.312	20.704
Instrumentos financeiros derivados:		
Juros	1.247	1.459
Justo valor	66.958	68.167
Diferenças de câmbio favoráveis	7.944	17.388
Outros proveitos financeiros	66	663
	101.527	108.381
Custos financeiros:		
Juros suportados	206.531	197.143
Instrumentos financeiros derivados:		
Juros	26.576	29.973
Justo valor	29.515	70.400
Diferenças cambiais desfavoráveis	46.939	15.203
Trabalhos para a própria empresa	-26.814	-15.579
Efeito financeiro do desconto (<i>unwinding</i>)	60.818	64.885
Outros custos financeiros	7.841	8.065
	351.406	370.090
Resultados financeiros	-249.879	-261.709

Os Instrumentos financeiros derivados incluem liquidações de juros resultantes do instrumento financeiro derivado estabelecido entre a EDP Renováveis e EDP Sucursal (ver notas 35 e 37).

Em conformidade com a política contabilística apresentada na nota 2g), os custos de empréstimos (juros) capitalizados em ativos fixos tangíveis em curso a 31 de Dezembro de 2014 ascendiam a 26.814 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 15.579 milhares de Euros) (ver nota 15), e estão incluídos na rubrica de Trabalhos para a própria empresa (juros financeiros). As taxas de juro consideradas para a referida capitalização

variam de acordo com o respetivo empréstimo, entre 1,12% e 13,24% (31 de Dezembro de 2013: 1,69% e 11,27%).

A rubrica de Juros Suportados diz respeito aos juros de empréstimos cujo juro é definido a taxas de mercado.

Os custos referentes ao *Unwinding* referem-se essencialmente à atualização financeira da provisão para desmantelamento e desativação de parques eólicos no valor de 3.752 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 3.475 milhares de Euros) (ver nota 30) e ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA no valor de 56.551 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 60.840 milhares de Euros) (ver nota 31).

14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das diversas administrações fiscais durante períodos subsequentes limitados, que variam consoante o país: Estados Unidos, Bélgica, França e Holanda (3 anos); Portugal e Espanha (4 anos); Brasil, Roménia, Polónia e Itália (5 anos); e Reino Unido (sem limite).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes: 5 anos na Polónia, 7 anos na Roménia, 9 anos na Holanda, 12 anos em Portugal e sem prazo em Espanha, França, Itália, Bélgica e Brasil (apesar de no Brasil existir um limite de 30% do lucro tributável do exercício). As empresas do Grupo EDPR são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respetivos países.

A EDP Renováveis S.A. e as suas subsidiárias preenchem declarações fiscais individuais de acordo com a lei fiscal aplicável. No entanto, a maioria das empresas do Grupo são tributadas pelos princípios específicos do Regime de Consolidação previsto nos artigos 64º e 82º da Lei de 27/2014 de 27 de Novembro de 2014, que veio alterar o Código do Imposto sobre o Rendimento. As subsidiárias do Grupo EDPR em Espanha estão incluídas no perímetro de consolidação fiscal da EDP SA - Sucursal em Espanha (EDP Sucursal).

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Imposto corrente	-49.997	-88.929
Imposto diferido	33.598	32.022
	-16.399	-56.907

A taxa efetiva de imposto em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Resultado antes de impostos	194.286	226.033
Imposto do exercício	-16.399	-56.907
Taxa efetiva de imposto	8.44%	25.18%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto sobre o rendimento, no Grupo, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Resultado antes de impostos	194.286	226.033
Taxa nominal de imposto	30.00%	30.00%
Imposto teórico	-58.286	-67.810
Imposto do exercício	-16.399	-56.907
Diferença	41.887	10.903
Reavaliações contabilísticas, amortizações, depreciações e provisões	1.926	7.219
Prejuízos e créditos fiscais	-2.004	-3.938
Investimentos financeiros em associadas	5.939	5.467
Efeitos de taxa de imposto em jurisdições estrangeiras	-10.340	-3.933
Benefícios fiscais	6.949	4.124
Outros	39.417	1.964
	41.887	10.903

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Outros inclui o montante de 30,1 milhões de Euros, relativos ao impacto nos ativos e passivos por impostos diferidos no seguimento da redução da taxa de Imposto sobre o Rendimento de 30% para 28% em 2015 e para 25% em 2016 e exercícios seguintes, introduzida pela Reforma do Imposto sobre o Rendimento em Espanha (publicada no Jornal oficial de Espanha em 28 de Novembro de 2014).

Em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica Reavaliações contabilísticas, amortizações, depreciações e provisões, inclui a reavaliação fiscal dos ativos da EDPR em Espanha, decorrentes da Lei 16/2012 de 27 de Dezembro, que

apesar de não ter tido impacto contabilístico, gerou um aumento da base tributável desses ativos, no montante de 50,3 milhões de Euros. Assim, o Grupo reconheceu um imposto diferido ativo de 14,2 milhões de Euros, beneficiando de créditos de imposto para o período findo a 31 de Dezembro de 2013, líquido de uma taxa inicial (*gravamen único*) que ascendeu a 2,4 milhões de Euros, correspondendo a 5% das reservas de reavaliação.

15. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	32.977	32.546
Edifícios e outras construções	17.257	16.095
Equipamento básico		
- Produção renovável	12.753.798	11.395.493
- Outro equipamento básico	6.712	6.692
Outros	88.046	73.568
Ativos fixos tangíveis em curso	1.259.732	1.058.677
	14.158.522	12.583.071
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:		
Amortizações do exercício	-471.025	-450.955
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-2.605.773	-1.984.817
Imparidade do exercício	-15.578	-12.196
Perdas por imparidade de exercícios anteriores	-53.170	-39.644
	-3.145.546	-2.487.612
Valor líquido contabilístico	11.012.976	10.095.459

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis, durante o exercício de 2014, são analisados como segue:

Milhares de euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições Aumentos	Alienações Abates	Transfêrências	Diferenças cambiais	Variações Perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
Valor Bruto:							
Terrenos e recursos naturais	32.546	436	-1.210	-	1.205	-	32.977
Edifícios e outras construções	16.095	111	-	-	1.051	-	17.257
Equipamento básico	11.402.185	33.257	-2.803	561.673	727.006	39.192	12.760.510
Outros	73.568	2.704	-73	7.602	4.666	-421	88.046
Ativos fixos tangíveis em curso	1.058.677	712.378	-2.687	-569.275	58.832	1.807	1.259.732
	12.583.071	748.886	-6.773	-	792.760	40.578	14.158.522

Milhares de euros	Saldo em 01 Jan	Amortizações do exercício	Perdas por imparidade Reversões	Alienações Abates	Diferenças cambiais	Variações Perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Edifícios e outras construções	8.333	687	-	-	735	-	9.755
Equipamento básico	2.435.384	458.783	15.571	-675	158.492	9.370	3.076.925
Outros	43.895	11.555	7	-50	3.416	43	58.866
	2.487.612	471.025	15.578	-725	162.643	9.413	3.145.546

A rubrica de Equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos que se encontram em exploração.

As transferências de ativos fixos tangíveis em curso para exploração, referem-se essencialmente à entrada em operação de parques eólicos e centrais fotovoltaicas da EDP Renováveis na Polónia, Itália, França, Estados Unidos da América e Canadá.

As Perdas por Imparidade/Reversões estão relacionadas com parques eólicos na Roménia (ver nota 12).

A rubrica Variações de perímetro/Outros inclui o efeito resultante da aquisição da Wincap, S.R.L pela EDP Renewables Italia, S.R.L. (ver nota 5).

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante 2013 são analisados como segue:

Milhares de euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições Aumentos	Alienações Abates	Transfe-rências	Diferenças cambiais	Variações Perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
Valor Bruto:							
Terrenos e recursos naturais	24.601	8.209	-677	2.070	-539	-1.118	32.546
Edifícios e outras construções	16.700	28	-	-	-633	-	16.095
Equipamento básico	11.579.323	6.811	-1.435	523.805	-269.862	-436.457	11.402.185
Outros	76.537	2.352	-5.521	10.070	-1.466	-8.404	73.568
Ativos fixos tangíveis em curso	1.080.675	566.039	-8.181	-535.945	-30.164	-13.747	1.058.677
	12.777.836	583.439	-15.814	-	-302.664	-459.726	12.583.071

Milhares de euros	Saldo em 01 Jan	Amortiza-ções do exercício	Perdas por imparidade Reversões	Aliena-ções Abates	Diferenças cambiais	Variações Perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Edifícios e outras construções	7.187	1.398	-	-	-252	-	8.333
Equipamento básico	2.196.605	438.604	12.196	-291	-49.470	-162.260	2.435.384
Outros	37.137	10.953	-	-43	-934	-3.218	43.895
	2.240.929	450.955	12.196	-334	-50.656	-165.478	2.487.612

As transferências de Ativos fixos tangíveis em curso para exploração ocorridas em 2013, referem-se essencialmente à entrada em exploração de parques eólicos da EDP Renováveis.

As Perdas por Imparidade/Reversões estão relacionadas com ativos de geração eólica em Espanha e nos Estado Unidos da América (ver nota 12).

A rubrica Variações de Perímetro/Outros inclui essencialmente o efeito resultante da aquisição da Lone Valley Solar Park I L.L.C. (ex-EDPR Agincourt L.L.C.) e Lone Valley Solar Park II L.L.C. (ex-EDPR Marathon L.L.C.) pela EDP Renewables NA, e a liquidação da Parc Eolic Molinars S.L. pela EDPR Renovables España, S.L (ver nota 5). Adicionalmente, também inclui o impacto da adoção das IFRS 10 e 11 (ver nota 39), relativo ao saldo de abertura.

Os Ativos fixos tangíveis em curso, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são analisados como se segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Grupo EDPR EU	639.286	675.513
Grupo EDPR NA	559.853	302.239
Outros	60.593	80.925
	1.259.732	1.058.677

Os Ativos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estão essencialmente relacionados com parques eólicos e centrais fotovoltaicas em fase de construção e desenvolvimento na EDPR EU e EDPR NA.

Os juros financeiros capitalizados ascendem a 26.814 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2014 (31 de Dezembro de 2013: 15.579 milhares de Euros) (ver nota 13).

Os custos com pessoal capitalizados ascendem a 19.546 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2014 (31 de Dezembro de 2013: 13.913 milhares de Euros) (ver nota 10).

O Grupo EDP Renováveis tem compromissos de locações e de compra tal como divulgado na nota 36 - Compromissos.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Valor bruto:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros ativos intangíveis	145.482	105.514
Ativos intangíveis em curso	8.622	4.862
	154.104	110.376
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do exercício	-1.461	-1.522
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-23.505	-20.921
Perdas por imparidade	-11.434	-
	-36.400	-22.443
Valor Líquido	117.704	87.933

A rubrica Propriedade industrial, outros direitos e outros ativos intangíveis inclui 91.359 milhares de Euros e 14.035 milhares de Euros relativos a licenças de produção eólica do Grupo EDPR NA (31 de Dezembro de 2013: 76.065 milhares de Euros) e da EDPR Portugal (31 de Dezembro de 2013: 14.035 milhares de Euros), respetivamente, 37.426 milhares de Euros relativos a certificados verdes diferidos na Roménia (31 de Dezembro de 2013: 12.791 milhares de Euros) (ver nota 2 i)).

Os movimentos na rubrica de Ativos intangíveis durante 2014 são analisados como segue:

Milhares de euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Variações perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros ativos intangíveis	105.514	29.481	-	-	10.484	3	145.482
Ativos intangíveis em curso	4.862	3.754	-	-	6	-	8.622
	110.376	33.235	-	-	10.490	3	154.104

Milhares de euros	Saldo em 01 Jan	Amortizações do exercício	Perdas por imparidade	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Variações perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
Amortizações acumuladas:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros ativos intangíveis	22.443	1.461	11.434	-	1.062	-	36.400
	22.443	1.461	11.434	-	1.062	-	36.400

As adições incluem o reconhecimento de direitos dos certificados verdes diferidos na Roménia no montante de 24.885 milhares de Euros.

As Perdas por Imparidade referem-se a certificados verdes diferidos na Roménia (ver nota 12).

Os movimentos na rubrica de Ativos intangíveis durante 2013 são analisados como segue:

Milhares de euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições Aumentos	Alienações/ Abates	Transfe-rências	Diferenças Cambiais	Variações perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros ativos intangíveis	47.221	63.967	-	-	-3.422	-2.252	105.514
Ativos intangíveis em curso	4	4.481	-76	-	-188	641	4.862
	47.225	68.448	-76	-	-3.610	-1.611	110.376

Milhares de euros	Saldo em 01 Jan	Amortizações do exercício	Perdas por impa-ridade	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Variações perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
Amortizações acumuladas:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros ativos intangíveis	22.310	1.522	-	-	-348	-1.041	22.443
	22.310	1.522	-	-	-348	-1.041	22.443

As Adições incluem o montante de 47.297 milhares de Euros referente a contratos de aquisição de energia da Rising Tree (ver nota 2 i) e 17) e o montante de 12.941 milhares de Euros relativo ao reconhecimento de proveitos diferidos dos certificados verdes na Roménia.

A rubrica Variações de Perímetro/Outros inclui o impacto da adoção das IFRS 10 e 11 (ver nota 39) relativo ao saldo de abertura.

17. GOODWILL

No Grupo, a decomposição do Goodwill, resultante da diferença entre o valor de aquisição dos investimentos e a parte correspondente do justo valor dos ativos líquidos adquiridos, é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Goodwill registado no Grupo EDPR EU:	635.111	637.031
- Grupo EDPR Espanha	492.385	492.213
- Grupo EDPR França	61.460	64.047
- Grupo EDPR Portugal	42.915	42.915
- Outros	38.351	37.856
Goodwill registado no Grupo EDPR NA	651.264	574.867
Outros	1.341	1.602
	1.287.716	1.213.500

Os movimentos em Goodwill, por subgrupo, durante 2014 são analisados como segue:

Milhares de euros	Saldo em 01 Jan	Aumentos	Diminuições	Impari-dade	Diferenças Cambiais	Variações perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
Grupo EDPR EU:							
- Grupo EDPR Espanha	492.213	172	-	-	-	-	492.385
- Grupo EDPR França	64.047	-	-2.587	-	-	-	61.460
- Grupo EDPR Portugal	42.915	-	-	-	-	-	42.915
- Outros	37.856	651	-	-	-156	-	38.351
Grupo EDPR NA	574.867	-	-	-	76.397	-	651.264
Outros	1.602	-	-	-278	17	-	1.341
	1.213.500	823	-2.587	-278	76.258	-	1.287.716

Os movimentos em Goodwill, por subgrupo, durante 2013 são analisados como segue:

Milhares de euros	Saldo em 01 Jan	Aumentos	Diminuições	Imparidade	Diferenças Cambiais	Variações perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
Grupo EDPR EU:							
- Grupo EDPR							
Espanha	534.610	-	-172	-	-	-42.225	492.213
- Grupo EDPR França	65.752	-	-1.705	-	-	-	64.047
- Grupo EDPR							
Portugal	42.588	327	-	-	-	-	42.915
- Outros	57.284	348	-19.173	-	-603	-	37.856
Grupo EDPR NA	600.302	-	-	-	-25.435	-	574.867
Outros	1.394	477	-	-	-269	-	1.602
	1.301.930	1.152	-21.050	-	-26.307	-42.225	1.213.500

Grupo EDPR EU

A redução no Goodwill do Grupo EDPR EU no ano de 2014 encontra-se relacionada com o cancelamento do *success fee* de um projeto na EDPR France.

A variação do Goodwill do Grupo EDPR EU em 2013 inclui essencialmente uma diminuição no valor de 19.173 milhares de Euros que resulta da revisão dos preços contingentes associados a alguns contratos de aquisição anteriores a 1 de Janeiro de 2010, data de adoção da IFRS 3 revista (conforme política contabilística 2 b)).

A data efetiva de aplicação das novas normas IFRS 10 e 11 com referência a 1 de Janeiro 2014, implicou no Grupo EDPR a sua adoção, para efeitos comparativos, a 1 Janeiro de 2013. Esta alteração gerou uma variação negativa de 42.225 milhares de Euros no saldo de abertura a 1 de Janeiro de 2013 da rubrica de Goodwill referente à alteração do método de consolidação da Compañía Eólica Aragonesa, S.A. e Evolución 2000, S.L. Uma vez que estas empresas passaram a ser consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, o seu Goodwill foi reclassificado para a rubrica de Investimentos financeiros em *joint ventures* e associadas.

Outras informações para concentração de atividades empresariais incluídas em 2014

Durante 2014, o Grupo EDPR pagou 8.541 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 46.728 milhares de Euros) de concentração de atividades empresariais e *success fees* relacionados com a aquisição de empresas do Grupo EDPR NA (5.327 milhares de Euros), do Grupo EDPR Polónia (1.600 milhares de Euros), do Grupo EDPR Itália (735 milhares de Euros), do Grupo EDPR UK (603 milhares de Euros) e Outros (276 milhares de Euros).

Outras concentrações de atividades empresariais

Em 2014, o Grupo EDPR adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas: Wincap, S.R.L. e Radziejów Wind Farm Sp. ZO.O. (ver nota 5), com os seguintes impactos agregados:

Milhares de euros	Ativos e Passivos ao justo valor
Ativos fixos tangíveis	1.387
Outros ativos (incluindo licenças)	422
Total do Ativo	1.809
Passivos por impostos diferidos	-
Passivo corrente	-
Total do Passivo	375
Ativos líquidos	1.434
Interesses não controláveis	-
Ativos líquidos adquiridos	1.434
Custo de Aquisição	2.085
Goodwill	651

Outras informações referentes aos PPA (Purchase Price Allocation) e concentrações de atividades empresariais em 2013

EDPR EU - Outros

Em 2013, a EDP Renewables Polska S.P. ZO.O. adquiriu 65,07% do capital social da empresa Molen Wind II SP. ZO.O. (ver nota 5) e concluiu o respetivo PPA, o qual originou o reconhecimento de um proveito operacional no montante de 3.477 milhares de Euros (ver nota 8).

Milhares de euros	Valor contabilístico	PPA	Ativos e Passivos ao justo valor
Ativos fixos tangíveis	1.691	10.739	12.430
Outros ativos (incluindo licenças)	10.112	-	10.112
Total do Ativo	11.803	10.739	22.542
Passivos por impostos diferidos	-	2.040	2.040
Passivo corrente	1.868	-	1.868
Total do Passivo	1.868	2.040	3.908
Ativos líquidos	9.935	8.699	18.634
Interesses não controláveis	-3.470	-3.039	-6.509
Ativos líquidos adquiridos	6.465	5.660	12.125
Custo de Aquisição	8.648		8.648
Goodwill			-3.477

Testes de Imparidade do Goodwill - Grupo EDPR

O Goodwill do Grupo EDPR é testado quanto à sua imparidade anualmente, com base no mês de Setembro. No caso dos parques eólicos em exploração, o teste de imparidade é feito com base no valor recuperável determinado com base no valor de uso dos ativos. O Goodwill é alocado a cada um dos países onde o Grupo EDPR exerce a sua atividade, pelo que, para determinar o valor recuperável do Goodwill alocado a cada país, são agregadas as diferentes unidades geradoras de caixa (UGC) existentes em cada geografia.

Para efetuar esta análise, foi utilizado o método de fluxos de caixa descontados. Este método é baseado no princípio que o valor estimado de uma entidade ou negócio é definido pela sua capacidade de gerar recursos financeiros no futuro, assumindo que estes recursos poderão ser transferidos do negócio e distribuídos pelos acionistas, sem pôr em causa a continuidade da atividade.

Desta forma, a valorização dos negócios desenvolvidos por cada unidade geradora de caixa do Grupo EDPR é efetuada de acordo com os fluxos de caixa gerados por cada negócio, descontados a taxas apropriadas.

O período de projeção dos fluxos de caixa futuros usado é a vida útil dos parques eólicos (25 anos) o qual é consistente com o método de depreciação atual. Os fluxos de caixa também consideraram os contratos *off-take* de longo prazo e estimativas de preços de energia de longo prazo, sempre que o ativo tenha exposição ao mercado.

Os principais pressupostos utilizados nos testes de imparidade são analisados como segue:

- Produção de energia: os *net capacity factors* usados em cada unidade geradora de caixa utilizam estudos de vento que entram em linha de conta com a previsibilidade do vento no médio e longo prazo, e os mecanismos regulatórios existentes em quase todas as geografias que determinam a produção de energia sempre que as condições climáticas o permitem, bem como a prioridade de despacho da energia produzida;
- Remuneração da energia: foram consideradas as remunerações reguladas ou contratadas quando disponíveis, para as Unidades geradoras de caixa que estejam abrangidas por tarifas reguladas ou que tenham contratos de venda assinados da sua produção durante toda ou parte da sua vida útil. Quando esta informação não está disponível, foram utilizadas as curvas de preços de mercado de longo prazo projetadas pelo Grupo com base na experiência passada e modelos de informação interna com base em fontes de informação externa;
- Nova capacidade: os testes de imparidade basearam-se na melhor informação disponível relativamente aos parques eólicos que se estima que venham a ser construídos nos próximos anos, ajustados da probabilidade de sucesso, as expectativas de crescimento baseados nos objetivos do plano de negócios, o crescimento histórico e as projeções de crescimento do mercado. Os testes consideraram os preços contratados e esperados para compra das turbinas aos vários fornecedores;
- Custos operacionais: foram utilizados os contratos para arrendamento de terrenos e os contratos de manutenção em vigor; os outros custos operacionais foram projetados de forma consistente com a experiência da empresa e modelos internos de análise;
- Valor terminal – é utilizada uma percentagem de 15% do valor inicial do investimento em cada parque eólico, considerando a inflação;
- Taxa de desconto: as taxas de desconto utilizadas são após imposto e refletem a melhor estimativa do Grupo EDPR dos riscos específicos associados a cada unidade geradora de caixa apresentando as seguintes bandas de variação:

	2014	2013
Europa	4,0% - 6,4%	4,8% - 7,6%
Estados Unidos da América	5,1% - 7,1%	6,0% - 7,3%
Brasil	8,6% - 10,3%	8,6% - 9,9%

Os testes de imparidades foram realizados tendo em consideração as alterações regulatórias de cada país, conforme referido na nota 1.

A EDPR realizou diversas análises de sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efetuados, nomeadamente às seguintes variáveis chave:

- Uma diminuição no *net capacity fator* na EDPR NA;
- Uma diminuição de 5% e 10% nos preços de mercado na EDPR NA.

Adicionalmente, o Grupo EDPR realizou uma análise de sensibilidade adicional aumentando em 100 pontos base a taxa de desconto utilizada no caso base para a EDPR EU e EDPR Brasil. Estas análises de sensibilidade, realizadas para cada pressuposto independentemente, não determinaram a existência de indícios de imparidade no valor do Goodwill alocado a cada país.

18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM JOINT VENTURES E ASSOCIADAS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Investimentos em associadas		
Investimentos em <i>joint ventures</i>	294.146	273.986
Investimentos financeiros em associadas	75.645	64.660
Valor contabilístico	369.791	338.646

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, o Goodwill gerado na aquisição de *joint ventures* e associadas é apresentado nesta rubrica.

A movimentação dos Investimentos financeiros em *joint ventures* e associadas é analisado como segue:

Milhares de euros	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	338.646	47.473
Aquisições/entradas	6.178	40
Resultados de <i>joint ventures</i> e associadas	21.756	14.726
Dividendos recebidos	-18.132	-17.951
Diferenças cambiais	25.838	-3.743
Reservas de cobertura de <i>joint ventures</i> e associadas	-4.488	4.724
Outros	-7	293.377
Saldo em 31 de Dezembro	369.791	338.646

Em 2013, a rubrica Outros inclui o impacto da adoção das IFRS 10 e 11 (ver nota 39), relacionado com o saldo de abertura.

A tabela seguinte resume a informação financeira individual das *joint ventures* incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2014:

Milhares de euros	Flat Rock Wind-power	Flat Rock Wind-power II	Compañía Eólica Aragonesa	Outras
Informação financeira individual das <i>joint ventures</i>				
Ativos não correntes	289.039	115.477	134.860	78.209
Ativos correntes	4.392	869	16.560	11.983
Caixa e equivalentes de caixa	2.525	534	12.677	8.982
Capitais próprios	290.048	115.012	108.144	19.273
Dívida financeira de longo prazo	-	-	-	40.070
Passivos não correntes	30.066	3.156	-	-
Dívida financeira de curto prazo	-	-	-	-
Passivos correntes	227	119	13.210	16.133
Volume de negócios	31.488	8.392	14.167	10.106
Amortizações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	-18.206	-6.165	-5.257	-6.078
Outros custos financeiros	-147	-57	-174	-1.479
Impostos sobre os lucros	-	-	2.531	815
Resultado líquido do exercício	2.403	-1.345	4.282	-793
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Ativos líquidos	145.024	57.506	66.657	24.967
Goodwill	-	-	39.558	-
Dividendos pagos	11.689	2.813	2.500	737

A tabela seguinte resume a informação financeira individual das *joint ventures* incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2013:

Milhares de euros	Flat Rock Wind- power	Flat Rock Wind- power II	Compañía Eólica Aragonesa	Outras
Informação financeira individual das <i>joint ventures</i>				
Ativos não correntes	267.622	107.611	127.966	66.959
Ativos correntes	6.488	1.467	12.727	11.574
Caixa e equivalentes de caixa	3.039	930	7.011	8.282
Capitais próprios	271.332	107.966	108.862	21.196
Dívida financeira de longo prazo	-	-	-	46.396
Passivos não correntes	2.637	1.015	21.971	-
Dívida financeira de curto prazo	-	-	-	-
Passivos correntes	141	97	9.860	8.847
Volume de negócios	24.579	5.847	30.652	20.407
Amortizações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	-16.004	-6.177	-4.811	-5.564
Outros custos financeiros	-140	-54	-1.018	-1.947
Impostos sobre os lucros	-	-	-3.434	-2.354
Resultado líquido do exercício	-2.418	-3.750	12.703	5.487
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Ativos líquidos	135.666	53.983	68.428	15.909
Goodwill	-	-	39.558	-
Dividendos pagos	5.900	1.094	4.972	4.524

A tabela seguinte resume a informação financeira individual das associadas incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2014:

Milhares de euros	Seaenergy Renewables Inch Cape	ENEOP	Pq. Eólico Sierra del Madero	Outras
Informação financeira individual das associadas				
Ativos não correntes	46.688	1.296.820	55.915	96.497
Ativos correntes	2.662	365.479	9.145	12.748
Capital próprio	-3.228	98.056	21.909	47.822
Passivos não correntes	46.169	1.399.319	2.644	46.031
Passivos correntes	6.408	164.923	40.508	15.505
Volume de negócios	-	212.687	8.990	11.211
Resultado líquido do exercício	-1.201	36.167	-390	-4.467
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Ativos líquidos	14.190	35.261	9.202	16.992
Goodwill	15.772	-	-	8.205
Dividendos pagos	-	-	-	393

A tabela seguinte resume a informação financeira individual das associadas incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2013:

Milhares de euros	Seaenergy Renewables Inch Cape	ENEOP	Pq. Eólico Sierra del Madero	Outras
Informação financeira individual das associadas				
Ativos não correntes	19.778	1.184.916	58.190	86.370
Ativos correntes	1.033	282.449	5.435	8.578
Capital próprio	-1.854	74.739	21.519	42.734
Passivos não correntes	19.211	1.248.590	3.439	20.748
Passivos correntes	3.453	144.037	38.668	30.644
Volume de negócios	-	193.736	14.020	14.127
Resultado líquido do exercício	-731	37.220	4.749	1.157
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Ativos líquidos	13.827	26.876	9.038	14.919
Goodwill	14.735	-	-	8.205
Dividendos pagos	-	-	-	1.578

Durante o exercício de 2014, as *joint ventures* e empresas associadas significativas apresentam a seguinte reconciliação do justo valor dos ativos líquidos proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDP:

Milhares de euros	Capitais Próprios	% EP	Ajust. de Justo valor	Goodwill	Outros	Ativos Líquidos
Flat Rock Windpower	290.048	50,00%	-	-	-	145.024
Flat Rock Windpower II LLC	115.012	50,00%	-	-	-	57.506
Compañía Eólica Aragonesa	108.144	50,00%	12.585	-	-	66.657
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	-3.228	49,00%	-	15.772	-	14.190
ENEOP - Eólicas de Portugal, SA	98.056	35,96%	-	-	-	35.261
Parque Eólico Sierra del Madero	21.909	42,00%	-	-	-	9.202

Durante o exercício de 2013, as *joint ventures* e empresas associadas significativas apresentam a seguinte reconciliação do justo valor dos ativos líquidos proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDP:

Milhares de euros	Capitais Próprios	% EP	Ajust. de Justo valor	Goodwill	Outros	Ativos Líquidos
Flat Rock Windpower	271.332	50,00%	-	-	-	135.666
Flat Rock Windpower II LLC	107.966	50,00%	-	-	-	53.983
Compañía Eólica Aragonesa	108.862	50,00%	13.997	-	-	68.428
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	-1.854	49,00%	-	14.735	-	13.827
ENEOP - Eólicas de Portugal, SA	74.739	35,96%	-	-	-	26.876
Parque Eólico Sierra del Madero	21.519	42,00%	-	-	-	9.038

As garantias operacionais prestadas pelas *joint ventures* incluídas nas contas consolidadas do Grupo pelo método de equivalência patrimonial, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são apresentadas como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Garantias de natureza operacional		
Compañía Eólica Aragonesa	1.440	1.440
Outras	307	307
	1.747	1.747

Os compromissos relativos a dívidas financeiras de curto e longo prazo, rendas vincendas de locações financeiras, outros compromissos de longo prazo e outros passivos relativos a aquisições e a rendas vincendas de locações operacionais das *joint ventures* incluídas nas contas consolidadas do Grupo sob o método de equivalência patrimonial, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são divulgados como segue:

Milhares de euros	2014				
	Total	Capital em dívida por período			
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida financeira de curto e longo prazo	23.814	3.356	7.043	7.341	6.074
Rendas vincendas de locações operacionais	22.178	1.344	2.727	2.779	15.327
Obrigações de compra	9.019	4.612	3.841	567	-
	55.011	9.312	13.611	10.687	21.401

	2013				
	Capital em dívida por período				
Milhares de euros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida financeira de curto e longo prazo	27.374	3.354	6.912	7.297	9.811
Rendas vincendas de locações operacionais	10.786	539	1.111	1.155	7.981
Obrigações de compra	9.709	4.792	4.220	697	-
	47.869	8.685	12.243	9.149	17.792

19. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

Milhares de euros	Ativos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	31 Dez 2014	31 Dez 2013	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Prejuízos fiscais reportáveis	848.119	684.286	-	-
Provisões	24.382	21.399	5.956	4.265
Instrumentos financeiros derivados	12.488	11.472	3.300	625
Ativos fixos tangíveis	50.935	47.409	430.175	332.213
Alocação de justos valores a ativos e passivos adquiridos	-	-	357.768	406.199
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	389.475	299.403
Encargos financeiros não dedutíveis	27.621	21.113	-	-
Compensação de ativos e passivos por impostos diferidos	-917.062	-676.449	-917.062	-676.449
Outros	5	-17	780	928
	46.488	109.213	270.392	367.184

A rubrica Ativos e passivos por impostos diferidos refere-se essencialmente à Europa e aos Estados Unidos da América, tal como segue:

Milhares de euros	Ativos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	31 Dez 2014	31 Dez 2013	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Europa:				
Prejuízos fiscais reportáveis	25.724	17.579	-	-
Provisões	16.854	15.422	5.956	4.265
Instrumentos financeiros derivados	12.399	9.465	1.810	500
Ativos fixos tangíveis	47.631	44.471	52.542	18.796
Alocação de justos valores a ativos e passivos adquiridos	27.621	21.113	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	231.219	308.390
Compensação de ativos e passivos por impostos diferidos	-84.371	-	-84.371	-
Outros	4	-16	780	830
	45.862	108.034	207.936	332.781
Estados Unidos da América:				
Prejuízos fiscais reportáveis	820.673	665.054	-	-
Provisões	7.310	5.761	-	-
Instrumentos financeiros derivados	-	2.007	1.490	-
Ativos fixos tangíveis	3.304	2.937	376.403	313.029
Alocação de justos valores a ativos e passivos adquiridos	-	-	122.009	93.090
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	389.475	299.403
Compensação de ativos e passivos por impostos diferidos	-831.287	-675.759	-831.287	-675.759
	-	-	58.090	29.763

Os movimentos dos ativos e passivos por impostos diferidos líquidos durante o exercício são analisados como segue:

	Ativos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	31 Dez 2014	31 Dez 2013	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Milhares de euros				
Saldo em 1 de Janeiro	109.213	89.378	-367.184	-380.592
Dotação a resultados	13.360	39.181	20.238	-7.160
Dotação a reservas	3.312	-5.464	-2.867	-320
Diferenças cambiais e outras variações	-79.397	-13.882	79.421	20.888
Saldo em 31 de Dezembro	46.488	109.213	-270.392	-367.184

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Data limite de reporte:		
2014	-	259
2015	103	107
2016	1.435	1.523
2017	4.787	3.597
2018	26.610	33.923
2019	20.538	3.122
2020 a 2034	2.141.294	1.752.812
Sem prazo	279.280	229.144
	2.474.047	2.024.487

20. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Adiantamentos por conta de compras	4.367	2.952
Produtos acabados e intermédios	3.793	2.248
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.160	10.225
	21.320	15.425

21. CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Clientes - Não Corrente		
Europa:		
- Espanha	4.879	-
	4.879	-
Clientes - Corrente		
Europa:		
- Espanha	37.814	68.578
- Roménia	9.170	40.464
- Polónia	21.085	19.237
- Resto da Europa	27.510	33.022
	95.579	161.301
Estados Unidos da América	43.428	39.590
Outros	3.480	2.715
	142.487	203.606
Perdas por imparidade	-1.342	-1.342
	141.145	202.264
	146.024	202.264

A rubrica Clientes - Não Corrente, deve-se essencialmente à constituição do saldo a cobrar pelo ajuste dos limites da *pool* na EDPR EU em Espanha, resultante da publicação do Real Decreto Ley 413/2014 e da Ordem IET/1045/2014 (ver nota 1).

22. DEVEDORES E OUTROS ATIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Devedores e outros ativos de atividades comerciais é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Não Corrente:		
Custos diferidos	11.380	41.771
Outros devedores e operações diversas	24.940	11.389
	36.320	53.160
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Corrente:		
Adiantamentos relativos à manutenção de turbinas	6.839	7.125
Serviços prestados	6.495	11.596
Adiantamentos a fornecedores	2.903	1.709
Outros devedores e operações diversas	25.327	24.168
	41.564	44.598
	77.884	97.758

23. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros devedores e outros ativos é analisada como se segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Outros devedores e outros ativos - Não Corrente		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	359.133	300.054
Instrumentos financeiros derivados	16.365	14.148
Outros devedores e outras operações	21.482	6.233
	396.980	320.435
Outros devedores e outros ativos - Corrente		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	246.587	95.327
Instrumentos financeiros derivados	32.514	11.154
Outros devedores e outras operações	15.545	26.617
	294.646	133.098
	691.626	453.533

Os Empréstimos concedidos a partes relacionadas - Não Corrente incluem essencialmente 358.120 milhares de Euros referentes a empréstimos ao Grupo ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. (31 de Dezembro de 2013: 286.520 milhares de Euros). A data de vencimento deste empréstimo é Dezembro de 2017.

Os Empréstimos concedidos a partes relacionadas - Corrente incluem essencialmente o montante de 35.343 milhares de Euros referentes a empréstimos ao Grupo ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. (31 de Dezembro de 2013: 18.456 milhares de Euros), 21.541 milhares de Euros referentes a empréstimos à SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited (31 de Dezembro de 2013: 9.428 milhares de Euros), 168.935 milhares de Euros respeitantes a empréstimos à EDP Servicios Financieros España, S.A. (31 de Dezembro de 2013: 63.775 milhares de Euros) e 12.929 milhares de Euros referentes a empréstimos ao Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.

24. IMPOSTOS A RECEBER

A rubrica de Impostos a receber é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Imposto sobre o rendimento	12.336	18.744
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	71.512	78.734
Outros impostos	5.245	5.914
	89.093	103.392

25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Caixa	-	-
Depósitos Bancários		
Depósitos à ordem	246.652	205.920
Depósitos a prazo	16	10.540
Depósitos cativos em relação a parcerias institucionais	78.855	62
	325.523	216.522
Outras aplicações de tesouraria	43.100	38.940
	368.623	255.462

A rubrica Depósitos cativos em relação a parcerias institucionais corresponde aos fundos caucionados necessários para pagar os custos remanescentes de construção de projetos eólicos em parcerias institucionais (ver nota 31). Os acordos governamentais destas parcerias institucionais e os acordos de garantias específicos definem o gasto apropriado destes fundos.

A rubrica Outros investimentos de curto prazo inclui investimentos de muito curto prazo imediatamente convertíveis em Caixa.

26. CAPITAL

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social da EDP Renováveis é composto por 872.308.162 ações com um valor nominal de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado. As ações estão sob a forma de ações ao portador, sendo que a empresa tem o direito de solicitar o acesso aos dados sobre as suas ações e todos os seus titulares encontram-se identificados nos registos escriturais. Todas as ações têm os mesmos direitos de voto e de participação nos resultados e são livremente transmissíveis.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a estrutura acionista da EDP Renováveis, S.A. é a seguinte:

	Nº de ações	% Capital	% Direitos de voto
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España	541.027.156	62,02%	62,02%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135.256.700	15,51%	15,51%
Outros (*)	196.024.306	22,47%	22,47%
	872.308.162	100,00%	100,00%

(*) Ações cotadas na Euronext de Lisboa

Em 2007 e 2008 a EDP Renováveis teve vários aumentos de capital, os quais foram subscritos através da incorporação de 100% das ações na EDPR NA e na EDPR EU.

Estas contribuições foram efetuadas ao abrigo do Regime Especial que regula fusões, cisões, transferência de ativos e conversão de ações, estabelecido no Capítulo VIII, Título VII do Real Decreto Lei 4, de 5 de Março de 2004, que aprova a lei revista do imposto sobre o rendimento em Espanha. As divulgações obrigatórias pela presente Lei foram incluídas nas demonstrações financeiras de 2007 e 2008.

Os resultados por ação atribuíveis aos acionistas da EDPR são analisados como segue:

	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Resultado líquido atribuível aos acionistas maioritários (em milhares de Euros)	126.007	135.116
Resultado líquido das operações em continuação atribuível aos acionistas maioritários (em milhares de Euros)	126.007	135.116
Nº médio ponderado de ações durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Nº médio ponderado de ações diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Resultado por ação (básico) atribuível aos acionistas maioritários (em Euros)	0,14	0,15
Resultado por ação (diluído) atribuível aos acionistas maioritários (em Euros)	0,14	0,15
Resultado por ação (básico) das operações em continuação atribuível aos acionistas maioritários (em Euros)	0,14	0,15
Resultado por ação (diluído) das operações em continuação atribuível aos acionistas maioritários (em Euros)	0,14	0,15

O Grupo EDPR calcula o seu resultado básico e diluído por ação atribuível aos acionistas maioritários utilizando a média ponderada das ações em circulação durante o período de relato.

A empresa não detém quaisquer ações próprias com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

O número médio de ações foi determinado da seguinte forma:

	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Ações emitidas no início do exercício	872.308.162	872.308.162
Efeito de emissão de ações durante o exercício	-	-
Número médio de ações realizadas	872.308.162	872.308.162
Número médio de ações durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Número médio de ações diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162

27. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Reservas		
Reservas de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-41.066	-29.114
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	2.603	3.242
Diferença cambial de consolidação	-25.793	-43.733
	-64.256	-69.605
Outras reservas e resultados acumulados		
Resultados acumulados e outras reservas	710.278	601.838
Prestações suplementares	60.666	60.666
Reserva legal	35.375	29.675
	806.319	692.179
	742.063	622.574

Prestações Suplementares

A contabilização de transações entre entidades sob controlo conjunto está excluída do âmbito da IFRS 3. Consequentemente, e na ausência de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDPR adotou uma política contabilística para as referidas transações, considerada apropriada. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de atividades empresariais de entidades sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo) nas demonstrações financeiras consolidadas da EDPR. A diferença entre o valor contabilístico dos ativos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecido em capitais próprios.

Reserva Legal

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 274º do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do exercício para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos acionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas, se não existirem outras reservas disponíveis, e para aumentar o capital social.

Distribuição de Resultados (Empresa Mãe)

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 2014 da EDP Renováveis, S.A. a ser apresentada na Assembleia Geral Anual, é a seguinte:

	Euros
Resultado líquido do exercício	212.703.502,15
Distribuição:	
Reserva legal	21.270.350,22
Dividendos	34.892.326,48
Resultados acumulados	156.540.825,46
	212.703.502,15

A aplicação do resultado do exercício de 2013 da EDP Renováveis, S.A., aprovada na Assembleia Geral Anual, foi a seguinte:

	Euros
Resultado líquido do exercício	56.998.823,86
Distribuição:	
Reserva legal	5.699.882,39
Dividendos	34.892.326,48
Resultados acumulados	16.406.614,99
	56.998.823,86

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

A Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na proporção em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efetiva.

Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)

Esta reserva inclui as variações acumuladas de justo valor existentes à data da demonstração da posição financeira referentes a ativos financeiros disponíveis para venda.

Milhares de euros

Saldo em 1 de Janeiro de 2013	4.446
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	-1.204
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	3.242
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	-639
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	2.603

Diferença cambial de consolidação

Esta rubrica reflete o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas expressas na sua moeda funcional para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são analisadas como segue:

Moeda		Taxas de Câmbio em 31 Dez 2014		Taxas de Câmbio em 31 Dez 2013	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dólar americano	USD	1,214	1,329	1,379	1,328
Zloty	PLN	4,273	4,184	4,154	4,197
Real brasileiro	BRL	3,221	3,122	3,258	2,868
Novo leu	RON	4,483	4,444	4,471	4,419
Libra esterlina	GBP	0,779	0,806	0,834	0,849
Dólar canadiano	CAD	1,406	1,466	1,467	1,368

28. INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Interesses não controláveis de resultados	51.880	34.010
Interesses não controláveis de capital e de reservas	497.233	384.047
	549.113	418.057

A rubrica de Interesses não controláveis, por subgrupo, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Grupo EDPR NA	232.358	198.348
Grupo EDPR EU	283.543	192.241
Grupo EDPR BR	33.212	27.468
	549.113	418.057

O movimento registado nos interesses não controláveis do Grupo EDP Renováveis refere-se essencialmente com: (i) os resultados do exercício atribuíveis a interesses não controláveis no montante de 51.880 milhares de Euros; (ii) alienação sem perda de controlo da EDPR France tendo gerado interesses não controláveis de 59.163 milhares de Euros (ver nota 5); (iii) alienação sem perda de controlo das subsidiárias da EDPR France tendo gerado interesses não controláveis de 22.346 milhares de Euros (ver nota 5); (iv) alienação sem perda de controlo da South Dundas Wind Farm tendo gerado interesses não controláveis de 13.030 milhares de Euros (ver nota 5); (v) diminuições de capital no Grupo EDPR NA atribuíveis a interesses não controláveis de 28.712 milhares de Euros; (vi) aumentos de capital atribuíveis a interesses não controláveis do Grupo EDPR EU de 25.677 milhares de Euros; (vii) dividendos atribuíveis a interesses não controláveis, no montante de 34.382 milhares de Euros; (viii) e diferenças de conversão cambial atribuíveis a interesses não controláveis no Grupo EDPR no montante de 26.913 milhares de Euros.

29. DÍVIDA FINANCEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Dívida financeira - Não Corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo EDPR EU	664.948	642.927
- Grupo EDPR BR	47.142	53.833
- Grupo EDPR NA	30.633	-
Obrigações - Não convertíveis:		
- Grupo EDPR BR	-	29.102
Empréstimos recebidos de entidades do Grupo EDP:		
- EDP Renováveis, S.A.	368.506	324.417
- EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.	2.595.344	2.458.436
Outros empréstimos:		
- Grupo EDPR EU	9.861	11.363
Juros a pagar	-	781
Total Empréstimos - Não Corrente	3.716.434	3.520.859
Depósitos colaterais - Não Corrente (*)		
Depósitos Colaterais - <i>Project Finance</i> e Outros	-65.597	-72.206
Total Depósitos Colaterais - Não Corrente	-65.597	-72.206
Milhares de Euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Dívida financeira - Corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo EDPR EU	133.561	80.881
- Grupo EDPR BR	7.307	7.160
- Grupo EDPR NA	3.155	-
Obrigações - Não convertíveis		
- Grupo EDPR BR	29.497	-
Papel Comercial:		
- Grupo EDPR BR	-	6.139
Empréstimos recebidos de entidades do Grupo EDP:		
- EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.	-	34.262
Outros empréstimos:		
- Grupo EDPR EU	1.763	9.716
- Grupo EDPR NA	-	1.208
Juros a pagar	10.206	5.652
Total Empréstimos - Corrente	185.489	145.018
Depósitos colaterais - Corrente (*)		
Depósitos Colaterais - <i>Project Finance</i> e Outros	-15.141	-6.054
Total Depósitos Colaterais - Corrente	-15.141	-6.054
	3.821.185	3.587.617

(*) Nota Informativa sobre Depósitos Colaterais

Os Depósitos Colaterais correspondem essencialmente a montantes detidos em contas bancárias para cumprir com obrigações em contratos de *project finance* nos quais participam determinadas subsidiárias da EDP Renováveis.

A Dívida financeira - Não corrente da EDP Renováveis refere-se essencialmente a um conjunto de empréstimos concedidos pela EDP Finance BV (2.963.850 milhares de Euros). Estes empréstimos têm uma maturidade média de 4 anos e meio e vencem juros à taxa fixa.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de *project finance*, cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhora de contas bancárias e dos ativos associados aos respetivos projetos. A 31 de Dezembro de 2014, estes financiamentos ascendiam a 870.074 milhares de Euros (31 Dezembro 2013: 779.451 milhares de Euros), já incluídos na dívida consolidada do Grupo.

A análise da rubrica de Dívida financeira, por maturidade, é apresentada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Empréstimos bancários:		
Até 1 ano	148.545	92.883
De 1 a 5 anos	306.853	310.595
A mais de 5 anos	435.869	386.165
	891.267	789.643
Obrigações - Não convertíveis		
Até 1 ano	34.318	-
De 1 a 5 anos	-	29.883
	34.318	29.883
Empréstimos recebidos de entidades do Grupo EDP		
Até 1 ano	863	35.072
De 1 a 5 anos	2.830.726	2.199.205
A mais de 5 anos	133.124	583.648
	2.964.713	2.817.925
Papel Comercial		
Até 1 ano	-	6.139
	-	6.139
Outros empréstimos		
Até 1 ano	1.763	10.924
De 1 a 5 anos	9.862	11.363
	11.625	22.287
	3.901.923	3.665.877

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014		31 Dez 2013	
	Valor Contab.	Valor de Mercado	Valor Contab.	Valor de Mercado
Dívida financeira - Não corrente	3.716.434	3.958.635	3.520.859	3.489.948
Dívida financeira - Corrente	185.489	185.489	145.018	145.018
	3.901.923	4.144.124	3.665.877	3.634.966

O valor de mercado da dívida financeira de médio/longo prazo (Não corrente) que vence juros a uma taxa fixa é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro em vigor à data da demonstração da posição financeira. O valor de mercado da dívida a taxa variável considera-se que não é substancialmente diferente do valor contabilístico na medida em que estes empréstimos vencem juros a taxas indexadas à Euribor. O valor contabilístico da dívida financeira de curto prazo (Corrente) e empréstimos é considerado, como o valor de mercado.

À data de 31 de Dezembro de 2014, os pagamentos futuros do capital em dívida são analisados como segue:

Milhares de euros	Total	2015	2016	2017	2018	2019	>=2020
Dívida financeira - Não Corrente	3.716.434	-	323.293	82.218	2.183.772	558.158	568.993
Dívida financeira - Corrente	185.489	185.489	-	-	-	-	-
	3.901.923	185.489	323.293	82.218	2.183.772	558.158	568.993

O detalhe das garantias encontra-se apresentado na nota 36 das demonstrações financeiras.

O detalhe da Dívida financeira, por moeda, é apresentado como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Empréstimos em EUR	2.026.075	2.106.792
Empréstimos em USD	1.513.243	1.333.401
Empréstimos em outras moedas	362.605	225.684
	3.901.923	3.665.877

30. PROVISÕES

A rubrica de Provisões é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Provisão para desmantelamento e descomissionamento	96.676	62.461
Provisão para outros riscos e encargos	2.026	1.877
Benefícios aos Empregados	209	198
	98.911	64.536

A rubrica Provisão para desmantelamento e descomissionamento refere-se a custos que serão incorridos com o desmantelamento de parques eólicos e com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 o). O montante acima inclui essencialmente 49.413 milhares de Euros para parques eólicos nos Estados Unidos da América (31 de Dezembro de 2013: 36.134 milhares de Euros) e 46.403 milhares de Euros para parques eólicos na Europa (31 de Dezembro de 2013: 25.535 milhares de Euros).

A EDP Renováveis considera que as provisões registadas na posição financeira consolidada cobrem adequadamente as responsabilidades estimadas descritas nesta nota, pelo que não se espera que das mesmas advenham passivos adicionais aos registados.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Grupo EDP Renováveis não tem quaisquer contingências fiscais ou ativos ou passivos contingentes relacionados com litígios pendentes com as Autoridades Fiscais.

O movimento da Provisão para desmantelamento e descomissionamento é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Saldo no início do exercício	62.461	63.336
Reforço da responsabilidade	24.878	1.362
Efeito financeiro do desconto (<i>unwinding</i>)	3.752	3.475
Outras variações e diferenças cambiais	5.585	-5.712
Saldo no final do exercício	96.676	62.461

O Reforço da responsabilidade inclui o efeito da atualização dos pressupostos da provisão para desmantelamento.

O movimento da Provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Saldo no início do exercício	1.877	267
Dotação do exercício	21	1.290
Outras variações e diferenças cambiais	128	320
Saldo no final do exercício	2.026	1.877

31. PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

Esta rubrica é analisada como se segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Proveitos diferidos relacionados com benefícios previstos	735.260	672.154
Responsabilidades decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.066.703	836.341
	1.801.963	1.508.495

A rubrica Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Saldo no início do exercício	1.508.495	1.679.753
Recebimentos obtidos de investidores institucionais	219.256	-
Pagamentos relativos a custos de transação diferidos	-1.780	-
Pagamentos realizados a investidores institucionais	-69.616	-35.579
Outros proveitos (ver nota 7)	-123.582	-125.101
Efeito financeiro do desconto (<i>unwinding</i>) (ver nota 13)	56.551	60.840
Diferenças cambiais	212.639	-68.930
Outros	-	-2.488
Saldo no final do exercício	1.801.963	1.508.495

O Grupo realizou várias parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos, através de acordos operacionais com sociedades de responsabilidade limitada que distribuem os cash flows gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a EDPR NA e distribuem os benefícios fiscais, que incluem os Créditos Fiscais à Produção (PTC), Créditos Fiscais ao Investimento (ITC) e a depreciação acelerada, maioritariamente aos investidores.

Durante o exercício de 2014, o Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR NA, assegurou o montante de 193 milhões de USD (aproximadamente 145 milhões de Euros) de financiamento de capitais institucionais da BAL Investment & Advisory, Inc. (Bank of America) em troca de uma participação na carteira de ativos da Vento XI, 66 milhões de USD (aproximadamente 50 milhões de Euros) de financiamento de capitais institucionais do Bankers Commercial Corporation (Union Bank) em troca de uma participação na carteira de ativos da Vento XII e

32 milhões de USD (aproximadamente 24 milhões de Euros) de financiamento de capitais institucionais da Firststar Development, LLC (US Bank).

32. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica Credores e outros passivos de atividades comerciais é analisada como se segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Não Corrente:		
Subsídios governamentais e participações para investimentos em ativos fixos tangíveis	430.426	379.975
Contratos de vendas de energia - EDPR NA	30.827	35.750
Outros credores e operações diversas	3.114	2.415
	464.367	418.140
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Corrente:		
Fornecedores	68.343	68.304
Fornecedores de imobilizado	569.070	330.225
Adiantamentos EDPR Espanha	377	25.885
Outros credores e operações diversas	50.114	49.794
	687.904	474.208
	1.152.271	892.348

Os subsídios governamentais para investimentos em ativos fixos tangíveis estão essencialmente relacionados com os subsídios recebidos pelo subgrupo EDPR NA nos termos da Lei de Recuperação e Reinvestimento promovidas pelo Governo dos Estados Unidos da América.

No momento da aquisição da EDPR North America, os contratos celebrados entre esta subsidiária e os seus clientes, determinados no âmbito do *Purchase Price Allocation*, foram valorizados através de modelos de fluxos de caixa descontados e pressupostos de mercado, no montante de aproximadamente 190.400 milhares de USD, tendo sido registado um passivo não corrente na rubrica Contratos de venda de energia - EDPR NA, que é amortizado pelo período de duração dos contratos na rubrica de Outros proveitos (ver nota 8).

33. OUTROS CREDORES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros credores e outros passivos é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Outros credores e outros passivos - Não Corrente:		
Valores a pagar de <i>success fees</i> por aquisição de subsidiárias	10.707	14.172
Suprimentos de interesses não controláveis	227.819	125.693
Instrumentos financeiros derivados	192.194	97.797
Outros credores e operações diversas	715	1.250
	431.435	238.912
Outros credores e outros passivos - Corrente:		
Valores a pagar de <i>success fees</i> por aquisição de subsidiárias	1.479	-
Instrumentos financeiros derivados	220.602	37.105
Suprimentos de interesses não controláveis	29.128	49.454
Outros credores e operações diversas	20.752	47.979
	271.961	134.538
	703.396	373.450

A rubrica Valores a pagar de *success fees* por aquisição de subsidiárias - Não corrente corresponde essencialmente ao preço contingente a pagar de diversos projetos europeus e brasileiros.

A rubrica de Instrumentos financeiros derivados - Não Corrente e Corrente inclui 129.982 e 212.249 milhares de Euros, respetivamente (31 de Dezembro de 2013: 62.874 e 19.898 milhares de Euros, respetivamente), relativos a um instrumento de cobertura em USD e EUR com a EDP Sucursal, contratado com o objetivo de cobrir o risco cambial do investimento realizado na EDPR NA, expresso em USD (ver nota 35).

A rubrica Suprimentos de interesses não controláveis - Corrente e Não Corrente refere-se essencialmente ao suprimento concedido à EDPR Portugal pela EDPR Europa no segundo trimestre de 2013, no montante de

110.529 milhares de Euros que, no âmbito do processo de venda de 49% do capital da EDPR Portugal à CTG, acionista do Grupo EDP, foi igualmente adquirido pela CTG. A data de vencimento deste suprimento é Dezembro de 2022, o qual vence juros à taxa fixa de 5,5% pagos semestralmente. A 31 de Dezembro de 2014, o valor deste suprimento é de 90.610 milhares de Euros. Adicionalmente, a rubrica Suprimentos de interesses não controláveis – Não corrente inclui ainda o montante de 93.553 milhares de Euros referentes a empréstimos a pagar à Vortex, devido à alienação de 49% de algumas participações da EDPR França, a taxa de juro fixa utilizada neste empréstimo varia entre 3,10% e 7,12%.

Outros credores e operações diversas – Corrente inclui 6.292 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 30.915 milhares de Euros) relacionados com a estimativa de imposto sobre o rendimento em dívida da EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha.

De acordo com a Lei espanhola 15/2010 de 5 de Julho, o Grupo divulgou o detalhe dos pagamentos efetuados pelas empresas espanholas a fornecedores durante o ano de 2014 (distinguindo aqueles que excederam os limites legais de prorrogação), o prazo médio de pagamentos, os saldos em dívida a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 com antiguidade superior ao limite legal, tal como segue:

Milhares de euros	Pagamentos e pagamentos em dívida no final do exercício			
	31 Dez 2014		31 Dez 2013 (*)	
	Montante	%	Montante	%
Dentro do prazo legal	67.229	62,26%	70.691	59,83%
Remanescente	40.746	37,74%	47.469	40,17%
Total de pagamentos do ano	107.975	100,00%	118.160	100,00%
Prazo médio de pagamentos (dias)	36,55		92,48	
Valores a pagar com vencimento superior ao legal	9.668		5.844	

A 31 de Dezembro de 2014, o saldo de fornecedores cuja data de vencimento excede o limite legal inclui 5.492 milhares de Euros relativos a empresas do Grupo (31 de Dezembro de 2013: 2.672 milhares de Euros).

Esta lei fixa em 60 dias o prazo legal máximo de pagamento para 2014 e 2013. A EDP Renováveis aplicou este critério na preparação das divulgações exigidas pela Resolução de 29 de Dezembro de 2010 do ICAC (Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas) relativamente a dívidas vencidas a fornecedores comerciais.

(*) Reexpressão originada pela adoção das IFRS 10 e 11

34. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica de Impostos a pagar é analisada como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Imposto sobre o rendimento	11.833	52.694
Retenções na fonte	19.178	16.879
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	13.370	15.795
Outros impostos	12.323	11.774
	56.704	97.142

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

A 31 de Dezembro de 2014, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Justo Valor		Nocional			Total
	Ativo	Passivo	Até 1 ano	De 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	
Milhares de euros						
Cobertura de Net investment						
Swaps de taxa de juro e moeda	13.894	-342.231	1.252.469	722.733	-	1.975.202
	13.894	-342.231	1.252.469	722.733	-	1.975.202
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de preço de Energia	16.706	-8.683	199.744	129.680	-	329.424
Swaps de taxa de juro	8	-55.410	83.567	167.005	245.262	495.834
	16.714	-64.093	283.311	296.685	245.262	825.258
Negociação						
Swaps de preço de Energia	5.404	-6.371	45.457	26.517	-	71.974
Swaps de taxa de juro	-	-101	470	1.411	-	1.881
Swaps de taxa de juro e moeda	2.943	-	-	69.750	-	69.750
Forwards de moeda	9.924	-	365.957	-	-	365.957
	18.271	-6.472	411.884	97.678	-	509.562
	48.879	-412.796	1.947.664	1.117.096	245.262	3.310.022

A 31 de Dezembro de 2013, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Justo Valor		Nocional			Total
	Ativo	Passivo	Até 1 ano	De 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	
Milhares de euros						
Cobertura de Net investment						
Swaps de taxa de juro e moeda	12.438	-82.772	438.827	1.509.759	-	1.948.586
Forwards de moeda	2.360	-	33.305	-	-	33.305
	14.798	-82.772	472.132	1.509.759	-	1.981.891
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de preço de Energia	4.164	-5.378	55.769	61.578	-	117.347
Swaps de taxa de juro	-	-32.405	46.586	206.773	269.229	522.588
Forwards de moeda	169	-	2.749	-	-	2.749
	4.333	-37.783	105.104	268.351	269.229	642.684
Negociação						
Swaps de preço de Energia	5.046	-7.863	30.965	46.818	-	77.783
Swaps de taxa de juro	-	-110	470	1.881	-	2.351
Swaps de taxa de juro e moeda	486	-86	-	69.750	-	69.750
Forwards de moeda	639	-6.288	539.199	-	-	539.199
	6.171	-14.347	570.634	118.449	-	689.083
	25.302	-134.902	1.147.870	1.896.559	269.229	3.313.658

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado nas rubricas de Outros devedores e outros ativos (nota 23) ou Outros credores e outros passivos (nota 33), respetivamente, consoante a sua natureza, positiva ou negativa.

Os derivados de cobertura de investimentos líquidos (*net investment*) dizem respeito ao CIRS (*Currency interest rate swap*) em USD e EUR contratados com a EDP Sucursal, conforme referido nas notas 37 e 38. Os derivados

de cobertura de investimento líquido incluem ainda *forwards* de moeda em CAD e CIRS em PLN e BRL com a EDP, com o objetivo de cobrir as operações do Grupo EDP Renováveis no Canadá, na Polónia e no Brasil.

Os *swaps* de taxa de juro destinam-se a fixar as taxas de juro variáveis associadas aos contratos de project finance.

Os *swaps* de preço de energia para cobertura de fluxos de caixa referem-se à cobertura de preço das vendas. A EDPR NA contratou um *swap* de preços de energia com o objetivo de cobrir a variabilidade do preço no mercado *spot* em relação a uma parte da produção do projeto Maple Ridge I. Adicionalmente, tanto a EDPR NA como a EDPR EU contrataram *swaps* de preço de energia de curto prazo para a cobertura da volatilidade da produção de alguns dos seus parques eólicos.

Em alguns mercados energéticos dos Estados Unidos, a EDPR NA encontra-se exposta a congestionamento e perdas de energia na rede que tipicamente tem um impacto negativo no preço de venda de energia nesses mercados. Para cobrir a exposição económica a estes riscos, a EDPR NA contratou Direitos de Capacidade de Transmissão (Financial Transmission Rights - FTRs) bem como um *swap* que fixa o preço marginal local (Locational Marginal Price - LMP) por um período de 3 anos.

Os instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação tratam-se de instrumentos financeiros contratados para cobertura económica de riscos existentes ao nível do Grupo, mas que não são elegíveis nos termos das IFRS, para efeitos de aplicação de contabilidade de cobertura. Estes incluem o contrato *forward* USD/EUR com a EDP Servicios Financieros utilizado para mitigar o risco de taxa de câmbio proveniente dos ativos líquidos em USD, como complemento da cobertura de *net investment*.

O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa baseia-se nas cotações fornecidas por entidades externas. Estas entidades utilizam técnicas de desconto de fluxos de caixa aceites de forma generalizada e informação pública dos mercados. Como tal, de acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é classificado como Nível 2 (nota 38).

As variações de justo valor dos instrumentos de cobertura e dos respetivos riscos cobertos são analisadas como segue:

Milhares de euros	Instrumento de cobertura	Risco coberto	31 Dez 2014		31 Dez 2013	
			Variações de justo valor		Variações de justo valor	
			Instrumento	Riscos	Instrumento	Riscos
<i>Net Investment</i>	<i>Swaps</i> de taxa de juro e moeda	Subsidiárias em USD, PLN e BRL	-258.003	257.877	96.316	-95.793
<i>Net Investment</i>	<i>Forward</i> de moeda	Subsidiárias em CAD	-2.360	2.158	2.360	-2.360
<i>Cash-flow</i>	<i>Swaps</i> de taxa de juro	Taxa de Juro	-22.997	-	20.189	-
<i>Cash-flow</i>	<i>Swaps</i> de preço de energia	Preço da Energia	9.237	-	-3.487	-
<i>Cash-flow</i>	<i>Forwards</i> de moeda	Taxa de Câmbio	-169	-	169	-
			-274.292	260.035	115.547	-98.153

Durante os exercícios de 2014 e 2013 foram utilizados os seguintes inputs de mercado no cálculo do Justo valor:

Instrumento	Input de Mercado
<i>Swaps</i> de taxa de juro e moeda	Justo valor indexado às seguintes taxas de juro: Euribor 3M, Euribor 6M, CDI BRL diária e Wibor 3M; e taxas de câmbio: EUR/BRL, EUR/PLN e EUR/USD.
<i>Swaps</i> de taxa de juro	Justo valor indexado às seguintes taxas de juro: Euribor 3M, Euribor 6M, Wibor 3M, Wibor 6M e CAD Libor 3M.
<i>Forward</i> cambial	Justo valor indexado às seguintes taxas de câmbio: USD/EUR, EUR/RON, EUR/PLN, CAD/DKK, CAD/USD e EUR/CAD.
<i>Swaps</i> de preço de energia	Justo valor indexado ao preço da eletricidade.

Os movimentos na reserva de cobertura de fluxos de caixa são apresentadas como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Saldo no início do exercício	-40.804	-64.400
Variações de justo valor	-20.527	24.430
Transferências para resultados	-1.396	3.072
Interesses não controláveis incluídos nas variações de justo valor	5.404	-3.372
Efeito da aquisição de 3% da Relax Wind Park I, S.P.ZO.O e 30% da Greenwind, S.A.	-	-534
Efeito da alienação sem perda de controlo da EDPR França e das suas subsidiárias	4.755	-
Saldo no final do exercício	-52.568	-40.804

A EDPR adotou a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, com o objetivo da cobertura do risco cambial da venda futura dos certificados verdes atribuídos aos parques eólicos Cernavoda, Pestera e VS na Roménia. Os preços de venda estão indexados às taxas de câmbio EUR/RON para os quais foram eleitos como instrumentos de cobertura os empréstimos em Euros obtidos em regime de project finance para esses projetos.

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados em resultados são analisados como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Cobertura <i>net investment</i> - ineficácia	-328	523
Cobertura de fluxos de caixa		
Transferência para resultados relativa a cobertura de passivos financeiros	-10	2.711
Transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas	1.406	-5.783
Derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura	37.781	-5.467
	38.849	-8.016

O montante de Transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas é reconhecido no Volume de negócios, enquanto os restantes ganhos e perdas se encontram reconhecidos em Proveitos financeiros e Custos financeiros, respetivamente (ver nota 13).

As taxas de juro efetivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2014 são apresentadas como segue:

	Grupo EDP Renováveis		
	Moeda	Paga	Recebe
Contratos de taxa de juro			
<i>Swaps</i> de taxa de juro	EUR	[1,36% - 4,45%]	[0,17% - 0,30%]
<i>Swaps</i> de taxa de juro	PLN	[3,30% - 5,41%]	[2,05% - 2,06%]
<i>Swaps</i> de taxa de juro	CAD	[2,59%]	[1,30%]
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio			
CIRS (<i>currency interest rate swaps</i>)	EUR/USD	[0,61% - 4,26%]	[0,28% - 3,98%]
CIRS (<i>currency interest rate swaps</i>)	EUR/BRL	[9,02% - 9,37%]	[0,08%]
CIRS (<i>currency interest rate swaps</i>)	EUR/PLN	[1,08% - 2,07%]	[0,08% - 0,09%]

As taxas de juro efetivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2013, são apresentadas como se segue:

	Grupo EDP Renováveis		
	Moeda	Paga	Recebe
Contratos de taxa de juro			
<i>Swaps</i> de taxa de juro	EUR	[1,36% - 4,95%]	[0,33% - 0,39%]
<i>Swaps</i> de taxa de juro	PLN	[3,30% - 5,41%]	[2,70% - 0,33%]
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio			
CIRS (<i>currency interest rate swaps</i>)	EUR/USD	[1,35% - 4,25%]	[1,19% - 4,19%]
CIRS (<i>currency interest rate swaps</i>)	EUR/BRL	[7,62% - 7,91%]	[0,22% - 0,29%]
CIRS (<i>currency interest rate swaps</i>)	EUR/PLN	[1,73% - 2,55%]	[0,25% - 0,29%]

36. COMPROMISSOS

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os compromissos assumidos que não figuram na demonstração da posição financeira referentes a garantias financeiras, operacionais e reais prestadas são analisados como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Garantias de carácter financeiro		
Grupo EDPR NA	3.706	3.263
	3.706	3.263
Garantias de carácter operacional		
EDP Renováveis, S.A.	594.909	314.979
Grupo EDPR NA	830.645	499.612
Grupo EDPR EU	11.459	44.646
Grupo EDPR BR	16.932	8.609
	1.453.945	867.846
Total	1.457.651	871.109
Garantias reais	37.837	16.166

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a EDPR possui garantias de carácter operacional relativas à sua atividade comercial, no montante de 142.867 milhares de Euros e 303.182 milhares de Euros, respetivamente, já refletidos no passivo.

As garantias referentes às empresas que alteraram o seu método de consolidação para a equivalência patrimonial ao abrigo da IFRS 10 e 11 (referidas na nota 5), são apresentadas na nota 18.

Adicionalmente à informação divulgada acima:

- i) O Grupo tem financiamentos contratados em regime de *project finance*, cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor, de contas bancárias e de ativos associados aos respetivos projetos. A 31 de Dezembro de 2014, estes financiamentos totalizavam 870.074 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 779.451 milhares de Euros), montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo;
- ii) A subsidiária EDPR NA, no âmbito das parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, presta garantias corporativas típicas destas estruturas aos investidores institucionais, para cobertura de riscos associados a fraude, conduta dolosa ou incumprimento de qualquer obrigação de carácter operacional pela EDPR NA no âmbito destas parcerias. A 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, estas responsabilidades ascendiam a 948.216 milhares de Euros e 803.006 milhares de Euros, respetivamente, já considerados na rubrica de passivos com parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA.

Os compromissos por dívidas financeiras, locações e as obrigações de compra são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Milhares de euros	31 Dez 2014				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida financeira (incluindo juros)	4.749.935	309.766	771.038	2.974.243	694.888
Rendas vincendas de locações operacionais	777.445	31.339	62.203	63.797	620.106
Obrigações de compra	1.960.896	942.896	858.067	49.446	110.487
Outros compromissos de longo prazo	1.292	939	352	-	-
	7.489.568	1.284.940	1.691.660	3.087.486	1.425.481

Milhares de euros	31 Dez 2013				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida financeira (incluindo juros)	4.587.375	315.552	722.496	2.409.071	1.090.256
Rendas vincendas de locações operacionais	742.467	30.484	58.504	57.672	595.807
Obrigações de compra	726.037	468.889	91.462	46.626	119.060
	6.055.879	814.925	922.462	2.513.369	1.805.123

As obrigações de compra incluem, as responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo de Ativos fixos tangíveis e contratos de manutenção de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional do Grupo. Quando os preços estão definidos com base em contratos *forward*, estes são utilizados no cálculo dos compromissos contratuais estimados.

As rendas vincendas de locações operacionais estão relacionadas essencialmente com os terrenos onde os parques eólicos são construídos. Normalmente, o prazo da locação tem a duração da vida útil dos parques eólicos.

Os compromissos referentes às empresas que alteraram o seu método de consolidação para equivalência patrimonial ao abrigo da IFRS 10 e 11 (referidas na nota 5), encontram-se apresentados na nota 18.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/direitos com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre a participação detida pela Cajastur na 'Quinze Mines' (51% do capital social). A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR EU. Estas opções são exercíveis no período compreendido entre 17 de Julho de 2014 e 17 de Julho de 2016 inclusive, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação independente a efetuar por bancos de investimento;
- Em Dezembro de 2014, a EDP Renováveis através da sua subsidiária EDPR EU, exerceu a opção de compra de 51% do capital social detido pela Cajastur nas empresas Sauvageons, Le Mee e Petite Pièce;
- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre os restantes acionistas da Re Plus (WPG, Galilea e Grant Partners) de 10% do seu capital social. O preço de exercício da opção é de 7.500 milhares de Euros. As opções podem ser exercidas: (i) se ocorrer uma mudança na estrutura acionista dos restantes acionistas da Re Plus e (ii) antes do último projeto entrar em funcionamento;

- A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU uma opção de venda de 15% do capital social da Rowy, sobre os outros acionistas. O preço de exercício é de 80% do valor da empresa até ao limite de 5.000 milhares de Euros. O período de exercício da opção é o primeiro a ocorrer dos seguintes: (i) dois anos após a data de início da construção ou (ii) 31 de Dezembro de 2019;
- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra dos restantes 40% do capital social da J&Z Wind Farms SP. ZO.O., cujo preço de exercício corresponde a 90% do valor de mercado desta participação. Esta opção pode ser exercida entre 3 e 5 anos depois do início dos trabalhos de construção do primeiro parque;
- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra dos restantes 35% do capital social da Molen Wind II, S.P. ZO.O., cujo preço de exercício corresponde a 90% do valor de mercado desta participação. Esta opção é exercível até 2 anos após o vencimento da dívida da construção do parque.

37. PARTES RELACIONADAS

O número de ações detidas pelos membros de Órgãos Sociais a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	31 Dez 2014	31 Dez 2013
	N.º de ações	N.º de ações
Conselho de Administração		
António Luís Guerra Nunes Mexia	4.200	4.200
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	5.000
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	12.370	12.370
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	300	300
António do Pranto Nogueira Leite	400	400
Gabriel Alonso Imaz	26.503	26.503
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	840	840
João Manuel de Mello Franco	380	380
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz	1.200	1.200
João Paulo Nogueira Sousa Costeira	3.000	3.000
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	200
José António Ferreira Machado	630	630
José Fernando Maia de Araújo e Silva	80	80
	55.103	55.103

De acordo com o previsto no artigo 229º da "Ley de Sociedades de Capital" (Código das Sociedades Comerciais Espanhol), os membros do Conselho de Administração da EDP Renováveis não comunicaram ou o acionista maioritário não tem conhecimento de qualquer conflito de interesses ou incompatibilidade que ponha em causa o desempenho das suas funções.

Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos da Empresa, as remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada em Assembleia Geral, com base na remuneração global autorizada pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração aprova o montante exato a ser pago a cada administrador com base nesta proposta.

Com referência em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Milhares de euros		
CEO	-	-
Vogais	674	539
	674	539

A EDPR assinou um Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Executiva com a EDP, segundo o qual a EDP suporta o custo dos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração da EDPR, executivos e não executivos, nomeadamente por João Manso Neto, Nuno Alves, António Mexia e João Marques da Cruz. Esta prática de governo societário relativa a remunerações está de acordo com o modelo adotado pelo Grupo EDP, segundo o qual os membros do Conselho de Administração Executivo não recebem qualquer remuneração diretamente das empresas do grupo em que ocupam cargos, mas sim através da EDP.

Nos termos deste contrato, a EDP Renováveis deve pagar um montante à EDP relativo aos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração, executivos e não executivos. O montante devido pelos serviços de gestão prestados em 2014 pela EDP ascende a 1.107 milhares de Euros (994 milhares de Euros em 2013), dos quais 1.017 milhares de Euros referem-se a serviços de gestão prestados por membros executivos e 90 milhares de euros a serviços de gestão prestados por membros não executivos.

O plano de benefícios de reforma para os membros da Comissão Executiva, excluindo o CEO, varia entre 3% a 6% do seu salário anual.

Devido ao término da condição de expatriados dos membros da Comissão Executiva que são também Administradores (Rui Teixeira, CFO; João Paulo Costeira, COO EU, BR & South Africa; e Gabriel Alonso, COO NA & Mexico), foram assinados novos contratos de emprego com outras empresas do grupo do seguinte modo: Rui Teixeira com a EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha; João Paulo Costeira com a EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha e Gabriel Alonso com a EDP Renewables North America LLC. Em 2014, a remuneração total destes 3 Administradores ascendeu a 1.688 milhares de Euros (1.026 milhares de Euros em 2013), correspondendo a remuneração fixa, remuneração variável de 2014 e remuneração variável plurianual de 2011-2013.

Em 2014 e 2013, a empresa não tem qualquer obrigação relativa a pensões ou seguros de vida com os seus anteriores ou atuais administradores.

Saldos e transações relevantes com empresas subsidiárias e associadas do Grupo China Three Gorges

Com a venda de 49% da participação financeira no capital da EDPR Portugal à CTG, através da CITIC CWEI Renewables S.C.A., o Grupo EDPR tem suprimentos com a CTG, no montante de 90,6 milhões de Euros (9,3 milhões de Euros como corrente e 81,3 milhões de Euros como não corrente).

Saldos e transações com partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 os ativos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

Milhares de euros	Ativos		
	Empréstimos e Juros a receber	Outros	Total
EDP - Energias de Portugal. S.A.	-	22.730	22.730
EDP - Energias de Portugal. S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	-	-
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector elétrico)	1	21.793	21.794
Joint ventures e empresas associadas	436.034	4.522	440.556
Outras empresas do Grupo EDP	168.934	19.675	188.609
	604.969	68.720	673.689

Milhares de euros	Passivos		
	Empréstimos e Juros a pagar	Outros	Total
EDP - Energias de Portugal. S.A.	210	2.750	2.960
EDP - Energias de Portugal. S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	355.888	355.888
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector elétrico)	20	3.374	3.394
Joint ventures e empresas associadas	-	52	52
Outras empresas do Grupo EDP	2.963.860	7.695	2.971.555
	2.964.090	369.759	3.333.849

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 os ativos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

Milhares de euros	Ativos		
	Empréstimos e Juros a receber	Outros	Total
EDP - Energias de Portugal. S.A.	-	20.456	20.456
EDP - Energias de Portugal. S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	9.771	9.771
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector elétrico)	1	48.285	48.286
Joint ventures e empresas associadas	331.587	1.674	333.261
Outras empresas do Grupo EDP	63.777	13.772	77.549
	395.365	93.958	489.323

	Passivos		
	Empréstimos e Juros a pagar	Outros	Total
Milhares de euros			
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	10.040	10.040
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	119.528	119.528
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector elétrico)	24	1.898	1.922
Joint ventures e empresas associadas	-	48	48
Outras empresas do Grupo EDP	2.817.125	9.118	2.826.243
	2.817.149	140.632	2.957.781

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraídos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 2.722.850 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 2.782.853 milhares de Euros).

Com o objetivo de cobertura do risco cambial da EDP Renováveis e EDP Sucursal, o Grupo EDP estabeleceu uma *Cross-Currency Interest Rate Swap* (CIRS) em USD e EUR, entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis. Em cada data de balanço, este CIRS é reavaliado ao valor de mercado, que corresponde a uma reavaliação cambial spot, resultando numa cobertura cambial perfeita (reavaliação do investimento na EDPR EUA e do financiamento externo em dólares). Em 31 de Dezembro de 2014, o montante a pagar pela EDP Renováveis à EDP Sucursal relacionado com este CIRS é de 342.231 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 82.772 milhares de Euros) (ver notas 33 e 35).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, as transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

Milhares de euros	Proveitos operacionais	Proveitos financeiros	Custos operacionais	Custos financeiros
EDP - Energias de Portugal, S.A.	688	13.433	-1.845	-16.123
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	-	-10.645	-8.081
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector elétrico)	315.703	-	-4.091	-1.216
Joint ventures e empresas associadas	2.653	21.786	-659	-
Outras empresas do Grupo EDP	162.504	41.748	-5.591	-166.727
	481.548	76.967	-22.831	-192.147

Os proveitos operacionais incluem essencialmente as vendas de eletricidade ao comercializador de último recurso em Portugal, nos termos da legislação em vigor, e vendas de eletricidade ao Grupo HC, que desempenha o papel de agente comercial do Grupo EDPR em Espanha. A Hidroelétrica del Cantábrico (HC Energia) é a empresa mãe de um grupo industrial que opera nos sectores do gás e eletricidade em Espanha. No sector da eletricidade, a HC produz, distribui e vende energia.

Os proveitos financeiros e os custos financeiros com a EDP, S.A. são maioritariamente relacionados com instrumentos financeiros derivados, desqualificados para efeitos da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa dos *swaps* de energia da EDPR Europa, devido a nova regulação e a alterações no justo valor de mercado.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

Milhares de euros	Proveitos operacionais	Proveitos financeiros	Custos operacionais	Custos financeiros
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	45.179	-1.955	-45.548
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	333	-8.236	-9.371
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector elétrico)	454.859	-	-4.187	-1.075
Joint ventures e empresas associadas	4.338	16.759	-281	-
Outras empresas do Grupo EDP	158.265	19.263	-6.241	-179.216
	617.462	81.534	-20.900	-235.210

O Grupo EDP Renováveis, no âmbito da sua atividade operacional, tem de apresentar garantias a favor de determinados fornecedores em articulação com contratos de energias renováveis. Normalmente, estas garantias são concedidas pela EDP, S.A., através da EDP Sucursal. Com referência a 31 de Dezembro de 2014, a EDP, S.A. e a Hidrocantábrico concederam garantias financeiras (7.840 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2013: 45.235 milhares de Euros) e operacionais (282.883 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2013: 243.580 milhares de Euros) aos seus fornecedores a favor da EDPR EU e da EDPR NA. As garantias operacionais são concedidas na sequência dos compromissos assumidos pela EDPR EU e EDPR NA e respeitam na sua maioria à aquisição de ativos fixos tangíveis, contratos de fornecimento, turbinas e contratos de energia (contratos de compra de energia) (ver nota 36).

A EDP Renováveis no âmbito da sua atividade realiza transações comerciais com partes relacionadas em condições normais de mercado.

38. JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, na cotação de mercado. Caso esta não exista, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas.

Os instrumentos *non-standard* podem necessitar de técnicas alternativas, as quais consideram as suas características e as práticas geralmente aceites pelo mercado, aplicáveis a esses instrumentos. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afetam o instrumento subjacente, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e fatores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de fornecedores de dados financeiros geralmente aceites (Bloomberg e Reuters).

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a tabela seguinte apresenta as curvas das taxas de juro das principais moedas às quais o Grupo está exposto. Estas taxas de juro foram utilizadas como base para o cálculo do justo valor através dos modelos internos referidos anteriormente:

	31 Dez 2014			31 Dez 2013		
	Moeda			Moeda		
	EUR	USD	BRL	EUR	USD	BRL
3 meses	0,08%	0,26%	12,19%	0,29%	0,25%	10,50%
6 meses	0,17%	0,36%	12,43%	0,39%	0,35%	10,79%
9 meses	0,25%	0,50%	12,61%	0,49%	0,55%	10,94%
1 ano	0,33%	0,63%	12,62%	0,56%	0,58%	11,06%
2 anos	0,18%	0,90%	12,39%	0,52%	0,48%	11,93%
3 anos	0,22%	1,30%	12,24%	0,73%	0,86%	12,49%
5 anos	0,36%	1,78%	12,13%	1,25%	1,75%	12,91%
7 anos	0,53%	2,05%	11,97%	1,68%	2,43%	13,07%
10 anos	0,81%	2,28%	11,94%	2,15%	3,03%	13,20%

Os instrumentos de capital não cotados, para os quais não existe uma estimativa fiável e consistente do justo valor através de modelos internos ou externos são reconhecidos ao custo histórico.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros cotados são reconhecidos ao justo valor com base em cotações de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não está disponível nenhuma estimativa fiável do justo valor, são registados na demonstração da posição financeira, ao custo de aquisição.

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente ativos e passivos financeiros de curto prazo. Dada a sua natureza de curto prazo, à data da demonstração da posição financeira o valor contabilístico não difere significativamente do justo valor.

Dívida financeira

O justo valor da dívida financeira é calculado através de modelos internos baseados em técnicas geralmente aceites de fluxos de caixa descontados. À data da demonstração da posição financeira, o valor dos empréstimos de taxa variável corresponde aproximadamente ao seu justo valor. No caso de empréstimos de taxa fixa, maioritariamente os empréstimos concedidos por empresas do Grupo EDP, o seu justo valor é calculado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados geralmente aceites pelo mercado.

Instrumentos financeiros derivados

Todos os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor. Para os instrumentos financeiros derivados cotados em mercados organizados é utilizado o preço de mercado. Para os instrumentos financeiros derivados *over-the-counter*, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções geralmente aceites pelo mercado, ou pela cotação do vendedor.

CIRS com a EDP Sucursal (nota 35)

Com o objetivo de cobrir o risco de câmbio resultante do investimento na EDPR NA, o Grupo efetuou um CIRS em USD e Euros com a EDP Sucursal. Este derivado é apresentado na Demonstração da posição financeira ao justo valor, o qual é estimado descontando os fluxos de caixa estimados em USD e Euros. As taxas de desconto e as taxas de juro *forward* foram baseadas na curva das taxas de juro acima mencionadas e as taxas de câmbio USD/EUR são as divulgadas na nota 27. Ver adicionalmente as notas 13 e 23.

O justo valor dos ativos e passivos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

Milhares de euros	31 Dezembro 2014			31 Dezembro 2013		
	Valor contab.	Justo valor	Diferença	Valor contab.	Justo valor	Diferença
Ativos financeiros						
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.336	6.336	-	7.434	7.434	-
Clientes	146.024	146.024	-	202.264	202.264	-
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	77.884	77.884	-	97.758	97.758	-
Outros devedores e outros ativos	642.747	642.747	-	428.231	428.231	-
Instrumentos financeiros derivados	48.879	48.879	-	25.302	25.302	-
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	-	-	76	76	-
Caixa e equivalentes de caixa	368.623	368.623	-	255.462	255.462	-
	<u>1.290.493</u>	<u>1.290.493</u>	-	<u>1.016.527</u>	<u>1.016.527</u>	-
Passivos financeiros						
Dívida financeira	3.901.923	4.144.124	242.201	3.665.877	3.634.966	-30.911
Fornecedores	637.413	637.413	-	398.529	398.529	-
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.801.963	1.801.963	-	1.508.495	1.508.495	-
Credores e outros passivos de atividades comerciais	84.432	84.432	-	113.844	113.844	-
Outros credores e outros passivos	290.600	290.600	-	238.548	238.548	-
Instrumentos financeiros derivados	412.796	412.796	-	134.902	134.902	-
	<u>7.129.127</u>	<u>7.371.328</u>	<u>242.201</u>	<u>6.060.195</u>	<u>6.029.284</u>	<u>-30.911</u>

A EDP Renováveis enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus ativos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor do seguinte modo:

- Nível 1 - Preço de cotação (não ajustado) em mercados ativos para os ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Outros *inputs* de preços de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o ativo ou passivo, quer diretamente (como sejam preços) ou indiretamente (como sejam derivados de preços);
- Nível 3 - *Inputs* para ativos e passivos que não são baseados em informação observável em mercado (*inputs* não observáveis).

Milhares de euros	31 Dezembro 2014			31 Dezembro 2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	6.336	-	-	7.434
Instrumentos financeiros derivados	-	48.879	-	-	25.302	-
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	-	-	-	76	-
	-	48.879	6.336	-	25.378	7.434
Passivos financeiros						
Passivos decorrentes de opções de interesses não controláveis	-	-	12.760	-	-	16.987
Instrumentos financeiros derivados	-	412.796	-	-	134.902	-
	-	412.796	12.760	-	134.902	16.987

Os restantes ativos e passivos são avaliados dentro do Nível 1 ou correspondem a ativos e passivos em que o seu justo valor é idêntico ao seu valor contabilístico. Em 2014, não existiram transferências entre níveis.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os movimentos verificados nos ativos e passivos financeiros dentro do Nível 3 são analisados como segue:

	Ativos financeiros disponíveis para venda		Credores e outros passivos	
	31 Dez 2014	31 Dez 2013	31 Dez 2014	31 Dez 2013
Milhares de euros				
Saldo no início do exercício	7.434	9.407	16.987	7.785
Ganhos/ (Perdas) em outros rendimentos integrais	-1.048	-1.973	-	-
Aquisições	-	-	-	12.650
Variações de justo valor/ Pagamentos	-	-	24	74
Alienações	-50	-	-4.251	-3.522
Saldo no fim do exercício	6.336	7.434	12.760	16.987

Os Credores e outros passivos de nível 3 estão relacionados com Passivos decorrentes de opções sobre interesses não controláveis.

Os movimentos em 2014 e 2013 dos instrumentos financeiros derivados são apresentados na nota 35.

39. ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS 10 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E IFRS 11 - EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Conforme referido na nota 2 b), o Grupo adotou as normas IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IFRS 11 - Empreendimentos conjuntos com data efetiva de aplicação obrigatória para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, reexpressando os períodos comparativos com início a 1 de Janeiro de 2013.

Os impactos da adoção destas normas são apresentados como segue:

Demonstração dos Resultados Consolidados

	Dez 2013	Impactos IFRS 10 e 11	Dez 2013 Reexpres -so
Milhares de euros			
Volume de negócios	1.230.963	-39.717	1.191.246
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	125.101	-	125.101
	1.356.064	-39.717	1.316.347
Outros proveitos	41.726	-365	41.361
Fornecimentos e serviços externos	-262.795	7.623	-255.172
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	-66.554	88	-66.466
Outros custos	-121.314	5.751	-115.563
	-408.937	13.097	-395.840
	947.127	-26.620	920.507
Provisões do exercício	-1.290	-	-1.290
Amortizações e imparidades do exercício	-472.686	26.485	-446.201
	473.151	-135	473.016
Proveitos financeiros	108.411	-30	108.381
Custos financeiros	-371.629	1.539	-370.090
Equivalências patrimoniais em <i>joint ventures</i> e associadas	15.909	-1.183	14.726
Resultado antes de impostos	225.842	191	226.033
Impostos sobre lucros	-56.718	-189	-56.907
Resultado líquido do exercício	169.124	2	169.126
Atribuível a :			
Acionistas da EDP Renováveis	135.116	-	135.116
Interesses não controláveis	34.008	2	34.010
Resultado líquido do exercício	169.124	2	169.126
Resultado por ação (básico e diluído) - Euros	0,15	0	0,15

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

	Dez 2013		Impactos IFRS 10 e 11		Dez 2013 reexpresso	
	Acionistas EDPR	Interesses não controláveis	Acionistas EDPR	Interesses não controláveis	Acionistas EDPR	Interesses não controláveis
Milhares de euros						
Resultado líquido do exercício	135.116	34.008	-	2	135.116	34.010
Itens que são ou podem ser reclassificados em resultados						
Ganhos/ (Perdas) atuariais	14	-	-	-	14	-
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	-4	-	-	-	-4	-
	10	-	-	-	10	-
Itens que são ou podem ser reclassificados em resultados						
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	-1.204	-770	-	-	-1.204	-770
Efeito fiscal da reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	-	-	-	-	-	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	18.177	3.372	-836	-	17.341	3.372
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-4.837	-947	251	-	-4.586	-947
Variação do rendimento integral de <i>joint ventures</i> e associadas, líquidas de imposto	3.873	-	4.207	-	8.080	-
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	-	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais de consolidação	-10.589	-14.507	-3.622	-	-14.211	-14.507
	5.420	-12.852	-	-	5.420	-12.852
Outro resultado integral do exercício, líquido de imposto	5.430	-12.852	-	-	5.430	-12.852
Total do rendimento integral do exercício	140.546	21.156	-	2	140.546	21.158

Demonstração Consolidada da Posição Financeira

Milhares de euros	Dez 2013	Impactos IFRS 10 e 11	Dez 2013 reexpresso
Ativos			
Ativos fixos tangíveis	10.358.725	-263.266	10.095.459
Ativos intangíveis	89.796	-1.863	87.933
Goodwill	1.255.725	-42.225	1.213.500
Investimentos em <i>joint ventures</i> e associadas	64.660	273.986	338.646
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.434	-	7.434
Ativos por impostos diferidos	111.055	-1.842	109.213
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	53.160	-	53.160
Outros devedores e outros ativos	320.440	-5	320.435
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	74.172	-1.966	72.206
Total Ativos Não-Corrente	12.335.167	-37.181	12.297.986
Inventários	15.489	-64	15.425
Clientes	207.189	-4.925	202.264
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	45.768	-1.170	44.598
Outros devedores e outros ativos	133.094	4	133.098
Impostos a receber	103.652	-260	103.392
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	76	-	76
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	6.054	-	6.054
Caixa e Equivalentes de Caixa	265.229	-9.767	255.462
Total Ativo Corrente	776.551	-16.182	760.369
Total do Ativo	13.111.718	-53.363	13.058.355
Capital Próprio			
Capital	4.361.541	-	4.361.541
Prêmios de emissão de ações	552.035	-	552.035
Reservas	-69.605	-	-69.605
Outras reservas e resultados acumulados	692.179	-	692.179
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas da EDP Renováveis	135.116	-	135.116
Total do Capital Próprio atribuível aos acionistas da EDP Renováveis	5.671.266	-	5.671.266
Interesses não controláveis	418.230	-173	418.057
Total Capital Próprio	6.089.496	-173	6.089.323
Passivos			
Dívida financeira de médio/longo prazo	3.543.805	-22.946	3.520.859
Provisões	68.539	-4.003	64.536
Passivos por impostos diferidos	383.329	-16.145	367.184
Parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	1.508.495	-	1.508.495
Credores e outros passivos de atividades comerciais	418.140	-	418.140
Outros credores e outros passivos	239.770	-858	238.912
Total dos Passivos Não-Correntes	6.162.078	-43.952	6.118.126
Dívida financeira de curto-prazo	148.131	-3.113	145.018
Credores e outros passivos de atividades comerciais	478.853	-4.645	474.208
Outros credores e outros passivos	134.511	27	134.538
Impostos a pagar	98.649	-1.507	97.142
Total dos Passivos Correntes	860.144	-9.238	850.906
Total do Passivo	7.022.222	-53.190	6.969.032
Total dos Capitais Próprios e Passivo	13.111.718	-53.363	13.058.355

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados

Milhares de euros	Dez 2013	Impactos IFRS 10 e 11	Dez 2013 reexpresso
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	1.239.154	-40.691	1.198.463
Pagamentos a fornecedores	-314.289	8.034	-306.255
Pagamentos ao pessoal	-66.842	91	-66.751
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos a atividades operacionais	-81.256	4.570	-76.686
Fluxo gerado pelas operações	776.767	-27.996	748.771
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-76.655	5.037	-71.618
Fluxo das atividades operacionais	700.112	-22.959	677.153
Atividades de investimento			
Recebimentos:			
Ativos fixos tangíveis	2.193	-	2.193
Juros e proventos similares	3.468	9	3.477
Dividendos	1.985	16.261	18.246
Empréstimos a partes relacionadas	138.954	-	138.954
Outros recebimentos de atividades de investimento	2.170	-48	2.122
	148.770	16.222	164.992
Pagamentos:			
Aquisição de ativos/subsidiárias	-46.728	-	-46.728
Variações de caixa por variações no perímetro de consolidação	-	-17.551	-17.551
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-809.705	-	-809.705
Empréstimos a partes relacionadas	-174.443	-	-174.443
Outros pagamentos de atividades de investimento	-1.669	-	-1.669
	-1.032.545	-17.551	-1.050.096
Fluxo das atividades de investimento	-883.775	-1.329	-885.104
Atividades de financiamento			
Alienação de ativos/subsidiárias sem perda de controlo	292.143	-	292.143
Recebimentos / (pagamentos) relativos a empréstimos	1.187	14.242	15.429
Juros e custos similares	-49.381	1.280	-48.101
Subsídios governamentais recebidos	90.539	-	90.539
Pagamentos de dividendos a interesses não controláveis	-51.610	-	-51.610
Recebimentos / (pagamentos) de parcerias institucionais na atividade eólica nos EUA	-35.579	-	-35.579
Outros fluxos de atividades de financiamento	-37.293	-858	-38.151
Fluxos das atividades de financiamento	210.006	14.664	224.670
Variações de caixa e seus equivalentes	26.343	-9.624	16.719
Efeito das diferenças de câmbio	-6.951	-143	-7.094
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	245.837	-	245.837
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	265.229	-9.767	255.462

40. EVENTOS RELEVANTES E SUBSEQUENTES

EDP Renováveis S.A. executa uma nova rotação na transação de ativos nos EUA

Durante o terceiro trimestre de 2014, a EDP Renováveis S.A. (EDPR) chegou a um acordo com a Fiera Axium Infrastructure US L.P. (Fiera Axium) para a venda de uma participação minoritária num portfólio de ativos eólicos nos EUA, com uma capacidade de produção de 1.101 MW. O interesse económico da Fiera Axium no portfólio irá representar um total de 394.5 MW e é a segunda transação de rotação de ativos anunciada pela EDPR com a Fiera Axium, com vista a fortalecer a parceria existente.

O portfólio compreende 9 parques eólicos operacionais. Todos os parques eólicos possuem contratos de operação a longo prazo.

Baseado no i) preço de transação e ii) passivo *tax equity* esperado dos projetos, o valor total implícito do portfólio de 1.101 MW ascende a \$ 1.7 bilhões de Dólares americanos, que se traduz em \$ 1.54 milhões de Dólares americanos/MW.

A transação está sujeita às devidas aprovações regulatórias. A oferta contempla um financiamento inicial a ocorrer após a obtenção das aprovações regulatórias e um último financiamento a ocorrer após a entrada em exploração dos ativos em construção.

Aquisição pela EDPR de 45% do capital social da EDP Renováveis Brasil

Em Novembro de 2014, a EDP Renováveis S.A. e a EDP Energias do Brasil (EDP Brasil) assinaram um Memorando de Entendimento com vista à aquisição pela EDPR de 45% do capital social da EDP Renováveis Brasil, S.A., controlada pela EDP Brasil. Após esta operação, a EDPR passará a controlar 100% do capital social da EDPR Brasil. A EDPR Brasil detém 84 MW de parques eólicos em operação e 237 MW de projetos em desenvolvimento, com contratos de aquisição de energia a longo prazo atribuídos em leilões realizados em 2011 e 2013.

EDPR anuncia a venda de participações minoritárias em parques eólicos no Brasil para a CTG

Em Dezembro de 2014, a EDP Renováveis, S.A., através da sua subsidiária EDPR Brasil, chegou a acordo com a CWEI (Brasil) Participações Ltda, uma subsidiária da CTG, para a venda de uma participação acionista representativa de 49% do capital social de parques eólicos em operação e em desenvolvimento no Brasil. O âmbito da transação abrange 84 MW em operação, com uma idade média de 4 anos, bem como 237 MW em desenvolvimento, remunerados de acordo com os contratos celebrados a longo prazo para vender a eletricidade produzida por 20 anos.

EDP Renováveis executa *project finance* para 120 MW no Brasil

A 26 de Janeiro de 2015, a EDP Renováveis, S.A. (EDPR) executou acordos de *project finance* com o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social do Brasil (BNDES) para o projeto Baixa do Feijão, que compreende quatro parques eólicos com uma capacidade total de 120 MW. O projeto Baixa do Feijão encontra-se em construção e localiza-se no estado do Rio Grande do Norte, um dos locais mais ventosos do Brasil.

A dívida de longo prazo contratada totaliza 306 milhões de Reais Brasileiros, estando a conclusão do financiamento sujeita às condições normais. A execução deste acordo reflete a estratégia de financiamento da EDPR baseando-se na contratação de dívida de longo prazo em moeda local a preços competitivos, com o objetivo de minimizar os riscos de refinanciamento e de reduzir os riscos de variações cambiais, possuindo uma cobertura natural entre receitas e custos.

Em Dezembro de 2011, no leilão de energia A-5 do Brasil, foram atribuídos a estes quatro projetos Contratos de Aquisição de Energia (PPA) de 20 anos, com início em Janeiro de 2016.

41. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são analisadas como se segue:

• IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados, substituindo a IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e a SIC 12 - Consolidação de SPE. Esta norma estabelece um modelo único a ser aplicado na avaliação da existência de controlo sobre participadas, onde um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao poder sobre a mesma. Adicionalmente foi introduzido o conceito de "*de facto control*".

O Grupo apresenta o impacto decorrente da adoção desta norma na nota 39.

• IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma substitui a IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e introduz um conjunto de alterações na contabilização dos investimentos conjuntamente controlados, sendo o principal aspeto a eliminação da opção de consolidação de empreendimentos conjuntos pelo método de consolidação proporcional, as quais passam a ser obrigatoriamente registadas pelo método de equivalência patrimonial.

A estrutura de um acordo conjunto deixa de ser o principal fator na determinação do modelo contabilístico a adotar. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias.

O Grupo apresenta o impacto decorrente da adoção desta norma na nota 39.

• IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma requer que seja divulgada informação que permita avaliar a natureza e os riscos associados nas participações em outras entidades e os efeitos dessas participações nas demonstrações financeiras. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- nas participações em subsidiárias, deve ser divulgado: (i) a composição do grupo; (ii) interesses não controláveis; (iii) restrições sobre a capacidade de aceder ou utilizar os ativos e liquidar os passivos da subsidiária; e (iv) a natureza e as alterações nos riscos associados às participações;
- nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas, deve ser divulgada: (i) a natureza, extensão e efeitos financeiros das participações em empreendimentos conjuntos e associadas, incluindo a natureza e os efeitos da sua relação contratual com os outros investidores; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas;
- nas participações em empresas não consolidadas deve ser divulgada: (i) a natureza, extensão e efeitos financeiros das participações; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em participações não consolidadas.

As divulgações que resultaram da adoção desta norma foram efetuadas nas notas 5 e 18.

As novas normas e interpretações que foram emitidas e que à data são efetivas e que o Grupo aplicou sem impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

- IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*;
- IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros;
- IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgações - Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros;
- IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura;
- Entidades de Investimentos - Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo**• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2018, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma, que foi alterada em Julho de 2014, não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma insere-se no projeto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;
- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas reconhecidos na reserva de *fair value* não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- a exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9; e,
- as alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de opção de justo valor (*fair value option*) serão reconhecidas em Rendimento integral do exercício. As restantes variações de justo valor associados a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados no Rendimento integral do exercício nunca poderão ser transferidos para resultados.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto decorrente da adoção desta norma.

• IFRS 11 (Alterada) - Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2014, alterações à IAS 11 - Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2016, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta alteração introduz orientação sobre a contabilização a efetuar na aquisição de participação em operações conjuntas que são consideradas como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adoção destas alterações.

• IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2014, a IFRS 14 - Rédito de contratos com clientes, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2016, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos".

A "metodologia dos 5 passos" é composta pelas seguintes etapas: (i) identificar o contrato com o cliente; (ii) identificar as obrigações de *performance* do contrato; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação com as obrigações de *performance*; e (v) reconhecer o rédito quando a entidade satisfaz a obrigação de *performance*.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma.

• IAS 1 (Alterada) - Iniciativa de Divulgação

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Dezembro de 2014, alterações à IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2016, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adotada pela União Europeia.

As alterações ao âmbito da IAS 1, foram as seguintes:

- Materialidade e agregação: a alteração clarifica que uma entidade não deve ocultar informações úteis através da agregação ou desagregação de informação; e que o nível de materialidade aplica-se às demonstrações financeiras, notas e quaisquer requisitos de divulgação exigidos pelas IFRSs, i.e. divulgações exigidas pelas IFRSs devem ser efetuadas apenas se a informação é material;
- Demonstração da Posição Financeira, Demonstração de Resultados e Outro Rendimento Integral: a alteração esclarece que a lista de rubricas especificadas pela IAS 1 para estas demonstrações podem ser desagregadas e agregadas como relevantes. Orientação adicional foi acrescentada na apresentação dos subtotais destas demonstrações;
- Apresentação de itens de Outro Rendimento Integral: a alteração esclarece que a parte de Outro Rendimento Integral de uma entidade relativo a associadas e *joint ventures* deve ser agregado como uma única rubrica tendo em consideração se irá ser ou não reconhecido como proveitos ou custos na demonstração de resultados;
- Notas: a alteração esclarece que as entidades têm flexibilidade na conceção da estrutura das notas e fornece orientação sobre como determinar uma ordem sistemática das notas.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta alteração.

As normas, alterações e interpretações emitidas ainda não efetivas para o Grupo, sem impactos significativos, são as seguintes:

- IFRS 10 (Alterada) e IAS 28 (Alterada) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e as suas Associadas ou *Joint Ventures*: não é esperado um impacto significativo para o Grupo decorrente da adoção destas alterações;
- IFRS 10 (Alterada), IFRS 12 (Alterada) e IAS 28 (Alterada) - Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação: não é esperado um impacto significativo para o Grupo decorrente da adoção destas alterações;
- IFRS 14 - Diferimento de contas regulatórias: não é esperado um impacto significativo para o Grupo decorrente da adoção destas alterações;
- IAS 16 (Alterada) e IAS 38 (Alterada) - Esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e de amortização: não é esperado um impacto significativo para o Grupo decorrente da adoção destas alterações;
- IFRIC 21 – Impostos: não é esperado um impacto significativo para o Grupo decorrente da adoção destas alterações;
- "Annual Improvement Project (2010-2012)": não é esperado um impacto significativo para o Grupo decorrente da adoção destas alterações;
- "Annual Improvement Project (2011-2013)": não é esperado um impacto significativo para o Grupo decorrente da adoção destas alterações;
- "Annual Improvement Project (2012-2014)": não é esperado um impacto significativo para o Grupo decorrente da adoção destas alterações.

42. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da atividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, exceto se se qualificarem para reconhecimento como um ativo, conforme determinado pela IAS 16.

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício referentes a custos com o plano de gestão ambiental no montante de 2.849 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 2.813 milhares de Euros).

Conforme referido na política contabilística 2 o), o Grupo regista provisões para desmantelamento e descomissionamento dos ativos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual para descomissionar e desmantelar esses ativos no final da sua vida útil. Consequentemente, o Grupo registou provisões para ativos fixos tangíveis relacionados com a produção de energia eólica para fazer face às responsabilidades de repor os terrenos para o seu estado original, no montante de 96.676 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro de 2014 (62.461 milhares de Euros em 31 Dezembro de 2013) (ver nota 30).

43. RELATO FINANCEIRO POR SEGMENTOS

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis e tem três segmentos reportáveis que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo, Europa, América do Norte e Brasil. As unidades de negócio estratégicas têm atividade em zonas geográficas distintas e são geridas de forma independente dado as suas diferentes características. Para cada uma das unidades de negócio estratégicas, o CEO do Grupo analisa numa base trimestral os relatórios de gestão interna.

As políticas contabilísticas dos segmentos reportáveis são as mesmas descritas na nota 3. As informações respeitantes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas no Anexo 2. O desempenho é mensurado com base nos lucros do segmento, conforme incluídos nos relatórios de gestão interna, que são revistos pela Gestão. Os lucros de cada segmento reportável, são usados para medir o desempenho uma vez que a administração considera que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados de determinados segmentos face a outras entidades que operam neste sector. A política de preços inter-segmento é determinada nas condições normais concorrenciais de mercado.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis em diversos locais e a sua atividade é gerida com base nos seguintes segmentos de negócios:

- Europa - inclui as empresas do Grupo EDPR EU com atividade em Espanha, Portugal, Bélgica, França, Itália, Holanda, Polónia, Roménia e Reino Unido;

- América do Norte – inclui as empresas do Grupo EDPR EUA e do Grupo EDPR Canada, com atividade nos Estados Unidos da América e no Canadá, respetivamente;
- Brasil – inclui as empresas do Grupo EDPR Brasil, com atividade neste país.

Definição de segmento

Os valores reportados para cada segmento de negócio resulta da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

A informação financeira divulgada para cada segmento de negócio é determinada com base nos montantes registados diretamente nas subsidiárias que compõem o segmento, incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

44. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E OUTROS

A KPMG auditou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis em 2014 e 2013. Esta empresa e outras entidades e pessoas relacionadas, de acordo com o Real Decreto 1/2011 de 1 de Julho, faturaram honorários e despesas por serviços profissionais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, de acordo como o seguinte detalhe:

Milhares de euros	31 Dezembro 2014					Total
	Portugal	Espanha	Brasil	E.U.A.	Outros	
Auditoria e Revisão Legal de Contas	141	588	138	760	632	2.259
Outros serviços de auditoria	-	229	-	-	17	246
	141	817	138	760	649	2.505
Serviços de consultoria fiscal	-	53	-	135	-	188
Outros serviços	11	-	-	-	3	14
	11	53	-	135	3	202
Total	152	870	138	895	652	2.707

Milhares de euros	31 Dezembro 2013					Total
	Portugal	Espanha	Brasil	E.U.A.	Outros	
Auditoria e Revisão Legal de Contas	194	667	118	798	543	2.320
Outros serviços de auditoria	180	68	-	104	34	386
	374	735	118	902	577	2.706
Serviços de consultoria fiscal	-	90	-	-	-	90
Outros serviços	-	42	-	12	-	54
	-	132	-	12	-	144
Total	374	867	118	914	577	2.850

ANEXO 1

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 Dezembro 2014 e 2013, são as seguintes:

Empresa	Sede	Auditor	2014		2013	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Empresa-mãe do Grupo e atividades relacionadas:						
EDP Renováveis, S.A. (Empresa-mãe do Grupo)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Plataforma Europeia:						
Espanha:						
EDP Renewables Europe, S.L. (Empresa-mãe da Plataforma Europeia)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Acampo Arias, S.L.	Zaragoza	KPMG	98,19%	98,19%	98,19%	98,19%
Aplicaciones Industriales de Energías Limpias, S.L.	Zaragoza	n.a.	61,50%	61,50%	61,50%	61,50%
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	n.a.	48,70%	60,63%	48,70%	60,63%
Bon Vent de Corbera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de Vilalba, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Zaragoza	KPMG	75,83%	75,83%	75,83%	75,83%
Desarrollo Eólico Almarchal, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Buenavista, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Corme, S.A.	La Coruña	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Lugo, S.A.U.	Lugo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Tarifa, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Dumbria, S.A.U.	La Coruña	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Rabosera, S.A.	Huesca	KPMG	95,08%	95,08%	95,08%	95,08%
Desarrollo Eólico Santa Quiteria, S.L.	Huesca	KPMG	83,96%	100,00%	83,96%	100,00%
Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	La Coruña	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Zaragoza	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDP Renovables España, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renováveis Cantábria, S.L.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR España Promoción y Operación, S.L.U. (antiga Eneroliva, S.A.)	Sevilla	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Energías Eólicas La Manchuela, S.L.U.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Alfoz, S.L.	Madrid	KPMG	83,73%	83,73%	83,73%	83,73%
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	KPMG	77,50%	77,50%	77,50%	77,50%
Eólica Campollano, S.A.	Madrid	KPMG	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica de Radona, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Fontesilva, S.L.	La Coruña	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Garcimuñoz, S.L.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Guadalteba, S.L.	Sevilla	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Brújula, S.A. (antiga Sierra de la Peña, S.A.)	Madrid	KPMG	84,90%	84,90%	84,90%	84,90%
Eólica La Janda, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Navica, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Muxía, S.L.	La Coruña	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Sierra de Avila, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U.	Zaragoza	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	Madrid	n.a.	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L.	León	KPMG	59,59%	59,59%	59,59%	59,59%
Molino de Caragüeyes, S.L.	Zaragoza	KPMG	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
NEO Energia Aragón, S.L.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic Coll de la Garganta, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2014		2013	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Parc Eòlic Serra Voltorera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	KPMG	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%
Parque Eólico Belchite, S.L.	Zaragoza	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico La Sotonera, S.L.	Zaragoza	KPMG	64,84%	64,84%	64,84%	64,84%
Parque Eólico Los Cantales, S.L.U.	Zaragoza	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Parques Eólicos del Cantábrico, S.A.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renovables Castilla La Mancha, S.A.	Albacete	KPMG	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
South África Wind & Solar Power, S.L.	Oviedo	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	n.a.	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Portugal:						
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Porto	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDP Renewables, SGPS, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos de Valdevez	KPMG	30,60%	60,00%	30,60%	60,00%
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Boticas	KPMG	25,55%	50,10%	25,55%	50,10%
Eólica de Montenegro, Lda	Vila Pouca de Aguiar	KPMG	25,55%	50,10%	25,55%	50,10%
Gravitangle - Fotovoltaica Unipessoal, Lda	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Malhadizes - Energia Eólica, S.A.	Porto	KPMG	51,00%	100,00%	51,00%	100,00%
França:						
EDP Renewables France, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
EDPR France Holding, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bourbriac II, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Canet-Pont de Salars, S.A.S.	Paris	KPMG	25,99%	50,96%	100,00%	100,00%
C.E. Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S.	Paris	KPMG	26,01%	51,00%	100,00%	100,00%
C.E. NEO Truc l'Homme, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Patay, S.A.S.	Paris	KPMG	26,01%	51,00%	100,00%	100,00%
C.E. Saint Barnabe, S.A.S.	Paris	KPMG	26,01%	51,00%	100,00%	100,00%
C.E. Segur, S.A.S.	Paris	KPMG	26,01%	51,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Calengeville, S.A.S.	Elbeuf	EXCO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Sauguese, S.A.R.L.	Elbeuf	KPMG	26,01%	51,00%	100,00%	100,00%
Eolienne D'Etalondes, S.A.R.L.	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Le Mee, S.A. R.L.	Toulouse	KPMG	75,99%	100,00%	100,00%	100,00%
Mardelle, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Monts du Forez Energie, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Boqueho-Pouagat, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Parc Éolien de Dammarie, S.A.R.L. (antiga Parc Eolien D'Ardennes)	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Francourville, S.A.S	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Parc Eolien de La Hetroye, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Mancheville, S.A.R.L.	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Montagne Fayel, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Preuseville, S.A.R.L. (antiga Parc Eolien des Bocages, S.A.R.L.)	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Roman, S.A.R.L.	Elbeuf	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Tarzy, S.A.R.L. (antiga Eolienne des Bocages, S.A.R.L.)	Elbeuf	n.a.	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Varimpre, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	26,01%	51,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Longs Champs, S.A.R.L.	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Vatines, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	26,01%	51,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien d'Escardes, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	26,01%	51,00%	100,00%	100,00%
Petite Piece, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	75,99%	100,00%	100,00%	100,00%
Plouvien Breiz, S.A.S.	Carhaix	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Quinze Mines, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sauvageons, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	75,99%	100,00%	100,00%	100,00%
Vallée du Moulin, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Polónia:						
EDP Renewables Polska, SP. ZO.O	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elektrownia Wiatrowa Kresy I, SP. ZO.O	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farma Wiatrowa Starozreby, SP. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
J&Z Wind Farms SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%

Empresa	Sede	Auditor	2014		2013	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Karpacka Mala Energetyka, SP. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Korsze Wind Farm SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Masovia Wind Farm I, SP. ZO.O	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MFW Gryf SP. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MFW Neptun SP. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MFW Pomorze SP. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Molen Wind II, S.P. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	65,07%	65,07%	65,07%	65,07%
Radziejów Wind Farm, SP. ZO.O	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Relax Wind Park I, SP. ZO.O	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park II, SP. ZO.O	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park III, SP. ZO.O	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park IV, SP. ZO.O	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Roménia:						
EDP Renewables Romania, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Cernavoda Power, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Cujmir Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR-RO-PV, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR RO Trading, S.R.L.	Bucareste	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Foton Delta, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Foton Epsilon, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pestera Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
VS Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Potelu Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
S.C. Ialomita Power, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	85,00%	85,00%
Sibioara Wind Farm, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Studina Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Vanju Mare Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Reino Unido:						
EDPR UK Limited	Cardiff	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MacColl Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
Moray Offshore Renewables Limited	Cardiff	KPMG	66,64%	66,64%	66,64%	66,64%
Stevenson Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
Telford Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
Itália:						
EDP Renewables Italia, S.R.L.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Castellaneta Wind, S.R.L.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Laterza Wind, S.R.L.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Monts de la Madeleine Energie, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pietragalla Eolico, S.R.L.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Re Plus - S.R.L.	Milão	n.a.	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Repano Wind S.R.L.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Villa Castelli Wind, S.R.L.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WinCap, S.R.L.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Bélgica:						
EDP Renewables Belgium	Bruxelas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Países Baixos:						
Tarcan, BV	Amsterdão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Plataforma América do Norte:						
E.U.A.:						
EDP Renewables North America, L.L.C. (Empresa-mãe da Plataforma Norte-Americana)	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
17th Star Wind Farm, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento I, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento II, L.L.C.	Texas	KPMG	51,00%	100,00%	51,00%	100,00%
2008 Vento III, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento IV, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento V, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento VI, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VIII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento IX, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2014		2013	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
2011 Vento X, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2012 Vento XI, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2014 Vento XII, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
2014 Sol I, LLC	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Alabama Ledge Wind Farm, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Antelope Ridge Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arbuckle Mountain, L.L.C.	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arkwright Summit Wind Farm, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arlington Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Aroostook Wind Energy, L.L.C.	Maine	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ashford Wind Farm, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project II, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
AZ Solar, L.L.C.	Arizona	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Holdings, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm IV, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm V, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Wind Power VII, L.L.C.	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower II, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower III, L.L.C.	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower IV, L.L.C.	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower V, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower VI, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Buffalo Bluff Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chateaugay River Wind Farm, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Clinton County Wind Farm, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud West Wind Project, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Coos Curry Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cropsey Ridge Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Crossing Trails Wind, Power Project, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dairy Hills Wind Farm, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Diamond Power Partners, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
East Klickitat Wind Power Project, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eastern Nebraska Wind Farm, L.L.C.	Nebraska	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures X, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures XI, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures XII, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
EDPR Solar Ventures I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Five-Spot, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ford Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Franklin Wind Farm, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Green Country Wind Farm LLC	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Green Power Offsets, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Gulf Coast Windpower Management Company, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Headwaters Wind Farm, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Hidalgo Wind Farm, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
High Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Minnesota	KPMG	51,00%	100,00%	51,00%	100,00%
High Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Chocolate Bayou I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Midwest IX, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest I, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest IV, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2014		2013	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Horizon Wind Energy Northwest VII, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest X, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest XI, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Panhandle I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest I, L.L.C.	New Mexico	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest II, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest III, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest IV, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Valley I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind MREC Iowa Partners, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IB, L.L.C.	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IC, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures II, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures III, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IX, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VI, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VII, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VIII, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind, Freeport Windpower I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wyoming Transmission, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jericho Rise Wind Farm, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Juniper Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lone Valley Solar Park I, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lone Valley Solar Park II, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lost Lakes Wind Farm, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Machias Wind Farm, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Madison Windpower, L.L.C.	New York	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marble River, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Martinsdale Wind Farm, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm II, L.L.C.	Indiana	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm IV, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm V, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Windfarm III, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mesquite Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
New Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
North Slope Wind Farm, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Number Nine Wind Farm, L.L.C.	Maine	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Old Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	51,00%	100,00%	51,00%	100,00%
OPQ Property, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pacific Southwest Wind Farm, L.L.C.	Arizona	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm II, L.L.C.	Ohio	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm III, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm IV, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Peterson Power Partners, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Interconnection, L.L.C.	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm I, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Post Oak Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	51,00%	100,00%	51,00%	100,00%
Quilt Block Wind Farm, L.L.C.	Wisconsin	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rail Splitter, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rio Blanco Wind Farm, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm II, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm III, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rush County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saddleback Wind Power Project, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sagebrush Power Partners, L.L.C.	Washington	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sardinia Windpower, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2014		2013	
			% capital	% direitos de voto	% capital	% direitos de voto
Signal Hill Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm II, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm III, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm IV, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm V, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stinson Mills Wind Farm, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stone Wind Power, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sustaining Power Solutions, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Telocaset Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
The Nook Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tug Hill Windpower, L.L.C.	New York	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tumbleweed Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Turtle Creek Wind Farm, L.L.C.	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Verde Wind Power, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Waverly Wind Farm, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Western Trail Wind Project I, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wheatfield Holding, L.L.C.	Oregon	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Wheatfield Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whiskey Ridge Power Partners, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whistling Wind WI Energy Center, L.L.C.	Wisconsin	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whitestone Wind Purchasing, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wilson Creek Power Partners, L.L.C.	Nevada	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wind Turbine Prometheus, L.P.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WTP Management Company, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canadá:						
EDP Renewables Canada, Ltd	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Canada GP, Ltd.	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Canada LP, Ltd.	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SBWFI GP, Inc.	Ontário	n.a.	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
South Dundas Wind Farm LP	Ontário	n.a.	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Plataforma América do Sul:						
Brasil:						
EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	55,00%	55,00%	55,00%
Central Eólica Aventura, S. A.	São Paulo	n.a.	55,00%	100,00%	-	-
Central Eólica Jau, S. A. (antiga Central Eólica Aventura, S. A.)	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão I, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão II, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão III, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão IV, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Central Nacional de Energia Eólica, S.A.	Santa Catarina	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Elebrás Projetos, Ltda	Rio Grande do Sul	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Plataforma África do Sul:						
África do Sul:						
EDP Renewables South Africa, Proprietary, Ltd	Cape Town	Mazars	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dejann Trading and Investments, Proprietary, Ltd	Cape Town	Mazars	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jouren Trading and Investments, Proprietary, Ltd	Cape Town	Mazars	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Os principais indicadores financeiros das entidades conjuntamente controladas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2014, são apresentados de seguida:

Empresa	Capital Social	Sede	Auditor	% capital	% direitos de voto
Ceprastur, A.I.E.	€ 360.607	Oviedo	n.a.	56,76%	56,76%
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	€ 6.701.165	Zaragoza	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energéticos Canarios S.A.	€ 37.564	Las Palmas	n.a.	49,90%	49,90%

		Ciudad de			
Eólica de Coahuila, S. de R.L. de C.V.	\$114.443	Mexico	n.a.	99,97%	99,97%
Evolución 2000, S.L.	€ 117.994	Albacete	Hispa-control	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, L.L.C.	\$528.626.287	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	\$207.447.187	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	€ 4.720.400	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

Os principais indicadores financeiros das entidades conjuntamente controladas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2013, são apresentados de seguida:

Empresa	Capital Social	Sede	Auditor	% capital	% direitos de voto
Ceprastur, A.I.E.	€ 360.607	Oviedo	n.a.	56,76%	56,76%
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	€ 6.701.165	Zaragoza	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energéticos Canarios S.A.	€ 15.025	Las Palmas	n.a.	49,90%	49,90%
Evolución 2000, S.L.	€ 117.994	Albacete	Hispa-control	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, L.L.C.	\$522.818.885	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	\$207.447.187	New York	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	€ 4.720.400	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2014, são as seguintes:

Empresa	Capital Social	Sede	Auditor	% capital	% direitos de voto
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	€ 3.869.020	Barcelona	n.a.	18,97%	38,96%
Biomassas del Pirineo, S.A.	€ 454.896	Huesca	PWC	30,00%	30,00%
Blue Canyon Wind Power I, L.L.C.	\$44.594.480	Oklahoma	n.a.	25,00%	25,00%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	€ 300.000	Burgos	n.a.	30,00%	30,00%
Desarrollos Eolicos de Canarias, S.A.	€ 3.191.580	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%
ENEOP - Eolicas de Portugal, S.A.	€ 25.247.525	Lisboa	Mazars	35,96%	35,96%
Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, SAS	€ 4.367.538	Bois Guillaume	E&Y	43,00%	43,00%
Les Eoliennes en Mer de Vendée, SAS	€ 4.804.914	Nantes	E&Y	43,00%	43,00%
Modderfontein Wind Energy Project, Ltd.	1.000 ZAR	Cape Town	n.a.	42,50%	42,50%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	€ 120.400	Astúrias	KPMG	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	€ 7.194.021	Sória	E&Y	42,00%	42,00%
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	£1	Edinburgh	Deloitte	49,00%	49,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	€ 80.000	Ciudad Real	n.a.	25,00%	25,00%

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2013, são as seguintes:

Empresa	Capital Social	Sede	Auditor	% capital	% direitos de voto
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	€ 3.869.020	Barcelona	n.a.	18,97%	38,96%
Biomassas del Pirineo, S.A.	€ 454.896	Huesca	PWC	30,00%	30,00%
Blue Canyon Wind Power I, L.L.C.	\$47.835.419	Oklahoma	n.a.	25,00%	25,00%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	€ 300.000	Burgos	n.a.	30,00%	30,00%
Desarrollos Eolicos de Canarias, S.A.	€ 3.191.580	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	€ 25.247.525	Lisboa	Mazars	35,96%	35,96%
Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, SAS	€ 40.000	Bois Guillaume	E&Y	50,00%	50,00%
Les Eoliennes en Mer de Vendée, SAS	€ 40.000	Nantes	E&Y	50,00%	50,00%
Modderfontein Wind Energy Project, Ltd.	1.000 ZAR	Cape Town	n.a.	42,50%	42,50%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	€ 120.400	Astúrias	KPMG	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	€ 7.194.021	Sória	n.a.	42,00%	42,00%
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	£1	Edinburgh	Deloitte	49,00%	49,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	€ 80.000	Ciudad Real	KPMG	25,00%	25,00%

O resumo da informação financeira relativo às subsidiárias/filiais com interesses não controláveis materiais em 31 de Dezembro de 2014, é como se segue:

Milhares de euros	EDP Renováveis Portugal, S.A.	Cernavoda Power, S.R.L.	Desarrollos Catalanes Del Viento S.L.	EDP Renewables France, S.A.S.	Parque Eólico Altos de Voltoya, S.A.
Ativo Não-Corrente	-	-	-	-	-
Ativo Corrente	41.258	4.167	1.958	11.409	2.251
Passivo Não-Corrente	398.672	8.670	33.874	115.554	-
Passivo Corrente	5.379	161	-	1.140	83
Volume de Negócios	-	-0	-	-3	-
Resultado líquido do exercício	14.782	-8.072	1.236	-52.661	16.259
Dividendos pagos aos Interesses não controláveis	29.999	-	-	-	-

Milhares de euros	EDP Renováveis Brasil. S.A.	2007 Vento II. L.L.C.	Wheatfield Wind Power Project. L.L.C.	Wheatfield Holding L.L.C.	South Dundas Wind Farm LP
Ativo Não-Corrente	-	-	-	-	-
Ativo Corrente	650	9.433	1.334	-	3.582
Passivo Não-Corrente	23.683	-	-	-	379
Passivo Corrente	148	-	-	-	111
Volume de Negócios	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-5.403	-3.500	24.227	-	-249
Dividendos pagos aos Interesses não controláveis	-	-	-	-	-

ANEXO 2

ATIVIDADE DO GRUPO EDPR POR SEGMENTO DE NEGÓCIO
 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Milhares de euros	Europa	América do Norte	Brasil	Total dos Segmentos
Volume de negócios	746.932	382.031	25.136	1.154.099
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	-	123.582		123.582
	746.932	505.613	25.136	1.277.681
Outros proveitos operacionais	26.553	17.024	14	43.591
Fornecimento e serviços externos	-141.382	-108.760	-6.118	-256.260
Custos com o pessoal e custos com benefícios aos empregados	-22.379	-27.821	-1.334	-51.534
Outros custos operacionais	-65.247	-26.774	-2.412	-94.433
	-202.455	-146.331	-9.850	-358.636
Resultado Operacional Bruto	544.477	359.282	15.286	919.045
Provisões do exercício	-21	-	-	-21
Amortizações e imparidades do exercício	-269.196	-202.440	-5.907	-477.543
Resultado Operacional	275.260	156.842	9.379	441.481
Ganhos / (Perdas) em associadas	33.310	241	-	33.551
Ativos	6.108.684	6.255.041	162.478	12.526.203
Passivos	259.919	922.548	4.980	1.187.447
Investimento Operacional	141.717	543.016	25.462	710.195

Nota: O segmento 'Europa' inclui: i) volume de negócios no montante de 347.928 milhares de Euros provenientes de empresas em Espanha, dos quais 31.567 milhares de Euros foram gerados fora de Espanha; ii) ativos de empresas em Espanha no montante de 1.976.737 milhares de Euros.

Reconciliação de informação entre Reporte por Segmentos e Demonstrações Financeiras

Milhares de euros

Total do Volume de Negócios dos Segmentos Reportados	1.154.099			
Volume de Negócios de Outros Segmentos	13.172			
Eliminação de Operações intra-segmentos	(14.145)			
Total do Volume de Negócios do Grupo EDP Renováveis	1.153.126			
Total do Resultado Operacional Bruto dos Segmentos Reportados	919.045			
Resultado Operacional Bruto de Outros Segmentos	(15.561)			
Eliminação de Operações intra-segmentos	(288)			
Total do Resultado Operacional Bruto do Grupo EDP Renováveis	903.196			
Total do Resultado Operacional dos Segmentos Reportados	441.481			
Resultado Operacional de Outros Segmentos	(16.941)			
Eliminação de Operações intra-segmentos	(2.131)			
Total do Resultado operacional do Grupo EDP Renováveis	422.409			
Total de Ativos dos Segmentos Reportados	12.526.203			
Ativos não alocados	1.730.579			
Ativos Financeiros	825.488			
Ativos por Impostos	135.581			
Devedores e Outros Ativos	769.510			
Ativos de Outros Segmentos	2.861			
Eliminação de Operações intra-segmentos	56.676			
Total de Ativos do Grupo EDP Renováveis	14.316.319			
Total de Passivos dos Segmentos Reportados	1.187.447			
Passivos não alocados	6.800.670			
Passivos Financeiros	3.901.924			
Parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	1.801.963			
Passivos por Impostos	327.096			
Credores e Outros Passivos	769.687			
Passivos de Outros Segmentos	15.860			
Eliminação de Operações intra-segmentos	(18.417)			
Total de Passivos do grupo EDP Renováveis	7.985.560			
Total de Investimento Operacional dos Segmentos Reportados	710.195			
Investimento Operacional de Outros Segmentos	100			
Total de Investimento Operacional do Grupo EDP Renováveis	710.295			
	Total dos Segmentos Reportados	Outros Segmentos	Eliminação de Operações intra-segmentos	Total do Grupo EDP Renováveis
Outros proveitos operacionais	43.591	2.290	(214)	45.667
Fornecimento e serviços externos	(256.260)	(14.420)	14.035	(256.645)
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	(51.534)	(14.560)	1	(66.093)
Outros custos operacionais	(94.433)	(2.043)	35	(96.441)
Provisões do exercício	(21)	-	1	(20)
Amortizações e imparidades do exercício	(477.543)	(1.380)	(1.844)	(480.767)
Ganhos / (perdas) em associadas	33.551	(264)	(11.531)	21.756

ATIVIDADE DO GRUPO EDPR POR SEGMENTO DE NEGÓCIO
INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013^(*)

Milhares de euros	Europa	América do Norte	Brasil	Total dos Segmentos
Volume de negócios	819.907	347.788	24.290	1.191.985

Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	-	125.101		125.101
	819.907	472.889	24.290	1.317.086
Outros proveitos operacionais	11.655	30.030	-	41.685
Fornecimento e serviços externos	-138.086	-108.007	-7.829	-253.922
Custos com o pessoal e custos com benefícios aos empregados	-25.537	-28.769	-1.142	-55.448
Outros custos operacionais	-77.690	-36.642	-869	-115.201
	-229.658	-143.388	-9.840	-382.886
Resultado Operacional Bruto	590.249	329.501	14.450	934.200
Provisões do exercício	-97	-1.167	-25	-1.289
Amortizações e imparidades do exercício	-234.700	-199.435	-6.417	-440.552
Resultado Operacional	355.452	128.899	8.008	492.359
Ganhos / (Perdas) em associadas	30.302	-3.084	-	27.218
Ativos	6.217.056	5.201.576	142.438	11.561.070
Passivos	346.110	513.267	2.025	861.402
Investimento Operacional	387.259	121.867	24.902	534.028

Nota: O segmento 'Europa' inclui: i) volume de negócios no montante de 442.711 milhares de Euros proveniente de empresas em Espanha, dos quais 20.599 milhares de Euros foram gerados fora de Espanha; ii) ativos de empresas em Espanha no montante de 2.509.495 milhares de Euros.

(*) Reexpressão originada pela adoção da IFRS 10 e 11

Reconciliação de informação entre Reporte por Segmento e Demonstrações Financeiras (*)

Milhares de euros

Total do Volume de Negócios dos Segmentos Reportados	1.191.985			
Volume de Negócios de Outros Segmentos	12.418			
Eliminação de Operações intra-segmentos	(13.157)			
Total do Volume de Negócios do Grupo EDP Renováveis	1.191.246			
Total do Resultado Operacional Bruto dos Segmentos Reportados	934.200			
Resultado Operacional Bruto de Outros Segmentos	(13.694)			
Eliminação de Operações intra-segmentos	1			
Total do Resultado Operacional Bruto do Grupo EDP Renováveis	920.507			
Total do Resultado Operacional dos Segmentos Reportados	492.359			
Resultado Operacional de Outros Segmentos	(14.906)			
Eliminação de Operações intra-segmentos	(4.437)			
Total do Resultado operacional do Grupo EDP Renováveis	473.016			
Total de Ativos dos Segmentos Reportados	11.561.070			
Ativos não alocados	1.443.773			
Ativos Financeiros	679.878			
Ativos por Impostos	212.605			
Devedores e Outros Ativos	551.290			
Ativos de Outros Segmentos	5.709			
Eliminação de Operações intra-segmentos	47.803			
Total de Ativos do Grupo EDP Renováveis	13.058.355			
Total de Passivos dos Segmentos Reportados	861.402			
Passivos não alocados	6.110.463			
Passivos Financeiros	3.665.877			
Parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	1.508.495			
Passivos por Impostos	464.326			
Credores e Outros Passivos	471.765			
Passivos de Outros Segmentos	10.662			
Eliminação de Operações intra-segmentos	(13.495)			
Total de Passivos do grupo EDP Renováveis	6.969.032			
Total de Investimento Operacional dos Segmentos Reportados	534.028			
Investimento Operacional de Outros Segmentos	2.437			
Total de Investimento Operacional do Grupo EDP Renováveis	536.465			
	Total dos Segmentos Reportados	Outros Segmentos	Eliminação de Operações intra-segmentos	Total do Grupo EDP Renováveis
Outros proveitos operacionais	41.685	81	(405)	41.361
Fornecimento e serviços externos	(253.922)	(14.737)	13.487	(255.172)
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	(55.448)	(11.017)	(1)	(66.466)
Outros custos operacionais	(115.201)	(439)	77	(115.563)
Provisões do exercício	(1.289)	-	(1)	(1.290)
Amortizações e imparidades do exercício	(440.552)	(1.212)	(4.437)	(446.201)
Ganhos / (perdas) em associadas	27.218	-	(12.492)	14.726

(*) Restated for the adoption of IFRS 10 and 11

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O SCIRF



**Report from Management concerning responsibility for
the System of Internal Control over Financial Reporting**

The board of directors and management are responsible for establishing and maintaining an adequate System of Internal Control over Financial Reporting (SCIRF).

The SCIRF of EDP Renováveis Group is a set of processes designed to provide reasonable assurance as to the reliability of the financial information and the preparation of the consolidated annual accounts for external purposes, in accordance with the applicable financial information reporting framework.

Due to the limitations inherent to all internal control systems, it is possible that the system of internal control over financial reporting does not prevent or detect all errors that could occur and may only provide reasonable assurance with respect to the presentation and preparation of the consolidated annual accounts. Furthermore, extrapolating the effectiveness assessment to future years entails a risk that controls may cease to be adequate due to changing conditions or erosion in the level of compliance with policies and procedures.

Management has assessed the effectiveness of the SCIRF at 31 December 2014 based on the criteria established in the Internal Control – Integrated Framework issued in 2013 by the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

As a result of this assessment, and based on the aforementioned criteria, management concludes that at 31 December 2014 EDP Renováveis Group had an effective system of internal control over financial reporting.

The SCIRF of EDP Renováveis Group at 31 December 2014 has been audited by the independent auditors KPMG Auditores, S.L., as indicated in their report included in the Annual Corporate Governance Report.

Chief Executive Officer

Chief Financial Officer

24 February 2015

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A INFORMAÇÃO FINANCEIRA



Os membros do Conselho de Administração da sociedade EDP Renováveis, S.A.

DECLARAM

Até ao limite do nosso conhecimento, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro e demais documentos relativos à apresentação das contas exigidos pela lei em vigor foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, reflectindo uma imagem verdadeira e justa do activo, passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP Renováveis, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas aos quais poderá estar exposta.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2015.




António Luís Guerra Nunes Mexia



Nuno Maria Pestana de Almeida Alves



Ruf Manuel Rodrigues Lopes Teixeira



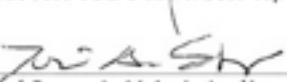
Gabriel Alonso Imaz



António do Pranto Nogueira Leite



João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo



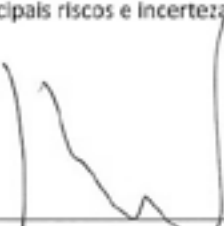
José Fernando Maia de Araújo e Silva



Gilles August



Rafael Caldeira Castel-Branco Valverde



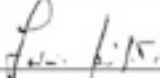
João Manuel Manço Neto



João Manuel Veríssimo Marques da Cruz



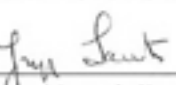
João Paulo Nogueira da Sousa Costeira



Acácio Jaime Liberado Mota Piloto



João Manuel de Mello Franco



Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos



José António Ferreira Machado



Manuel Menéndez Menéndez

RELATÓRIO DE AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



KPMG Auditores S.L.
Ventura Rodríguez, 2
33004 Oviedo

Independent Auditor's Report on the Consolidated Annual Accounts

To the Shareholders of
EDP Renováveis, S.A.

Report on the consolidated annual accounts

We have audited the consolidated annual accounts of EDP Renováveis, S.A. (the "Company") and its subsidiaries (the "Group"), which comprise the consolidated statement of financial position at 31 December 2014 and the consolidated income statement, consolidated statement of comprehensive income, consolidated statement of changes in equity and consolidated statement of cash flows for the year then ended, and consolidated notes.

Directors' responsibility for the consolidated annual accounts

The Directors are responsible for the preparation of the accompanying consolidated annual accounts in such a way that they present fairly the consolidated equity, consolidated financial position and consolidated financial performance of EDP Renováveis, S.A. and its subsidiaries in accordance with International Financial Reporting Standards as adopted by the European Union (IFRS-EU) and other provisions of the financial reporting framework applicable to the Group in Spain, and for such internal control as they determine is necessary to enable the preparation of consolidated annual accounts that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

Auditor's Responsibility

Our responsibility is to express an opinion on the accompanying consolidated annual accounts based on our audit. We conducted our audit in accordance with prevailing legislation regulating the audit of accounts in Spain. This legislation requires that we comply with ethical requirements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the consolidated annual accounts are free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the consolidated annual accounts. The procedures selected depend on the auditor's judgement, including the assessment of the risks of material misstatement of the consolidated annual accounts, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the preparation of the consolidated annual accounts by the Company directors in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the consolidated annual accounts taken as a whole.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

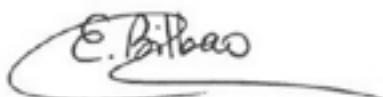
Opinion

In our opinion, the accompanying consolidated annual accounts present fairly, in all material respects, the consolidated equity and consolidated financial position of EDP Renováveis, S.A. and subsidiaries at 31 December 2014 and their consolidated financial performance and consolidated cash flows for the year then ended in accordance with International Financial Reporting Standards as adopted by the European Union and other provisions of the financial reporting framework applicable in Spain.

Report on other legal and regulatory requirements

The accompanying consolidated directors' report for 2014 contains such explanations as the Directors of EDP Renováveis, S.A. consider relevant to the situation of the Group, its business performance and other matters, and is not an integral part of the consolidated annual accounts. We have verified that the accounting information contained therein is consistent with that disclosed in the consolidated annual accounts for 2014. Our work as auditors is limited to the verification of the consolidated directors' report within the scope described in this paragraph and does not include a review of information other than that obtained from the accounting records of EDP Renováveis, S.A. and subsidiaries.

KPMG Auditores, S.L.



Estibaliz Bilbao Belda

25 February 2015

RELATÓRIO DE AUDITORIA AO SCIRF



KPMG Auditores S.L.
Ventura Rodríguez, 2
33004 Oviedo

Audit report on the system of internal control over financial reporting

To the Board of Directors
EDP Renováveis, S.A.

Further to your request and to our engagement letter dated 24 July 2014, we have audited the system of internal control over financial reporting of EDP Renováveis, S.A. (the Company) and subsidiaries (the Group) at 31 December 2014, based on the criteria established in the Internal Control-Integrated Framework issued in 2013 by the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) in relation with global business and control procedures, and with the COBIT Framework for IT Governance and Control. The Board of Directors of the Company and senior Group management are responsible for adopting the measures required to reasonably guarantee the implementation, maintenance and supervision of an adequate system of internal control over financial reporting, assess its efficiency and make improvements to the system, as set forth in the report drawn up by Group management on the internal control over financial reporting system enclosed. Our responsibility is to express an opinion on the effectiveness of the Group's internal control over financial reporting system based on our audit.

An organisation's system of internal control over financial reporting is designed to provide reasonable assurance that its annual financial reporting complies with the applicable financial reporting framework. It includes policies and procedures that are aimed at: (i) verifying the existence and maintenance of records that present fairly and in reasonable detail the Group's transactions and assets; (ii) providing reasonable assurance that transactions are adequately recorded so as to allow the Group to draw up consolidated annual accounts in accordance with the applicable financial reporting framework; and (iii) providing reasonable assurance regarding the timely prevention or detection of asset additions or disposals or unauthorised use of Group assets that might have a material effect on the consolidated annual accounts. Due to the limitations inherent in any form of internal control system, irrespective of the quality of the design and operation of the internal control system adopted for annual financial reporting, this system can only provide reasonable but not absolute assurance as to the objectives sought.

We have performed our audit in accordance with ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements 3000). This standard requires that we plan and perform our audit to obtain reasonable assurance about whether the Group system of internal control over financial reporting is effective in all material aspects. Our audit included our gaining an understanding of the Group's internal control over the financial reporting system, verifying and evaluating, on a selective test basis, the design and operating efficiency of the system, and performing other procedures that we considered necessary under the circumstances. We believe that our audit provides a reasonable basis for our opinion.

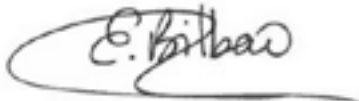
Due to the limitations inherent in any form of internal control system, there is always the possibility that internal control over financial reporting may not prevent or detect the errors or irregularities that might arise, whether due to errors in judgement, human error, fraud or malpractice. Extrapolating the effectiveness assessment to future years entails a risk that controls may cease to be adequate due to changing conditions or erosion in the levels of compliance with policies and procedures.

In our opinion, the Group's system of internal control for financial reporting at 31 December 2014 is effective in all material aspects, according to the criteria established in the Internal Control-Integrated Framework issued in 2013 by the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) in relation with global business and control procedures and the COBIT Framework for IT Governance and Control.

On 25 February 2015, in accordance with prevailing accounting legislation in Spain, we issued our audit report on the consolidated annual accounts of the Group for 2014, expressing an unqualified opinion thereon.

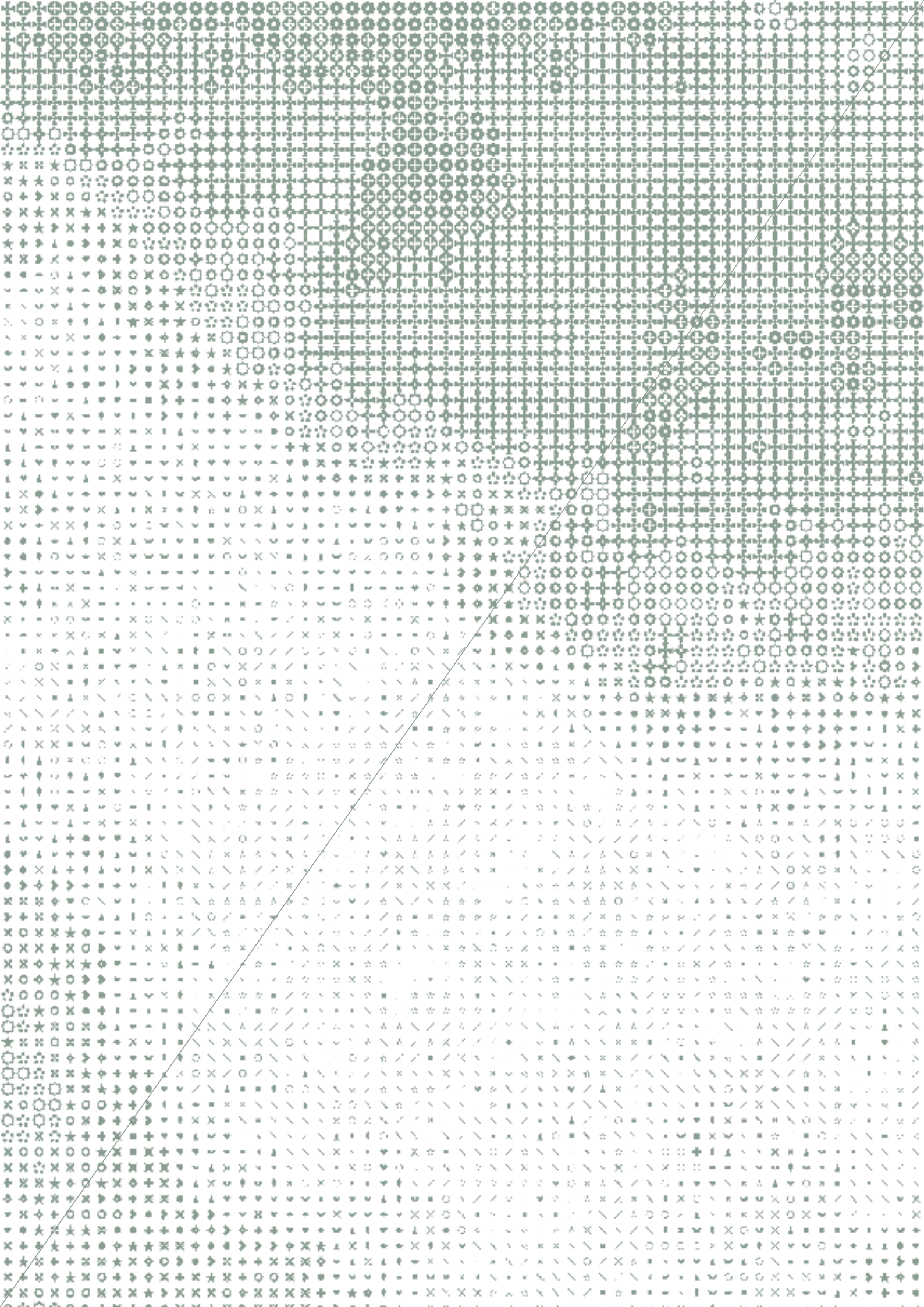
This report has been issued in accordance with your request. We accept no liability to any third parties other than the intended recipients of this report.

KPMG Auditores, S.L.



Estibaliz Bilbao Beida

25 February 2015



CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Vias de acesso

As vias de acesso permitem o acesso a um parque eólico e a cada uma das turbinas eólicas durante as fases de desenvolvimento, construção e operação de um projeto de energia eólica. As vias de acesso são construídas para utilização a longo prazo e para suportar equipamentos pesados e veículos de manutenção ao longo do tempo de vida do projeto.

Rotação de ativos

Estratégia destinada a cristalizar o valor de um projeto através da venda de uma participação minoritária num ativo e reinvestindo os lucros em outro ativo, procurando um maior crescimento.

Disponibilidade

A percentagem de tempo durante o qual uma turbina eólica se encontra tecnicamente disponível para capturar o recurso eólico e convertê-lo em eletricidade.

Pás

Os grandes "braços" das turbinas eólicas, que se estendem a partir do rotor de um aerogerador. A maioria das turbinas tem duas ou três pás. O vento a soprar sobre as pás faz com que estas "levantem" e entrem em rotação.

Despesas de capital

Os fundos utilizados por uma empresa para adquirir ou atualizar os seus ativos físicos, como imóveis, edifícios industriais ou equipamento (p. ex. construção de parques eólicos).

Dióxido de carbono (CO₂)

Um gás incolor pesado que não suporta a combustão, dissolve-se na água formando ácido carbónico, é formado principalmente durante a respiração dos animais e no processo de decomposição ou combustão de matéria animal e vegetal, é absorvido do ar pelas plantas durante a fotossíntese, e é utilizado na carbonatação de bebidas.

Fluxo de caixa

Quantidade de dinheiro gerado e utilizado por uma empresa num determinado período de tempo. O fluxo de caixa pode ser usado como indicação da solidez financeira de uma empresa.

Interrupção das operações

Encerramento forçado de algumas ou todas as turbinas eólicas de um parque eólico para atenuar os problemas associados à exportação de carga para a rede de fornecimento de energia elétrica, ou certas condições de planeamento. A interrupção das operações é controlada pelo operador do sistema de transmissão regional.

Rácio de distribuição de dividendos

Mede a percentagem de lucro líquido de uma empresa que é atribuído aos acionistas sob a forma de dividendos. (Total de dividendos anuais por ação / Lucro por ação).

Política de dividendos

Conjunto de diretrizes seguidas por uma empresa para decidir que percentagem dos seus resultados irá pagar aos acionistas.

EBITDA

Medida contabilística calculada utilizando o lucro líquido de uma empresa, antes da dedução de encargos financeiros, impostos, amortizações e imparidades, como indicação da sua rentabilidade operacional atual.

ENEOP (Eólicas de Portugal)

Consórcio constituído para ganhar um concurso de energia eólica em 2005-2006. A oferta foi concebida para promover as energias renováveis como parte de uma política industrial em que todos os passos, desde o desenho das turbinas até à fase de operação, seriam localizados em Portugal. A ENEOP ganhou a primeira e maior licença de exploração de 1.335 MW. A EDPR detém uma participação de 40% (533 MW).

LPA

Lucro por ação. A parcela do lucro de uma empresa atribuída a cada ação ordinária em circulação.

Equivalência patrimonial

Processo contabilístico de tratamento de investimentos em capital de empresas associadas. A conta de património líquido é geralmente aplicada quando a entidade detém 20-50% do capital votante.

Tarifa *feed-in*

Quadro de remuneração que garante que uma empresa receberá um preço fixo da sua central elétrica, aplicado a toda a eletricidade que gerar e fornecer à rede.

Investimento financeiro

Ativo no qual investir na expectativa de obtenção de lucros ou uma valorização avultada.

Mercado cambial

Mercado em que as moedas são negociadas.

Gases com efeito de estufa

Gases que prendem o calor do Sol na atmosfera terrestre, produzindo o efeito de estufa; os dois principais gases com efeito de estufa são o vapor de água e o dióxido de carbono; os gases com efeito de estufa menos nocivos incluem metano, ozono, clorofluorcarbonetos, e óxido de azoto.

Receita bruta

Medida contabilística calculada a partir das receitas de uma empresa deduzidas do custo dos seus produtos vendidos. A receita bruta é o lucro residual de uma empresa pela venda de um produto ou serviço, deduzida do custo associado à sua produção e venda.

GW

Unidade de energia elétrica igual a mil milhões (10⁹) de watts, mil megawatts (MW). Os watts são a unidade de medida da energia.

Cobertura (*hedging*)

Estratégia de gestão do risco utilizada para limitar ou compensar a probabilidade de perda por flutuações nos preços das *commodities*, câmbio ou títulos.

Capacidade Instalada

Capacidade instalada e pronta para produzir energia.

LEAN

Filosofia de produção que considera a utilização de recursos para fins que não sejam o de criação direta de valor para o cliente final como sendo um desperdício e, portanto, passível de ser eliminado.

Custo Nivelado de Energia (LCOE)

O custo nivelado de eletricidade constitui uma base comum para comparar o custo da energia em todas as tecnologias. O custo nivelado de energia considera o preço do sistema instalado e os custos associados, como financiamento, terreno, seguro, transmissão, operação e manutenção, e desvalorização. O custo nivelado de energia proporciona uma comparação real dos custos de eletricidade e é a medida mais utilizada pelas empresas de energia elétrica ou pelos compradores de eletricidade para avaliar a viabilidade financeira e a atratividade de um projeto de energia eólica.

MWh

Equivale a 1.000 quilowatts de eletricidade usados continuamente durante uma hora

Fator de Capacidade Líquida

Relação entre a produção real de uma central ao longo de um período de tempo e a sua produção potencial supondo a sua operação com a capacidade nominal máxima de forma contínua ao longo do mesmo período de tempo. Também conhecido como fator de carga.

Dívida Líquida

Métrica que apresenta a situação global da dívida de uma empresa calculada a partir da dívida total da empresa deduzida do dinheiro em caixa.

Investimento Líquido

Equivale a Despesas de capital + Investimentos financeiros - Desinvestimentos financeiros.

Power Purchase Agreement (PPA)

Contrato legal entre um produtor de eletricidade (fornecedor) e um comprador de energia (host). O comprador compra eletricidade e por vezes também capacidade e/ou serviços complementares ao produtor de eletricidade.

Production Tax Credit (PTC)

O resultado do "Energy Policy Act" (Lei de Política Energética) de 1992, um incentivo sob a forma de crédito fiscal comercial aplicável no mercado grossista a produtores de energia elétrica a partir de energia eólica com base na quantidade de energia gerada durante um ano.

Energia Renovável

Energia obtida a partir de recursos que são regenerativos ou que não podem ser esgotados, incluindo a energia eólica, solar, biomassa, geotérmica e água em movimento. Também conhecida como energia alternativa.

Renewable Energy Credits (REC)

Um Crédito de Energia Renovável (REC) representa os direitos de propriedade sobre as qualidades ambientais, sociais e outras qualidades que não a eletricidade no âmbito da produção de energia renovável. Um Crédito de Energia Renovável (REC) pode ser vendido separadamente da eletricidade associada a uma fonte de produção de energia renovável.

Watt (W)

Quantidade de energia transferida equivalente a um ampere produzido a uma tensão elétrica de um volt. Um watt equivale a 1/746 cavalos-vapor ou um joule por segundo. É o produto da tensão pela corrente (amperagem).

Energia eólica

Energia gerada pela transformação da energia mecânica do vento em energia elétrica através da utilização de um gerador de energia eólica.

Parque eólico

Parque eólico refere-se ao terreno, turbinas eólicas, equipamento elétrico e linhas de transmissão utilizados para a produção de energia eólica e energia alternativa.

Publicação
EDP Renováveis, S.A.
Plaza de la Gesta, 2
33007 Oviedo, Espanha

Impressão
Ocyan

Tiragem
50 unidades

Depósito legal
291932/09

Abril de 2015

Informação adicional
Para mais informações sobre a EDP Renováveis
visite www.edpr.com, onde poderá encontrar
a versão eletrónica do Relatório e Contas 2014.

Impresso em papel elaborado com celulose
ECF – Elementary Chlorine Free – em fábricas
com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental
ISO 14001 e com Certificação Florestal FSC.
Papel proveniente de florestas que são objeto
de um processo científico e sustentado de
reflorestação.